

COLOMBE JACQUIN • JACQUES PECCATTE • LUC GRUNTZ



O MUNDO DE AMANHÃ À LUZ DO ESPIRITISMO

CERCLE SPIRITE
*Allan
Kardec*
DEPUIS 1974

O MUNDO DE AMANHÃ À LUZ DO ESPIRITISMO

ÍNDICE

PREÂMBULO

Capítulo 1: PREÂMBULO

O progresso é sempre possível
Os direitos humanos segundo o espiritualismo
O Espiritismo não é uma religião
A abordagem espírita de Deus e da reencarnação
Da religião ao ateísmo
A ascensão do fundamentalismo

Cap. 2: OS DIFERENTES SISTEMAS POLÍTICOS

A questão da eutanásia
Suicídio
Justiça e castigo
Sexualidade, homossexualidade, transexualidade
Racismo, xenofobia, sexismo
Aborto - interrupção voluntária da gravidez
Deficiências e doenças de nascimento
Educação
Doação de órgãos
Cobaias vivas utilizadas em medicina
Clonagem e manipulação genética
Procriação medicamente assistida
Gestação para outros
Congelamento de embriões
Tecnicidade
Desporto de alto nível
Drogas

Cap. 3: REGIMES POLÍTICOS DIFERENTES

Princípios e generalidades
O ideal democrático, a emergência e a história
Os diferentes tipos de democracia

Cap. 4: COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

O contexto da descolonização
A dificuldade das transições políticas e econômicas

Cap. 5: A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU

Cap. 6: QUESTÕES ECONÔMICAS

A economia, uma ciência inexacta
O nascimento do capitalismo
Filósofos Econômicos
O lugar do dinheiro

Globalização
Ecologia
Como seria uma globalização harmoniosa?
Pistas para o futuro

Cap. 7: ECOLOGIA E ESPIRITUALIDADE

Aquecimento global
Influência espiritual
O papel do inconsciente coletivo
Atividades humanas
Gás de xisto
OGM
O problema de uma África verde
Sensibilização do público

Cap. 8: RUMO A UMA NOVA SOCIEDADE PARA O AMANHÃ

Velhas e novas utopias
A democracia e o seu funcionamento
Do capitalismo ao socialismo
Construir uma Europa social
Reflexões sobre a democracia participativa
O papel dos sindicatos
Grupos de reflexão dos cidadãos
As associações
O boicote

Cap. 9: A PLURALIDADE DOS MUNDOS

Os grandes princípios espíritas
O fenômeno ovni
A solidariedade dos mundos
De mundo em mundo
Os modelos extraterrestres
A diversidade dos outros mundos
No que a terra se pode tornar

Cap. 10: RUMO A UMA SOCIEDADE DE PAZ PLANETÁRIA

Escapar à violência
Rumo ao desarmamento
Do lado das religiões
O espiritualismo pacífico de Jaurès
Lutas humanistas associativas
A paz, uma prioridade espiritualista

PREÂMBULO

O Espiritismo, ciência e filosofia do ser nascida do contato com os espíritos desencarnados e codificada inicialmente por Allan Kardec, desenvolveu-se em algumas regiões do mundo, nomeadamente no Brasil. No entanto, continuou a existir na França durante todo o século XX, embora de forma mais irregular. O seu renascimento a partir dos anos 80 deve-se muito à nossa associação *Cercle spirite Allan Kardec*, fundada em 1977.

Ao longo desses 150 anos de história (comemoramos o centésimo quinquagésimo aniversário da morte de Allan Kardec nos dias 30 e 31 de março de 2019, num grande fórum em Nancy), o Espiritismo tem sido objeto de experiências científicas e de profundas reflexões filosóficas, incluindo considerações éticas e morais sobre a aplicação da ideia. Mais concretamente, no Brasil, grupos espíritas socorreram-se de estruturas sociais inadequadas ou inexistentes, criando centros de assistência pós-escolar, assistência médica e psiquiátrica, orfanatos, e também ajudando os indigentes com sopas e outras distribuições de alimentos. De forma organizada, o apoio caritativo foi e continua a ser a marca social do Espiritismo brasileiro. Desta forma, os espíritas brasileiros colocaram em prática o que Allan Kardec já havia preconizado, embora numa escala mais limitada na França do século XIX^e, que ele havia registrado nas suas notas, publicadas na obra *Obras póstumas*.

Os espíritas da América Latina procuraram, assim, a aplicação moral do ensino kardecista, essencialmente no campo das ações de caridade, e alguns deles, como o argentino Manuel Porteiro, num campo mais vasto de reflexão sobre a condição humana e sobre as falhas dos sistemas políticos e Econômicos que produzem as piores desigualdades. Foi assim que, a partir da obra-prima de Allan Kardec, e em particular do *Livro dos Espíritos*, vários intelectuais espíritas, sobretudo da América Latina, tentaram transpor ou adaptar a moral espírita para uma ética mais universal, que já não questionasse apenas a consciência individual, mas a reflexão coletiva sobre a possibilidade de perspectivar outros modelos de sociedade. Em particular, José Marty (1853-1895), que lutou pela independência de Cuba, e o presidente reformista Francisco Madero no México (presidência de 1911 a 1913), tentaram combinar as suas responsabilidades políticas com a sua filiação espiritualista.

Convém também evocar a experiência única na França do industrial Jean-Baptiste Godin que, discípulo de Charles Fourier e fervoroso adepto do espiritualismo, criou a sua Familistère de Guise na Aisne, uma espécie de cooperativa onde tudo estava organizado em termos de habitação, seguro de saúde, reforma, etc. O princípio era redistribuir a riqueza industrial pelos trabalhadores. O princípio era o de redistribuir a riqueza industrial pelos trabalhadores. Esta experiência, iniciada por Godin em 1859, terminou em 1968.

No que se refere às ações sociais na França, tomamos nota deste texto da Fédération Spirite Lyonnaise:

"As atividades da Federação não se limitavam à prática do Espiritismo. Henri Sausse considera que o Espiritismo "é uma obra de caridade moral e material e que é bom que isso seja confirmado por ações", e propõe a criação de uma Caisse de Secours Mutuel em 1888. Este fundo, financiado pelo produto das conferências e por donativos particulares, destinava-se a ajudar os idosos e aos necessitados, pagando-lhes uma pensão. Em 1904, por sugestão de dois médiuns da Sociedade Fraternal, foi aberta uma creche espírita para os filhos dos operários.

Henri Sausse escreveu uma brochura intitulada "Espérance et Courage" (Esperança e Coragem) e a federação publicou 10.000 brochuras que foram distribuídas gratuitamente às famílias que perderam um filho.

Nos meios ocidentais, e mais particularmente na França, as questões políticas e sociais eram pouco discutidas, pois não eram objeto de grandes debates ou consultas, numa altura em que os princípios fundamentais ainda precisavam de ser consolidados, sobretudo com as experiências científicas levadas a cabo até aos anos 1920.

Por outro lado, estas questões têm sido amplamente abordadas no nosso Círculo desde a sua criação (primeiras experiências em 1974 e declaração como associação em 1977), como prolongamento filosófico de uma moral, ou melhor, de uma ética, já evocada na obra de Allan Kardec, mas que merecia um maior desenvolvimento, bem como uma atualização devido à evolução das sociedades desde o tempo do Segundo Império. Por isso, refletimos muito sobre estas questões, e fizemos muitas perguntas aos Espíritos, que não foram mesquinhos nas suas respostas, apontando-nos, nem sempre soluções prontas, mas direções e caminhos a explorar, que estão de acordo com os princípios fundamentais do Espiritismo.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, dar conta de mais de quarenta e cinco anos de reflexões humanas e de mensagens espíritas, numa tentativa de síntese que nunca será perfeita nem completa, mas que pretende ser suficientemente representativa de um Espiritismo social que coloca as questões certas a uma humanidade que deve crescer, fornecendo elementos de resposta, por vezes precisos no que diz respeito às questões sociais, por vezes mais abstratos no que diz respeito às complexidades económicas e políticas para todo o planeta.

Nesta tese ou ensaio, que agora se tornou um livro, tentámos não pensar demasiado em termos de dados franco-franceses ou mesmo europeus, mas alargar o nosso pensamento a todos os problemas do planeta, o que, aliás, é amplamente demonstrado pelas mensagens do além, que sobre estes assuntos indicam as preocupações dos espíritos com problemas mais planetários do que estritamente limitados ao nosso próprio país.

Tentámos, não advogar este ou aquele programa político ou Económico, mas definir um projeto de sociedade com implicações humanas, políticas e económicas, incluindo a dimensão espiritual e divina, a dimensão reencarnacionista e a dimensão evolutiva, que inclui também realidades extraterrestres de mundos superiores, modelos do que a Terra poderá vir a ser.

Propomos, pois, algumas linhas de pensamento essenciais, nas quais integrámos os grandes princípios espíritas. Algumas das nossas teses vão ao encontro de propostas existentes, quer de comissões de ética, quer de ambientalistas, quer de certos políticos e economistas; mas, na realidade, o que nos diferencia é que as nossas reflexões espíritas integram a transcendência divina, a reencarnação evolutiva e a pluralidade dos mundos num universo infinito. É possível que algumas das nossas teses se correlacionem perfeitamente com projetos e estudos de grupos humanos, políticos, sindicais, sociais e comunitários. Em todos os casos, é um princípio humanista de partilha e de amor que continua a ser o motor das nossas propostas. De nossa parte, não estamos a seguir os passos desta ou daquela organização, mas se nos associarmos a algumas delas, isso significará apenas que os princípios universais de igualdade, justiça e liberdade estão inscritos no mais profundo dos corações sinceros, dos mais ateus aos mais religiosos. Existe, pois, de fato, uma moral universal sentida por todas as almas mais nobres. E é pela reunião

de todas essas boas vontades que o amor triunfará, e nesse dia o Espiritismo se tornará bem presente e reconhecido, pela sua relação natural com o outro mundo. Ainda não chegamos lá, e antes de chegarmos a esse novo mundo, teremos de passar por etapas evolutivas na organização das nossas sociedades. É sobre essas etapas que nos debruçaremos nos capítulos seguintes, na esperança de termos tocado em alguns pontos essenciais que possam servir de reflexão para todos a cada um de nós, a fim de que todos possamos desempenhar um papel mais importante no futuro e na salvaguarda da nossa *casa comum**.

**Fórmula utilizada pelo Papa Francisco na sua encíclica Laudato si' de 2015.*

Capítulo 1 PREÂMBULO

O PROGRESSO É SEMPRE POSSÍVEL

Os nossos contemporâneos mais pessimistas dizem muitas vezes que a humanidade pouco ou nada progrediu nos últimos séculos; é a sua maneira de dizer que, moralmente, não somos diferentes dos nossos antepassados no que se refere à guerra, à tortura, à escravatura, à exploração, às ditaduras, etc. Dito isto, será que devemos render-nos à resignação e ao desespero? Não há progressos extraordinários a fazer, na saúde, na higiene, nas descobertas e nas tecnologias que estão a melhorar a condição humana? E se quisermos falar de ética, temos também de mencionar as conquistas democráticas e os progressos registados nas questões sociais, mesmo que as desgraças continuem a perpetuar-se num contexto de crise. Na escala da história da humanidade, registou-se uma aceleração considerável nos últimos cinquenta anos, pelo menos nos nossos países ocidentais, em questões como a igualdade de direitos, as liberdades individuais, o estatuto das mulheres e a evolução da moral. Simultaneamente, existe um imobilismo moral na falta de vontade de reformar as estruturas económicas e financeiras, mas o fato é que as questões sociais registaram progressos significativos nas últimas décadas. É claro que isso não resolve os problemas fundamentais colocados por um sistema financeiro que gera crises. Alguns dirão que as questões sociais, como o casamento homossexual, não passam de artifícios para ofuscar temporariamente os problemas fundamentais. Mas se conseguirmos progredir nestas questões, é pelo menos a prova de que as mentalidades não estão gravadas na pedra, e podemos então esperar uma maturidade que nos permita enfrentar os problemas mais difíceis e mais complexos da metamorfose dos nossos sistemas.

Em termos de avanços democráticos na França, a Revolução Francesa, em particular, foi o ponto de mudança de orientação, embora tenha sido necessário um século de convulsões (Revoluções, Restaurações, Impérios) para estabelecer repúblicas e fazer avançar a democracia.

Com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), a *Declaração de Independência Americana* (1776) e outros avanços democráticos em vários países, o nosso mundo ocidental virou gradualmente as costas às monarquias e teocracias. O direito de voto tornou-se o sufrágio universal masculino e, mais tarde, foi alargado às mulheres. ^eA este respeito, convém notar que as mulheres têm direito de voto desde 1893 na Nova Zelândia, desde 1902 na Austrália, desde 1919 nos Estados Unidos, na Alemanha, nos Países Baixos, na Bélgica e no Luxemburgo, para não falar de alguns outros territórios que, desde o século XVIII, reconheceram este direito, mesmo que temporariamente, como New Jersey de 1776 a 1807 ou o Quebec de 1791 a 1849. Na França, no entanto, foi preciso esperar pela Libertação com a portaria de 5 de outubro de 1944.

E depois, nos Estados Unidos, houve a abolição da escravatura conseguida por Abraham Lincoln, na sequência de uma sangrenta Guerra Civil, uma declaração que só se concretizou verdadeiramente um século mais tarde, com a luta de Martin Luther King, que levou à concessão dos direitos civis aos negros (1964).

Tudo isto representa uma longa história de lutas incessantes contra a opressão e a discriminação, lutas que nunca terminam (se pensarmos, por exemplo, na pena de morte nos Estados Unidos) e cujos resultados são dificilmente exportáveis, uma vez

que utilizamos pouco os modelos de sucesso existentes noutros países. E se foi preciso quase um século para estabilizar uma verdadeira democracia na França, não podemos esperar uma transformação radical de certos sistemas tradicionais que conduza à democracia de um dia para o outro. No caso das revoluções árabes, por exemplo, teria sido ingénuo acreditar no advento imediato de democracias inspiradas nos nossos modelos ocidentais. É preciso tempo para controvérsias e resistências de vários tipos, é preciso maturidade contra influências culturais e religiosas que apresentam certos perigos, mas esse é o preço que as sociedades pagam pelo progresso. Não existe uma solução milagrosa para uma transição imediata do despotismo para a democracia.

Avanços sociais

Os progressos registados são os que acompanharam o desenvolvimento e a modernidade, a partir das reflexões filosóficas e das questões éticas relativas à educação, à igualdade de direitos, à vida democrática e ao progresso científico. Na França, por exemplo, os direitos do cidadão foram declarados em 1789; a educação pública para todos surgiu em 1881; as mulheres foram progressivamente tendo acesso à vida da cidade, etc. Quando se fala de evolução humana, pensa-se por vezes que nada avança e que o egoísmo humano será sempre um obstáculo a um caminho de paz, mas a organização das sociedades mostra-nos que tudo é ainda possível, com base em lutas travadas em diferentes direções.

No que diz respeito aos progressos científicos, continua a ser necessário legislar sobre a eutanásia e a engenharia genética, numa tentativa de encontrar as disposições éticas corretas. No domínio da moral, registraram-se progressos significativos nos últimos cinquenta anos, com a legalização do divórcio, a contraceção, a igualdade profissional entre os sexos, a igualdade entre os cônjuges na gestão dos bens, etc. E, a partir dos anos 70, foram abordadas novas questões: o aborto com Simone Veil, a procriação medicamente assistida e, para além da ciência, as questões atuais relativas à homossexualidade, à transexualidade, ao casamento para todos e à adoção. Ao mesmo tempo, constatamos que estas questões sociais foram objeto de uma legislação avançada em vários países europeus e americanos, enquanto a França hesita há anos em muitos pontos, deixando de ser um modelo de progresso para se tornar uma ilha de resistência conservadora. Será que os outros países avançaram demasiado depressa sem abordar suficientemente as questões éticas? Parece que não, uma vez que, no caso do casamento e da adoção homossexuais, por exemplo, quase não existem problemas que teriam surgido com a nova legislação que se tornou a norma em alguns países.

Estudámos todos estes assuntos do ponto de vista espírita, quer a partir de perguntas feitas aos Espíritos, quer a partir das nossas próprias reflexões que se seguiram. A conclusão geral é que é sempre o amor que deve triunfar, quaisquer que sejam as modalidades e as formas, e que os verdadeiros problemas que se colocam são os de um meio cultural, com seus hábitos e costumes muitas vezes impregnados de tradições religiosas. Há também que ter em conta os princípios espiritualistas: por exemplo, o processo de encarnação quando se trata do aborto ou da engenharia genética. Quando sabemos que a encarnação se dá no momento da concepção, este é um fato a ter em conta. Quando sabemos da dificuldade de um Espírito reencarnar voltando a uma certa prisão de carne, esse é outro elemento primordial para acompanhar esse retorno ao estado de espírito dos pais que podem estar em telepatia amorosa e tranquilizadora com ele. Já não se trata de preceitos

moralizantes ou de leis fixas ditadas pelo dogma religioso, mas de um estudo das leis e dos princípios ensinados pelo além e de uma reflexão ética baseada nessas realidades universais.

Quando falamos de bioética, por exemplo, como espíritas trazemos conosco esse conhecimento fundamental de que o espírito preexiste à vida física, que ele se funde e se desdobra através do seu princípio vital na sua nova vida; ele é então, pela sua presença e preexistência, o próprio princípio da vida. E é com base nestes fatos que podemos refletir sobre tudo o que se relaciona com a manipulação genética, a clonagem, a fertilização in vitro, etc.

Um passo em direção à liberdade

Quando muitos dos nossos concidadãos desesperam de tudo e pensam que a Terra será sempre um vale de lágrimas onde nunca viveremos em paz e harmonia, é um pessimismo fatalista que se apodera de nós, como se já não houvesse caminhos a explorar para emancipar a humanidade. E, no entanto, houve e há progressos, embora frágeis, sem dúvida, e enfraquecidos em tempos de crise, mas, digam o que disserem as Cassandras, um olhar sobre a história recente mostra que muitas batalhas deram resultados: Martin Luther King e a conquista dos direitos civis em 1964, a luta de Gandhi, que pode ter sido incompleta mas continua a ser um exemplo de resistência não violenta, Nelson Mandela e o fim do apartheid... Consideremos também os países da América Latina que, na virada para o século XXI, se tinham libertado mais ou menos do domínio político norte-americano, que tinha apoiado e até posto em prática as ditaduras do passado. Evidentemente, há que relativizar esta realidade, que foi promissora nas duas últimas décadas, mas que conhece atualmente a inversão de fortunas que conhecemos, sobretudo no Brasil, e que esperamos que seja temporária.

Quantos outros exemplos poderíamos citar para mostrar que, embora o progresso permaneça fluido e incerto, ele existe em certos lugares, através de vitórias que, sem dúvida, nunca serão suficientes, mas que indicam a direção de um progresso possível que deve ser realçado quando existe. Por outro lado, podemos destacar toda a miséria do mundo, todos os focos de guerra, e dizer que nada está a mudar. Isso significaria esquecer todos os progressos conseguidos através de lutas e que, aqui e ali, dão o exemplo do que se pode conseguir através de um equilíbrio de poderes.

Em outros tempos, quem teria acreditado na queda do império soviético, no fim do apartheid e, mais recentemente, na revolta dos países árabes? Os mais pessimistas dir-vos-ão: "De que serve... a que é que tudo isto conduz senão a novos conflitos...". Dizem-no porque, ingenuamente, gostariam de acreditar numa solução imediata e milagrosa para todos os problemas, esquecendo que nenhuma transformação pode ser conseguida com um passe de mágica, que é preciso tempo para as metamorfoses, tempo para o amadurecimento dos povos, coisas que não podem acontecer de um dia para o outro, dada a complexidade do peso da história, com as suas influências culturais, religiosas, coloniais e outras.

A luta pela liberdade num mundo solidário é um longo caminho que se vai vencendo em etapas sucessivas, à medida que atravessamos crises graves que têm de ser ultrapassadas. Esta é toda a história da nossa humanidade, que continua a procurar a sua direção como resultado dos seus próprios erros e contradições.

Como espíritas, temos o hábito de dizer que ainda somos habitantes de um planeta inferior, o que em si não é uma revelação, a não ser para dizer que há mundos superiores e harmoniosos no Universo, e que o destino da Terra é tornar-se, por sua

vez, um mundo de fraternidade e paz. Este é o sentido da evolução, conforme definido em *O Livro dos Espíritos*. É uma noção eminentemente kardecista e espírita, ao mesmo tempo em que é uma esperança que ainda parece distante, incapaz de satisfazer os mais pessimistas entre nós. A grande idéia não será a das previsões ingênuas, que não teriam sentido, mas a da conscientização de uma maioria de seres humanos que serão capazes, um dia, pelos avanços democráticos que terão adquirido, liderar as lutas indispensáveis à erradicação de todos os flagelos que os ameaçam.

OS DIREITOS DO HOMEM SEGUNDO O ESPIRITISMO

O estatuto das mulheres

Todos os homens são livres e iguais perante a lei, é o que afirmava a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*; era também um princípio espírita estabelecido no capítulo *Leis Morais* do *Livro dos Espíritos*, no parágrafo *Lei da Igualdade*, onde observamos o seguinte: "*Os sexos não existem senão pela organização física: como os Espíritos podem tomar um e outro, não há diferença entre eles sob esse aspecto e, por conseguinte, devem gozar dos mesmos direitos*". Olympe de Gouges tentou corrigir esta situação em 1791, quando redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, um texto que foi rejeitado pela Assembleia. Em 1793, foi guilhotinada, uma das que exigiam uma estrita igualdade de direitos civis e cívicos para o reconhecimento de uma identidade feminina; não era bom que as mulheres tentassem interferir numa esfera política reservada aos homens.

Como detalhado no capítulo anterior, foi no final do século XIX (por vezes um pouco antes) que o direito de voto das mulheres foi posto em prática em algumas nações como a Nova Zelândia, a Austrália, o Baixo Canadá (de 1791 a 1849) e alguns estados dos Estados Unidos. Estes avanços, ainda relativamente instáveis, tornaram-se uma realidade, sobretudo no início do século XX, com uma nota negativa para a França, que só o conseguiu no final de 1944, apesar da França, país dos direitos humanos e civis, ter negligenciado a inclusão da participação das mulheres na vida da cidade.

Mesmo que Allan Kardec, na sua *lei da igualdade*, não tenha abordado especificamente esta questão da cidadania, disse: "*A lei humana, para ser equitativa, deve consagrar a igualdade de direitos do homem e da mulher; qualquer privilégio concedido a um ou a outro é contrário à justiça. A emancipação da mulher acompanha o progresso da civilização; a sua escravatura acompanha a barbárie (...)*". Estamos a falar aqui de *direitos* e *privilégios*, o que indica implicitamente que estamos a falar de todos os direitos, incluindo o direito de voto. E se a *emancipação das mulheres acompanhou os progressos da civilização*, esta é uma constatação séria que se mantém ainda hoje em todo o mundo, pois mesmo depois de muitos progressos nos países mais desenvolvidos, persistem algumas desigualdades entre homens e mulheres em termos de trabalho, de condições de trabalho, de remuneração e de acesso aos melhores empregos. E quando se trata dos países mais pobres ou em vias de desenvolvimento, as desigualdades continuam a ser flagrantes, ou mesmo insuportáveis, quando se trata de formas de submissão ou de escravatura.

Deste ponto de vista, o pensamento espírita sempre esteve à frente do seu tempo e ainda hoje é uma das questões atuais em que o Espiritismo apela à evolução para a

igualdade. Nos círculos espíritas, o exemplo é dado pelo fato de não haver diferença de responsabilidades entre homens e mulheres.

Desigualdades sociais

Se há contrastes históricos e atuais evidentes no que diz respeito ao estatuto da mulher, desde os primórdios da humanidade que também existem relações de poder entre dominantes e dominados, onde a lei do mais forte sempre foi a regra, até que o mais fraco se rebelou. E foi assim que os escravos, de Spartacus à Toussaint Louverture, da rebelião à revolução, travaram as batalhas pela liberdade que são inerentes às sociedades humanas ao longo dos tempos. Também Allan Kardec, no seu *Livro dos Espíritos*, colocou a questão: "A desigualdade social é uma lei da natureza?", questão ainda mais crucial no seu tempo do que hoje, pois recorde-se que, em pleno século XIX, ainda havia quem afirmasse que existiam povos inferiores, nativos de outras terras, que precisavam ser colonizados, civilizados e cristianizados. E a esta pergunta sobre a desigualdade social, a resposta era: "*Não, é obra do homem, não de Deus*", e sobre o seu eventual desaparecimento: "*Esta desigualdade desaparecerá ao mesmo tempo que o predomínio do orgulho e do egoísmo, e só restará a desigualdade do mérito. Chegará um dia em que os membros da grande família dos filhos de Deus não se considerarão mais como de sangue mais ou menos puro; é apenas o espírito que é mais ou menos puro, e isso não depende da posição social.*"

Para as pessoas de bom senso, esta resposta será sem dúvida óbvia hoje, mas está longe de ser universalmente aceite, tendo em conta o desprezo discriminatório, o racismo e a xenofobia que existem em todas as regiões do mundo, para não falar de certas tradições culturais ancestrais que se baseiam em modos de dominação e de opressão. É por isso que não existe uma lei natural que indique as diferenças e as desigualdades inscritas na criação. Existem apenas disparidades na evolução dos espíritos encarnados que somos, de acordo com as nossas vidas passadas. Assim, existem diferenças de evolução nos planos intelectual e moral, mas elas não nos dão direitos ou privilégios adicionais.

Nesta base, são os seres humanos mais avançados que, com toda a responsabilidade, têm o dever de ajudar a transformar as sociedades numa direção mais justa e igualitária.

Esses são os princípios fundamentais dos espíritas desde a publicação do *Livro dos Espíritos*, em 1857, princípios de bom senso que há muito tempo são aceitos pela maioria dos filósofos e intelectuais. No entanto, esse bom senso sempre faltou quando se trata da organização das sociedades, onde o poder é muitas vezes tomado por governantes egoístas e orgulhosos, na maioria homens, que desrespeitam os direitos humanos a ponto de estabelecer ditaduras.

Direitos do Homem

As sociedades atuais avançam cada vez mais no sentido da igualdade entre homens e mulheres, pelo menos nos países mais desenvolvidos. Mas é neste ponto que, sendo tudo interdependente e interligado, surge uma outra questão: os direitos humanos progrediram paralelamente aos avanços democráticos que surgiram com o desenvolvimento da indústria, da economia e do consumo; seria esta uma constatação satisfatória? Obviamente que não, porque nos levaria a pensar que a cultura ocidental em geral é superior às outras culturas. Temos de refletir sobre o paradoxo de o nosso mundo andar a velocidades diferentes, quando os países ditatoriais ou teocráticos não conseguem alcançar nem a democracia nem a

evolução da moral, sobretudo no que se refere ao desequilíbrio entre homens e mulheres.

A teoria mais difundida é a de que o Terceiro Mundo está a ser explorado pelos antigos países colonizadores, que continuam a apoderar as riquezas das antigas colônias de forma dissimulada, acabando por colocar os seus comparsas no poder; em particular, a instalação de ditadores através da chamada Françafrique. Sem dúvida que não podemos explicar tudo desta forma, mas justifica o difícil, se não impossível, desenvolvimento econômico destes países, que, apesar da pobreza generalizada, mantêm também tradições arcaicas que, sob nosso ponto de vista, podem parecer absurdas. A maioria destes países também não conseguiu encontrar os meios para se emancipar, porque, presos como estão a sistemas ditatoriais e religiosos, continuam bloqueados econômica, democrática e culturalmente. O problema Norte-Sul é definido por uma falta de cooperação e de partilha, como se fosse necessário impedir a emancipação das populações de um Terceiro Mundo cujas riquezas minerais e petrolíferas os nossos países continuam a explorar sem compensação.

Numa visão mais limitada, alguns diriam que só as ditaduras ou as teocracias explicam este estado de coisas, o que é totalmente simplista e muito insuficiente, esquecendo as cadeias históricas que podem explicar todas as disparidades e injustiças resultantes do domínio das grandes potências.

E como pode a democracia emergir quando a oposição progressista é sistematicamente silenciada ou mesmo perseguida? É este o problema com que se defronta uma grande parte do continente africano e a maioria dos países do Médio Oriente, onde estão em jogo interesses petrolíferos e outros, para não falar de países como a Birmânia, o Bangladesh e muitos outros.

E se a China "acordou", como previu um certo Alain Peyrefitte*, está longe de ter as características de uma democracia. Mesmo assim, está em vias de se tornar a primeira potência econômica mundial...

Todas estas disparidades põem em causa o sentido dos direitos humanos, em quase todo o mundo, que, segundo alguns espiritualistas, continua a ser justificado pela lei do karma, uma tese tão ridícula como as dos fundamentalistas de todas as religiões. O destino não existe, mas sim os fatos, as consequências históricas das más relações entre os seres humanos e entre os povos. Tudo isto nos leva de novo ao que está patente em toda a obra de Allan Kardec: o egoísmo e o orgulho do gênero humano, causa de todas as desigualdades, e a falta de evolução intelectual e moral. Ao mesmo tempo, ele indicava que as religiões não seriam mais os modelos adequados e que o Espiritismo, indo além da religião, poderia abrir um horizonte completamente novo numa forma diferente de pensar. E mesmo que o Espiritismo não se tenha desenvolvido na medida em que ele esperava e previa, podemos dizer hoje que essa perspectiva continua aberta, porque muitos seres humanos de todos os quadrantes trabalham em diferentes campos associativos para a liberdade, a igualdade e a justiça, e os espíritas, à sua maneira, participam. E se a maioria das religiões do mundo já não são credíveis, a espiritualidade terá de ser representada e representativa dessas lutas, conduzidas por crentes, agnósticos ou ateus, uma espiritualidade que tem o seu lugar quando está em contato direto com o mundo real de hoje, e mesmo à frente do seu tempo. Estamos a falar, evidentemente, do Espiritismo moderno e progressista, aquele que responde às palavras do seu fundador: *"Não há fé tão inabalável como aquela que pode olhar a razão de frente, em todas as épocas da humanidade"*. Pois bem, estamos agora numa outra "era da humanidade", cento e sessenta anos depois, tendo vivido duas guerras mundiais,

ditaduras e genocídios incessantes, e, no entanto, a esperança ainda está muito presente quando, aqui e ali, as lutas humanistas mostraram que tudo é possível, com Martin Luther King, Nelson Mandela e muitos outros, mais ou menos conhecidos, que fizeram avançar os direitos humanos em diferentes países.

*" Quand la Chine s'éveillera... le monde tremblera" - ensaio de Alain Peyrefitte publicado em 1973 pela Fayard

O ESPIRITISMO NÃO É UMA RELIGIÃO

O Espiritismo foi muitas vezes considerado como uma religião e, desde o seu nascimento com Allan Kardec, a questão continua a ser objeto de debate em certos meios espíritas, onde se diz que o próprio Allan Kardec não tinha resolvido completamente a questão em termos do conteúdo semântico que poderia ser dado à palavra religião. Religião significa ligação e união em torno de uma ideia, ou trata-se sobretudo de crenças que se opõem à razão? Pela nossa parte, limitámo-nos às noções mais simples, definindo os conceitos com base no seu conteúdo mais comum. Na religião, as noções de crença e de fé são aceites independentemente de qualquer tentativa de análise lógica e fundamentada. Por exemplo, no catolicismo, o mistério da Santíssima Trindade ou a ressurreição de Jesus são conceitos que apelam à crença na medida em que, pela sua própria natureza, são e continuarão a ser inexplicáveis, constituindo um desafio à razão que só pode ser resolvido pela fé. Pelo contrário, no que diz respeito ao espiritualismo, o mistério não pode permanecer inexplicado, e é a partir de uma abordagem científica, filosófica e histórica que novas teorias têm gradualmente surgido para tornar inteligível o que era obscuro. É principalmente através do estudo da história da Igreja que muitos princípios religiosos foram decifrados. Em diferentes épocas, foram estabelecidos dogmas, muitas vezes contradizendo o que tinha sido aceite anteriormente, dogmas institucionalizados pelos eclesiásticos e, por vezes, afirmados como tendo sido inspirados por um sopro divino.

A história da Igreja é, de fato, a história de sucessivos dogmas que, na maior parte das vezes, contradizem a razão; tornam-se então objetos de fé e, portanto, só são admissíveis pela fé.

Fé ou razão

É, portanto, este ponto que se torna essencial no debate: o religioso depende da fé, enquanto o filosófico se baseia na razão. E, nesse sentido, o espiritismo permite dissociar-se da crença, na medida em que alguns dos seus princípios obedecem a leis que podem ser descritas, explicadas, analisadas e até comprovadas, quer experimental quer filosoficamente. No entanto, haverá ainda uma pequena parte que apela à fé, que é o pressuposto de que Deus existe.

Um materialista, por exemplo, parte da premissa de que Deus não existe e, ao fazê-lo, comete um ato de fé, fé numa certeza ateia que depois tentará demonstrar através da ciência, da análise e do raciocínio.

Da mesma forma, o espiritualista, e em particular o espírita, estabelecerá o seu próprio ponto de partida, o da existência de Deus; é então uma aposta (como a de Pascal) que ele deve demonstrar. Para tal, utilizará argumentos e raciocínios que considera mais convincentes do que os dos niilistas. Esses argumentos já estão amplamente contidos em *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, e são ainda reforçados pelo fato de os próprios espíritos terem vindo confirmar tanto a sua

sobrevivência como a realidade de uma força divina infinita que tudo cria. Obviamente, outro pressuposto se impõe aqui, o da manifestação real dos Espíritos, cuja realidade foi estabelecida pelo estudo da mediunidade e pelas provas fornecidas.

Este estudo do Espiritismo, primeiramente de Allan Kardec, revela muitos argumentos poderosos. Quando Allan Kardec, usando as respostas dos Espíritos, define os atributos de Deus, tanto em *O Livro dos Espíritos* quanto em *A Gênese segundo o Espiritismo*, ele retoma certos princípios contidos nos Evangelhos e os explicita, não mais num ato de fé, mas com argumentos filosóficos que são uma extensão das afirmações feitas pelos Espíritos através dos médiuns. É então que ele pode se distanciar do fato religioso, ao mesmo tempo em que confirma certos aspectos de uma moral cristã bem compreendida e refuta certos dogmas. É assim que se elucidam os mistérios da religião, como a ressurreição do Cristo, que não é mais um milagre que contradiz a razão, mas a manifestação fantasmagórica e tangível do Espírito de Jesus, fenômeno que se tornou compreensível a partir das observações espíritas das aparições materializadas e da mediunidade ectoplásmica. Outro mistério é que essa pessoa, considerada profeta ou Messias, foi a encarnação de Deus feito homem, conceito endossado no Concílio de Nicéia em 325 (consustancialidade entre pai e filho) e um pouco mais tarde com a adoção da Santíssima Trindade no Primeiro Concílio de Constantinopla (381), incluindo a divindade do Espírito Santo. O estudo espírita desse ponto levou à conclusão mais lógica de que um Espírito altamente evoluído, próximo da perfeição de um espírito puro, encarnou e trouxe uma mensagem de essência divina aos homens de seu tempo, mensagem essa que, no entanto, sobreviveu aos séculos porque traz a ideia essencial do amor ao próximo. Esta conclusão, confirmada também por outras entidades, permitiu dar uma explicação lógica e de acordo com a razão, preservando a natureza excepcional de um profeta, sem lhe atribuir o carácter de divindade que lhe foi concedido pelo princípio da Santíssima Trindade.

Teologia e dogma

Muitos outros dogmas foram decretados ao longo dos séculos, constituindo um corpo de doutrina ou uma teologia que já não tem o carácter de filosofia, na medida em que muitos dos princípios que contêm dependem de uma crença cega, aquilo a que alguns chamam a fé do carvoeiro, uma fé que permite acreditar em realidades intrinsecamente impossíveis. Onde a compreensão já não é possível, faz-se um ato de fé que dispensa explicações lógicas que não podem ser encontradas.

Nos últimos dois mil anos, a Igreja instituiu vários dogmas, como o da *Imaculada Conceição*, que afirma que "a concepção da Virgem Maria no seio de sua mãe não foi marcada pela mancha do pecado original", ratificado pelo Papa Pio IX em 1854. Este dogma não deve ser confundido com o da *virgindade de Maria*, já indicado nos Evangelhos e aceite pela maioria dos Padres da Igreja. Há também a *virgindade perpétua* (Maria permanece virgem após o nascimento de Jesus), proclamada no Segundo Concílio de Constantinopla, em 553.

A Igreja também instituiu sacramentos para satisfazer necessidades sociais, como o casamento, e necessidades mais espirituais, como o batismo, a Eucaristia, a extrema-unção e o perdão dos pecados através da confissão. Se, isto é, de fato, teologia, ou seja, princípios instituídos por homens da Igreja, é também, sem dúvida, a prova de que os seres humanos têm necessidade de espiritualidade. Até agora, esta necessidade tem sido satisfeita pela crença, pelo dogma e pelo ritual. Isso pode ser suficiente para algumas pessoas, mas deixa outras frustradas. O Espiritismo

teve a virtude de explicar o incompreensível, trazendo outras noções até então mal definidas, como a manifestação dos espíritos e a sua reencarnação num continuum evolutivo. A reencarnação era um princípio religioso em várias culturas pré-cristãs, tendo sido definitivamente revogada em 553 (Concílio de Constantinopla), quando Orígenes (185-253) condenou a preexistência da alma e a crença na reencarnação. A crença em vidas sucessivas tem sido uma característica particular das tradições orientais do Bramanismo e, mais tarde, do Budismo e do Hinduísmo. Também aqui, mesmo que o próprio princípio seja confirmado pelo espiritualismo, afasta-se das crenças simplistas para uma explicação mais lógica que nos afasta das noções caricaturais de karma punitivo ou metempsicose.

O espiritismo é uma continuação do cristianismo?

Foi sobretudo do ponto de vista moral que Allan Kardec ligou três revelações sucessivas no tempo: a de Moisés que indicava um código moral nos seus mandamentos, a palavra de Jesus que completava a de Moisés e, finalmente, a revelação espírita que trazia toda a luz da manifestação do além. Este princípio de continuidade espiritual aplica-se a uma história especificamente judaico-cristã que inclui também a influência filosófica da Grécia. Este princípio, conhecido como terceira revelação, não deve, no entanto, ser reduzido ao religioso, e enfatizar uma religião mais do que outra. Todas as religiões do mundo, embora tenham tido a sua razão de ser e a sua necessidade do ponto de vista espiritual, também têm (ou tiveram) grandes defeitos, os defeitos da natureza humana que levam à dominação, à guerra, à perseguição ou à inquisição. Por isso, a nosso ver, não há nenhuma tradição religiosa que seja superior a outra, a não ser que a vejamos de um ponto de vista muito específico: poderíamos dizer, por exemplo, que hoje as orientações do atual Papa são muito mais progressistas do que as dos pregadores pseudo-protestantes americanos (evangélicos, adventistas, pentecostais e outros).

No caso das religiões que não pertencem à nossa cultura ocidental, principalmente o budismo, o hinduísmo e o islamismo, é-nos mais difícil julgar, dadas as diferenças culturais que fazem com que os nossos critérios de apreciação sejam diferentes. No entanto, deveria haver dados universais que apagassem as diferenças. E um desses fatores continua a colocar um verdadeiro problema: a ideia de separação entre a prática religiosa e a organização temporal das sociedades, a famosa questão do laicismo. Esta questão não é levantada em nenhum dos grandes textos fundadores das religiões, e são mesmo estes escritos que nos afastariam do laicismo, exceto neste ponto preciso do Evangelho em que Jesus responde aos fariseus: *"Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus"*.

Os espíritas, por seu lado, deram o seu contributo para esta necessária separação entre religião e política, quando alguns deles se juntaram à "Ligue de l'enseignement", lutando por uma escola laica, não confessional, gratuita e obrigatória. São eles Pierre-Gaétan Leymarie, Camille Flammarion, Léon Denis, Emmanuel Vauchez e alguns outros que, seguindo as pegadas do pedagogo Hippolyte Rivail, que se tornou Allan Kardec, perseguiram os grandes ideais herdados do Iluminismo e da Revolução Francesa, para que a organização social da educação pública fosse resolutamente dissociada da religião. Nesse sentido, podemos dizer que o Espiritismo, já desvinculado da religião como ciência e filosofia, também se desvinculou dela do ponto de vista do laicismo, passando a fazer parte da modernidade desde o início.

Naturalmente, o laicismo não significa que a espiritualidade deva ser esquecida na vida social. Este princípio afirma simplesmente que, numa sociedade progressista,

todas as religiões têm o seu legítimo direito de se exprimir, mas nenhuma delas deve ditar o direito civil ou qualquer dos princípios da vida em sociedade. Porque isso equivaleria às teocracias do passado, ou mesmo aos poderes da Inquisição, que ainda se perpetuam noutros países, para infelicidade das suas populações, mas que terão de acabar por desaparecer se quisermos realmente encarar o progresso na Terra, um progresso que não é religioso, mas sim espiritual.

A ABORDAGEM ESPÍRITA DE DEUS E DA REENCARNAÇÃO

O mundo de hoje está claramente defasado dos valores que estiveram na base da civilização, sejam eles espirituais, filosóficos ou humanistas, refletidos por pensadores que, na sua dialética, fizeram avançar o melhor que puderam os conceitos de democracia, justiça e liberdade.

Chegámos a um ponto em que a máquina infernal dos mercados financeiros está desequilibrando a balança, de um mundo em convulsão por sua vez instável. E como, por definição, um mercado financeiro não pensa (não é uma entidade bem definida, é uma máquina fugidia), o papel e a função de o regular cabem à classe política, o que não está, nesse momento, na ordem do dia. E se a política já não tem o seu lugar, colocando-se apenas ao serviço de um sistema global de que já ninguém tem a chave, um sistema que é simultaneamente real e virtual, então estamos num impasse que não pode ser resolvido pelos meios atualmente utilizados.

Como é que podemos pensar em tudo isto de um ponto de vista espiritualista? Poderíamos dizer que de um ponto de vista cristão, ou mesmo de um ponto de vista simplesmente humanista, mesmo que ele fosse ateu. Porque os valores universais aceites e defendidos por todos os progressistas são mais ou menos os mesmos, apelando a todas as noções de justiça, igualdade, liberdade e emancipação para todos os seres humanos sem exceção.

O que podemos trazer à mesa, de um ponto de vista espiritualista, e que é diferente, são noções que apoiam o significado desses valores universais e os justificam com base em argumentos espirituais. Se o simples argumento de que todos os homens são livres e iguais perante a lei, uma posição de princípio que remonta à Revolução Francesa, continua a ser uma afirmação abstrata que nunca encontrou verdadeira aplicação. A natureza humana é tal que o egoísmo acaba sempre por vencer. E Porque? Porque vivemos numa situação de inferioridade global, em relação à evolução possível de uma humanidade que ainda está a dar os primeiros passos em termos de inteligência e de moralidade. Através do conhecimento espiritualista, sabemos que a Terra é um mundo habitado entre outros, um mundo que reflete o nível evolutivo dos seus habitantes, e que terá de ser transformado em consciência e amor.

Perante a reencarnação

Se nos remetêssemos às ideias mais pessimistas, que consistem em dizer que os seres humanos sempre tiveram os mesmos defeitos e nunca mudarão, estaríamos a colocar-nos na posição niilista de não acreditar em nada e de concluir que a vida é absurda, apesar de tudo nos dizer, no que diz respeito à história da humanidade, que muitas coisas puderam evoluir, embora de forma caótica, na organização das nossas sociedades. E é talvez aqui que temos esse elemento decisivo do

conhecimento de um passado histórico, um conhecimento que deveria ser uma força motriz para evitar repetir sempre os mesmos erros.

Não podemos desenvolver a consciência sem conhecimento, conhecimento do pensamento, da história, das civilizações que nos precederam e nas quais participámos mais ou menos. Sim, e este é o elemento inovador do Espiritismo que coloca as coisas em perspectiva: muitos de nós já viveram várias vidas na Terra, por isso participámos na história da humanidade nas nossas sucessivas vidas passadas, e quando falamos dos nossos antepassados, estamos também a falar de nós próprios. Isto é verdade para uma parte da humanidade, ligada às suas vidas passadas e mais ou menos reunida com os seus semelhantes que já conhecemos, para que possamos aprender a evoluir juntos. Quando sabemos isto, a situação já não é exatamente a mesma. Temos uma quota-parte de responsabilidade, por menor que seja pessoalmente, na construção histórica do nosso mundo: participámos de uma forma ou de outra, em diferentes existências, na vida do nosso planeta. Podemos ter sido os atores e os autores de coisas indignas que hoje condenamos. Cometemos inevitavelmente muitos erros, até mais do que erros, e para aqueles de nós que estão mais conscientes do que outros hoje, devemos ter em mente que nas nossas vidas anteriores podemos ter cometido atos repreensíveis que são parte integrante da história da humanidade. Por isso, temos de evitar cair nos erros do passado que, de uma forma ou de outra, podem ter sido nossos e que podemos reparar com uma nova consciência. E quando temos essa consciência, adotamos então um sentido de combate contra todos os males, com vista a aumentar o número de combatentes, na certeza de que, um dia, esse número se tornará na sua maioria suscetível de fazer pender o mundo para uma nova era.

O propósito divino

Passemos agora a outro argumento-chave do pensamento humano, o de uma força divina na origem da nossa vida. É possível desenvolver o pensamento sem Deus? Sim, até certo ponto, foi o que tentaram fazer filósofos ateus ou agnósticos como Sartre, Camus e outros. É uma aposta muito louvável querer transformar um mundo absurdo sem Deus numa humanidade que encontra o seu sentido através da justiça e da liberdade. É uma aposta totalmente desinteressada que abona a favor daqueles que, convencidos de que há um fim definitivo depois da morte, põem toda a sua energia na construção de um mundo melhor para as gerações futuras. E se algumas pessoas conseguem dar sentido a uma vida sem esperança de eternidade, não terão os crentes ainda mais razões para ter esperança, pensando numa humanidade diferente, já não sem Deus, mas desta vez com Deus? Evidentemente, esta linha de raciocínio exclui todo o fundamentalismo religioso, com as suas concepções de um Deus vingativo que o homem idealizou à sua imagem, segundo os seus próprios interesses.

No espiritualismo, onde Deus já não é um conceito teísta (religioso) mas deísta (no sentido do Deus de Voltaire), já não se trata de o encerrar em crenças, mas de o sublimar na sua natureza incomensurável, a partir de uma reflexão sobre as leis que regem o Universo e a vida. E se, como em todas as outras filosofias, o espiritismo não dá acesso a Deus, permite, no entanto, determinar parcialmente os seus desígnios. Foi o que fez Allan Kardec ao abordar a noção do divino a partir dos seus atributos e de certas leis universais trazidas à luz pela comunicação espírita.

Quando compreendemos que, criados por um impulso divino, simples e ignorantes no início, os nossos espíritos seguiram a lei natural da evolução da palingenesia para aperfeiçoar as nossas personalidades através de vidas sucessivas em

confronto com o mundo, então temos uma visão mais ampla da vida na sua continuidade. Viemos de um Deus que estamos a aprender gradualmente a compreender, para mais tarde, na eternidade, nos juntarmos a ele quando nos tornarmos espíritos puros. E se estamos longe desse estágio, é hoje e agora que precisamos de desenvolver uma reflexão sobre os princípios divinos, não só para nós próprios, mas sobretudo para uma sociedade humana que precisa de uma metamorfose para deixar de se afundar nas suas contradições egoístas e orgulhosas, cujos resultados sabemos serem sempre do mesmo tipo desde os primórdios da humanidade: conflitos de interesses, guerras, poder, apropriação de bens.

Será Deus a pedra angular que permite ao ser humano pensar diferente? Do ponto de vista espírita, pensamos que sim, na medida em que, partindo da noção de um Deus, mesmo fugidio, mas apreendido de forma natural, lógica e coerente, podemos vislumbrar uma sociedade diferente, onde os objetivos intelectuais e morais da vida teriam encontrado o seu pleno sentido, o sentido de uma verdadeira solidariedade que está inscrita no coração de cada ser humano, ou pelo menos que existe em germe, num potencial a desenvolver nesta vida ou na próxima. Mas não é preciso esperar pela próxima vida para avançar, quanto mais cedo melhor, tendo em vista que o planeta se encontra num ponto de passagem decisivo da sua evolução, em termos de desenvolvimentos tecnológicos, de disparidades de riqueza, de demografia e de perigos a vários níveis - ecológico, político, financeiro e Económico. A realização de um projeto divino, visto sob o ângulo do amor e da solidariedade, é a única perspectiva que salvará a humanidade das suas contradições ancestrais. Mas com a humildade de não nos considerarmos Deus, e de não atribuímos a Deus atributos à imagem do homem, poderíamos imaginar uma reforma do pensamento capaz de transformar o mundo com base em valores universais que sempre foram espezinhados pelos seres humanos.

Deste modo, e sem dúvida, a noção de divino, uma vez aceite e compreendida, será o meio para uma nova reflexão, não só a nível metafísico, mas também e sobretudo para uma nova abordagem dos problemas da humanidade, percebida de forma diferente, com o coração e com a razão, com a preocupação pelos outros, o que nos fará regressar à frase do profeta "Amai-vos uns aos outros", uma frase muitas vezes vazia de sentido para as próprias pessoas que a pregavam nas igrejas. Reencontremo-la, pois, numa sociedade secularizada, onde Deus já não será propriedade de uma casta de crentes, mas a energia vital, espiritual e amorosa de toda a humanidade.

DA RELIGIÃO AO ATEÍSMO

O século XIX viu surgir um movimento materialista antirreligioso, representado em particular pelo filósofo Karl Marx, que promoveu uma nova utopia social com conotações revolucionárias.

Já antes dele, no século XVIII, o Século das Luzes, os filósofos propunham uma explicação mecanicista do mundo que se opunha às teorias religiosas. Entre eles, La Mettrie, Diderot, d'Holbach, Helvétius e Cabanis, este último deixou-nos a sua célebre fórmula: "O cérebro segrega o pensamento como o fígado segrega a bÍlis".

Outros filósofos se seguiram na junção do outro século e ao longo do século XIX, aqueles que foram descritos como socialistas utópicos; figuras bastante espiritualistas em geral, como Charles Fourier que, para além do seu falanstério

comunal, acreditava numa forma de reencarnação, e depois Proudhon, Robert Owen, Saint-Simon, Victor Considerant e alguns outros.

Karl Marx diferiu radicalmente da corrente ideológica dos primeiros socialistas, refletindo em profundidade sobre o funcionamento da economia e das finanças, perspectivando o funcionamento de uma sociedade que tinha entrado na era industrial. Fez uma análise muito precisa das sociedades em termos de relações entre o capital e o trabalho na sua obra-prima "O Capital", uma tese enorme que muito poucos leram na íntegra, exceto pelo menos George Bernard Shaw, que fez questão de a ler... Ainda hoje, a sua análise do funcionamento da economia e das relações sociais não envelheceu nada. Jacques Attali dá-nos uma ideia disso no seu livro *Karl Marx ou "l'esprit du monde"* (2007), no qual coloca Marx no seu devido lugar, ou seja, no lugar do imenso filósofo que era, preocupado em descobrir o funcionamento das sociedades humanas para ver qual o seu potencial de transformação.

Marxismo e religião

Karl Marx foi obviamente um dos filósofos mais ateus do seu tempo. O primeiro princípio da sua filosofia materialista foi mostrar como a religião sempre foi "o ópio do povo", o travão de toda a evolução da consciência. Pensar de acordo com as diretivas divinas, pensar através do medo e da culpa, era a forma mais segura da religião (católica na França) exercer pressão no conluio entre o clero e a nobreza, para forçar o povo comum a obedecer, sob pena de sofrer mais tarde a ira de Deus, que o mandaria para o inferno se não se submetesse aos representantes de Deus na Terra, que eram os reis e os papas, apoiados pela nobreza e pelos altos clérigos. Após a queda da realeza e da nobreza, as atitudes pouco mudaram, reproduzindo mais ou menos os velhos padrões de uma nova classe, a burguesia, tendencialmente religiosa, contraposta pela classe proletária, cada vez menos religiosa.

A partir desta influência marxista, muitos pensadores viraram-se para o ateísmo, até ao século XX, acreditando que o único Deus era o Deus da religião, um Deus injusto e imoral que aceitava as hierarquias humanas que levavam à exploração dos mais fracos. Era, de fato, o Deus dos poderosos, um Deus que servia de biombo a um sistema capitalista desigualitário.

O único Deus que se podia imaginar era o Deus das religiões, ignorando a ideia de que se pode ser deísta sem religião.

Este importante princípio do marxismo cai como um cutelo na sua definição de um ateísmo de base que se opõe sobretudo à única noção divina que ele necessariamente rejeita, a de uma Igreja desonesta que recuperou para a sua própria causa uma mensagem cristã que tem pouca relação com o profeta que a transmitiu. Porque é que Marx se limitou a esta concepção demasiado simplista de um espiritualismo demasiado utilizado pelas religiões? E porque é que a maioria dos comunistas e um certo número de socialistas eram sistematicamente ateus? Ou porque é que muitos filósofos do século XX, como Sartre e Foucault, se contentaram com uma abordagem limitada ao Deus de uma religião? Mas houve também outros casos.

Do lado dos filósofos...

Há também ateus cujo niilismo não está necessariamente ligado a uma rejeição da Igreja; há também lugar para um ateísmo estritamente filosófico em relação ao raciocínio científico. Nisto, além disso, a abordagem não terá mais valor como prova

do que para um crente, será simplesmente baseada numa convicção íntima. Esta convicção ateia é também uma forma de crença, a crença na ausência de uma força divina combinada com a negação da sobrevivência do espírito após a morte.

Entre os filósofos, houve também quem desenvolvesse ideias metafísicas na tentativa de compreender o mundo, o seu possível criador ou, pelo menos, uma força inteligente e amorosa que presidisse ao destino do Universo. Voltaire, um filósofo do Iluminismo que não era um homem do clero, era mais deísta do que teísta. Dizia: "*O Universo envergonha-me, e não posso imaginar que este relógio exista e não tenha relojoeiro*", fazendo eco da expressão de Descartes sobre o "*grande relojoeiro*". Recordamos também a sua célebre frase: "*Se Deus não existisse, teríamos que inventá-lo*". Estamos longe de qualquer concepção religiosa reducionista. E para a anedota, lembremos também a resposta do anarquista Bakunin algumas décadas depois: "*Se Deus existisse, teria de ser morto*". Voltaire mostrava assim que é possível ter uma certa ideia de Deus, ser deísta, sem responder a uma teologia religiosa (teologia teísta). Do mesmo modo, no espiritualismo, podemos falar de uma certa ideia de Deus, fora de qualquer dogma teológico, uma ideia de um Deus que não degrada o ser humano, que não o subjuga, mas que lhe deu uma liberdade natural.

Também nos apercebemos de que os argumentos filosóficos contra a existência de Deus são muitas vezes fracos e insuficientes. Isso vê-se ainda hoje, por exemplo, no nosso filósofo Michel Onfray, que continua a apoiar-se em alguns argumentos antigos e banais que remontam a Karl Marx: ainda o medo de que a noção de um Deus nos conduza de novo à culpa ambiental que remonta ao pecado original, ainda o medo de que a noção de um Deus, mesmo atualizada, continue a ser um freio à realização e à emancipação humanas.

E, no entanto, temos uma série de contraexemplos que mostram que a fé em Deus não é sistematicamente sinónimo de opressão, mas, pelo contrário, de justiça e liberdade. E era esse o objetivo dos cristãos latino-americanos que se juntaram no movimento da "Teologia da Libertação". No plano metafísico, eram cristãos e, no plano social, eram marxistas. Estou a falar no imperfeito porque o seu tempo já passou, embora ainda sobrevivam em algumas partes do Brasil. A sua mensagem social era principalmente sobre uma revolução agrária para partilhar a terra, para que os grandes proprietários deixassem de explorar ao máximo a miséria dos seus trabalhadores camponeses, para que todos pudessem ter um pedaço de terra para sobreviver. Já não se trata do modelo da revolução russa com a sua coletivização, mas sim de uma simples partilha para que cada camponês possa viver do seu trabalho e ter o seu mínimo de subsistência. Quantos destes padres e camponeses da Teologia da Libertação foram assassinados pelos capangas dos grandes proprietários? Várias centenas. Um dos grandes líderes deste movimento foi o Arcebispo Dom Helder Câmara, que morreu em 1999 com 90 anos de idade.

Não se trata de uma mudança de sistema, mas simplesmente de um pedido de reequilíbrio da propriedade agrícola, nada mais. Em todo o caso, este exemplo mostra que Deus não pertence apenas à Cúria Romana ou a outras denominações, mas também aos revolucionários que compreenderam a mensagem essencial do profeta "Amai-vos uns aos outros", referindo-se às contribuições de Karl Marx. Podemos também ver neste exemplo que o preâmbulo de Marx, que consiste em dizer que a sua filosofia só é válida em termos do seu primeiro princípio, o materialismo, é um erro grosseiro, mas foi sem dúvida uma solução fácil, dado que ele estava a atacar o confinamento da mente pelas religiões e não um possível Deus.

É, portanto, possível aplicar toda a análise social e econômica de Marx sendo, de uma forma ou de outra, religioso, deísta ou espiritualista. Para ele, isso era incompatível; para nós, pelo contrário, é convergente quando nos interrogamos sobre o sentido da vida, sobre o sentido da evolução do espírito humano e quando retomamos os grandes valores originais do cristianismo e do espiritualismo, que são a justiça, a liberdade, a igualdade, o sentimento e o amor ao próximo. Estes valores não diferem em nada dos de Marx. Partindo de um princípio deísta ou ateu, podemos chegar às mesmas conclusões sobre a organização de uma sociedade e as transformações que ela exige. Assim o entendeu também o Papa João XXIII que, nas suas encíclicas, entre as quais a *Pacem in Terris*, fez uma análise pormenorizada de todos os sistemas políticos existentes, vistos sob o prisma da fé cristã.

Após esse breve apanhado das oposições entre o materialismo filosófico e o espiritualismo religioso que marcaram a história, nós, espíritas, podemos rejeitar essas duas concepções para redescobrir a noção de Deus ensinada pelos Espíritos desde as origens do Espiritismo.

A ASCENSÃO DO FUNDAMENTALISMO

Após décadas de progressos científicos consideráveis, nomeadamente no Ocidente, o ressurgimento do obscurantismo invade um debate que há muito cessou. O conservadorismo religioso está de volta, com os seus textos bíblicos, pondo em causa todos os progressos que realizámos na ciência e, conseqüentemente, na filosofia, sobretudo a partir do século XIX.

É claro que o fundamentalismo atravessa quase todos os movimentos religiosos, em graus variáveis. As grandes religiões monoteístas, nas suas representações mais clássicas, mantêm frequentemente uma ancoragem tradicional moderada, seja no cristianismo, no judaísmo, no Oriente budista e hindu ou no Islão. Mas estas grandes religiões tradicionais deram origem a movimentos fundamentalistas radicalizados, que tiveram certamente os seus equivalentes nos séculos passados, mas que hoje ressurgem com uma força sem precedentes, como se o passado voltasse para nós como um boomerang, um passado que julgávamos obsoleto e definitivamente resolvido.

Falar de uma Terra plana não passa de uma fake news anedótica, ou mesmo divertida... Atualizar a gênese da nossa filiação a Adão e Eva, que só apareceram há seis mil anos, é uma farsa alegre que não interessa a ninguém nas últimas décadas. E podemos enumerar uma série de absurdos transmitidos por uma leitura literal dos textos bíblicos. Se tudo isto se mantivesse ao nível da lenda e da crença popular, não teríamos grandes problemas, mas acontece que a ignorância pode ter conseqüências graves e imprevistas, quando o mito do obscurantismo vem suplantar o que já foi alcançado, com o objetivo de decretar normas morais, sociais e políticas. Se o vemos no Islão, que foi desviado e pervertido por alguns, também o podemos ver noutras religiões, onde o fundamentalismo é galopante no budismo e no hinduísmo e, em menor grau, em alguns católicos fundamentalistas, que continuam a ser uma minoria. Mas há uma outra franja do cristianismo que, desde há cerca de trinta anos, não deixa de ser preocupante pelo seu crescimento e expansão exponenciais: os movimentos herdados do protestantismo, que se tornaram religiões na América sob diversas denominações: metodistas, mórmones, adventistas, baptistas, presbiterianos, etc, e, sobretudo, os evangélicos, principalmente

pentecostais, que se encarregaram de influenciar a moral social e de apoiar algumas das opções políticas mais conservadoras.

Uma seita pode tornar-se uma religião

Em primeiro lugar, há grandes nebulosas sectárias que são designadas como tal, dirigidas por forças anónimas ou por um guru autoproclamado. No caso das maiores, trata-se de multinacionais ocultas com importantes ramificações financeiras em vários setores Económicos.

Para além destes movimentos fugidios que não é útil nomear, a definição inicial da palavra seita correspondia à emergência de movimentos dissidentes das grandes religiões estabelecidas. Assim, os vários movimentos evangélicos e outros que floresceram nos Estados Unidos foram rotulados pelos franceses de seitas pseudo-protestantes, embora na América fossem já religiões de pleno direito. Isto significa que qualquer movimento que se afaste da sua representação oficial se distingue dela, tornando-se uma seita que, a seu tempo, dará origem a uma nova religião.

No que diz respeito a estes ramos do protestantismo americano, o movimento mais influente é o dos evangélicos pentecostais, uma religião que está agora a espalhar-se por todo o mundo, particularmente em países que costumavam ser predominantemente católicos, como o Brasil.

Em termos sociais e societais, as posições evangélicas são ultraconservadoras: nos Estados Unidos, integraram-se verdadeiramente na vida política, apoiando os republicanos nas eleições presidenciais. Foi o que aconteceu recentemente, quando ajudaram a eleger Donald Trump, fazendo campanha por várias causas, entre as quais: acabar com o Obamacare (o novo sistema de segurança social fundado com dificuldade por Barack Obama), que facilita nomeadamente o acesso à contraceção; revogar o financiamento público das clínicas de planeamento familiar, de acordo com a sua cruzada contra o aborto; travam também uma batalha feroz contra qualquer legislação favorável às pessoas LGBT.

Tal como nos Estados Unidos, em termos políticos, o movimento evangélico brasileiro tornou-se um lobby muito poderoso que se revelou extremamente eficaz para assegurar o regresso inesperado de um fascista à América Latina.

O movimento evangélico americano está também fortemente envolvido nas questões do Médio Oriente, dando o seu apoio inabalável à política de Israel, acreditando que a Terra Santa deve ser devolvida ao povo hebreu, sem restrições nem divisões. Esta posição pode ser atribuída a uma rejeição do Islão e a um desprezo pelo mundo árabe e pelos muçulmanos em particular.

Existe uma grande proximidade entre o evangelismo e o judaísmo de linha dura, o de uma franja do sionismo que luta por um grande Israel e que, por conseguinte, rejeita qualquer divisão territorial exigida pelos que apelam à criação de um Estado palestino. Por exemplo, os evangélicos desempenharam um papel importante na transferência da embaixada dos Estados Unidos de Telavive para Jerusalém. Para eles, o Estado de Israel é o cumprimento da vontade de Deus expressa na Bíblia.

É aqui que se juntam os dois grandes lobbies, um em nome de Javé, o outro em nome de Deus e do seu Messias, mesmo que este último não seja reconhecido pelo povo judeu que, além disso, inclui um bom número de agnósticos que não dão qualquer conteúdo religioso às suas reivindicações. Reconheçamos, no entanto, que o povo israelita é plural e, por conseguinte, não é unânime no que se refere à anexação dos colonatos.

O poder do fundamentalismo

A preocupação com a ascensão do fundamentalismo muçulmano continua a fazer-se sentir em muitos países do mundo. Trata-se de uma realidade simultaneamente religiosa e política, cujas origens se encontram no barril de pólvora do Médio Oriente, onde, desde os anos 80, do Afeganistão ao Kuwait e ao Iraque, as cruzadas ocidentais, sobretudo americanas, desestabilizaram regiões inteiras, favorecendo a ascensão de opositores locais que se filiaram em movimentos religiosos radicalizados. Deste modo, a ascensão do islamismo deve muito a uma política internacional intervencionista deletéria, baseada em interesses petrolíferos ocultos. Seja como for, quaisquer que sejam as diferentes origens do fundamentalismo, o mal está feito: da Al-Qaeda ao Daesh ou ao Boko Haram, os poderes do fanatismo cego atacaram para criar o Estado Islâmico, entretanto reabsorvido, mas ainda ativo nos seus grupos dispersos. Este é um perigo que também atingiu duramente o Ocidente, e a França em particular, nos ataques de 2015* e outros que se seguiram. Mas não olhemos apenas para as nossas próprias regiões, consideremos também todos os ataques extremamente mortíferos, cada vez com dezenas de mortos, que afetam muitos muçulmanos nos países do Médio Oriente, e mesmo para além deles. No que diz respeito aos espíritas, já na década de 1980, os Espíritos expressaram uma certa preocupação com a ascensão do fundamentalismo muçulmano, que era suscetível de influenciar as nossas sociedades ocidentais. Tendo constatado, nestes últimos anos, que jovens franceses se converteram e se radicalizaram para aderir ao Daesh, e que o regresso de alguns deles continua a ser problemático, o nosso país deve manter-se extremamente vigilante, especialmente nas prisões, onde a propaganda islamista continua a propagar-se.

O fundamentalismo também não escapa às outras grandes religiões do hinduísmo e do budismo. É sobretudo na Índia, na continuidade do que Gandhi e Nehru já temiam noutros tempos, que, apesar do separatismo que deu origem aos dois territórios paquistaneses em 1947 (hoje Paquistão e Bangladesh), muitos muçulmanos ainda vivem na Índia e são regularmente perseguidos por fundamentalistas hindus ou budistas.

Do mesmo modo, na Birmânia, o povo Rohingya, muçulmano de um grupo étnico rejeitado, é perseguido e assassinado tanto por militares como por civis, e os sobreviventes refugiam-se no Bangladesh.

*Charlie Hebdo, Villejuif, Hyper Casher em Porte de Vincennes (7, 8 e 9 de janeiro) Bataclan e esplanadas de cafés em Paris (13 de novembro)

Capítulo 2

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA SOCIEDADE

As chamadas questões sociais são objeto de controvérsia e de divisão, na medida em que levantam problemas éticos que são submetidos aos intelectuais, aos cientistas, aos representantes das religiões e, em última análise, aos políticos responsáveis por legislar sobre esses assuntos. O objetivo é definir posições tão próximas quanto possível de uma moral universal que respeite as liberdades e estabeleça responsabilidades em domínios tão variados como o aborto, a eutanásia, a sexualidade, a paternidade, a adoção, a engenharia genética, o suicídio, etc. No entanto, a problemática de todos estes assuntos é fundamentalmente diferente se os considerarmos sob o ângulo da filosofia espiritualista, tendo em conta a sobrevivência do Espírito e a sua reencarnação.

A QUESTÃO DA EUTANÁSIA

Ao longo dos tempos, o fim da vida tornou-se um tema de preocupação e de controvérsia. A morte sempre foi motivo de preocupação, em maior ou menor grau, em todos os períodos da história da humanidade, mas houve uma resposta religiosa ou mesmo moral que levou à aceitação das condições, mas sem alterar o fim da vida ou, sobretudo, encurtá-la. As vidas eram mais curtas e mais expostas a todos os tipos de males. As doenças, mesmo as que hoje consideramos menores, tinham consequências fatais. A questão de viver ou não viver não se colocava; a sobrevivência era já um verdadeiro desafio, numa época em que as doenças, as epidemias, as guerras e as catástrofes eram frequentes. O tema do fim da vida é objeto de debate há várias décadas, desde que os progressos médicos e tecnológicos permitiram erradicar doenças graves ou contagiosas, tratar vítimas de acidentes graves que teriam morrido no passado, mas também e sobretudo manter a vida sob formas que se aproximam de uma vida vegetativa mantida graças a novos procedimentos.

O suicídio e a eutanásia são certamente temas distintos, mas têm pontos de convergência na sua abordagem moral do fim da vida. Durante séculos, foram as religiões que impuseram os códigos que faziam temer o fogo do inferno se transgredissem as leis divinas que proibiam acabar com a vida fora do seu termo natural. Atualmente, estas questões passaram para os cientistas, os filósofos e, finalmente, os legisladores, porque se tornou essencial adaptar as leis aos novos dados médicos e sociais específicos de cada cultura e país. Atualmente, no Ocidente, a morte é geralmente considerada como um assunto mórbido que se cala ou que se hesita em discutir, enquanto o fim da vida diz respeito a todos os seres vivos.

A questão da eutanásia, cujo sentido comum consiste em dar a morte quando uma pessoa está irremediavelmente condenada ou enfrenta um sofrimento insuportável e mortal a mais ou menos longo prazo, é regularmente objeto de notícias, em particular quando casos extremos são cobertos pelos meios de comunicação social. O caso Vincent Lambert, por exemplo, é um caso que, infelizmente, não é único e que dividiu uma família dividida entre preservar a vida a todo o custo para uns e assegurar um fim de vida digno para outros. Dito isto, numa sociedade demasiado mediatizada pelos meios de comunicação social, são estes casos dolorosos que estão a fazer avançar o debate e, da mesma forma, a legislação. Se a lei sobre o fim da vida foi alterada, foi em parte devido ao caso de Chantal Sébire, que não estava,

em rigor, perto do fim da sua vida, mas que sofria de uma doença terrível que lhe deformava horripelmente o rosto.

A abordagem desta questão varia de país para país. Na Europa, para resolver a questão dos episódios difíceis do fim da vida, os países do Benelux e a Suíça adotaram posições de princípio sobre a eutanásia autorizada sob diversas condições, e mesmo o direito ao suicídio assistido na Suíça e na Bélgica. As atitudes decorrentes das tradições religiosas não são neutras nesta matéria, onde se registram diferenças de apreciação entre os países protestantes do Norte e os países latinos e católicos do Sul. O debate francês sobre o assunto é, sem dúvida, influenciado por uma cultura judaico-cristã em que qualquer atentado à vida é, muitas vezes, um tabu inultrapassável: ninguém tem direito à vida ou à morte sobre ninguém e, por isso, são os católicos mais conservadores que abraçam a causa da mesma forma que se manifestam sobre outros assuntos como a homossexualidade, a parentalidade entre pessoas do mesmo sexo ou o aborto. Este tipo de posição existe também em certos círculos espiritualistas conservadores, onde há uma visão semelhante de que o sofrimento é uma prova querida por Deus, uma prova que deve ser suportada até ao fim, como um karma inevitável. No entanto, estas posições são minoritárias nos meios cristãos e inexistentes nos meios espiritualistas progressistas. É evidente que não se trata de pôr em causa a santidade da vida, mas de examinar em que medida uma terapia prolongada é suscetível de prolongar o sofrimento para além do razoável, quando um estado patológico se tornou irreversível. Temos então o direito de colocar o problema de outra forma: será que se trata de preservar a vida quando uma pessoa já não tem qualquer meio de a exprimir, congelada em dores físicas e psíquicas, ao ponto de não ser nada, nem neste mundo nem no outro, presa entre os dois?

O que diz a lei? A atual legislação francesa sobre o assunto é o resultado de um longo processo de reflexão sobre o significado da implacabilidade terapêutica. O quadro legislativo é agora definido por leis propostas pelos deputados Jean Leonetti e Alain Claeys, a mais recente das quais foi aprovada a 2 de fevereiro de 2016, que afirma no preâmbulo: *"Todas as pessoas têm direito a um fim de vida digno e pacífico até à morte, e os profissionais de saúde devem utilizar todos os meios à sua disposição para o conseguir"*. Em rigor, não se trata nem de suicídio assistido nem de eutanásia, embora se fale pela primeira vez de sedação forte com o objetivo de ajudar as pessoas a morrer com menos agonia. Trata-se, de fato, de um *"direito a dormir para evitar o sofrimento"*. A partir de agora, um médico não poderá opor-se a um pedido de sedação profunda e contínua de um doente que sofra de uma doença grave e incurável, cujo prognóstico vital esteja em risco e que esteja a passar por um sofrimento refratário ao tratamento, ou quando a sua decisão de interromper o tratamento ameaça o seu prognóstico vital a curto prazo e seja suscetível de provocar um sofrimento insuportável. Esta sedação é acompanhada de uma interrupção de todos os tratamentos, incluindo a alimentação e a hidratação.

Estes textos têm por objetivo, por um lado, evitar a prática da eutanásia pura e simples e, por outro, impedir a obstinação terapêutica, aqui designada por "obstinação irrazoável" no tratamento de doentes em fim de vida, mesmo que o doente não possa exprimir a sua vontade; neste caso particular, será necessária uma decisão colegial da equipa de saúde para decidir a sedação. De igual modo, passa a ser possível ao doente nomear uma pessoa de confiança, cujo testemunho passa a prevalecer sobre qualquer outro testemunho prestado pela família ou amigos próximos. A lei de 2016 prevê igualmente a possibilidade de elaborar "diretivas antecipadas", ou seja, um documento em que cada cidadão pode exprimir

a sua vontade sobre a possibilidade de limitar ou interromper um tratamento médico, caso se encontre numa situação desesperada. Estas diretivas são vinculativas para a profissão médica, o que significa que devem ser respeitadas pela profissão médica, com duas exceções. O médico pode ignorar as diretivas em caso de urgência, a fim de dispor de tempo suficiente para avaliar a situação médica, ou quando as diretivas antecipadas se revelarem manifestamente inadequadas ou incoerentes com a situação médica. Se for o caso disso, a recusa do médico em aplicar as diretivas antecipadas de vontade do paciente é feita segundo um procedimento colegial e registrada no processo médico. A pessoa de confiança ou, na sua falta, a família ou os amigos próximos são informados. A previsão de tais diretivas permitiria evitar muitas situações difíceis, quando o pessoal de saúde tem relutância em administrar a sedação ou quando as famílias confrontadas com uma situação tão dolorosa não se permitem dispor da vida dos seus entes queridos.

O ponto de vista espírita

Partindo da noção essencial de sobrevivência numa continuidade vital do Espírito após a morte, podemos encarar o fim da vida, já não numa perspectiva trágica, mas numa perspectiva libertadora. Acabar com a vida prematuramente seria um erro, até mesmo um crime, e todos estariam de acordo. Mas persistir em manter a vida à custa de um sofrimento insuportável, quando sabemos que a situação é irreversível, é obrigar voluntariamente as pessoas a sofrer sem lhes pedir a sua opinião, quando são reduzidas a um estado quase vegetativo mantido pela tecnologia médica. Estamos então perante uma responsabilidade que só pode ser assumida pela família e pela equipe médica, uma responsabilidade da qual o doente é necessariamente excluído. É aqui que, do ponto de vista moral, existe uma controvérsia e uma contradição entre aqueles que defendem o prolongamento terapêutico, acreditando que a vida é sagrada, e aqueles que querem razoavelmente pôr fim a um sofrimento insuportável.

O ponto de vista espírita, neste caso, será o de não perpetuar um sofrimento inútil quando a situação é irreversível. Os progressos da medicina permitiram aliviar um certo sofrimento, mas, ao mesmo tempo, permitiram prolongar esse sofrimento quando se trata de um exagero terapêutico. Há aqui, portanto, uma distorção inaceitável do ponto de vista ético: se a ciência está a liderar a luta contra todo o sofrimento físico, não deve, ao mesmo tempo, prolongá-lo sob o pretexto da preservação forçada da vida.

O Espírito que desencarna em consequência de uma doença ou de uma deficiência irreversível que não lhe permite mais viver, experimentará, na sua nova condição, um extraordinário sentimento de libertação, ao reencontrar a sua verdadeira natureza, a de Espírito liberto dos tormentos corporais. E não há justificativa para esse tipo de provação, porque o plano divino não inclui qualquer noção de culpa que resulte no pesado castigo da agonia interminável. Pelo contrário, trata-se de uma questão de dignidade humana, do famoso "*direito de morrer com dignidade*", que deve nos levar a dividir responsabilidades entre o doente, se ainda for capaz, a família e a classe médica, numa solidariedade que precisa desabrochar, solidariedade que consiste em tomar as decisões mais justas com respeito às pessoas, e digamos mesmo com respeito ao Espírito em vias de desencarnar.

Perante uma situação insuportável, cada um de nós não imploraria a Deus e aos seres humanos que lhe pusessem termo? Mas aqueles que tomam decisões no lugar do moribundo estão geralmente de boa saúde e nem sempre se perguntam como se sentiriam se tivessem de passar por tormentos idênticos. Amar é colocar-se

no lugar do outro e, no mínimo, fazer a seguinte pergunta: como é que eu próprio reagiria se estivesse nessa situação? Diz-se frequentemente no Espiritismo que não há derrogação para a eutanásia, considerada como um atentado à vida. Também se diz que toda vida deve ser realizada até o fim, mesmo à custa de sofrimentos terríveis que contribuiriam para o avanço do Espírito. Este ponto de vista, que corresponde às respostas dadas pelo além no final do século XIX, época em que não existia o tratamento implacável, não é mais sustentável hoje, a menos que o sofrimento seja justificado por uma visão punitiva ou expiatória da existência. Além disso, com as condições atuais de uma possível implacabilidade terapêutica que pode levar muito longe o absurdo de uma vida vegetativa, estes pontos de vista têm de ser revistos e não podemos continuar a deter-nos em concepções dogmáticas que pertencem a outro tempo e que não têm em conta a evolução das tecnologias médicas.

As leis Leonetti Claeys representam um passo em frente definitivo em termos de questões relacionadas com o fim da vida, com base numa abordagem que foi cuidadosamente ponderada e refletida. Algumas pessoas consideram que esta legislação é ainda insuficiente e que o recurso à eutanásia ativa deveria ser mais liberalizado. O assunto continua a ser complexo, na medida em que demasiada liberdade pode levar a abusos e não temos suficiente visão retrospectiva do que é praticado mais livremente noutros países. De um ponto de vista espírita, face aos abusos que podem existir na implacabilidade terapêutica ou, inversamente, no liberalismo excessivo, as leis atuais parecem-nos conformes a uma boa abordagem do fim da vida com dignidade, para a qual será sempre necessário encontrar, caso a caso, as modalidades de aplicação adequadas. Estas leis terão necessariamente de ser completadas ao longo do tempo, à medida que forem surgindo novas ideias. Mas, pelo menos, o quadro jurídico já é positivo, proporcionando às famílias e à profissão médica diretrizes jurídicas que se aproximam o mais possível das exigências éticas face a questões de consciência dolorosas.

SUICÍDIO

Tanto na cultura cristã como na cultura espírita, o suicídio é geralmente apresentado como um ato repreensível, culpado e condenável, pois representa um atentado à vida; de certa forma, é um crime contra si próprio. Durante séculos, a tentativa de suicídio foi punida por lei. Durante muito tempo, a Igreja Católica manifestou a sua desaprovação, recusando dar aos suicidas um enterro cristão, mas atualmente o clero julga o suicídio de forma diferente, tendo em conta o sofrimento das pessoas que sofrem de depressão ou de patologias psicológicas. Embora a condenação do suicídio em *O Livro dos Espíritos* seja inequívoca, embora a responsabilidade do suicida seja atenuada em certos casos, devemos, como em todas as coisas, reexaminar e aperfeiçoar princípios que não são dogmáticos, mas que devem ser reconsiderados com base numa melhor compreensão da natureza humana em todos os seus aspectos psicológicos e emocionais. Para além dos problemas psicológicos a ter em conta, há um outro elemento decisivo que deve ser considerado: a responsabilidade partilhada. Antes de mais, do ponto de vista psicológico, devemos considerar, por exemplo, a depressão como uma fraqueza resultante da má vontade do sujeito (a velha teoria) ou como uma verdadeira doença? Atualmente, temos tendência para a considerar como uma patologia psicológica, o que minimiza a responsabilidade do indivíduo quando este se torna suicida. Na concepção antiga, só víamos as coisas do ponto de vista do livre-arbítrio, mas com os avanços da psicologia moderna, compreendemos que não há mais uso real da liberdade quando

a mente humana está obscurecida por seus próprios tormentos, justificados ou não. No entanto, já em *O Livro dos Espíritos*, mesmo que o suicídio fosse considerado do ponto de vista da culpa, esta era minimizada quando, por exemplo, "*há algumas vezes uma espécie de loucura que é como a loucura*". Assim, já eram evocados graus de culpabilidade pessoal, de acordo com diferentes cenários. Para além deste aspecto psicológico, a maior parte dos suicídios levanta a questão da responsabilidade de uma outra pessoa que não o suicida, um terceiro ou terceiros. Verificamos muitas vezes que, quando uma pessoa sofre grandes reveses nos seus meios de vida (perda de trabalho, desemprego e, portanto, diminuição ou ausência de rendimentos), surge uma cascata de consequências imprevistas, como o abandono da família e dos amigos mais próximos, o divórcio, a perda de habitação, etc., a tal ponto que, de uma situação perfeitamente normal, uma pessoa pode, de um dia para o outro, ver-se ignorada por todos, abandonada, porque já não representa nada socialmente. Esta é uma das causas mais comuns de suicídio e coloca a questão da responsabilidade a vários níveis: a de uma sociedade que já não tem capacidade para sustentar os seus cidadãos e, por vezes, a de um cônjuge ou de uma família que abandona a pessoa que lhe garantia o sustento.

A responsabilidade pessoal é difícil de definir, uma vez que o ato é frequentemente praticado num estado de angústia grave, o que torna muito difícil medir a extensão da responsabilidade em termos de uma vontade livre cuja capacidade de julgamento está necessariamente diminuída. Uma pessoa pode, com razão ou sem ela, sentir-se perseguida, mal-amada ou abandonada, e encontrar-se numa forma de perturbação psicológica de gravidade variável, que, em certos casos, pode ser qualificada de doença. Isto é particularmente verdadeiro no caso da depressão, quando o sujeito é obcecado por um terrível sentimento de nada que se torna numa verdadeira dor. A liberdade é então reduzida a nada, e o livre arbítrio, que supostamente representa a capacidade de julgar uma situação para fazer uma escolha, deixa de ser plenamente eficaz.

Da livre escolha à liberdade

O livre-arbítrio é um princípio geral eminentemente kardecista e, portanto, ligado à ética espírita. Embora todo ser humano tenha, no fundo, uma intuição fundamental que lhe permite distinguir entre o bem e o mal, ele não está convencido disso nos primeiros estágios de sua evolução palingenética, quando, às vezes cego por uma ideia elevada de si mesmo, ainda não aprendeu a considerar o próximo senão como um escravo à sua mercê, ou como um indivíduo que pode lhe fazer um favor, reconhecê-lo, admirá-lo ou refletir para ele a imagem que ele espera do outro. Nos primeiros estágios da evolução, a ausência de consideração pelos outros corresponde ao egoísmo e ao orgulho da pessoa que só olha para a sua própria pessoa e para os seus interesses, numa ausência ou insuficiência de moralidade, sendo a moralidade o início de um reconhecimento dos outros que se pode tornar amor pelos outros. Antes de chegar a essa noção, o indivíduo aprende primeiro a descobrir-se a si mesmo e depois a reconhecer os outros, mas acontece frequentemente que, durante as primeiras vidas, ele não passa de um mau espírito cheio de si mesmo, desprezando ou odiando os outros, sejam eles quem forem; é o que temos visto muitas vezes durante as difíceis libertações de espíritos endurecidos, desprovidos de qualquer moralidade, desprovidos de qualquer sentimento, permanecendo no fundo de suas almas os dominadores ou criminosos que eram quando vivos. Nessa fase, o livre-arbítrio é pouco perceptível, porque o Espírito que se compraz no mal dificilmente pode adivinhar que possa existir uma

noção do bem, noção que ele próprio nunca experimentou, noção que lhe é estranha, noção que o faria renunciar à alta opinião que tem de si mesmo. E é essa noção que ele descobre em certos casos particulares, de uma forma brutal, quando, através da libertação espírita, se vê impelido para uma luz ofuscante que ele recusa a princípio. Depois, contra a sua vontade, vê-se obrigado a reconhecer-se tal como é, enquanto lhe é imposta uma noção de bondade e de amor, e então, pela primeira vez, é chamado a medir conscientemente as noções de bem e de mal perante os seus delitos, crimes ou exações. É nesse exato momento que a noção de livre-arbítrio adquire maior importância, e aumentará à medida que a evolução progride, tornando-se de certa forma proporcional ao avanço do Espírito.

Se, por outro lado, se trata de espíritos superiores, o livre arbítrio, que indica a capacidade de escolher, quase se tornará um conceito inadequado, porque o espírito, tendo-se tornado inteligente e amoroso, escolherá a direção moral correta sem sequer ter de fazer a pergunta. Quando o amor se torna a direção e o sentido de uma vida, já não é uma escolha, é uma determinação que se impõe e transcende o livre arbítrio para se tornar não a alternativa de uma escolha embaraçosa que questiona a moralidade, mas a verdadeira liberdade quando o ser se tornou totalmente ele próprio. É o grau de liberdade que é proporcional à convicção e ao impulso sem reservas de um sentimento. Assim, a liberdade transcende e supera o livre-arbítrio quando o Espírito atinge o estágio que foi descrito como *Espírito Superior* em *O Livro dos Espíritos*.

Assim, as responsabilidades variam de acordo com o grau de livre arbítrio ou de liberdade; podem também ser individuais ou mais coletivas quando o ambiente cria as condições para um estado suicida. E neste segundo caso, a questão do livre-arbítrio deve também ser colocada àqueles que, por indiferença ou falta de solidariedade e de amor, terão uma parte da responsabilidade e, portanto, da culpa de um suicídio.

Noutros casos mais específicos, as pessoas são também levadas ao suicídio em situações sociais, políticas ou de guerra, em que não há praticamente outra solução senão morrer. O caso extremo é o do resistente torturado, cujo destino acaba por ser fatal e que, dispondo dos meios para pôr termo à sua própria vida, abrevia o seu próprio sofrimento. Neste caso específico, podemos considerar que o ato voluntário de fugir a um sofrimento insuportável quando o resultado é conhecido é totalmente legítimo, e que não há necessidade de nos colocarmos questões desagradáveis porque se trata mais de um crime do que de um suicídio. Além disso, há casos de suicídio dito altruísta, em que uma pessoa se sacrifica pelos outros, e que ocorreram durante conflitos de guerra; nestes casos, o objetivo já não é fugir à vida, mas acabar com ela para salvar outras vidas.

Suicídio assistido

A outro nível, o suicídio é também referido como uma alternativa à eutanásia. O suicídio assistido por médicos é o ato de proporcionar a um doente que sofre de uma doença incurável os meios para pôr termo à sua própria vida face a um sofrimento intolerável. Em alguns países, certas formas de suicídio assistido foram legalizadas, num quadro médico e regulamentado. O suicídio assistido por médicos é ilegal na maioria dos países, com as notáveis exceções da Suíça, dos Países Baixos, do Canadá e de quatro estados dos Estados Unidos. Nestes países, o suicídio assistido por um médico está previsto sob o controle de um médico e com a aprovação prévia e ponderada de familiares ou amigos próximos, de acordo com a famosa fórmula do direito a morrer com dignidade. Nos países que enveredaram por

esta via, parece que há ainda um certo número de erros mais ou menos regulamentados por lei. Na Suíça, por exemplo, o código penal pune qualquer pessoa que, movida por um motivo egoísta, preste assistência com vista ao suicídio. Assim, podemos ver os limites do que pode correr mal. E, desse ponto de vista, existem protocolos muito específicos nesses países, como no Canadá, nos Países Baixos e nos Estados Unidos, nos estados de Oregon, Washington, Vermont e Montana. Esta delicada questão do suicídio assistido abre um novo debate ético; é, sem dúvida, prematuro decidir de um ponto de vista espiritualista; e, de momento, apenas diz respeito aos países mencionados, com uma falta de feedback e de retrospectiva face à importância dos problemas colocados.

Em conclusão, no que diz respeito ao suicídio em geral, há uma primeira posição, a das pessoas que se opõem a qualquer aceitação do suicídio, considerando que, em todos os casos, sem exceção, é um crime contra si próprio que, para os crentes numa vida após a morte, corre o risco de provocar os piores tormentos depois da morte.

Do ponto de vista espírita, sabemos que o ato de abreviar voluntariamente a própria vida é uma falta grave, cuja consequência será que o Espírito, não tendo completado a sua vida, terá que reencarnar mais rapidamente para novamente pensar em realizar o que não foi realizado. Mas, para além desta noção geral, há muitos casos particulares: por exemplo, é preciso ter em conta a idade do suicida, que pode já ter completado a maior parte da sua vida; por vezes, já não se trata de atos de angústia, mas de atos deliberados, tanto de ateus como de crentes. E depois, é claro, temos de considerar todos os casos acima mencionados em relação à responsabilidade do ambiente humano, onde toda uma sociedade é responsável pela falta de atenção, benevolência e caridade que levam ao desespero e à realização de um ato fatal.

Sabemos também que a pessoa que põe fim à sua vida não incorre em punição divina ou espiritual. O Espírito, no seu regresso prematuro à vida etérea, terá de compreender o seu gesto, medir a sua inutilidade e voltar mais rapidamente à vida encarnada para realizar o que foi ignorado ou abreviado. O Espírito não é punido, é simplesmente submetido, como todos, à lei de evolução que passa pela encarnação necessária, e nisso é ajudado pela presença amorosa e compreensiva do seu Guia e de outros Espíritos amorosos.

JUSTIÇA E CASTIGO

A repressão dos crimes e das contravenções é um tema que todos os decisores, em todos os países, tiveram de enfrentar para manter uma certa ordem social, o que se verificou ao longo da história da humanidade. É necessário punir todos os comportamentos transgressores e indenizar as vítimas pelos danos sofridos. A segurança e a paz civil não podem ser mantidas sem uma polícia e um sistema judicial bem estruturados num país; estas são funções por natureza soberanas que competem aos poderes instituídos no interesse da equidade, da segurança e da imparcialidade. Na realidade, as leis sempre foram aprovadas para evitar que as pessoas façam justiça pelas próprias mãos, com todas as consequências que isso pode acarretar, incluindo reações inevitavelmente subjetivas e por vezes desproporcionadas. Já na Idade Média, foi introduzida a quarentena, um período durante o qual as vítimas e os agressores não se podiam encontrar, a fim de apaziguar o ódio e evitar que os indivíduos fizessem justiça pelas próprias mãos.

Em vez da lei ancestral e arcaica da retaliação, que infligia ao culpado a mesma pena que a vítima, foi introduzida uma escala de penas, graduada em função da gravidade do ato cometido e das suas consequências para as vítimas, tendo em conta, em certa medida, o estado mental do culpado, mediante a introdução de penas atenuantes em determinadas circunstâncias.

Os legisladores desenvolveram uma série de sanções para as infrações e os crimes. A pena capital sempre foi aplicada, sobretudo em processos penais, mas não apenas em crimes de sangue. Ao aplicar a lei, o juiz decidia sobre a vida ou a morte de um indivíduo de acordo com critérios que ainda são discutíveis.

Para julgar corretamente, é necessário determinar exatamente onde se situa a culpa, como pode ser qualificada, qual a sua gravidade, qual o grau de responsabilidade do acusado e, em seguida, quais as sanções a aplicar para que seja feita justiça à vítima, mas, sobretudo, para que o infrator possa compreender a sua culpa e tenha a oportunidade de repará-la.

A justiça nem sempre responde a estas questões de forma justa, mas sim à luz de critérios societários por vezes distantes da própria essência de cada ser humano, havendo sempre a tendência, para usar uma expressão banal, de punir a pessoa que empunha a faca e não a pessoa ou pessoas que levaram a esse extremo. É certo que as leis evoluíram com o tempo, tentámos ser mais justos e mais compreensivos em relação a certos delitos.

No entanto, há ainda casos em que os criminosos nunca serão julgados e, no entanto, jogam com a vida dos outros para obterem ganhos essencialmente pecuniários: quando se mata deliberadamente populações à fome, quando se injetam substâncias nocivas na agricultura para obter rendimentos cada vez mais elevados, quando os laboratórios conhecem os efeitos nocivos de certos medicamentos. Assim, na relatividade do juízo, há assassinos mais culpados na verdade do que aqueles que matam por cólera, paixão ou miséria, como aquelas pessoas que parecem honestas e sinceras e que, friamente, conhecem os riscos para a vida das populações, mas não desistem por razões estritamente financeiras. Desta forma, aqueles que são verdadeiramente culpados em termos morais continuam a escapar a qualquer forma de justiça. Por vezes, como o demonstram exemplos recentes, a justiça é tendenciosa a favor dos poderosos, quer se trate de grandes grupos industriais contra os assalariados, quer se trate de uma relativa tolerância para com os acusados de fraude fiscal ou de branqueamento de capitais.

O Espiritismo e a lei de evolução nos levam a estudar o comportamento criminoso sob um ângulo diferente, considerando que vivemos num planeta relativamente inferior, onde a consciência ainda é estreita em todos os níveis. Algumas pessoas têm um passado criminoso que às vezes as alcança nesta vida, geralmente porque não encontraram o ambiente familiar e social propício para apagar memórias inconscientes que ressurgem em situações semelhantes. É claro que nenhum juiz seria capaz de compreender e aceitar este fato, porque os critérios utilizados para avaliar estes casos são demasiado humanos e não têm em conta certos parâmetros evolutivos. Além disso, para além do menor desenvolvimento moral, as condições de vida são precárias. Além disso, as carências afetivas de todo o tipo e, sobretudo, a falta de referências e de valores, expõem as pessoas a comportamentos desviantes.

Abolição da pena de morte

A responsabilidade coletiva deve ser considerada quando os Estados fomentam situações de guerra, com todas as consequências indiretas que isso implica. No que se refere ao radicalismo, por exemplo, as causas profundas encontram-se na política

externa seguida durante anos, sobretudo pelos Estados Unidos, que criou um verdadeiro barril de pólvora no Médio Oriente. Assim, quando se trata do fundamentalismo muçulmano e das suas bárbaras ações terroristas, é difícil julgar pessoas que foram condicionadas desde a mais tenra idade e cujas faculdades de discernimento foram abolidas. A culpa deve ser medida pelo grau de consciência da pessoa que transgrede a lei. É certo que, na França, criámos a desculpa da insanidade para evitar a punição de certos crimes, mas deveríamos ir mais longe na atenuação da responsabilidade.

Somos muitas vezes confrontados com um sistema de justiça a dois níveis, consoante a classe social a que pertencemos. Os juízes esclarecidos e progressistas, que tentam corajosamente ser objetivos no seu trabalho, são muitas vezes censurados pelo simples fato de irem contra a mentalidade comum e correta.

No imaginário coletivo, justiça significa condenação, mas deveria significar também, e sobretudo, prever e providenciar a reabilitação da pessoa que cometeu uma falta. A justiça indispensável não deveria só ter os pés no chão e ser fria, mas deve ter em conta a dimensão espiritual de cada ser humano. Todos nós somos espíritos, criados simples, ignorantes e altamente falíveis. Ao longo das nossas vidas sucessivas, todos nós cometemos atos condenáveis, e o progresso que fizemos foi graças à atenção e à compreensão de seres mais avançados. Punir não significa destruir, muito menos matar, e devemos questionar a pena de morte, que ainda existe em demasiados países.

Foi abolida na França em 1981, graças à determinação do Presidente François Mitterrand e à luta corajosa do Ministro da Justiça Robert Badinter. Esta vitória foi o resultado de anos, ou mesmo séculos, de luta dos abolicionistas. Muitos espíritos iluminados, como os filósofos do Iluminismo, Voltaire, Diderot, Rousseau, Montesquieu e Condorcet, escritores empenhados como Victor Hugo e Lamartine, e políticos como Jean Jaurès e Léon Blum, travaram esta batalha sem tréguas. Vários Presidentes da República, como Armand Fallières, aplicaram quase sistematicamente o direito de perdão que lhes é conferido pelas constituições em vigor.

Noutros tempos, a pena de morte aplicada na França devia ser acompanhada de um sofrimento prévio, para que o culpado pudesse expiar o seu crime e para mostrar ao povo o que custava violar a lei. Assim, durante séculos, a pena de morte e todos os seus suplícios variaram consoante a natureza do crime, sendo os piores horrores reservados aos regicidas. As execuções eram públicas, com a intenção de impressionar o público e de dissuadir os criminosos, mas isso nunca teve qualquer efeito dissuasor. Acima de tudo, em caso de erro judiciário, deixava de ser possível reparar o erro. A este respeito, não esqueçamos os casos infames de Jean Callas, condenado e executado injustamente, e o caso Christian Ranucci, mais próximo do nosso tempo.

A abolição é, portanto, um grande passo em frente, e já estava na ordem do dia em *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, no século XIX. E é uma batalha que ainda hoje se trava em muitos países.

Em 2016, a Anistia Internacional contava 104 países no mundo que tinham abolido completamente a pena de morte, e 140 se incluímos os países que não a aboliram, mas não a aplicam. O número de execuções tem vindo a diminuir ao longo dos anos, embora tenha havido picos, como em 2015, ano em que se registou um recrudescimento dos ataques terroristas. A Anistia Internacional registou 1032 execuções em 2016 e 993 em 2017, a esmagadora maioria das quais na Arábia Saudita, no Irão e no Paquistão. Já para não falar da China e da Coreia do Norte,

que não divulgam os seus números em nome do segredo de Estado, mas que se pensa serem da ordem dos milhares.

Os países que ainda aplicam a pena de morte situam-se sobretudo na África, no Sul da Ásia e na América do Norte. Num grande país democrático como os Estados Unidos, o corredor da morte é uma vergonha para a humanidade. Os prisioneiros esperam por vezes anos antes de serem executados, anos durante os quais sofrem humilhações e uma desumanização total. As suas sentenças são frequentemente proferidas no final de julgamentos por vezes falhados, sem uma verdadeira defesa para os arguidos, a maioria dos quais de cor e de meios modestos.

Segundo os princípios espíritas, ninguém tem o direito de vida ou de morte sobre o seu semelhante. Se o crime é sempre repreensível e nunca justificável, deve ser punido com medidas adequadas ao culpado, mas as instituições oficiais de todos os países deverão acabar por abolir a pena capital. As instituições humanas estão intimamente ligadas ao nível geral de evolução do planeta; por conseguinte, a criminalidade desaparecerá um dia na Terra, não devido a ameaças e sanções como a pena capital, mas devido a uma evolução da humanidade em termos de compreensão e moralidade. Todos os seres humanos têm direito à dignidade e ao respeito, e isso significa dar a todos a oportunidade de serem educados em boas condições, num ambiente familiar e social compreensivo que conduza os seres humanos ao melhor de si mesmos, em vez de os deixar tropeçar nas armadilhas inerentes a sua natureza ainda relativamente subdesenvolvida, que podem já ter experimentado em vidas anteriores. Muitas mentes orgulhosas da Terra recusam-se a ouvir esta afirmação e, no entanto, precisamos de mudar as nossas mentalidades nesse sentido, porque é através da humildade e da coragem que as instituições avançarão e não através de ameaças.

Os terráqueos estão ainda condicionados por um passado pesado de sofrimento, ódio e dificuldades que ainda não ultrapassaram, o que os leva a reagir com impulsos que estão ligados tanto ao seu passado como ao ambiente atual em que vivem. Por vezes, tendem a reagir instintivamente com violência, sem se aperceberem da gravidade dos seus atos. Tal como estamos a introduzir uma maioria civil, devemos introduzir uma maioria de discernimento. A educação das crianças e dos adolescentes é uma questão que diz respeito a toda a sociedade e não apenas ao poder judicial.

A questão prisional

A questão da privação de liberdade continua a ser recorrente e é regularmente reavivada à luz dos acontecimentos atuais. Tal como as execuções aumentaram em 2015 devido ao surto terrorista, também o encarceramento por esta razão aumentou significativamente; no entanto, na França, a proporção de indivíduos encarcerados por atos relacionados com o terrorismo nas prisões é baixa (atualmente cerca de 2.000 reclusos radicalizados numa população prisional de cerca de 70.000), tal como a proporção de pessoas encarceradas por crimes de sangue permanece limitada (cerca de 7%).

A maioria está presa por delitos menores; muitos dos encarceramentos estão ligados ao problema da droga e, também neste caso, não devemos procurar os verdadeiros culpados que estão a puxar as cordas, colhendo enormes lucros sem se exporem a punições. Além disso, cerca de um quarto da população prisional é constituída por pessoas presas preventivamente, ou seja, sem qualquer prova de culpa, e a duração desta prisão preventiva está a aumentar devido à dificuldade de chegar mais rapidamente a decisões judiciais.

Embora seja óbvio que num país democrático é necessário cumprir a lei e assumir as consequências do seu descumprimento, a pena de prisão deve ser proporcional ao grau de consciência e de culpa do infrator. Não se pode culpar os juizes que aplicam o direito penal e que são alvo de fortes críticas quando um recluso é libertado em liberdade condicional, permitindo-lhe cometer crimes, embora estes casos de grande visibilidade continuem a ser muito marginais. Embora o encarceramento continue a ser uma necessidade difícil de contornar no nosso planeta, um aspecto da prisão que é demasiadas vezes esquecido é o fato de dever reeducar e preparar os reclusos para a sua libertação, o seu regresso e a sua integração na sociedade. No entanto, este programa é muitas vezes negligenciado, não só por falta de recursos, mas também por falta de vontade política.

Há décadas que os políticos se preocupam com a questão das prisões e todos os Ministros da Justiça propõem medidas de modernização e, sobretudo, de construção de novas prisões para resolver o problema recorrente da sobrelotação das prisões. Atualmente, há cerca de 70 000 reclusos para 52 000 lugares. Esta situação conduz inexoravelmente à sobrelotação que, por um lado, desumaniza os reclusos, tornando as condições de detenção degradantes, e, por outro, favorece a reincidência. Num país que atravessa uma crise econômica, como é o caso da França, e onde as finanças públicas estão debilitadas, é sempre difícil conseguir a adoção de projetos dispendiosos para melhorar a sorte dos reclusos; e depois, é frequente que a opinião pública não deseja financiar o bem-estar material dos criminosos, nem deseja ter um estabelecimento prisional perto da sua casa. Além disso, a construção de novos lugares é um último recurso para alguns observadores, como Adeline Hazan, controladora geral da privação de liberdade: *"Quanto mais lugares tivermos, mais encarceramos; é preferível utilizar outras alternativas para que a prisão seja o último recurso e tentemos arranjar penas sem encarceramento. A sobrelotação das prisões é responsável pela "violência" e é o "terreno fértil para uma forma de radicalização no sentido mais lato". Isto torna impossível respeitar o direito à manutenção dos laços familiares, o direito ao trabalho ou o direito à saúde, todos eles essenciais para a reintegração do recluso"*.

A lei de 2014, por iniciativa de Christiane Taubira, então Ministra da Justiça, vai nesse sentido, pois prevê punir mais eficazmente as infrações menos graves - que constituem a maior parte dos motivos de encarceramento - adaptando a pena a cada delinquent, sem recorrer sistematicamente à prisão, a fim de melhor prevenir a reincidência, deixando uma maior margem de manobra aos magistrados.

A França, o país dos direitos humanos, é regularmente condenada pelo Tribunal Europeu por violar o artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que estipula que: "Ninguém pode ser submetido a tratamentos degradantes. É o que acontece regularmente em muitas prisões francesas.

Já é suficientemente difícil ser privado da liberdade, mas os testemunhos de certas "celebridades" presas em condições mais confortáveis do que as dos presos comuns, nos célebres aposentos VIP, tornaram-nos a todos conscientes do que representa a prisão. É terrível por si só e difícil de imaginar quando se está do lado de fora. Deveria também pensar àqueles que propõem a aplicação de uma verdadeira prisão perpétua, ou seja, sem possibilidade nem esperança de sair, o que equivale à morte civil.

É justo que os atos de violência sejam punidos e que certos indivíduos sejam impedidos de causar danos, mas a prisão perpétua é uma admissão de impotência. Temos de reeducar os agressores e, para isso, temos de oferecer condições de detenção que conduzam à mudança. No entanto, ainda não é esse o caso, embora

se registem progressos aqui e ali, graças, em particular, às associações que se preocupam com o destino dos prisioneiros. Sob a égide do *Observatório Internacional das Prisões*, foi aprovada uma lei que permite a qualquer deputado entrar em qualquer prisão na França, a qualquer hora do dia ou da noite, e em qualquer local (incluindo a solitária), a fim de assegurar o respeito das regras de detenção.

Contrariamente à crença popular, a prisão não é um lugar onde os reclusos são livres para aprender, trabalhar e desenvolver-se. Alguns casos de grande visibilidade não devem distorcer a realidade. É difícil estudar na prisão, porque os professores nem sempre estão dispostos a intervir. Como em todos os aspectos da vida na prisão, isto requer um empenho especial ou uma grande ajuda externa. Além disso, os laços familiares tendem a enfraquecer se o recluso estiver encarcerado durante muito tempo ou se a prisão for longe de casa.

O trabalho, que se tornou um problema nas nossas sociedades com taxas de desemprego recorde, é ainda mais problemático nas prisões. O trabalho é escasso, mal pago e mal controlado, sem contratos nem proteção. Só os mais engenhosos ou os mais instruídos conseguem manter-se ocupados, o que em nada contribui para melhorar a sorte daqueles que, já na sociedade, não beneficiaram das melhores condições de preparação para a vida.

Sem trabalho e sem dinheiro, e com as ajudas externas suspensas, é difícil viver na prisão, mesmo que nos seja fornecida alimentação e alojamento, como alguns gostam de dizer. Há outras despesas pessoais a suportar, que são muito mais caras na prisão, e o seu financiamento encoraja inevitavelmente algumas pessoas a envolverem-se em práticas duvidosas.

A falta de atividades e de ocupações obriga os reclusos a passar longos dias fechados em celas apertadas, mal equipadas e por vezes insalubres, em promiscuidade com outros reclusos nas mesmas condições e em sofrimento, o que gera tensões e violências piores do que as que se verificam no exterior. Muitas prisões estão degradadas e em mau estado de saúde, com patologias em desenvolvimento e com poucos recursos farmacêuticos e humanos para as tratar eficazmente. Se tivermos em conta que muitos presos estão encarcerados por tráfico e consumo de droga, é óbvio que a carência não só vai gerar problemas físicos como vai favorecer todo o tipo de tráficos ilícitos.

É também evidente que alguns reclusos estariam melhor em centros de acolhimento do que nas prisões.

A inatividade, a promiscuidade e a miséria moral conduzem a violências físicas, por vezes muito graves. As violências sexuais não são raras e as violações são cometidas, nem sempre sem o conhecimento do pessoal de enquadramento. Desta forma, pessoas, geralmente jovens, que cumprem penas por delitos menores, tornam-se testemunhas ou, por vezes, vítimas de atos criminosos muito mais graves do que aqueles de que são acusados.

As horas de visita são frequentemente reduzidas por falta de espaço ou de tempo, a privacidade não é respeitada e, por vezes, as famílias vêm de longe, o que implica custos de transporte elevados.

A situação nas prisões dá aos reclusos a impressão de que já não são verdadeiramente seres humanos, dada a falta de privacidade e as humilhações como as revistas corporais. A violência e o assédio moral são frequentes e são por vezes perpetrados pelo pessoal prisional. Os delinquentes sexuais em particular, os chamados "ponteiros", são muitas vezes maltratados.

A prisão é, em última análise, um mundo de violência, violência entre os reclusos, entre os reclusos e o pessoal prisional, ou violência contra si próprio, expressa em suicídios e lesões autoprovocadas. Não se trata de estigmatizar o pessoal penitenciário, que sofre de falta de meios e, por vezes, de falta de consideração, mas há ainda muitos casos em que a violência é deixada à solta por indiferença, cansaço ou, muito simplesmente, pela ideia mais ou menos consciente de que, afinal, não estamos a lidar com seres humanos como quaisquer outros. Todos somos prisioneiros potenciais, porque a angústia, o abandono e as dificuldades podem afetar-nos a todos, ou aos que nos são próximos. É preciso sair desta lógica repressiva e refletir sobre a forma de garantir que os reclusos não se tornem reincidentes, adaptando as suas penas para evitar a reincidência e evitando qualquer libertação seca, não controlada e não preparada, ou seja, não deixando um ex-recluso aberto a todo o tipo de possíveis torpezas.

Louise Michel (1830-1905), que no decurso da sua longa carreira revolucionária foi encarcerada em numerosas ocasiões devido à sua luta humanista, fala-nos desde então da prisão:

"A prisão não é uma boa solução, a prisão é uma rejeição pelo grupo social de um certo número de elementos que serão excluídos temporariamente, mas muitas vezes de forma permanente, desse mesmo grupo social. E digo, por uma questão de moralidade, que não devemos ter pretensões neste domínio. O homem arrisca-se à tentação de muitas maneiras, a cada segundo, a cada hora, a cada dia da sua existência. O mal é muitas vezes uma falta de bem, uma falta de amor, uma falta de troca, uma falta de comunicação. Já não se trata de pensar na prisão, trata-se de construir uma sociedade sem prisão, trata-se de acabar com o sistema prisional, que é completamente inútil e não impede de modo algum a degradação e a perversão do indivíduo. A perversão tem a sua fonte, as suas raízes, dentro das sociedades e fora do sistema prisional. Pode assumir uma importância e um alcance maiores no interior da própria prisão. Uma pessoa que rouba, que assalta, que mata, raramente está livre do seu ato, raramente está livre do seu gesto. Por isso temos de os ajudar a compreender. Temos de os ajudar a libertarem-se. Não é uma prisão, não é o encarceramento que pode proporcionar essa ajuda à compreensão, essa liberdade desejada para o nosso próximo.

Abolir a prisão significa aumentar o grau de responsabilidade ao nível da comunidade social, ou seja, cuidar dos mais desfavorecidos, dos mais infelizes da Terra, tanto em espírito como em riqueza material. Esquecer-se de pensar nos outros, esquecer-se de amar, é o que fomenta o futuro delinquente, o futuro prisioneiro. Insistamos na nossa responsabilidade, insistamos na educação das crianças e dos adolescentes da Terra."

Temos de refletir mais sobre as causas da violência e dos desvios de todos os tipos, e não fechar os olhos ao que se passa, por exemplo, nos nossos subúrbios, onde jovens sem emprego, sem orientação, sem futuro, vivem numa sociedade que esmaga as suas crianças, incitando-as à violência de todas as formas possíveis, mantendo-as no sonho e no caminho mais fácil, em vez de as manter na realidade da vida. É necessária uma maior vigilância para que os traumas sofridos não se traduzam em violências posteriores, como crianças maltratadas que se tornam, por sua vez, agressores, ou vítimas de violência sexual que se tornam violadores, repetindo inconscientemente maus padrões. E depois, evidentemente, a sociedade teria de ter em conta a reencarnação e o peso das vidas passadas e adaptar os seus parâmetros educativos e repressivos.

SEXUALIDADE, HOMOSSEXUALIDADE, TRANSEXUALIDADE

A questão da sexualidade tem estado presente ao longo dos tempos da humanidade como um meio de reprodução das espécies vivas, um instinto que é aceito ou reprimido consoante a época e a cultura. Cada religião definiu os seus próprios códigos, focando o que é correto e o que é errado. Na nossa cultura judaico-cristã, tudo o que tem a ver com a sexualidade foi durante muito tempo um assunto tabu. Para a religião católica, a sexualidade devia limitar-se à sua função reprodutora e, fora desse objetivo, a regra era a abstinência, uma regra que, obviamente, permaneceu apenas teórica. Para as diferentes ordens religiosas, impunha-se o celibato e, para algumas delas, o voto de castidade, exigências muitas vezes contornadas por relações dissimuladas, mas também por desvios com consequências dramáticas para as vítimas sexuais de certos clérigos.

Por outro lado, a liberalização da moral, ao denunciar a hipocrisia de uma sociedade puritana, gerou outras disfunções que conduziram a uma hiper sexualização e banalização do sujeito num discurso totalmente desinibido, materializado pela libertinagem e pela pornografia. A isto junta-se a influência da psicanálise freudiana, que gerou uma série de complexos e neuroses inúteis, conferindo à sexualidade um papel omnipresente no comportamento humano. Esta questão da sexualidade condicionou a organização das nossas sociedades. O nosso direito francês em matéria de casamento e de filiação foi modificado em função da evolução dos costumes, mesmo se as novas disposições legislativas suscitam protestos por vezes veementes dos movimentos conservadores que não aceitam uma legislação que desrespeite as chamadas leis da natureza.

Na França, o "casamento para todos" constitui um avanço notável na nossa legislação, reconhecendo a todos o direito de viver uma vida normal, independentemente da sua orientação sexual. Nem sempre foi assim, pois durante séculos a homossexualidade foi condenada e até punida.

A homossexualidade sempre existiu em todos os países e em todos os tempos, por vezes abertamente assumida e mostrada em plena luz do dia, mas mais frequentemente escondida e vivida com a vergonha da anormalidade e o medo do julgamento social. E se em muitos países as ideias e as leis evoluíram, o mesmo não acontece nos países onde a homossexualidade continua a ser criminalmente reprimida, onde os homossexuais sofrem castigos corporais, humilhações e até a morte. Os amantes do mesmo sexo são punidos em cerca de uma centena de países, principalmente na África e no Médio Oriente. É punível com castigos físicos, prisão ou mesmo morte (geralmente por lapidação) em onze países: Afeganistão, Brunei, Irão, Mauritânia, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita, Sudão, Somália, Emirados Árabes Unidos e Iémen.

A homossexualidade é por vezes mal vista, embora não seja oficialmente reprimida, e muitas pessoas esconderam secretamente as suas relações amorosas ou os seus hábitos sexuais para evitar humilhações e represálias sociais de todo o tipo.

Recordamos, por exemplo, que os homossexuais foram os primeiros a ser exterminados pelo regime nazista.

Do ponto de vista das religiões, tal como a sexualidade heterossexual fora do casamento, a homossexualidade é rejeitada pela maioria das autoridades religiosas, embora também aqui haja uma grande disparidade de opiniões entre os cristãos praticantes. Note-se que, no Rio de Janeiro, em julho de 2013, o Papa Francisco expressou a sua aceitação da homossexualidade, deixando de querer distinguir entre cristãos homossexuais e heterossexuais.

Muitas causas têm sido procuradas para explicar uma orientação sexual que não está em conformidade com as leis naturais do gênero. A psicanálise freudiana vê um mecanismo inconsciente ligado às relações com um ou ambos os pais. Embora esta explicação pedagógica se justifique em certos casos, está longe de ser geral, porque se limita à vida atual, que ainda é considerada por muitos como única. No entanto, cada ser nascido na Terra já viveu e teve experiências sexuais que podem ter consequências na sua orientação sexual atual. Assim, no decorrer de sua evolução, os Espíritos devem passar por experiências sexuais em que são alternadamente masculinos e femininos, a fim de vivenciarem situações ligadas às particularidades de um ou outro sexo. Há, no entanto, uma natureza predominantemente feminina ou masculina, por isso, quando o Espírito se depara com uma experiência diferente da que está acostumado, pode ter dificuldade em assumir seu novo estado, inclusive sua sexualidade. Muitas vezes é difícil tornar-se homem depois de ter vivido várias vidas consecutivas como mulher, e vice-versa. Há, portanto, uma bipolaridade sexual em cada um de nós, vivida com mais ou menos sucesso nos primeiros tempos de retorno à matéria, mais precisamente no momento essencial da transformação física, durante a puberdade, quando intervêm vários elementos - educacionais, familiares, sociais, políticos - que pesam na consciência e, às vezes, impedem a realização desejada pelo Espírito. É nesta altura que algumas pessoas experimentam novas formas de sexualidade.

Acontece também que, durante a gravidez, em virtude da telepatia permanente que a liga ao Espírito que reencarna, a mãe imprime inconscientemente na criança os seus receios ou as suas esperanças; assim, uma criança que é esperada com a esperança de ser de um ou de outro sexo pode ser influenciada na sua personalidade futura (todos nós já ouvimos a expressão moleca, por exemplo). É certo que esta circunstância é limitada hoje em dia, pois podemos saber rapidamente o sexo da criança e evitar fazer projeções perigosas, pelo menos neste aspecto.

Seja como for, a homossexualidade não é uma perversão; é uma expressão do amor, tal como a heterossexualidade, e não deve ser reduzida a fraquezas perigosas ou a instintos primitivos. Os desvios sexuais existem, por exemplo, com demasiados casos de pedofilia a proliferar, sobretudo em meios religiosos como a Igreja Católica, mas também em muitos outros meios que ainda não foram objeto de investigações específicas.

A homossexualidade e a bissexualidade são formas de viver a sexualidade da mesma maneira que a heterossexualidade; todos os comportamentos são respeitáveis se não houver constrangimentos, se respeitarmos o nosso parceiro. Podemos, portanto, dizer que o sentimento de amor pode ser expresso de muitas formas diferentes e não se limita à exigência reprodutiva.

Transexualidade

Por vezes, a dor de estar encarnado num ou noutro sexo é tão grande que a pessoa quer mudar a sua aparência e a sua anatomia através de cirurgia e de tratamentos médicos. Numerosos testemunhos ilustram a angústia sentida desde a infância por não ter um corpo adaptado ao seu psiquismo, por se sentir como um rapaz num corpo de rapariga ou vice-versa. Os Espíritos esclareceram-nos sobre este assunto: *"A transexualidade ou transgenerismo é o resultado de uma perturbação emocional no próprio momento da concepção. É o resultado de uma transformação de um pólo sexual para o outro, o que significa que o homem que se tornou mulher, ou a mulher que se tornou homem, não poderá assumir a sexualidade futura, a nova sexualidade*

dentro do seu novo condicionamento vital de ordem física. Não é possível modificar a transexualidade, não é possível fazer terapia para este estado emocional particularmente angustiante. A única terapia possível é a terapia familiar, individual e social, a terapia do amor e a terapia da aceitação. Os transexuais devem aceitar a sua condição. No entanto, trata-se de uma situação dolorosa que mergulha as pessoas próximas na angústia, na incompreensão e até rejeição de qualquer pessoa que transgride as leis da natureza ".

Na França, cerca de uma em cada 4.000 crianças nasce sem características sexuais claramente definidas. Como a lei francesa prevê apenas dois sexos, masculino e feminino, a decisão de declarar a criança como rapariga ou rapaz tem de ser tomada rapidamente pelos pais, sob pressão médica e social. No entanto, a escolha feita numa idade tão precoce nem sempre corresponde à verdadeira natureza sexual da criança, e são frequentemente efetuadas operações graves, dolorosas e mutilantes para garantir que a identidade sexual da criança corresponde à declaração oficial. Em 14 de fevereiro de 2019, o Parlamento Europeu condenou este tratamento mutilante, mas devemos ir mais longe e fazer o que é feito noutros países como a Alemanha, a Austrália, a Malásia, o Nepal, a África do Sul e a Índia, onde, para além do sexo masculino e feminino, são acrescentadas as palavras "outro" ou "indeterminado". O Conselho Europeu também adoptou orientações em 2013 a favor do reconhecimento de outras categorias para além do sexo feminino ou masculino, para ter em conta a situação das chamadas pessoas intersexo.

Todos nós somos Espíritos reencarnados que devem passar por diferentes experiências sexuais, mas estas são meras contingências ligadas à matéria. A polaridade sexual pode prevalecer durante a nossa evolução; ela domina durante a encarnação e se manifesta no envoltório físico, mas no final do ciclo evolutivo, não há mais polaridade dominante, há apenas o Espírito que chegou ao fim de sua evolução e está para sempre afastado das vicissitudes e contingências da vida encarnada.

A aceitação de diferentes formas de sexualidade na sociedade leva-nos a olhar para as relações humanas e para as estruturas sociais de forma diferente.

A família tradicional com um pai e uma mãe deixará de ser o único modelo de referência; podemos ter uma família com duas mães ou dois pais. O importante é que o filho destes casais, seja adotado ou procriado medicamente, seja amado e cuidado, como em qualquer outra família. O direito das pessoas evolui com o tempo, adaptando-se à evolução humana, intelectual e moral de cada época; por exemplo, o casamento é uma instituição social que marcou um certo progresso no seu tempo, estruturando a sociedade. O objetivo do casamento na época era proteger os seus membros, principalmente os filhos, a quem conferia direitos, e os recursos da mulher. O casamento é interpretado de diferentes formas, sendo que algumas civilizações praticam a poligamia, mas mais raramente a poliandria. A evolução dos direitos das mulheres, através da sua integração no mundo do trabalho, perturba os padrões ancestrais e, conseqüentemente, o casamento deixa de ter o necessário aspecto protetor. O casamento está a perder terreno e é frequentemente interrompido por divórcios cada vez mais frequentes. A sociedade de amanhã, tal como existe nas esferas mais evoluídas, já não será a mesma. Não haverá necessidade de instituições deste tipo para regular e proteger. A estrutura familiar deixará de ter a mesma razão de ser; cada ser humano terá os mesmos direitos, será um filho da Terra com direito à mesma proteção, à mesma educação, ao

mesmo afeto, cuidado por uma sociedade preocupada com o destino de cada criança, sejam quais forem os seus progenitores.

RACISMO, XENOFOBIA, SEXISMO

O racismo, em todas as suas formas, é uma das mais antigas formas de preconceito. Esta crença numa hierarquia humana continua a ser a causa de inúmeras discriminações e massacres perpetrados desde o início dos tempos. Contrariamente ao princípio de que todos os seres humanos têm direitos e dignidade iguais, um princípio consagrado em vários textos fundadores, incluindo a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, a ideologia racista desenvolveu-se, na maioria das vezes, como uma justificativa para a dominação de um grupo humano sobre outro. O exemplo mais flagrante desta situação é a colonização, quando um país invade unilateralmente outro, se apropria dos seus recursos naturais e governa autoritariamente um povo sem ter em conta a sua história, língua ou cultura.

O racismo não tem apenas a ver com a cor da pele, embora durante séculos as pessoas de cor tenham sofrido humilhações e exploração nas mãos dos brancos. Este foi o terreno fértil para a colonização, mas também, e acima de tudo, para a escravatura, em que as pessoas de cor eram vistas como meras mercadorias a serem compradas e vendidas como quaisquer outras mercadorias.

Mesmo que a escravatura tenha desaparecido oficialmente, subsiste uma forma de desconfiança, ou mesmo de desprezo, em relação às pessoas de cor, habilmente cultivada em certos locais e veiculada por preconceitos sociais ou familiares. Ainda hoje há muitos relatos de discriminação na contratação, nos cuidados de saúde e na suspeita de crimes ou delitos que afetam mais as pessoas de cor do que outras. Existe uma barreira entre os pobres e os ricos, entre os habitantes dos países ricos do hemisfério norte e os menos favorecidos do hemisfério sul, uma barreira que conduz à exploração, a uma forma de escravatura moderna em nome do lucro e do desprezo pela vida humana.

A rejeição dos outros não se limita à cor da pele; é uma tendência para excluir tudo o que é diferente, por medo, atavismo, falta de abertura e de cultura, e ainda mais geralmente por sentimento. Há fenômenos de rejeição baseados na orientação sexual que ainda hoje se manifestam de forma violenta; há países onde os homossexuais são reprimidos, até mesmo condenados e linchados. Na França, foram precisos séculos para compreendermos finalmente que o amor pode assumir diferentes formas e que a união de duas pessoas do mesmo sexo é tão respeitável como uma união heterossexual.

É também uma forma de racismo religioso que tem gerado atrocidades durante séculos. Minorias religiosas dissidentes foram excluídas ou mesmo tentaram ser destruídas pelas autoridades religiosas dominantes, como os protestantes que foram massacrados durante séculos devido às suas diferenças com as posições da Igreja Católica. Mas a perseguição sofrida pelos judeus é de longe a mais antiga e gerou os piores horrores, culminando na Shoah. Esta aversão é muito antiga e baseia-se não só em critérios filosóficos, mas também num aspecto mais material; se suponha que os judeus possuíam dinheiro; além disso, foram largamente espoliados durante a Segunda Guerra Mundial. O judaísmo foi a única religião que autorizou, desde o início, a prática de empréstimos com juros, prática que era estritamente proibida por outras religiões, principalmente a católica, que só a aceitou muito mais tarde. Os judeus estavam proibidos de exercer certos ofícios, o que os limitava a atividades comerciais. A cobiça e a inveja não são alheias a este ódio.

Assim, o antissemitismo e as teorias baseadas na superioridade de uma raça, que tiveram o seu momento mais negro durante a Segunda Guerra Mundial, continuam a ameaçar quando as ideologias de extrema-direita tendem a ressurgir em muitos países, quando ressurgem velhas teorias, velhos ódios raciais, conceitos retomados e desenvolvidos por certos grupos reacionários.

O estatuto da mulher na história e no mundo

O sexismo é também um fato da sociedade que revela a inferioridade moral do nosso planeta. Durante séculos, as mulheres foram consideradas inferiores aos homens, privadas das mesmas liberdades e direitos, exploradas de todas as formas, incluindo sexualmente, e vistas como necessariamente sujeitas aos homens e às suas leis. Até mesmo as autoridades católicas questionaram se as mulheres tinham ou não uma alma. As instituições católicas não reconhecem às mulheres os mesmos direitos e responsabilidades que os homens: não há mulheres ordenadas sacerdotes e, conseqüentemente, não podem tornar-se bispos ou papas.

Privadas de direitos e de reconhecimento, as mulheres têm, no entanto, participado na vida social tanto quanto os homens. Trabalhadoras sem direitos, na sombra dos homens, deram um contributo importante para o funcionamento da sociedade através do seu trabalho e da sua posição familiar. Durante períodos cruciais como a Primeira Guerra Mundial, demonstraram que podiam substituir os homens nas fábricas, nos campos e nos escritórios, mas foram rapidamente reenviadas para as suas casas assim que os homens regressaram da frente. Muitas mulheres desempenharam um papel importante no passado, muitas vezes iniciando decisões importantes, mas sempre nos bastidores, quer fossem mães, filhas ou esposas de reis. Nos períodos mais sombrios da história, desempenharam um papel ativo na defesa do seu país, lutando pelos direitos dos fracos e oprimidos em todas as revoluções e revoltas populares, como a Comuna de Paris em 1871. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando ainda não tinham direito de voto, muitas mulheres tiveram um comportamento heroico na Resistência, dando por vezes a vida sem que os seus méritos fossem reconhecidos.

Além disso, muitos homens que tiveram grandes responsabilidades testemunham a presença inestimável das suas mulheres ao seu lado.

É claro que as coisas evoluíram a par da evolução humana na Terra. Estes avanços foram a luta de alguns homens, mas sobretudo de mulheres corajosas que não hesitaram em sacrificar a sua vida para defender publicamente a sua causa, como a pioneira Olympe de Gouges, que morreu no cadafalso em 1793. Estes desenvolvimentos são recentes nos países ocidentais, mas ainda inexistentes em alguns países do Médio Oriente. Na França, só em 1945 é que as mulheres puderam votar, só em 1967 é que puderam trabalhar e abrir uma conta bancária sem a autorização do marido e, apesar de as coisas estarem a mudar, incluindo a atitude dos homens, continuam a existir diferenças salariais absolutamente injustificáveis e carreiras profissionais sexistas.

Esta discriminação é intolerável e é importante envolvermo-nos em organizações que defendem os direitos das mulheres em países onde elas são exploradas, infantilizadas e reduzidas ao seu papel sexual e reprodutivo.

O Espiritismo nos ensina que todos nascemos absolutamente iguais, ignorantes no início de nossa jornada encarnada, mas todos destinados a evoluir e mudar. Assim acontece com os habitantes do nosso planeta, que passam por muitas experiências encarnadas muito diferentes, onde, por sua vez, são homens e mulheres, de pele

branca ou de pele colorida, vivendo num país rico ou num país catastrófico, encarnando num ambiente favorável ou, pelo contrário, num ambiente hostil, e, no entanto, em todas essas experiências em que são brancos, negros, pobres ou ricos, explorados ou exploradores, é sempre o mesmo espírito, a mesma entidade que cresce graças a essas diferentes situações. O negro desprezado hoje foi o branco de ontem, e o branco que se pretende superior também foi ou será uma pessoa de cor. As mulheres já foram homens no passado e os homens já foram ou serão mulheres noutras vidas. Estas diferentes situações encarnadas não são castigos ou expiações que alguns adeptos do karma imaginam, mas circunstâncias que nos permitem compreender e progredir em consciência e sentimento.

O Espiritismo condena todas as formas de racismo e de ostracismo, mas ao mesmo tempo encoraja os atos de solidariedade e de compromisso. Assim, devemos sempre denunciar os comentários e atos racistas de todos os tipos, e afirmar as nossas certezas humanistas, que felizmente são partilhadas por outros movimentos. É pela ação, pela palavra, pela educação, que as consciências se abrirão e a sociedade progredirá. O ódio e a rejeição dos outros estão muitas vezes ligados à ignorância; é preciso, portanto, conhecer os outros, diferentes em termos de cultura, de costumes, de religião e de posição social, através de trocas sempre ricas em aprendizagem e compreensão; o que não exclui o cultivo das nossas diferenças mútuas, pois elas representam uma mais-valia para todos. Os guetos das grandes cidades, onde se reúnem pessoas da mesma comunidade étnica ou religiosa, impedem o intercâmbio, a descoberta e a compreensão, pois todos permanecem congelados nas suas posições, com medo do outro e da sua cultura.

Além disso, há povos que se dizem selvagens, mas que têm mais pensamento e sabedoria do que os habitantes das grandes metrópoles, stressados e condicionados por uma sociedade materialista que não deixa espaço para os sentimentos.

Questões relacionadas com a deficiência

Todas as máscaras do ostracismo devem cair, sem exceção: a discriminação racista ou étnica, outros estados considerados inferiores, uma posição social modesta desprezada, a diferença sexual, a aparência física face a uma deficiência. Todos estes critérios de discriminação levam a que as pessoas menos mimadas por natureza sejam desprezadas.

É também um racismo de medo, de reflexo social face a uma pessoa que não usa a mesma linguagem, que não mostra a mesma atitude em termos de olhares e gestos, que é diferente e, no entanto, por detrás de uma aparência física diferente, por vezes monstruosa, há uma mente que também tem a sua história, as suas experiências e que precisa de ser compreendida e amada para poder progredir. Até hoje, a abordagem psicológica da deficiência tem sido totalmente defeituosa, na medida em que a mente nunca foi tida em conta nesta questão. No entanto, estes seres têm talvez mais necessidade de amor e de atenção do que outros que sofreram traumas, acidentes ou doenças graves, por vezes na sua vida atual, por vezes nas suas vidas anteriores, quando o seu regresso à vida encarnada se seguiu a um fim brutal e por vezes atroz na sua vida anterior.

Assim, mais do que cuidar desses seres, é preciso considerá-los como seres humanos de pleno direito, que são enquanto espíritos encarnados. Têm, portanto, o mesmo direito ao respeito e à dignidade. Isto significa igualdade, cultura e a possibilidade de contribuir para a sociedade através do trabalho. Devem ter acesso a uma educação adequada, a cuidados apropriados, a oportunidades de aprender e

de trabalhar. Há que criar e desenvolver estruturas nas diferentes escolas e universidades. Temos de oferecer atividades adaptadas e, neste domínio, ainda há muito a fazer para adaptar os postos de trabalho de modo a proporcionar boas condições de trabalho. Por vezes, preferimos dar subsídios em vez de oferecer um verdadeiro emprego, que estas pessoas sentem como uma forma de humilhação e de rejeição.

Todos os seres vivos da Terra são criaturas nascidas de uma vontade e de um amor divinos, não podendo haver superioridade natural de um espírito sobre outro. Existem os mesmos condicionalismos evolutivos e as mesmas dificuldades para todos, com a necessidade de se realizarem várias experiências encarnadas em que somos confrontados com realidades diferentes que permitem ao espírito progredir na compreensão e no sentimento.

ABORTO - INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

Desde tempos imemoriais, na ausência de uma contraceção fiável, as mulheres estavam expostas a numerosas gravidezes não desejadas; e as condições de vida eram tais, em certos círculos, que a perspectiva de mais bocas para alimentar representava uma verdadeira fonte de ansiedade e de perturbação para o resto da família. O aborto é, portanto, um fenómeno social que remonta à Antiguidade. Em todas as sociedades, as pessoas recorreram a diversos meios, alguns deles bárbaros e totalmente anti-higiênicos. As gravidezes eram interrompidas através da absorção de ervas abortivas, da pressão abdominal e da curetagem sem anestesia, muitas vezes fatal para a mulher que abortava. Nas profundezas dos nossos campos, em tempos não muito longínquos, encontram-se relatos sórdidos destas práticas.

O aborto sempre foi condenado pelos códigos sociais e pelas autoridades religiosas, com algumas exceções, como na Idade Média, em que se considerava que a alma só se instalava ao fim de trinta ou quarenta dias. A interrupção voluntária da gravidez era proibida e punida por lei, pelo que as mulheres recorriam a ela em segredo, recorrendo a outras mulheres, as fazedoras de anjos, que muitas vezes pagavam pelos seus serviços.

Proibido e punido em muitos países, o aborto é estritamente proibido na França desde 1920 e punido por lei, tal como a contraceção era proibida e punida com prisão numa certa época em que era urgente repovoar um país que tinha sido sangrado após a Primeira Guerra Mundial. Em 1942, o aborto foi declarado crime contra o Estado pelas leis de Vichy e as mulheres que a ele recorressem ou o praticassem corriam o risco de serem condenadas à morte. Foi o caso de Marie-Louise Giraud, guilhotinada em 1943 por ter efetuado numerosos abortos, alegando que impedia a vida de futuros patriotas, ao mesmo tempo que milhares de crianças judias eram enviadas para a morte! Os abortos clandestinos continuaram, punidos com penas de prisão, lançando famílias inteiras no desespero. Foi necessária a luta de muitas mulheres (manifesto 343 putas - abril de 1971) e sobretudo o processo de Bobigny (1972) onde Gisèle Halimi, advogada, defendeu a causa da sua cliente e obteve a sua absolvição.

Foi Simone Weil que, no seio do governo Chirac, preparou e aprovou a lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, em janeiro de 1975, uma batalha corajosa perante uma assembleia majoritariamente masculina. Nessa época, realizavam-se muitos abortos clandestinos, mas de formas diferentes para classes sociais diferentes, com grande injustiça para as mulheres. As mulheres de meios modestos recorriam a abortos clandestinos, expondo-as à repressão e, muitas vezes, a

problemas de saúde ou de fertilidade, quando não corriam perigo de morte. Em contrapartida, as mulheres das classes mais abastadas dispunham de meios para se deslocarem a países vizinhos onde o aborto era praticado mediante pagamento, sobretudo na Inglaterra e na Suíça. A lei de 1975 representou, portanto, um grande avanço nos direitos das mulheres.

Continua a ser uma escolha difícil e muitas vezes cruel, e da qual não podemos sair ilesos.

De um modo geral, era aceite em todos os círculos que o recurso à interrupção voluntária da gravidez podia ser justificado quando a vida da mãe corria perigo ou quando a gravidez resultava de uma violação, ou ainda quando o nascituro corria o risco de sofrer graves deficiências. Nestes casos, é preferível pôr termo prematuramente a uma vida em gestação do que deixá-la ir até ao fim, com todos os riscos e dificuldades que isso implica.

Os prazos propostos para o aborto variam de país para país, e correspondem quer a um período em que a criança é considerada clinicamente viável, quer a uma ideia antiga segundo a qual, para os espiritualistas, a alma se juntaria ao corpo em formação. Era o que acontecia mesmo no seio da Igreja, na Idade Média, onde se considerava que a alma só se instalava ao fim de 30 ou 40 dias, consoante o sexo da criança. É também a partir de uma certa fase de desenvolvimento que o feto é considerado juridicamente como uma pessoa no direito francês, com todos os atributos que isso representa.

Para que ocorra a fecundação, para que se forme um embrião humano, é necessária a presença do Espírito. O Espírito, totalmente imaterial, então acompanhado de sua semi-matéria, o perispírito, necessário para integrar a matéria, construirá seu corpo com o material genético recebido de seus pais. O Espírito está lá desde o início, e se não há Espírito, então estamos diante do que se chama de ovo claro, um aglomerado de carne, como nas gestações nervosas, fruto dos desejos e sofrimentos de certas mulheres que, no seu desejo de maternidade, chegam a criar os mesmos sinais físicos de uma mulher realmente grávida.

Quando falamos de aborto, estamos inevitavelmente a referir-nos à partida de um espírito e não apenas a uma mudança fisiológica numa mulher.

O Espírito que tem de partir nessas condições sofre uma forma de trauma; sabemos que o retorno à matéria já é difícil em si mesmo, uma fonte de angústia, e que ele precisa da ajuda e do apoio do guia para deixar a vida etérea e voltar às vibrações pesadas da matéria. A interrupção de uma gravidez corresponde a uma morte violenta que provoca uma nova fonte de angústia, precipitando o espírito desprevenido num regresso súbito ao além.

Isto não significa fazer julgamentos morais ou estigmatizar as mulheres que recorrem ao aborto, que muitas vezes se encontram sozinhas e sem saber o que fazer quando confrontadas com esta difícil escolha.

Além disso, em certos casos, é preferível que a gravidez não seja levada a termo, se as condições económicas, sociais e familiares representarem, em contrapartida, uma verdadeira provação para o Espírito. No caso de renúncia à gravidez, a aflição que daí resulta para o Espírito é desproporcional às dificuldades a que poderia estar exposto se a gravidez se prolongasse. É preciso considerar também os casos de estupro, nos quais, desta vez, é a responsabilidade do homem que está em jogo e, infelizmente, é a mulher que assume sozinha a responsabilidade de decidir se quer ou não ficar com a criança.

Houve também muitos casos de infanticídio selvagem, ligados à negação da gravidez ou da maternidade, que foram amplamente divulgados pelos meios de

comunicação social, e é verdade que, nestes casos, teria sido melhor que as gravidezes não tivessem sido concluídas.

Por outro lado, a perspectiva espiritualista sobre a realidade da gravidez deveria levar a repensar a ideia de que o aborto não deve ser banalizado, que não deve ser considerado como um método contraceptivo, o que não é o caso, tal como a pílula abortiva não é uma solução. Pelo contrário, para limitar o número de abortos, precisamos de melhor informação, melhor aconselhamento e melhor orientação sobre os métodos contraceptivos, em particular para as adolescentes e mulheres jovens. Além disso, um melhor apoio e uma melhor assistência financeira seriam bem-vindos para as mulheres que não podem levar uma gravidez até ao fim por estarem sozinhas e sem recursos.

Por outro lado, a contracepção permite escolher o momento em que o casal (ou os pais) pode acolher uma criança; este Espírito, em contrapartida, será melhor recebido porque é desejado e esperado na felicidade e no amor a partilhar. A contracepção permite viver serenamente a sexualidade inerente à encarnação, no equilíbrio e no respeito por todos.

Controle de natalidade

Não faz parte do plano divino criar tantos filhos quanto a natureza pode proporcionar.

O controle da natalidade é bom, porque é uma responsabilidade individual e coletiva assegurar condições de vida dignas a todos os espíritos que reencarnam. Este controle faz parte da lei da evolução, na medida em que as nossas sociedades devem transformar-se progressivamente no sentido de um maior bem-estar para todos. O habitante da terra do século XXI já não é o habitante da terra da Idade Média, e a limitação do número de nascimentos contribui para a harmonia e o equilíbrio do globo terrestre no seu conjunto. Temos de oferecer à vida recém-encarnada um futuro de progresso que já não seja uma circunstância em que os seres humanos têm de lutar para sobreviver no tumulto da existência.

DEFICIÊNCIAS E DOENÇAS DE NASCIMENTO

A medicina atual, essencialmente materialista, trata o corpo sem se preocupar com o que o anima, ou seja, o espírito. A abordagem terapêutica é sobretudo científica e técnica e, embora por vezes muito sofisticada, esbarra inevitavelmente com as origens das patologias e com as dificuldades de prestação de cuidados eficazes.

Se tivermos em conta o fato de que o ser humano não é apenas um aglomerado de células, mas antes de mais nada um espírito que vive uma nova experiência na matéria e que transporta consigo angústias e dramas vividos noutras vidas que podem ter um impacto na sua saúde mental ou física, vemos a medicina de forma diferente. As terapias seriam então muito diferentes e, sem subestimar os progressos consideráveis registrados em todos os ramos da medicina, principalmente na cirurgia, poderia ser posta em prática uma abordagem complementar, respondendo mais de perto às necessidades e aos desejos dos pacientes, atitude que já vemos no desenvolvimento das chamadas medicinas alternativas.

Cada ser encarnado é o resultado de três elementos:

- Um elemento totalmente imaterial chamado Espírito ou alma. O Espírito é imortal, preexistindo à vida e sobrevivendo à morte. É a sede da inteligência e da consciência, uma consciência que evolui e se aperfeiçoa ao longo das muitas existências encarnadas pelas quais o espírito deve passar para atingir a perfeição.

- Um corpo físico que o Espírito cria, quando da concepção, a partir do material genético dos seus pais, um corpo novo cada vez que regressa à matéria.
- Entre a alma e o corpo físico, há um elemento semi-material, o perispírito, que permite ao Espírito, totalmente imaterial, integrar a matéria. Esse elemento tem um papel memorizador: grava em suas células tudo o que o Espírito vivenciou desde sua origem, suas emoções, seus aprendizados, seus sentimentos, seus traumas e seus sofrimentos.

No momento da reencarnação, o Espírito entra na matéria através do seu perispírito. Nesse retorno à carne, ao se aproximar das vibrações pesadas da matéria, o Espírito pode imprimir, inconscientemente, um sofrimento anterior mais ou menos significativo, que pode assumir a forma de uma malformação ou de um mal-estar físico ou psíquico.

Eis algumas doenças ou deficiências para as quais obtivemos explicações de médicos do Além:

Síndrome de Down

Numa sessão espírita, um Espírito que tinha sido uma jovem com síndrome de Down na sua última vida, explicou que na sua vida anterior tinha morrido de meningite luminosa e que tinha desejado regressar rapidamente à Terra para continuar a sua evolução. Ignorando os conselhos do seu guia, que a advertia dos riscos de um regresso precipitado à carne, ela reencarnou.

Eis o que ele tinha a dizer:

"Durante o processo de encarnação, ao aproximar-me das vibrações da matéria, o meu duplo perispiritual fez-me reviver os meus últimos momentos de outrora; senti uma grande dor de cabeça e caí numa profunda confusão. Identifiquei-me com uma bola que estava prestes a explodir.

Quando acordei no ventre da minha futura mãe, o meu duplo tinha sido impresso com imagens da minha doença, e o processo tinha-se tornado irreversível. A minha meningite de outrora estava a ser projetada no presente, tanto no meu duplo como na minha nova herança genética: a Síndrome de Down tinha sido programada".

Artrite reumatoide

Esta condição corresponde a uma história de mutilação ou tortura. A psicoterapia pode ser indicada depois de um Espírito ter fornecido informações sobre as circunstâncias de cada caso. Uma viagem ao passado sob hipnose pode também ser considerada para eliminar definitivamente a causa desta doença, mas não é um processo simples e requer uma boa capacidade do hipnotizador.

Epilepsia

Esta patologia tem duas causas essenciais: uma é o resultado de um traumatismo vivido numa vida passada. O processo hipnótico para conduzir o sujeito à origem do choque é a indicação terapêutica correta. A outra é uma causa genética, e aqui a ação é mais delicada. As correntes fluídicas dirigidas ao paciente podem relaxar, acalmar e reduzir a frequência dos ataques. Podemos também usar o magnetismo e soluções fitoterápicas indicadas pelos médicos espirituais do além. Existem também duas esculturas mediúnicas carregadas com um fluido particular do autor póstumo que têm virtudes calmantes, uma das quais pode parar a crise ao seu toque.

Hemiplegia

Aqui está uma mensagem que explica as causas da hemiplegia e as opções de tratamento:

"A primeira causa da hemiplegia está na complexidade do processo de encarnação, pois as células do perispírito como um todo nem sempre estão plenamente desenvolvidas. Enquanto o pensamento do Espírito reencarnado exigir relativamente pouco trabalho da matéria cerebral, essa falta de desenvolvimento não apresentará grandes inconvenientes. O homem que atingiu a maturidade é um espírito que exige mais do seu cérebro, e é então que a doença surge subitamente. Imaginemos que o cérebro de um homem seja irrigado num dos seus hemisférios pelo sistema venoso de uma criança de doze anos.

A segunda causa tem a ver com a própria natureza do espírito que reencarna. Os sentimentos de medo e ansiedade associados à ideia de rejeição provocam um desequilíbrio perispiritual que leva a uma rede de espasmos em todo o cérebro, resultando num acidente hemiplégico.

O melhor tratamento consistirá em recriar as condições da encarnação no momento da vida intrauterina, colocando o sujeito numa regressão consciente segundo a técnica da hipnose. Os curadores espirituais e os magnetizadores só podem intervir nesta fase da regressão.

Profunda debilidade mental

Essa patologia corresponde a seres que nunca viveram no planeta Terra. A modificação da forma e da estrutura perispiritual não ocorreu no além. *"É necessário, portanto, empreender um trabalho no além para atenuar esses retornos súbitos. Atualmente, os conhecimentos médicos do plano terrestre não podem dar respostas, mas o espírito vive, está presente e traz em si os seus sentimentos. Nestes casos, quase à nascença, seria necessário prever a ação telepática, a ação fluídica e a protogênese (ação do pensamento sobre a matéria viva para reconstruir os tecidos celulares danificados, malformados ou lesionados). Como já devem ter adivinhado, estamos muito longe do objetivo e não podemos senão juntar-nos a vocês para exprimir a nossa tristeza perante estas situações.*

Esclerose múltipla

Eis uma explicação geral dada numa mensagem:

"Quando o Espírito reencarna, tem de aceitar o processo de condensação da matéria, que terá de moldar de algum modo à sua ideia. Quando o Espírito deixa este globo no momento da morte, o reflexo da angústia se impõe, na maioria das vezes, porque ele se encaminha para um destino que desconhece. Quando o Espírito reencarna, o processo continua o mesmo, e é ainda pior. Apesar de sua força, o espírito encontrará um corpo muito estranho à sua verdadeira natureza (espiritual), que pode não se condensar bem na carne. O processo se declarará, mais cedo ou mais tarde.

Uma terapia adaptada do além pode permitir parar a patologia. Uma experiência sobre o caso de um espírita que sofria desta doença e que já tinha efeitos incapacitantes, permitiu-nos constatar que era possível obter uma cura. É certo que se trata de um caso único de momento, mas constatámos que, quinze anos após os tratamentos espirituais da doença, esta pessoa já não apresentava nenhum dos sintomas da esclerose múltipla.

Cegueira de nascença

Não existe uma fonte única de cegueira.

Em primeiro lugar, no passado, os olhos perfurados ou queimados podem ter deixado um traumatismo a nível perispiritual, o que poderia produzir uma organização incompleta do material no momento do regresso à carne e do desenvolvimento do embrião. Nestes casos, a protogênese poderia completar um trabalho incompleto.

A cegueira pode também ser causada por uma transposição demasiado brusca de um outro planeta para o planeta Terra. A própria forma do duplo deve encontrar no invisível um tempo de adaptação para um novo corpo num novo mundo. Este tempo nem sempre é respeitado. A hipnose poderia ser de uma ajuda inestimável. Seria então necessário ensinar o Espírito de outro lugar a crescer corretamente no seu novo invólucro, fazendo-o reviver os momentos da sua reencarnação.

Autismo

A origem da manifestação autista não é física, mas espiritual, na medida em que a encarnação pode, na dificuldade de entrar na genética carnal, provocar um acidente ou um incidente.

Em alguns casos, a mãe de aluguel da criança pode ter experimentado, durante o período de gestação, uma série de elementos agressivos que podem ter interagido com a mente da futura criança, o que explicaria em parte esta manifestação posterior de comportamento humano alterado.

Esse Espírito, por sua vez, enrola-se na matéria, na sua prisão carnal, impedido temporariamente de se exprimir. Não pode formular os seus verdadeiros pensamentos, mas continua a ser um Espírito que nada mais quer do que viver e ser feliz. Ele pensa, sonha, espera, ama e precisa de amor. O seu duplo perispiritual está ansioso por exprimir um pensamento, um vocabulário que já foi registado. Mas o autista não compreende a sua natureza, tem medo da sua humanidade e foge à sua realidade, deixando de responder ao seu mundo real.

Seguindo o conselho dos Espíritos, desde 1993, desenvolvemos uma ação que envolve várias pessoas: um clarividente que efetua uma leitura de vidas passadas relativa aos traumatismos que conduziram à perturbação autista, se for esse o caso; cinco telepsiquistas que realizam uma tarefa semanal que consiste em dirigir pensamentos construídos para a pessoa autista, o que permite exteriorizar um fluido, uma energia, uma força que será recebida pelo destinatário; e finalmente um hipnotizador que, também realizando uma tarefa semanal, se esforça por atingir a mente da pessoa autista nas suas profundezas inconscientes. Há vários anos que este grupo se dedica a esta missão.

Atualmente, estão a ser atendidas três crianças autistas; estão a ser feitos progressos, embora ainda não tenhamos conseguido a plena autoexpressão de todas elas. Naturalmente, incluímos as contribuições extra espirituais e multidisciplinares que fazem parte desta melhoria, na soma de tudo o que pode contribuir para um melhor bem-estar, entendendo-se que a atitude parental, educativa e social também tem um papel a desempenhar no progresso da terapia.

Uma abordagem espiritual das nossas doenças, e em particular das doenças raras, melhoraria inegavelmente o nosso bem-estar. Saber que uma pessoa que vive na Terra não nasce para a vida no momento do seu nascimento terreno, mas que regressa após outras encarnações carregadas de emoções, de sofrimentos e de traumas, e que o regresso à matéria provoca muitas vezes angústias que podem ter repercussões no seu bem-estar físico e mental, é um fator de mudança. Se o mundo médico e científico fosse mais receptivo a esta abordagem, poderíamos evitar as campanhas de luta contra certas doenças ou deficiências que mobilizam uma

grande quantidade de energia e de recursos financeiros sem oferecer soluções imediatas.

Precisamos também de reabilitar diferentes terapias pouco conhecidas ou mesmo desprezadas, como o magnetismo, ou a hipnose, muitas vezes mal vista, apesar de ser um método que nos permite atingir os níveis mais profundos da mente, voltar à gênese do corpo e à origem das doenças, fobias e ansiedades que ainda são o destino de muitos terráqueos.

EDUCAÇÃO

Trata-se de uma grande questão que está no centro das preocupações de todas as sociedades, em todas as épocas da humanidade, um assunto mais ou menos bem compreendido e tratado, mas que não pode escapar a nenhuma organização humana, uma vez que estas crianças que nascem todos os dias precisam de ser criadas e educadas, para se tornarem os adultos e os decisores de amanhã.

A vida humana, e conseqüentemente a vida das crianças, nem sempre ocuparam o mesmo lugar na sociedade. Na Antiguidade, quando a mortalidade infantil era muito elevada, a esperança de vida era baixa e as crianças nasciam sem serem necessariamente desejadas, não eram objeto de tanta atenção, exceto talvez nos círculos aristocráticos e reais, onde a sobrevivência da linhagem estava ligada à manutenção do poder e da propriedade.

Séculos mais tarde, encontramos-nos numa sociedade em que há menos nascimentos nos países ocidentais, onde as crianças são desejadas, esperadas e, por vezes, fonte de demasiada atenção individualista. À era da criança maltratada sucedeu-se à era do menino rei, no centro de todas as preocupações e solicitações.

Os costumes evoluem com os tempos e as culturas, registram-se progressos em vários domínios e a educação não é uma matéria homogênea em todo o planeta. As condições de vida variam de uma parte do globo para outra, e a infância não é encarada em todo o lado da mesma forma que nos nossos países ocidentais. No entanto, seja qual for o país, seja qual for a época e o contexto, trata-se sempre de acolher um Espírito que recomeça uma experiência e que foi entregue aos costumes e às condições de uma família e de uma sociedade. O contexto do regresso à vida é decisivo; a educação tem conseqüências para toda a vida e deve ser tratada com o maior cuidado e respeito.

O papel dos pais

Foi-se modificando ao longo do tempo e havia grandes diferenças e disparidades entre os meios socioculturais, mas, de um modo geral, os filhos continuavam sujeitos à onipotência dos pais e deviam respeitar as escolhas que estes faziam por eles, quer se tratasse do seu futuro profissional ou do seu futuro conjugal. Nas famílias abastadas, os filhos estavam lá para manter a fortuna da família, e mesmo fazê-la prosperar, mantendo as tradições sem se desviarem delas.

Nas comunidades pobres, a sobrevivência era a principal preocupação; alimentar as crianças era uma preocupação diária, uma vez que a educação não fazia parte da criação.

O papel emocional e equilibrador dos pais, principalmente das mães, não era bem compreendido. Nas famílias abastadas, as crianças eram frequentemente confiadas a amas e havia uma falta de compreensão da psicologia infantil; as crianças eram vistas como adultos em miniatura e não como seres que desenvolvem a sua própria psique e são altamente sensíveis ao seu ambiente emocional.

A partir do século XX, a situação é bem diferente; fala-se de psicologia infantil, a criança é colocada no centro das preocupações e, embora se tenham registrado progressos significativos sob a égide de educadores e psicanalistas como Françoise Dolto, houve simultaneamente desvios e erros, como o da criança rei, centro de todas as atenções, ou o da resignação dos pais, que transferem o papel da educação para a sociedade.

O conhecimento das leis espíritas nos remete ao papel primordial dos pais na educação de seus filhos. Seu papel é amar, proteger, cercar e orientar.

Eis algumas indicações dadas durante as sessões espíritas:

"Nunca deis à criança a ideia de que ela pode ser superior, nunca a lisonjeieis de forma alguma, porque assim estareis a suscitar o sentimento de orgulho que ela pode ter conhecido noutra vida e que a tornaria prisioneira para o resto da vida.

As crianças não são anjos nem demônios; são espíritos reencarnados num mundo físico e devem ser tratadas como tal. Nunca os privem do sonho a que aspiram, nunca projetem neles o que gostariam que eles fossem, aceitem o vosso filho, estejam presentes quando ele precisar de vocês, como adultos responsáveis. Tenham consciência dos vossos limites e tenham também a humildade de aprender com o vosso filho o que vocês não sabem e que ele sabe, porque pode ser mais avançado do que vocês. As crianças não são brinquedos, não são coisas vossas. O respeito também é amor.

A criança que nasce não é o prolongamento narcísico dos pais, uma criança de sonho, idealizada, que vem para realizar esperanças orgulhosas ou para compensar frustrações sofridas.

A criança é, por sua vez, um Espírito, com a sua história pessoal, o seu carácter e os seus projetos de vida, que podem ser o oposto das projeções dos pais. A criança que nasce toma emprestada apenas uma parte física da genética dos pais; toda a parte psíquica corresponde às suas vidas passadas, às suas aquisições, às suas forças, às suas armadilhas, que nada têm a ver com a genética. Há figuras ilustres notáveis cuja descendência é banal, mesmo limitada, e, inversamente, há verdadeiros gênios que nasceram em famílias intelectualmente desfavorecidas.

O papel da sociedade

Paralelamente à educação dos pais, a criança evolui numa sociedade escolar representada pelos educadores. A instrução é o fator determinante da educação, fornecendo aos alunos os instrumentos necessários para a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de conceitos básicos, o que exige também uma boa capacidade de ensino por parte dos professores.

Trata-se de um tema muito antigo, que já era abordado na Grécia antiga com as escolas de filosofia. Mais perto de nós, as escolas na França estão associadas ao nome de Carlos Magno e, sobretudo, ao de Jules Ferry, que tornou o ensino obrigatório e gratuito quando foi ministrado nas escolas públicas. Durante muito tempo, a educação foi reservada às elites e aos rapazes, e era principalmente assegurada pelas ordens religiosas. Atualmente, de acordo com as leis sobre a laicidade, cabe ao Estado garantir que todas as crianças recebam a educação de que necessitam para se desenvolverem, num quadro educativo que deve ser respeitado, independentemente de quem as ensina. E depois, hoje como no passado, o Ministro da Educação, de reforma em reforma, de uma forma mais ou menos bem sucedida, tenta adaptar o sistema educativo às mudanças da nossa sociedade.

Em todas as épocas, os sistemas escolares, ainda não totalmente desenvolvidos, registraram as suas perturbações e contradições. Já no século XVI, filósofos como Montaigne e Rabelais protestavam contra a autoridade absoluta e a brutalidade do professor. Mais tarde, no século XVIII, Jean-Jacques Rousseau defendeu um maior respeito pelas crianças, expondo o seu pensamento no seu famoso tratado *Émile ou "De l'éducation"* (Educação), que serviu de base de reflexão para muitos pedagogos. Rejeitando o castigo excessivo e o autoritarismo do professor, Rousseau propôs uma educação que estimulasse a curiosidade da criança, respeitando o indivíduo, ajudando-o a reconhecer as suas fraquezas e os pontos fortes de que dispõe, para que possa progredir em estreito contato com o meio natural que o rodeia.

Mais tarde, o pedagogo suíço Henri Pestalozzi retomará estes conceitos. Na escola que fundou em Yverdon, cujas portas abriu aos mais pobres, propôs uma forma de ensino em que colocava a criança no centro da ação, tornando-a autora da sua própria aprendizagem através da observação do ambiente natural, encorajando-a a fazer perguntas sobre o mundo que a rodeia e permitindo-lhe descobrir e aprender gradualmente as várias disciplinas essenciais à sua educação. Foi precursor em muitos domínios: classes multiníveis, ciclos de ensino, ensino diferenciado e ensino bilingue.

Hippolyte Rivail, que mais tarde se tornou Allan Kardec, o fundador do espiritismo, frequentou a escola de Pestalozzi e, por sua vez, tornou-se um pedagogo moderno e atento escrevendo vários tratados inovadores sobre educação.

Outras escolas oferecem métodos de ensino diferentes dos impostos pelo Estado, como a escola Montessori, a escola Steiner Waldorf e a escola Decroly. Embora existam diferenças na forma como estão organizadas, o que todas têm em comum é o respeito pela criança à medida que ela aprende e adquire novas competências. Encontramos uma tomada de consciência do mundo, da natureza, e um despertar através da prática de disciplinas erradamente consideradas menores, como a música, as artes plásticas e o desporto. Isto significa que a transmissão de conhecimentos, por si só, não é suficiente.

O espírito de Pestalozzi manifestou-se desta forma:

"A educação deve ter todas as virtudes da espontaneidade e da liberdade; a criança é como um pavio apagado à espera de ser reacendido. Os pais podem ser o fator essencial desta nova luz, desta luz diferente; a sua responsabilidade é tão grande como a de todo o corpo social.

É preciso, portanto, saber rodear a natureza da criança com um amor inteligente, isto é, um amor que não abraça até sufocar, mas que ajuda gradualmente o espírito a descobrir a sua verdadeira natureza à luz da sua nova encarnação".

A educação e o ensino partilhados são objeto de muitas divergências. Alguns consideram que o sistema educativo é demasiado rígido e não está centrado na criança, enquanto outros defendem a aprendizagem a partir da realidade e a livre escolha. Os professores também registam e lamentam a atitude de alguns pais que, neste processo educativo, vão da indiferença ao abandono total do seu papel.

Mesmo que alguns sistemas educativos representem um verdadeiro progresso, nenhum deles tem em conta a natureza intrínseca da criança, que regressa não só com realizações, mas também com feridas, sofrimento e dificuldades. Há enormes diferenças entre as crianças, e essas diferenças não estão apenas ligadas ao meio sociocultural, embora seja evidente que as crianças de famílias pobres têm mais dificuldades do que outras. É preciso repensar o sistema escolar, adaptando-o o mais possível a cada criança, respeitando a sua velocidade de aquisição, sem estigmatizar ou excluir implicitamente aqueles que não progridem como os outros,

mas que podem desenvolver outras competências. É necessário diversificar os níveis de ensino e não orientar com base em critérios demasiado restritivos e muitas vezes elitistas. Seria desejável que o acesso a uma educação bem adaptada às exigências atuais constituísse uma prioridade das políticas públicas, pois a indigência educativa e intelectual, a falta de conhecimentos e de pontos de referência, são um trampolim para todo o tipo de torpeza e de desvio para comportamentos perigosos, ou mesmo criminosos.

É certo que a adaptação a todos os tipos de problemas, a diversificação do ensino, a redução do número de alunos, o recrutamento de professores formados em novos métodos pedagógicos e a sua remuneração digna representam um custo, mas esses esforços são indispensáveis para que a sociedade progrida e ofereça aos Espíritos que nela reencarnam condições de vida favoráveis à sua evolução. Do mesmo modo, é importante ter em conta as dificuldades econômicas e culturais de alguns pais e ajudá-los a ultrapassar as suas carências, para que cada criança se desenvolva num ambiente familiar gratificante. Também aqui, há um custo significativo, uma necessidade de sensibilização, de mudar os padrões em diferentes direções; trata-se de investimentos a longo prazo. Crianças educadas, realizadas, protegidas de vícios e aberrações de toda ordem, serão adultos responsáveis e comprometidos com a sociedade, capazes de mudar o seu funcionamento e cumprir a missão para a qual reencarnaram.

Nelson Mandela disse: *"A educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo, uma arma para combater a intolerância e o racismo que prosperam nas nossas sociedades, uma arma para acabar com os preconceitos, uma arma para denunciar as injustiças deste mundo"*.

Infelizmente, foram ou continuam a ser gastas grandes somas de dinheiro na defesa nacional, na guerra e, portanto, na destruição, somas que são frequentemente superiores às afetadas à educação e à felicidade dos adultos de amanhã.

DOAÇÕES DE ÓRGÃOS

A dádiva de órgãos tornou-se possível graças aos progressos da medicina. Os órgãos que não foram alterados pela idade ou por doenças, como o coração, os pulmões, o fígado e as córneas, são retirados de pessoas que, muitas vezes, morreram acidentalmente. Os "doadores" permanecem, por vezes, em estado de coma, deliberadamente mantido, a fim de se poderem colher órgãos vitais. Esta prática foi por vezes criticada, mas justifica-se plenamente, pois pode salvar vidas. O coma que passou é, na verdade, o estágio mortal, o estágio de separação do perispírito e do Espírito do envoltório carnal, e a sustentação da vida é puramente artificial. Nessa fase, o Espírito saiu do seu envoltório carnal e, portanto, é livre. O fato de o invólucro ser mantido artificialmente em funcionamento não contradiz de modo algum a moral espírita.

A doação de órgãos é o último ato de amor; permite a uma pessoa continuar a sua encarnação, tomando emprestado um elemento físico a outra pessoa que já não precisa dele, uma vez que regressou ao além. No entanto, deve ser gratuita e, a este respeito, devemos condenar as práticas vergonhosas de certos países onde as pessoas, muitas vezes crianças pobres, doam um órgão, como um rim, em troca de uma remuneração miserável que é insignificante em comparação com o sofrimento suportado e as possíveis consequências.

COBAIAS VIVAS UTILIZADAS EM MEDICINA

A investigação terapêutica requer, por vezes, testes em pessoas vivas ou em animais.

Esta possibilidade não entra em conflito com as exigências éticas ou morais que devem prevalecer na medicina e que são impostas aos experimentadores. A investigação prossegue, útil para melhorar a saúde e o bem-estar dos doentes e aliviar a dor. Estas experiências justificam-se, desde que as pessoas sejam respeitadas e informadas com pleno conhecimento de causa. No entanto, há práticas neste domínio que não têm qualquer justificativa, sobretudo no que se refere a experiências desnecessárias e repetidas com animais, sem ter em conta o sofrimento que lhes é causado. Tudo o que vai para além do que é necessário em certos laboratórios não tem qualquer justificativa moral.

CLONAGEM E MANIPULAÇÃO GENÉTICA

Enquanto a clonagem de células é em si um avanço cujas consequências podem ser interessantes e salutares, possibilitando a cura de doenças graves, certos cientistas aprendizes de feiticeiros imaginam que poderíamos criar seres inteligentes superiores intervindo no processo genético da fecundação, ou mesmo imaginando clonar um ser vivo para servir de padrão. Essas experiências, que remetem a momentos sombrios da nossa história recente, são puramente fantasiosas e, em termos de filosofia espírita, na ignorância do processo de encarnação, não há reflexão sobre as consequências espirituais de tais práticas.

O Espírito preexiste à matéria; é o Espírito que cria o seu corpo com a genética de que dispõe e a partir da sua personalidade moldada no decurso das suas vidas passadas. A inteligência não pode ser criada; ela é uma característica do Espírito. No máximo, poderíamos encontrar Espíritos reencarnando em corpos perturbados, atraídos instintivamente pela matéria, sem escolha de vida ou de consciência, com o risco de sofrerem de várias formas essa predominância da matéria imposta as suas almas. Já os Espíritos livres, que reencarnam em plena consciência e escolhem sua família e seu ambiente, obviamente não serão atraídos por esse tipo de experimentação.

A clonagem representa um atentado à matéria do perispírito, que pode sofrer no momento da fecundação, pois a futura aparência corporal já está programada, ao passo que, no processo natural, é o Espírito que imprime à matéria a sua personalidade e modela uma aparência física própria. A clonagem é, portanto, um atentado contra o sentido da encarnação, um atentado contra o princípio divino da vida, que não é uma simples combinação aleatória de células físicas. Acima de tudo, há o Espírito, cuja evolução é o resultado de um longo processo que não pode ser acelerado; não podemos contrariar a natureza e criar gênios de repente, porque não é manipulando os genes que podemos tornar um Espírito mais inteligente.

PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA

Atualmente, é aceite e autorizado em muitos países, incluindo a França, que homens ou mulheres doem esperma ou óvulos a outras mulheres para que estas possam procriar e ter um filho. Este ato altruísta era reservado aos casais heterossexuais, mas foi recentemente alargado às mulheres homossexuais. Esta prática é normal e saudável, na medida em que é feita de forma rigorosa e desinteressada, com o único objetivo de permitir que as mulheres se tornem mães. É um gesto nobre que só pode ser aceite numa sociedade moderna.

GESTAÇÃO PARA OUTROS

É o ato de uma mulher carregar o filho de outra mulher que não o pode fazer por razões puramente físicas, como a ausência de útero.

Esta questão suscita naturalmente muitas dúvidas e compreensíveis apreensões, sendo natural que o legislador seja cauteloso para evitar abusos e abusos previsíveis. Como é que se pode ter a certeza de que a mãe de aluguel devolverá o filho que não é seu, mas com o qual conseguiu criar um vínculo por instinto maternal e telepático durante a gravidez? Além disso, como podemos ter a certeza de que a mãe aceitará o filho que não carregou, com o qual não criou laços durante a gravidez e que, fisicamente ou por outras razões, como deficiência ou malformação, já não corresponde às suas expectativas?

Mais uma vez, temos que contar com a inferioridade moral do nosso planeta e proceder com cautela sobre esses assuntos. Entretanto, do ponto de vista da moral espírita, essa possibilidade não é chocante em termos absolutos. Não há razão para se opor a uma prática que permite a um Espírito reencarnar para uma missão particular com uma mãe escolhida, mas que, por razões puramente físicas, não poderá recebê-lo. Se o ato de carregar o filho de outrem é um gesto altruísta, um testemunho de amor e de humanidade, e se existe um laço entre as duas mães, não há nenhum obstáculo à instituição de tais práticas, que, no entanto, devem ser limitadas. Mas tais disposições só serão provavelmente adoptadas dentro de algumas décadas, quando as mentalidades tiverem evoluído e a moral humana as aceitar.

Diz-se frequentemente que o desejo de ter um filho pode ser satisfeito através da adoção e que não é necessário ter os mesmos genes para amar e criar uma criança. É claro que os laços de sangue não são necessariamente uma garantia de amor, bem-estar e harmonia. Algumas crianças são maltratadas pelos seus pais biológicos e, inversamente, podemos afeiçoar-nos muito às crianças adotadas. No entanto, este raciocínio ainda não prevalece na Terra onde, de acordo com mentalidades profundamente enraizadas, é muitas vezes necessário evoluir num quadro familiar restrito e geneticamente idêntico.

Do ponto de vista espírita, num mundo que terá evoluído consideravelmente, a unidade familiar atual deixará de ser necessária, pois os Espíritos que regressaram à vida serão considerados como filhos de toda uma sociedade, que terá o dever coletivo de os amar e de os educar, mesmo que não exista qualquer laço de sangue com eles.

CONGELAÇÃO DE EMBRIÕES

Esta técnica, que pode ser realizada de boa fé e com o objetivo de fazer um favor aos futuros pais, é, na realidade, uma verdadeira prisão para o Espírito. Para que haja um embrião, para que haja o início de um corpo humano, é preciso que haja a presença do Espírito, o Espírito que retorna à matéria e modela o seu novo corpo. No entanto, no processo de congelamento, o Espírito e o perispírito ficam congelados no envoltório embrionário. O Espírito é então aprisionado num habitat temporário de incorruptibilidade artificial. Essa realidade, ignorada pela ciência, é obviamente inaceitável quando se compreende que toda vida pressupõe a presença de um Espírito. Essa presença vital é um princípio essencial da ciência espírita, ainda pouco conhecido, mesmo nos meios espíritas, quando às vezes ainda se supõe que o Espírito encarna mais tarde, durante a gestação. Teremos que falar sobre esse princípio por muito tempo, até que um dia convençamos a ciência a parar de usar o processo de congelamento de embriões.

TECNICIDADE

Nas últimas décadas, a ciência e a tecnologia desenvolveram-se enormemente na Terra, revolucionando o mundo da indústria, da investigação científica, da medicina, etc. A Internet mudou completamente o mundo do trabalho, a forma como as pessoas comunicam entre si e o mundo da informação. O domínio da energia é uma prova inegável do génio humano. É claro que os desenvolvimentos técnicos trazem consigo conveniências significativas que não devem ser criticadas.

No entanto, o progresso tecnológico não é necessariamente um fator de felicidade, podendo mesmo ser perigoso se for desenvolvido de forma anárquica. A "dependência digital" de muitas pessoas, sobretudo dos jovens, que agora só comunicam através de aparelhos como os smartphones e os tablets, que têm muitos amigos virtuais no Facebook, mas que não olham nem falam com as pessoas que os rodeiam, é disso testemunho. A cibercriminalidade e todos os tipos de utilização abusiva destas novas tecnologias são também testemunho disso mesmo.

As palavras do Espírito sobre este assunto:

"O homem acreditou que através do botão, da biela, do computador, através de forças essencialmente materiais e intermediárias, havia encontrado a solução para o seu problema. No entanto, a inferioridade moral dos espíritos da Terra predomina e o tecnicismo assim desenvolvido não é para o benefício de todos, para aliviar a miséria, mas para o bem de alguns poucos que se tornaram consumidores do "progresso", desprezando as leis da natureza, da partilha e do amor. O recuo da espiritualidade privou o desenvolvimento científico de qualquer sentido moral. Assim, o materialismo penetrou progressivamente na consciência das pessoas e os modos de produção social afastaram-se da indispensável justiça evocada por todos os missionários de Deus. Todas as representações oficiais do pensamento humano aderiram ao materialismo decadente em todas as suas formas. A religião, a política, a medicina, a arte, todas sucumbiram à lei do lucro na negação da sua função primordial."

Teoricamente, o objetivo de toda a tecnologia deveria ser a felicidade da humanidade, mas os descobridores e os cientistas foram muitas vezes condicionados, por vezes aprisionados num esquema materialista.

A filosofia não está muito presente quando se trata de refletir sobre as ciências, e o ser humano, na sua inferioridade, sempre teve a infeliz tendência de fazer mau uso de descobertas úteis. A descoberta da dinamite por Alfred Nobel, por exemplo, foi utilizada para fins bélicos, o que lhe causou grande pesar no final da sua vida, levando-o a criar um Prémio para recompensar aqueles que trabalhavam pela paz. O mesmo aconteceu com a energia nuclear.

A evolução para a qual todos somos convidados tem uma vertente intelectual e uma vertente moral. É bom que os seres humanos utilizem o seu intelecto para descobrir novos processos e novas técnicas, mas se essas descobertas forem desprovidas de qualquer sentido moral, podemos acabar por criar gênios maléficos. É por isso que os mundos da ciência, da tecnologia e da comunicação devem estar vinculados a um código deontológico que nos proteja dos abusos e dos graves riscos gerados por inovações que, longe de ajudarem o ser humano, conduzem a uma forma de enclausuramento das suas consciências. A moral e o sentimento devem, portanto, guiar qualquer empreendimento inovador, porque os abusos já existem e as consciências esclarecidas estão a tentar contê-los com grande dificuldade.

Os pais e os educadores devem estar o mais vigilantes possível, para que as crianças mais vulneráveis e mais aptas a manusear novos objetos não sucumbam a

estas novas dependências. Pelo contrário, é preciso redescobrir o sentido das trocas e das disciplinas artísticas lúdicas que as despertem e as socializem, em vez de as limitar a um papel passivo de consumidoras de novas tecnologias cujos instigadores estão muitas vezes interessados apenas no lucro financeiro.

DESPORTO DE ALTO NÍVEL

É benéfico e necessário manter o corpo físico através de uma atividade física regular; do mesmo modo, é saudável oferecer às crianças e aos adolescentes atividades divertidas e desportivas, permitindo-lhes praticar desportos em equipe que possam desenvolver o sentido de relação com os outros, numa forma de desenvolvimento físico necessária a sua idade. O desporto de alto nível, pelo contrário, não deve ser encorajado.

Comentário de um Espírito: "A Natureza não deve ser forçada de modo algum. Em caso algum devemos lisonjear o principal defeito da natureza humana, que é o orgulho. De modo algum devemos contrariar um corpo que, na verdade, habita um meio físico que não deve ser contrariado.

É por isso que este desporto dito de alto nível tem consequências psicológicas definitivas. O seu interlocutor é mais favorável àquilo a que chama "desporto cerebral", ou seja, um desporto que terá todas as faculdades morais, psíquicas e espirituais que podem levar ao domínio do invólucro carnal e à sua manutenção natural quotidiana.

Compreende-se que os músculos de um corpo, que os nervos de um envelope carnal, devem ser mantidos a todos os níveis e não apenas ao nível da manutenção desportiva, mas também ao nível da nutrição. O fato é que a mente domina a matéria, e muitas vezes muito mal, e que a manutenção é sobretudo uma questão de manter a psique, de trabalhar a psique.

O desporto de alta competição pode ter consequências morais desastrosas. São gastas somas avultadas em clubes desportivos e em jogos; são oferecidos salários enormes aos desportistas, levando os jovens a acreditar que é fácil ganhar dinheiro sem ter de aprender e trabalhar na escola. Estas somas consideráveis, muitas vezes completadas por subsídios públicos, poderiam ser mais bem utilizadas para construir instalações desportivas e manter os jovens ocupados por si próprios.

Do mesmo modo, o espírito dos Jogos Olímpicos está hoje totalmente desvirtuado e já não corresponde ao ideal original de fraternidade desportiva imaginado pelo Barão Pierre de Coubertin. Sob o disfarce de bons sentimentos, estes Jogos são corrompidos pelo dinheiro, implantados em países onde a construção das infraestruturas necessárias é feita em detrimento das necessidades dos habitantes, obrigando-os a assumir o pagamento de dívidas colossais. Estes Jogos beneficiam uma pequena parte da população, enriquecendo certos homens de negócios, enquanto, ao mesmo tempo, reinam a fome, a pobreza e a desigualdade.

Pelo contrário, a organização destes eventos desportivos internacionais deveria ser a encarnação de um ideal pacífico de partilha e de solidariedade humana.

DROGAS

O problema das drogas não é novo. Desde tempos imemoriais, as pessoas procuram esquecer as dificuldades da vida através do consumo de substâncias para escapar temporariamente da rotina quotidiana, para se desligarem das duras realidades da vida, para a tornarem mais bela ou mesmo para aliviarem o sofrimento físico. Este problema é ainda mais crucial nos dias que correm devido ao tráfico internacional em grande escala que se verifica, principalmente através da Internet, e ao número crescente de substâncias oferecidas. Passámos das drogas naturais para as drogas sintéticas, onde a adição de certos produtos aumenta o fenómeno da dependência e cria outros efeitos secundários infelizes; mas todas têm o mesmo objetivo: modificar o estado de consciência ou melhorar o desempenho.

Existem drogas legais, ou seja, drogas que são vendidas livremente, como o álcool, o tabaco, o café, os medicamentos psicotrópicos e os solventes orgânicos, bem como drogas ilegais, cujo consumo e venda são proibidos. No entanto, a legislação não é a mesma em todos os países, o que complica a luta que os governos devem travar contra este flagelo.

Sim, é um flagelo, porque uma série de acidentes, crimes e delitos são cometidos sob a influência de várias drogas. É um problema de saúde pública, porque a ingestão regular de substâncias conduz a patologias graves. Mas, acima de tudo, a dependência criada gera uma necessidade de abastecimento que tem repercussões financeiras, levando o consumidor a tornar-se, mais ou menos rapidamente, um traficante de droga.

Além disso, muitas pessoas são presas por este motivo, expondo-as a uma prisão degradante que nada resolve, porque o tráfico ocorre em todo o lado, incluindo na prisão. Em segundo lugar, a carência e o sofrimento criados pela dependência física levam as pessoas a tentarem obter fornecimentos ilícitos. A maioria das pessoas encarceradas por esta razão estaria melhor em unidades de cuidados.

Existem redes internacionais de tráfico de droga, como o cartel de Medellín, que foi infame nos anos 80, envolvendo bancos, companhias de seguros e a indústria do armamento, e que beneficia das suas atividades para branquear dinheiro. Os movimentos sectários também beneficiam e incentivam estes negócios.

O tráfico de droga anda muitas vezes de mãos dadas com o tráfico de armas em certos países; vítimas infelizes são apanhadas no jogo e, se por vezes surge um sobressalto de consciência, essa consciência é rapidamente aniquilada pela absorção da droga que lhes é inoculada. Estas pessoas tornam-se então os robots de uma grande maquinaria, cujos principais beneficiários ocupam frequentemente altos cargos políticos.

O espírito do filósofo italiano Lanza Del Vasto (1901-1981) exprimiu-se a este respeito: *"A legislação atual considera o toxicodependente, não como um doente, não como um doente, mas antes como um culpado que será implacavelmente perseguido pela lei. Não existe um verdadeiro lugar para a prevenção deste flagelo a nível interno.*

Mais uma vez, o partido do dinheiro, o partido dos especuladores, o partido dos grandes traficantes vencerá, porque é verdadeira e deliberadamente distorcer o problema da droga querer fazer do toxicodependente o culpado das circunstâncias; pensar por um único momento que esta ideia de culpa desenvolvida no âmbito de uma lei vai acabar com o flagelo, é uma estupidez.

A droga é um flagelo, antes de mais uma mercadoria; é uma questão de comércio, nada mais. Este comércio continuará a alimentar um certo número de homens no planeta, eminentemente ricos, sendo a sua riqueza e o seu lucro o resultado do seu tráfico absolutamente despudorado.

Os jovens precisam de mais informação e prevenção. O flagelo da droga deve ser reduzido, o homem deve encontrar o seu caminho, a sua via, a sua felicidade, isso é óbvio. As pessoas esperam o absoluto, esperam um amanhã melhor, mas não devemos apontar para esse amanhã e dizer: 'És culpado, vou prender-te, vou pôr-te na prisão', quando a culpa é outra".

A questão da legalização de certas drogas leves é uma questão recorrente, levantada por assistentes sociais e educadores que trabalham no domínio da toxicod dependência. Esta medida permitiria acabar com o mercado negro e oferecer estas substâncias a preços razoáveis, resolvendo assim os problemas de delinquência associados a estas dependências. Nos países que legalizaram a maconha, em particular, não se registou qualquer aumento do consumo, o que demonstra que o argumento do incentivo ao consumo num quadro legal não é válido.

No entanto, embora a legalização tenha em parte posto fim ao problema da delinquência, a verdade é que a absorção de substâncias continua a ser prejudicial em termos de saúde e de equilíbrio. Uma pessoa que sucumbiu a uma overdose testemunhou após a sua morte:

"Os cigarros, as seringas e as pastilhas não substituem a coragem. Estes produtos podem, por vezes, permitir-nos ver a vida de forma diferente. Com uma grande lupa, podem colorir a vida, desenhar a vida, torná-la mais bela, mais feliz durante alguns minutos, algumas horas, o tempo suficiente para acreditar que estamos melhor, que tudo é belo, que tudo é mais verdadeiro.

Mas não é verdade, é totalmente mentira; é uma mentira e é a pior mentira porque é uma mentira que mata, destrói, corrói, é uma mentira que destrói a consciência. Não se deve perder na droga.

Para ajudar os outros, temos de ser nós próprios. Mas o veneno das drogas impede as pessoas de serem elas próprias. Tira-lhe a sua identidade, a sua personalidade, o seu carácter, a sua psicologia. O toxicod dependente não é um ser livre, ele é contra a liberdade porque aceita a dependência".

Para evitar que os jovens se sintam tentados a consumir drogas, é preciso educar melhor, ter mais em conta a dificuldade de reencarnar no nosso planeta lento e propor uma sociedade mais autêntica e mais justa, onde os verdadeiros valores sejam redescobertos, em substituição do poder artificial do dinheiro e da fama.

Capítulo 3

OS DIFERENTES SISTEMAS POLÍTICOS

Para conceber a sociedade do futuro, é necessário fazer um balanço do que existe e do que já existiu em termos de organização das sociedades. Assim, é preciso olhar para trás na história e definir os diferentes modelos políticos, com as suas qualidades, defeitos e contradições. Isto implica o aparecimento das democracias, dos poderes e contrapoderes, da separação dos poderes. É também necessário examinar o que é uma constituição, e é a da V República Francesa que é aqui evocada para dar um exemplo entre outros.

Eis, portanto, uma síntese dos diferentes modelos de organização política baseados na emergência da democracia, modelos que muitas vezes permitiram às sociedades fazer alguns progressos, mas que são claramente insuficientes face aos desafios da construção de um futuro com maior participação dos cidadãos.

PRINCÍPIOS E GENERALIDADES

Um sistema político é definido pelos costumes num mundo feudal ou teocrático, ou por uma constituição num Estado democrático. Em democracia, existe uma separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário e os cidadãos têm liberdade de escolha através do voto. Podem coexistir e opor-se vários partidos políticos, com representantes nas assembleias, cuja capacidade de decisão varia consoante as maiorias e o tipo de sistema, denominado parlamentar, presidencial ou misto, ou seja, ambos.

Para além dos regimes consuetudinários (como a realeza de outrora) e dos regimes democráticos em que vivemos atualmente, existem também regimes totalitários ou ditatoriais.

As características dos regimes totalitários

Trata-se de regimes políticos cujos representantes assumiram o poder pela força, por revolução ou por votação.

Estes regimes autoritários controlam todos os domínios da liberdade de expressão, incluindo os meios de comunicação social e a expressão cultural e intelectual. Podem colocar sob vigilância tudo o que diz respeito à vida privada, à família, ao lazer e ao trabalho, mesmo quando se trata de opositores que possam representar um desafio suscetível de os desestabilizar. Isso gera suspeitas e denúncias por parte daqueles que apoiam o regime, esperando oportunidades e privilégios pelos bons serviços prestados.

Os regimes totalitários têm uma ideologia que é estabelecida como verdade oficial, uma ideologia homogênea baseada em alguns princípios aos quais os cidadãos se devem conformar para construir o homem novo, que já não se deve assemelhar em nada ao homem do passado. Este tipo de regime corresponde evidentemente ao que foi o nazismo e, de forma diferente, ao que foi o estalinismo.

Para os especialistas, há uma diferença entre um Estado totalitário e um Estado autoritário. Por exemplo, consideram que as ditaduras latino-americanas dos anos 70 e 80 tinham uma vocação autoritária, com o exército a tomar o poder, já não ao serviço de uma ideologia precisa, mas, neste caso, para subjugar as populações que queriam uma mudança de sistema. Era algo que o irmão mais velho, os Estados Unidos, não podia tolerar, dado o domínio económico que perpetuava na América do Sul.

O IDEAL DEMOCRÁTICO, A EMERGÊNCIA E A HISTÓRIA

A emergência da democracia em Atenas

A democracia nasceu na Grécia antiga (séculos V e IV a.C.). Em Atenas, o pensamento filosófico conduziu a uma experiência política de reforma com Sólon, Pisístrato e Clístenes, num sistema democrático reforçado por Efiltes e Péricles.

Trata-se de uma forma de democracia direta em que as decisões relativas à cidade (*polis*) pertencem aos cidadãos. As mulheres, os escravos e os estrangeiros (metecos) estão excluídos da cidadania. Embora existisse o sistema de eleição, este foi substituído pelo sorteio para a nomeação dos magistrados. Os homens que participavam regularmente na assembleia geral do povo (*eclésia*) estavam diretamente envolvidos na tomada de decisões.

Foi Péricles quem melhor simbolizou a democracia ateniense, cujo poder de decisão era conferido à *eclésia*, a assembleia do povo, que submetia os assuntos à *boulé* (senado) para debate e parecer prévio. O povo (*dêmos*) tinha também o dever de fiscalizar os magistrados no exercício das suas funções.

Os principais magistrados da cidade eram os estrategos, que detinham o poder executivo. Existe também o *Helíæus*, um tribunal popular composto por seis mil *Heliasts* escolhidos por sorteio, que julgam a maioria dos casos.

Os cidadãos atenienses tinham, por conseguinte, o direito de participar nas assembleias da cidade e de tomar decisões; podiam ter assento nos tribunais, ser membros da *boulé* e exercer funções de magistrados pelo menos uma vez na vida. Para tornar efetiva esta igualdade de direitos, Péricles concedeu um subsídio de participação na vida cívica, o *misthos*.

No que diz respeito às desigualdades sociais e económicas, os cidadãos mais ricos foram incumbidos de tarefas denominadas *liturgias* e assumiram um sistema de ajuda mútua voluntária aos mais desfavorecidos.

Poderes na Idade Média

Na Europa medieval, os princípios democráticos estavam pouco desenvolvidos, exceto em algumas comunidades monásticas ou em certas cidades ou comunas, nomeadamente em Flandres e na Itália.

Embora já existissem assembleias representativas a nível nacional, estas reuniam-se por vontade do rei. É o caso, nomeadamente, do Parlamento em Inglaterra, das Córtes em Espanha e dos Estados Gerais na França. Mas só as assembleias inglesas tinham poder efetivo com a Magna Carta de 1215, quando o Parlamento tinha de dar o seu consentimento aos impostos.

Foi no século XVIII, com os filósofos do Iluminismo, que surgiram as ideias de um ideal democrático baseado na igualdade, na liberdade e nos direitos naturais inalienáveis. Estas ideias concretizaram-se durante a Revolução Francesa, com a abolição dos privilégios do *ancien régime* e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789*, que proclamava que "os homens nascem e permanecem livres e iguais perante a lei".

A Inglaterra do século XVII foi o precursor de um regime democrático.

O *Habeas Corpus Act* (1679) e a *Bill of Rights* (1689) foram as primeiras formulações das liberdades democráticas. Falam da liberdade como um direito natural e de um contrato com o povo. Foi nesta altura que a Grã-Bretanha estabeleceu o seu primeiro sistema parlamentar, cujas instituições se tornaram um modelo.

A Era do Iluminismo

Na sua obra *De "l'esprit des lois"* (1748), Montesquieu, filósofo do Século das Luzes, lançou as bases da democracia ao insistir na separação dos poderes, numa altura em que já era necessário pensar em reduzir as prerrogativas reais.

As chamadas leis universais devem ser apoiadas pela razão e pela análise científica, a fim de garantir a segurança e a liberdade. É este o sentido de "*L'esprit des lois*", segundo Montesquieu, que define a liberdade como a obediência às leis, numa afirmação que pode ser resumida da seguinte forma: "A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem, não de fazer tudo o que se quer". Define, portanto, a liberdade em termos da sua relação com a lei e com o Estado, e é ele próprio regido pela lei.

Este conceito encontra-se também no *Contrato Social* de Rousseau. *No entanto, ele preferia a democracia direta, ou seja, uma forma de democracia em que o povo é soberano, sendo que cada um dos indivíduos que compõem o povo detém uma parte do poder. É então uma vontade geral que pode ser expressa por sufrágio universal, e a regra democrática será assim a da maioria. Mas Rousseau também está consciente de que a democracia direta exigiria que os cidadãos fossem virtuosos, agindo para o bem comum de acordo com a vontade geral; isto teria de ser apoiado por um programa de educação política para os cidadãos. E, de forma realista, conclui: "Se houvesse um povo de deuses, eles governar-se-iam democraticamente. Um governo tão perfeito não é adequado aos homens.*

As experiências democráticas que surgiram no Ocidente afastar-se-iam desta concepção, inaplicável aos grandes Estados, e ainda hoje estamos dependentes de uma democracia representativa, tão cara a Montesquieu, mas insatisfatória para um *povo soberano*.

Se olharmos para o resto da história, foi a concepção de Montesquieu que prevaleceu, com a famosa separação de poderes - legislativo, executivo e judiciário - para evitar abusos de poder. É por esta via que a liberdade do cidadão e a autoridade pública podem, em certa medida, ser conciliadas.

A democracia começou a ser aplicada no final do século XVIII, quando as colónias inglesas da América do Norte se revoltaram e se emanciparam, dando origem à *Declaração de Direitos* de 1776, que serviu de base à Constituição democrática dos Estados Unidos. A Revolução Francesa de 1789 derrubou a monarquia e proclamou a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Estas duas revoluções marcaram o início de novos regimes: as primeiras repúblicas, que conduziram a uma melhoria do direito de voto.

Ao longo do século XIX, a democracia continuou a ser procurada pelos liberais, preocupados com os direitos, a legalidade e as liberdades na esfera política, mas incapazes de fazer avançar a democracia nas esferas económica e social.

O filósofo político Alexis de Tocqueville (1805-1859) analisou a sociedade americana em *Democracia na América* (1835-1840). Apresentou uma concepção liberal do desenvolvimento democrático e do desaparecimento progressivo das desigualdades. Na sua opinião, a democracia deve corresponder à evolução da sociedade no seu

conjunto e os seus valores. Chamou a este processo histórico a "igualização das condições", baseada nos três princípios seguintes:

- Igualdade de direitos: todos os cidadãos estão sujeitos às mesmas regras jurídicas.
- Igualdade de oportunidades: as posições sociais estão abertas a todos, com base no mérito e independentemente da origem social.
- Igualdade de consideração: cada cidadão vê-se como igual ao outro, mesmo que a sua posição econômica e social seja diferente. É, portanto, um estado de espírito, o valor central das sociedades democráticas.

O pensamento de Platão e Aristóteles

Voltemos à filosofia ateniense e ao debate entre Platão e o seu antigo aluno Aristóteles, o primeiro defendendo uma certa aristocracia e o segundo uma verdadeira democracia. As suas reflexões filosóficas levantaram a questão do melhor sistema político. Vários diálogos de Platão (*A República* ou *A Política*) e de Aristóteles (*A Política*) abordam em profundidade esta questão. As suas obras abordam as seguintes questões: O que é o homem? Qual é a essência da humanidade? O que é um regime justo? Como deve ser organizado? Quem deve governar? O que é o saber? Quem possui as competências, a arte política?

É nas respostas a estas perguntas que encontramos duas visões muito diferentes que, na realidade, dizem respeito à própria natureza do ser humano.

Para Platão, há três partes do ser: uma é a dos desejos e instintos, e é feita de desejos; a segunda representa a coragem, o coração, a busca de ações nobres; e a terceira é a inteligência. E, dependendo da diversidade das pessoas, esses atributos não são distribuídos igualmente, sendo alguns mais próximos das preocupações materiais e outros mais amorosos e inteligentes.

Quanto a Aristóteles, não previa qualquer discriminação em termos de razão, e que todos os seres humanos são dotados, incluindo os bárbaros. Para ele, "*o homem é um animal racional*", mas também um ser social, fraco na sua solidão, que precisa, portanto, de viver numa comunidade política (polis).

Para Platão, a diferença é inerente à humanidade, enquanto Aristóteles prevê uma igualdade natural entre os indivíduos.

Para Platão, as três partes do homem (necessidades, coração, conhecimento) definem três classes sociais. A primeira é a dos camponeses, artesãos e comerciantes que organizam a vida doméstica. A segunda é a classe dos guerreiros, que se distinguem pela sua bravura. A terceira era constituída pelos filósofos, os detentores do saber. Nesta hierarquia de classes sociais, os filósofos tinham de gerir a cidade, os guerreiros tinham de defendê-la e o povo tinha de alimentá-la.

Esta é a noção de sociedade justa de Platão, uma sociedade onde todos têm o seu lugar.

Para Aristóteles, que atribuía a todos a mesma capacidade de raciocínio, a sociedade estava limitada a duas classes, os ricos e os pobres. Aristóteles não fazia distinção em termos de competências e previa um poder mais coletivo, envolvendo os pobres na governança, numa democracia de direitos políticos iguais, baseada no governo de cada um por todos e de todos por cada um.

No caso de Platão, o regime ideal era uma aristocracia do conhecimento e da razão, baseada num princípio elitista. Quanto a Aristóteles, ele pode ser visto como o precursor longínquo do sufrágio universal, por exemplo.

A extensão do modelo liberal

Num sistema democrático liberal, a Constituição garante as liberdades fundamentais e a separação de poderes. Os diferentes partidos podem exprimir-se e participar em eleições regidas pelo sufrágio universal. Existem procedimentos de revisão da Constituição, bem como de controle da constitucionalidade das leis e de consultas eleitorais.

Na maior parte dos países europeus, o sufrágio universal foi introduzido na primeira metade do século XX, embora o direito de voto das mulheres tenha surgido tardiamente, em datas diferentes consoante os países. No que diz respeito à democracia pluralista e liberal na Europa, vale a pena assinalar os infelizes parênteses do fascismo: Itália e Alemanha nazi, bem como os regimes autoritários em Espanha e Portugal. E, na Europa de Leste, foram instaurados regimes comunistas que se diziam democracias socialistas "populares".

A emergência da democracia socialista

Na sequência das revoluções industriais do século XIX, as mudanças na vida económica agravaram as condições materiais dos trabalhadores. Este fato levou ao desenvolvimento de movimentos sociais, políticos e sindicais, que conduziram a uma crítica global e radical dos princípios da democracia liberal através do socialismo.

Na sua obra *O Capital*, Karl Marx, na sua análise da condição da classe trabalhadora, sublinha o fato de a democracia não ter conseguido impedir a exploração do homem pelo homem. Os regimes democráticos são assim vistos como instrumentos de dominação de uma classe sobre outra. Para o marxismo, o Estado continua a ser o produto do antagonismo de classes, um instrumento de opressão nas mãos da classe possuidora. É através da abolição das classes e do desaparecimento do Estado que a verdadeira democracia pode existir.

Desde a criação da ONU até à era pós-Guerra Fria

Em 10 de dezembro de 1948, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. A esta Declaração seguiram-se, em 1966, dois Pactos, um sobre os direitos civis e políticos e outro sobre os direitos económicos, sociais e culturais.

A *Convenção Europeia dos Direitos do Homem* foi assinada em Roma, em 4 de novembro de 1950.

No Leste, os países da Europa Central eram subservientes à União Soviética, política e economicamente, sob regimes ditos "totalitários", porque qualquer partido da oposição já não podia sobreviver, sendo considerado subversivo.

Foi neste contexto que foi inventado o conceito de "Guerra Fria" entre o bloco de Leste e as democracias ocidentais. A China, por seu lado, passou por uma revolução, tal como vários países em desenvolvimento.

Este confronto ideológico entre o Leste e o Ocidente terminou na Europa de Leste em 1989 e terminou com a dissolução da URSS em 1991. O pluralismo político foi restabelecido, bem como o liberalismo baseado nos modelos da Europa Ocidental. No entanto, sob a capa da democracia e da liberdade económica, subsistiram regimes autoritários, principalmente na Rússia.

A democracia num sistema liberal

Em todas as democracias ocidentais, os poderes nascidos do sufrágio universal são confrontados com forças de oposição representadas por partidos políticos e sindicatos opositores. A pluralidade de opiniões exprime-se nas assembleias

legislativas, mas também na sociedade civil, através de associações, grupos de pressão de empresas e até lobbies. Alguns grupos, como os sindicatos, podem representar um verdadeiro contrapoder, na medida em que o governo no poder pode ser forçado a negociar com eles e, assim, mudar a sua política.

A organização dos nossos Estados modernos no século XX levou a uma maior complexidade na governação, envolvendo uma administração mais vasta, com maior poder tecnocrático, constituída por peritos que influenciam o processo de tomada de decisões.

A evolução da sociedade democrática caracteriza-se também por uma redução da participação política dos cidadãos, em parte devido à queda das ideologias mobilizadoras, que por sua vez é acompanhada por uma crise de legitimidade das instituições políticas. Este "défice democrático" é muitas vezes remediado por uma maior personalização do poder.

As graves dificuldades que as democracias liberais enfrentam no início do século XXI EXIGEM QUE SE repense o equilíbrio necessário entre a liberdade individual e a solidariedade entre os cidadãos.

OS DIFERENTES TIPOS DE DEMOCRACIA

A democracia é, como disse Abraham Lincoln, o governo do povo, pelo povo e para o povo; permite que o povo se governe a si próprio, ao contrário da monarquia e dos governos aristocráticos. Para garantir a democracia e proteger os cidadãos contra a arbitrariedade do governo, é necessário separar os poderes do governo, como defendido por Montesquieu. O poder legislativo é responsável pela aprovação das leis, o poder executivo pela sua aplicação e o poder judiciário pelo seu cumprimento. A democracia pode ser exercida diretamente, neste caso pela democracia direta, ou através de representantes, neste caso pela democracia indireta.

Democracia direta

É a soberania popular segundo Rousseau. Trata-se de um modelo muito antigo, de que podemos encontrar exemplos nas sociedades primitivas, mas foi em Atenas que este sistema tomou forma, baseando-se nos princípios fundamentais da igualdade de todos perante a lei, do acesso a todas as honras e funções públicas e do direito de todos falarem perante os tribunais e a assembleia do povo. Para que os cidadãos mais pobres pudessem exercer o poder, Péricles concedeu subsídios parlamentares a todos.

Este tipo de democracia só é possível em condições muito específicas, em pequenas cidades ou no âmbito de um exercício local do poder, mas é difícil de aplicar num Estado moderno. Exemplos podem ser encontrados no século XVII na Nova Inglaterra, sob a forma de *Town meetings*, onde a população das comunas se reunia em assembleia para decidir sobre leis, impostos e orçamentos. Experiências mais efêmeras tiveram lugar durante a Revolução de 1789, durante a Comuna de Paris em 1871, no México nas regiões de Chiapas onde o movimento Zapatista iniciou uma experiência de transformação social e política, ou em 1917 durante a Revolução Russa com a eleição dos soviets. Atualmente, este modelo sobrevive em alguns cantões suíços através dos *Landsgemeinden*.

Os processos de decisão associados à democracia direta são os referendos, os referendos de iniciativa popular e as petições. Os representantes eleitos podem ser destituídos do cargo.

No domínio econômico da produção, a ideia de democracia direta está associada à de autogestão, dos quais são exemplos os conselhos de trabalhadores na Alemanha e em Itália, no início do século XX, e na Hungria, em 1956.

Este sistema tem sido frequentemente defendido por anarquistas e libertários.

Democracia indireta ou representativa

Numa democracia indireta, os cidadãos elegem livremente representantes que são responsáveis pela elaboração das leis e, por vezes, até pela sua execução; é o caso, por exemplo, dos juizes nos Estados Unidos. Esta é a forma de democracia representativa mais difundida no mundo. No entanto, por vezes, nem todos os detentores do poder são eleitos pelo povo: na França, por exemplo, os membros do governo são nomeados pelo Chefe de Estado.

A representatividade democrática é assegurada por três princípios fundamentais:

- Liberdade de voto garantida pelo caráter secreto do voto, por oposição ao voto de levantar as mãos.

- Igualdade de sufrágio: todos os cidadãos têm direito de voto e cada cidadão conta como um voto.

- Liberdade de candidatura: qualquer cidadão no gozo dos seus direitos cívicos e que cumpra os requisitos de idade pode candidatar-se às eleições para representante do povo.

Na França, ao contrário dos Estados Unidos, os juizes não são eleitos, mas são funcionários públicos recrutados por concurso.

Na prática, estes dois tipos de democracia coexistem: trata-se de uma democracia **semidireta** em que os cidadãos são chamados a decidir por si próprios através de um referendo. A proposta pode emanar de instituições representativas ou ser iniciada pelos cidadãos: é o referendo de iniciativa popular, que se aplica, sobretudo, na Suíça e na Itália.

Na França, desde a revisão constitucional de 28 de março de 2003, os cidadãos podem fazer uso do seu direito de petição e de voto sobre a reforma local através de referendos locais, sobre um assunto específico da competência de uma autarquia local.

A forma como o poder é organizado e exercido numa democracia pode ser dividida em dois tipos principais de sistemas: o sistema parlamentar e o sistema presidencial.

O sistema parlamentar baseia-se na relação especial entre três atores principais:

- O Parlamento, eleito pelo povo, exerce o poder legislativo (redação e votação das leis). Confia no governo para que este exerça a sua função executiva.

- O governo, constituído por pessoas escolhidas para gerir uma pasta ministerial, exerce o poder executivo, assegurando a aplicação das leis através da administração. O governo é responsável perante o parlamento. É frequentemente estabelecido ou demitido por um voto de confiança do mesmo parlamento. É esta relação que caracteriza o sistema parlamentar.

- O chefe de Estado pode ser um rei ou um presidente. O seu papel limita-se a representar o país no estrangeiro e não pode atuar sem o acordo do governo, que, por sua vez, é responsável perante o parlamento.

O sistema presidencial

Encontramos os mesmos órgãos que no sistema parlamentar, um parlamento que exerce a função legislativa, um governo composto pelo próprio presidente, eleito pelos cidadãos ou indiretamente por um colégio de eleitores eleitos pelos próprios

cidadãos, como nos Estados Unidos; o governo não é, portanto, responsável perante o parlamento, mas perante os cidadãos. Exerce o poder executivo, rodeado pela sua própria administração. Esta administração distingue-se da administração do Estado porque só existe durante o mandato presidencial. O governo é responsável apenas perante o Presidente.

Os sistemas parlamentares e presidenciais têm variado de país para país, tendo alguns introduzido características de ambos os sistemas, conhecidos como sistemas semipresidencialista ou mistos, como é o caso da França e da Finlândia.

É o caso da quinta República Francesa, em que o Chefe de Estado é eleito por sufrágio universal direto; nomeia os membros do Governo, o Primeiro-Ministro, os Ministros e os Secretários de Estado e demite-os. O Parlamento, que representa a nação, é constituído pela Assembleia Nacional, composta por deputados eleitos por sufrágio universal direto por um período de cinco anos, e pelo Senado, composto por senadores eleitos por sufrágio universal indireto por um período de seis anos. O Parlamento vota as leis propostas pelos seus membros ou pelo Governo. A legislação é distribuída entre as duas câmaras para análise e eventuais alterações, mas é a Assembleia Nacional que tem o poder de votar o texto final. O Presidente da República pode dissolver a Assembleia, mas esta, tal como o Senado, só pode contestar o governo através de uma moção de censura. Se o Presidente não tiver uma maioria parlamentar, é obrigado a *coabitar*, perdendo assim a eficácia do seu poder para um governo da oposição.

Democracia liberal

Os diferentes regimes acima referidos funcionam no quadro de uma democracia liberal, uma doutrina política que tem por objetivo limitar os poderes do Estado em relação às liberdades individuais. É geralmente enquadrada por uma constituição que privilegia a proteção dos direitos e liberdades individuais e é exercida no quadro de um Estado de direito, cujos representantes são eleitos pelo povo. Na França, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) e o preâmbulo das diferentes constituições garantem as liberdades individuais. Para garantir o respeito das leis e das liberdades dos cidadãos, foram criados organismos como o “Conseil Constitutionnel” e a CNIL (*Comissão Nacional de Tecnologia da Informação e Liberdades*).

São garantidas as liberdades fundamentais, como a liberdade de consciência, de religião, de expressão, de imprensa, de reunião e de associação. As diferentes correntes políticas têm o direito de se fazer representar; do mesmo modo, são garantidos o direito de circulação e de propriedade, bem como a liberdade de comércio e o comércio livre.

Cidadania

Na Antiguidade, um cidadão era alguém que gozava dos direitos da cidade; mais modernamente, são os direitos civis e políticos concedidos aos cidadãos legais de um Estado. O direito de voto é um dos elementos essenciais destes direitos. Este direito variou muito ao longo dos tempos, tendo sido concedido primeiro às elites, depois àqueles que podiam pagar o imposto (o censo) reservado aos homens. Nas democracias modernas, é atualmente alargado a todos os cidadãos adultos, homens e mulheres, que não tenham sido privados dos seus direitos cívicos. No entanto, raramente é acessível aos estrangeiros residentes nos países democráticos modernos, exceto, por vezes, para as eleições locais.

A verdadeira democracia é aquela em que todos podem exprimir as suas aspirações, quer individualmente, quer enquanto grupo de cidadãos. A realidade é que algumas categorias de cidadãos não estão representadas, ou estão mal representadas, nos órgãos nacionais ou locais: as mulheres, os operários e os empregados, por exemplo.

No que diz respeito às mulheres, a França introduziu a paridade entre homens e mulheres para garantir uma representação igualitária.

Para remediar esta situação, há quem proponha a democracia por sorteio, para que os assuntos que afetam a vida da cidade não sejam apenas da competência de especialistas que, muitas vezes bem colocados na esfera social, podem beneficiar de certas vantagens ou estar afastados da realidade da vida dos cidadãos. O sorteio permitiria que todas as categorias sociais estivessem representadas. Na França, apenas os júris são sorteados a partir dos cadernos eleitorais.

Capítulo 4

COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

As antigas colônias, na sua maioria países africanos, obtiveram a sua independência na década de 1960, estabelecendo frequentemente regimes autoritários liderados por presidentes vitalícios.

A colonização da África por vários Estados europeus teve início no século XIX, liderada principalmente por duas grandes potências, a França e a Inglaterra, que partilharam entre si cerca de trinta Estados. No entanto, após cerca de um século de dominação, a África dos anos 60 encontra-se num contexto de independência, como a concedida a Marrocos e à Tunísia em 1956, ou a do Gana britânico, proclamada por Kwam Nkrumah em 1957. A nova liberdade em todo o continente não conduziu imediatamente a democracias emancipatórias, mas antes à ascensão de ditadores corruptos que chegaram ao poder através de golpes de Estado. Tratava-se frequentemente de regimes autoritários e arbitrários apoiados pelo exército, por um homem ou por um grupo de homens.

Os impérios coloniais desapareceram gradualmente entre 1945 e 1975, alguns num processo pacífico e outros em condições dramáticas.

Embora a descolonização tenha suscitado grandes esperanças nos países em desenvolvimento, é preciso dizer que, algumas décadas mais tarde, essas esperanças foram frustradas, tanto em termos de crescimento económico como de avanços democráticos que ainda se aguardam.

O CONTEXTO DA DESCOLONIZAÇÃO

O desejo de independência

Foi durante o período entre guerras que surgiram os movimentos nacionalistas anticoloniais, impulsionados por uma elite frequentemente formada na Europa. As reivindicações eram a liberdade e a emancipação dos povos subjugados pelos colonizadores e desprovidos de direitos fundamentais de cidadania. Além disso, a exploração dos recursos satisfazia essencialmente as necessidades económicas e industriais das metrópoles. Esta situação levou ao aparecimento de partidos pela independência, por vezes próximos do comunismo anti-imperialista.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU, criada em 1945, votou a favor do princípio do "direito das colónias a administrarem-se a si próprias", enquanto os Estados

Unidos afirmavam o princípio do "direito dos povos à autodeterminação" e a União Soviética denunciava "o imperialismo das potências capitalistas". As potências coloniais, em particular o Reino Unido e a França, tiveram de considerar processos de descolonização.

A Ásia mostra o caminho para a emancipação

Depois de tentarem manter a Índia, os britânicos tiveram de ceder e negociar perante o movimento pela independência liderado por Gandhi e Nehru. A Índia tornou-se independente em 1947, mas um conflito religioso entre hindus e muçulmanos levou à sua divisão em dois Estados: a União Indiana e o Paquistão. No mesmo ano, a Birmânia (atual Myanmar) e o Ceilão (atual Sri Lanka) tornaram-se independentes.

Noutras partes da Ásia, as tentativas de independência foram frustradas pela expansão do comunismo sob a influência da URSS e da China. Após a guerra da Indochina, entre a França e o Vietnã, de 1945 a 1954, houve um longo período de intervenção americana, com trágicos episódios de guerra, que terminou em 1973.

Descolonização em África

Depois de ter concedido a independência aos protetorados tunisiano e marroquino em 1956, a França viu-se confrontada com os partidos pela independência das colónias da África Negra, que conquistaram sucessivamente a sua independência negociada sob a presidência do general De Gaulle, entre 1958 e 1960. Por outro lado, era mais difícil renunciar à Argélia, que tinha o estatuto especial de departamento francês, com um milhão de colonos de origem metropolitana. Os conflitos em torno da independência começaram em 1954 e terminaram, após muitos episódios dramáticos, em 1962, com os acordos de Evian, que abriram caminho à independência por referendo.

Enquanto a maioria dos Estados africanos conquistou a sua independência através de negociações pacíficas, o mesmo não aconteceu no lado britânico, onde se tinham estabelecido muitos colonos brancos. No Quênia, em 1952, a revolta dos Mau Mau foi duramente reprimida e só após uma longa guerra anticolonial é que o país conquistou a sua independência em 1963. Quanto à África do Sul, a sua independência conferiu o poder aos brancos, perpetuando as desigualdades flagrantes contra os negros durante o regime do apartheid, entre 1948 e 1991. As colónias portuguesas só se tornaram independentes em 1975.

A DIFICULDADE DAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

A instabilidade política dificulta a instauração da democracia

O apoio ao processo de independência foi escasso, e as populações libertadas viram-se confrontadas com uma incapacidade democrática, quando os poderes foram muito rapidamente monopolizados por libertadores que se transformaram em ditadores. Para além disso, as fronteiras determinadas arbitrariamente durante a época colonial não tiveram em conta as diferenças étnicas, linguísticas ou religiosas. Este fato conduziu a conflitos constantes desde as declarações de independência.

Os primeiros anos de independência, marcados pela agitação política, conduziram frequentemente à criação de regimes ditatoriais, por vezes apoiados pelas antigas metrópoles, que mantiveram o controle da exploração dos recursos naturais. A França, em particular, tem uma grande responsabilidade neste domínio.

Outros países descolonizados, como a Índia, conseguiram tornar-se democracias duradouras.

No entanto, é difícil construir uma nação num país onde coexistem por vezes vários grupos étnicos. Alguns países tentam libertar-se do seu passado colonial criando movimentos nacionalistas regionais, como o pan-arabismo (união dos países árabes) ou o pan-africanismo (união dos países africanos). Outros, como Cuba e o Vietnã, escolheram a via do comunismo revolucionário.

No entanto, há uma imensa esperança quando os antigos países colonizados vêm a sua independência em termos de prosperidade e justiça.

O Terceiro Mundo está a lutar para se afirmar na cena internacional

Os novos Estados, que sonham em romper os laços com os antigos colonizadores, querem afirmar-se nas relações internacionais.

Em 1952, o demógrafo francês Alfred Sauvy cunhou o termo "Terceiro Mundo" para descrever os países subdesenvolvidos das antigas colónias. A ONU criou um grupo afro-asiático para defender os seus interesses. Em 1964, a ONU criou uma agência para o desenvolvimento destes países (UNCTAD), graças à determinação de 77 países do Terceiro Mundo.

Em 1955, 29 países participaram na conferência de Bandung (incluindo a Índia, o Egito, a China, a Indonésia, etc.) e decidiram formar, fora da ONU, uma organização que não fosse subserviente a nenhum dos dois blocos: era o início do movimento *não alinhado*, que realizou a sua primeira conferência oficial na Iugoslávia, em Belgrado, em 1961.

A reestruturação econômica empobrece os novos Estados

A economia colonial (monoculturas não rentáveis e pouca indústria), que servia aos interesses da França metropolitana, teve de ser amplamente reestruturada. As minorias privilegiadas de origem metropolitana que faziam funcionar a economia moderna partiram, tal como os "pieds noirs" da Argélia. A independência empobreceu as antigas colónias, uma vez que os investimentos cessaram, os capitais da França metropolitana partiram e houve uma reviravolta nos circuitos económicos.

Já nas décadas de 1950 e 1960, países asiáticos como a Índia começaram a concentrar-se na industrialização. Em vários países, foram tentadas *revoluções verdes* que implicavam na modernização da agricultura. Outros viraram-se para um modelo de desenvolvimento socialista com a nacionalização dos recursos naturais.

Em 1960, os principais produtores de hidrocarbonetos formaram a OPEP, que atuou para aumentar o preço do petróleo, considerado injustamente subvalorizado.

A Organização da Unidade Africana foi criada em 1963 e a ASEAN (Sudeste Asiático) em 1967.

Novos Estados mergulhados em problemas Econômicos

A maior parte das antigas colónias permaneceram pobres, sobretudo porque, após a independência, foram frequentemente mal geridas (más opções económicas, corrupção, ditaduras, etc.) e tiveram de enfrentar problemas urgentes como a explosão demográfica.

Como resultado, o fosso entre a riqueza dos países desenvolvidos e a dos países pobres aumentou efetivamente. Os países pobres endividaram-se maciçamente. O comércio desigual continua a existir, porque são os países ricos e as suas empresas

multinacionais que fixam os preços das matérias-primas produzidas no Terceiro Mundo.

O passado colonial dá origem a muitas tensões entre países

Todos os esforços de união econômica ou política falharam: o movimento *dos não-alinhados* está praticamente paralisado. Há demasiados países do Terceiro Mundo (mais de 100 nos anos 80) e os seus interesses são demasiado diferentes para que se possa chegar a um acordo; quando se trata de problemas urgentes, prevalecem os interesses locais.

Apesar dos esforços do movimento dos não-alinhados, a Guerra Fria dilacerou o Terceiro Mundo: alguns países optaram por se aproximar da URSS (Argélia, Vietnam, Laos), outros do bloco ocidental (Marrocos, países da América do Sul), dando origem a numerosos conflitos (Etiópia comunista contra Somália pró-ocidental na década de 1970).

As fronteiras herdadas da era colonial estão no centro de muitas tensões. O mesmo se aplica às rivalidades étnicas que foram fomentadas pelos antigos colonizadores (ver genocídio no Ruanda). As tensões herdadas da era colonial são agravadas por uma falta de democracia promovida por elites frequentemente corruptas (e por vezes ajudadas pelas potências ocidentais através da venda de armas). Os ditadores mantêm-se no poder apoiando-se no exército e em eleições fraudulentas.

O Estado-nação não existe de fato em muitos países africanos. Desde os anos 60, surgiram outras dificuldades: a SIDA, os massacres interétnicos, etc.

As antigas colônias, agora desenvolvidas e democratizadas, estão a dar o exemplo

As esperanças terceiro-mundistas dos anos 50 e 60 desvaneceram-se. No entanto, o discurso dos países não alinhados foi retomado pelo movimento antiglobalização, que retomou algumas das críticas dos anticolonialistas e denunciou a injustiça das relações econômicas entre os países *do Sul* e os do *Norte*.

Algumas das antigas colônias conseguiram desenvolver-se economicamente, sobretudo na Ásia. Mas há pouco sentido de solidariedade com o resto do Terceiro Mundo.

A ausência de democracia não é inevitável: alguns países, como a Índia e o Senegal, fizeram uma transição bem sucedida para a democracia.

Extratos de mensagens

Pois não, o homem não deve ceder, sofrer, ser escravo do homem e, por conseguinte, se for necessário, deve levantar-se, erguer-se, lutar. Por filosofia, por convicção absoluta, não se trata, para o mundo dos espíritos, de incitar o homem à guerra ou ao assassinio, e é bem entendido, por todos e cada um, por todos os espiritualistas, que o mundo invisível nunca dará a sua aquiescência a conflitos, a estados de guerra de natureza agressiva. Não se trata de discutir com o vizinho; não se trata de invadir, pelo pensamento ou pela própria presença, esse mesmo vizinho, porque então caímos no erro fundamental, isto é, no erro colonialista, isto é, no erro de todas as colonizações empreendidas anteriormente na história da humanidade, ou seja, a exploração de um povo sobre outro povo, de uma cultura sobre outra cultura.

O espírito de Charles de Gaulle

O presente é o resultado de uma história colonial que temos de apagar para sempre. Não devemos fingir... Isso não é política. Isso é hipocrisia. Devemos, pois, compreender que aos homens, mulheres e crianças destes povos sofredores deve ser dada não só a força da humanidade, mas também a força da dignidade numa história reconhecida e definida.

O espírito de Jacques Duclos

Capítulo 5

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU

A ideia de criar uma estrutura internacional não é recente; pode ser encontrada no século XVIII na obra do filósofo Kant, mas só no rescaldo da Grande Guerra, em 1918, é que o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, propôs um pacto aos Aliados, que viria a nascer em janeiro de 1920, com a entrada em vigor do Tratado de Versalhes, sob a designação de *Liga das Nações (Liga)*. Composta por 45 Estados membros, esta estrutura gerou grandes expectativas que estavam longe de ser cumpridas. Embora tenha sido eficaz na assistência aos refugiados e na criação da Organização Internacional do Trabalho, foi impotente para resolver todos os problemas graves e não conseguiu evitar a Segunda Guerra Mundial.

A ONU, que sucedeu à Liga das Nações, foi criada durante a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Aliados que lutavam contra as potências do Eixo. Diversas cartas, declarações e conferências iniciadas em 1941 conduziram à Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945, por representantes de 51 países. Ao longo dos anos, outros países juntaram-se a esta organização, que atualmente inclui 193 Estados.

Organismos da ONU

A Assembleia Geral, órgão deliberativo que se reúne uma vez por ano, é composta por todos os Estados Membros, cada um dos quais dispõe de um voto. A principal missão da Organização é a manutenção da paz e da segurança internacionais. Os Estados Membros comprometem-se a resolver os seus diferendos por via pacífica e a renunciar ao uso da força; em contrapartida, se forem ameaçados ou atacados, a ONU compromete-se a protegê-los.

Para isto, foi criado um *Conselho de Segurança* de 15 membros, incluindo 5 membros permanentes (França, Reino Unido, Estados Unidos, China e Rússia). Este Conselho de Segurança, que se reúne todos os dias, pode decidir sobre sanções diplomáticas e econômicas e até sobre o recurso às forças armadas. A ONU dispõe de um exército de *Capacetes Azuis*, soldados da paz imparciais que participam em operações de manutenção da paz de vários tipos: observação do cessar-fogo, missões de interposição. Isto permite congelar situações, se não resolver conflitos. As ações mais recentes dizem respeito à luta contra o terrorismo, obrigando os Estados a sancionar o incitamento ao terrorismo e ao seu financiamento. No entanto, o direito de veto concedido aos membros permanentes do Conselho de Segurança pode paralisar certas decisões, por razões estratégicas específicas do país em causa. Entre 1945 e 1965, a URSS utilizou o seu direito de veto 103 vezes.

Há também o Conselho econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia, composto por 15 juízes eleitos por nove anos, e o Secretariado-Geral da ONU, que é o órgão administrativo.

A ONU dispõe de uma série de instituições especializadas nos setores econômico, financeiro, social e cultural, que asseguram a governabilidade mundial em domínios fundamentais que foram surgindo ao longo do tempo. Estas instituições são juridicamente independentes da ONU. Têm orçamentos separados e os seus próprios Estados membros, regras e pessoal. A maior parte do seu financiamento provém de contribuições voluntárias de governos, instituições e indivíduos. Algumas

agências especializadas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já existiam antes da criação das Nações Unidas. As mais importantes são a FAO para a alimentação e a agricultura, a OIT para o trabalho, criada em 1919, a OMS para a saúde, a UNESCO para a cultura, o FMI, o Banco Mundial e as suas filiais. Outras estruturas que abrangem as telecomunicações, os serviços postais, a meteorologia, a navegação, o turismo e a promoção da utilização pacífica da energia nuclear asseguram uma governabilidade mundial coordenada em domínios cruciais.

A ONU desempenhou um papel importante no domínio social e humanitário (ajuda aos refugiados, promoção dos direitos humanos, luta contra o flagelo da droga), tendo os montantes consagrados aumentado significativamente. Antes da criação da ONU, apenas as associações humanitárias de beneficência prestavam assistência às vítimas de catástrofes naturais e aos refugiados de países em guerra. Com a criação da ONU, foram criadas novas instituições, como o ACNUR, o Alto Comissariado para os Refugiados (dois prêmios Nobel da Paz), que assegura a proteção internacional dos refugiados, controlando o cumprimento dos acordos internacionais por parte dos governos, sobretudo em matéria de direito de asilo. No seio da ONU, um gabinete coordena a ação das três grandes agências humanitárias: o ACNUR, o PAM (Programa Alimentar Mundial) e a UNICEF, uma vez que mais de metade dos refugiados são crianças.

No entanto, os resultados a nível político são mais díspares, com o problema do Médio Oriente longe de estar resolvido. A divisão dos territórios palestinianos em dois Estados, judeu e árabe, gerou conflitos, e a divisão final não é a preconizada pela ONU. O problema agravou-se consideravelmente com a expansão intempestiva dos colonatos israelitas. Do mesmo modo, a mediação entre a Índia e o Paquistão sobre a questão de Caxemira não conduziu ao referendo recomendado para que os povos possam decidir livremente. Na África do Sul e no Vietnã, a ONU revelou-se impotente. Mais perto de nós, verificou-se o fracasso da comunidade internacional no Ruanda durante o genocídio de 1994, na Bósnia, no Darfur, na Somália e no Iraque em 2003. Do mesmo modo, o problema da Síria ficou por resolver devido à paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Defesa dos direitos fundamentais

Seria injusto, no entanto, não prestar homenagem ao papel decisivo desempenhado por esta estrutura, principalmente no que se refere ao respeito pelos direitos humanos; é à ONU que devemos a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, adotada em 10 de fevereiro de 1948.

O Conselho dos Direitos do Homem é um órgão intergovernamental do sistema das Nações Unidas, composto por 47 Estados, cujo objetivo é reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos a nível mundial. Procede a uma análise periódica da situação dos direitos humanos em todos os Estados Membros, denunciando, sempre que necessário, as violações por motivos de raça, língua ou religião. O Conselho pode prestar assistência especializada ou nomear uma comissão de inquérito em caso de violação dos direitos fundamentais. Em 1979, por exemplo, foi adotada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Foi criado um organismo especial, a *ONU Mulheres*, para garantir que as mulheres sejam respeitadas da mesma forma que os homens. Intervém nos domínios da saúde e da reprodução e condena todas as formas de violência contra as mulheres.

O conceito de desenvolvimento humano foi introduzido na Cimeira do Milênio, em 2000, sob o impulso do seu Secretário-Geral, Kofi Annan. Foram tomadas decisões

para elevar o nível de vida nos países desfavorecidos, combater a pobreza e a precariedade, lutar contra a mortalidade infantil e as doenças, promover a educação, a igualdade entre homens e mulheres e a proteção do meio ambiente. No que diz respeito ao clima, a ONU foi pioneira no conceito de desenvolvimento sustentável ao organizar a primeira Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. As Conferências das Partes (COP) foram posteriormente organizadas sob os seus auspícios.

O Secretário-Geral da ONU tem um papel fundamental. Eleito pela Assembleia Geral, está estreitamente dependente do Conselho de Segurança, pelo que o seu papel pode ser mais ou menos importante, ou mesmo dificultado. No entanto, alguns Secretários deixaram a sua marca na história da instituição através das suas iniciativas humanistas, como Kofi Annan, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2001, juntamente com a organização, pelo seu trabalho "para um mundo mais organizado e mais pacífico". Boutros Boutros Galli também procurou soluções para a paz no Médio Oriente.

Perspectivas futuras

A ONU tem um papel decisivo que é frequentemente ignorado. Apesar dos seus fracassos, o seu historial é, no entanto, positivo. As suas ideias inovadoras e humanistas esbarram com os vetos dos membros permanentes do Conselho de Segurança, mas também, e sobretudo, com os poderes de organizações financeiras como o FMI e o Banco Mundial.

O seu papel tem de ser alargado e desenvolvido, o que exigirá uma revisão da sua organização e funcionamento. É também, sem dúvida, necessário sensibilizar o mundo para a necessidade de solidariedade e de cooperação entre os países, porque se algumas questões dizem respeito apenas a um país ou a uma região, outras, como a emergência climática e a proteção dos recursos naturais, dizem respeito a toda a população do globo e não podem continuar a ser ignoradas.

O Além já se pronunciou sobre este assunto:

"As Nações Unidas poderiam ser a fonte da transformação da paisagem política da Terra, decidindo a abolição total das armas atômicas, decidindo a reconversão das indústrias militares para fins pacíficos, decidindo o financiamento de um programa de irrigação dos solos secos da África e da Ásia. Decidir-se-ia abolir a atividade bolsista a favor de uma emulação geral de todas as populações no sentido de um vasto investimento financeiro para o desenvolvimento de todas as zonas subdesenvolvidas da Terra. Ao mesmo tempo, seria decidido criar um programa ecológico para salvar os rios, as árvores e os oceanos da ameaça da poluição, que se tornará o perigo do terceiro milênio.

Esta estrutura permitiria redefinir o globalismo, não o globalismo das bolsas, mas o globalismo que une todos os seres humanos, porque provêm da mesma força causal divina e estão expostos às mesmas dificuldades, à mesma lei de evolução e ao mesmo futuro espiritual.

A perspectiva dos Espíritos para o futuro do planeta sempre foi a universalidade do mundo, com o desaparecimento progressivo dos particularismos étnicos e patrióticos, em favor de uma verdadeira cooperação entre os Estados, para fazer desaparecer os conflitos e as fronteiras.

Os representantes da ONU pensam e atuam nesse sentido, mas esta estrutura mundial é apenas constituída pelos países que a compõem. Não se trata, portanto, de uma estrutura de superestado, mas sim de um órgão cujo poder é muito limitado, uma vez que está dependente dos países mais poderosos, os cinco membros

permanentes do Conselho de Segurança, que dificilmente respeitam as regras internacionais e bloqueiam qualquer possibilidade de acordo, dado o direito de veto de apenas um país entre os cinco, que pode bloquear todo um projeto. A reforma deste Conselho é há muito reclamada por outros Estados, e é uma exigência que devemos continuar a apoiar, a fim de avançar para uma nova partilha de responsabilidades.

Capítulo 6

QUESTÕES ECONÔMICAS

A organização social e econômica depende do nível de evolução do nosso mundo. Sabemos que nos planetas superiores, nos quais a Terra se tornará num futuro longínquo, a sociedade se baseia em princípios de igualdade e de fraternidade, onde nada é feito em proveito próprio e onde não existe qualquer forma de especulação. Cada um contribui para o bem comum através do seu trabalho, sem procurar ganhos pessoais ou notoriedade; a riqueza é distribuída equitativamente de acordo com as necessidades e nenhuma população é explorada em benefício de outra. A delinquência não existe, não há crimes nem delitos. Da mesma forma, o dinheiro deixou de existir porque as trocas são efetuadas de uma forma diferente; a bolsa de valores e outras instituições financeiras são desconhecidas.

Estas perspectivas felizes não se aplicam ainda à Terra, onde a inferioridade caracterizada pela cobiça, pelo ciúme e pelo orgulho é ainda o destino de muitos habitantes, pelo que este modelo ideal será aquele para o qual teremos de trabalhar progressivamente, para metamorfoses de tal ordem que são ainda inimagináveis no futuro imediato.

Se olharmos para a evolução da Terra ao longo dos últimos séculos, o progresso das sociedades tem sido lento, mas não deixa de ser real. As transformações sociais foram conseguidas graças a homens e mulheres que lutaram por mais justiça e partilha, por vezes visionários altruístas que pagaram com a vida a sua luta humanista. Desde o século XVIII até aos nossos dias, foram feitos grandes progressos, como a abolição dos privilégios baseados no nascimento, a abolição da escravatura, o abandono da colonização, a proteção social e sanitária e a assistência do Estado aos mais desfavorecidos. No entanto, se na França e noutros países ocidentais e europeus se vive melhor do que noutros momentos da história, o mesmo não se pode dizer de certos países onde as pessoas continuam a sofrer de fome e de subnutrição, onde dormem na rua ou em bairros de lata, onde não há acesso a cuidados de saúde, muitas vezes porque as nações ricas continuam a explorar os países empobrecidos, pilhando os seus recursos naturais e impondo-lhes produtos manufaturados muito caros que enriquecem os grandes grupos industriais. Tal situação é inaceitável do ponto de vista da ética espírita, e todos os esforços devem ser direccionados para a resolução destas desigualdades, que parecem insuperáveis apenas para aqueles que não desejam a igualdade e o bem-estar para todos. No passado, todos os países demonstraram que sabem mobilizar recursos e meios humanos para os conflitos bélicos, pelo que seria possível empregar as mesmas fórmulas para assegurar a felicidade de todos os habitantes do planeta.

A ECONOMIA, UMA CIÊNCIA INEXACTA

A economia é uma disciplina em constante evolução, que se baseia na experiência do passado para construir o futuro. A economia tem a ver com o fluxo de bens, as trocas entre diferentes agentes Económicos (indivíduos, empresas, autoridades públicas), as decisões e as ligações à escala mundial. As escolhas feitas podem ter consequências positivas ou desastrosas para os produtores e os consumidores, razão pela qual se chama economia política, porque, organizada a nível estatal, tem impacto na forma como a vida é organizada e nas relações entre os habitantes.

Embora possa ter um aspecto científico devido a certos mecanismos ou

automatismos ligados, sobretudo, à oferta e à procura, depende sobretudo das escolhas de estilo de vida, dos modelos sociais e da distribuição da riqueza. Não tem nada de racional, como dizia Bertrand Russel: *"A economia é aquela disciplina em que não se sabe do que se está a falar nem se o que se está a dizer é verdade"*. Tudo o que se diz sobre a economia não é verificável; pode-se demonstrar que uma coisa é verdadeira e outra é falsa. Por vezes, os estudos são orientados para a demonstração de um determinado resultado, chegando mesmo a encerrar institutos que não apresentam os resultados esperados. Além disso, os economistas estão longe de estar de acordo sobre os efeitos produzidos por esta ou aquela medida, e algumas previsões revelaram-se completamente erradas.

Em 1914, o economista John M. Keynes estava convencido de que era impossível a Europa entrar em guerra porque os Estados não tinham meios para a financiar! Em 15 de outubro de 1929, nove dias antes da Quinta-Feira Negra e do famoso crash da bolsa, Irving Fisher, professor e teórico econômico de renome, anunciava que o preço das ações tinha atingido um máximo permanente! A crise do "subprime" de 2007 dividiu os economistas. As previsões anunciadas com convicção muitas vezes não se concretizam, porque se baseiam numa matemática que não tem em conta o fator humano e as especificidades dos diferentes países. Assim, a economia aproxima-se da psicologia; não é uma ciência objetiva, mas depende de perspectiva fatores irracionais ligados a perspectiva fatores humanos ou políticos.

A economia está intimamente ligada ao dinheiro. Na Idade Média, o fluxo de dinheiro estava sujeito às prescrições da Igreja Católica, que proibia o comércio de dinheiro. A usura (empréstimo a juros) só foi autorizada por esta instituição no século XVII.

Assim, a modernidade da economia anda de mãos dadas com a emancipação da moralidade, partindo de antigos conceitos morais rigorosos e evoluindo para o liberalismo desenfreado que conhecemos atualmente.

De acordo com o sistema altamente moral de Aristóteles, a economia é a arte de administrar corretamente uma casa e, por extensão, uma cidade, com o objetivo de alcançar a equidade, assegurando a harmonia entre os vários habitantes e denunciando o poder do dinheiro. Durante muito tempo, considerou-se que o valor de um bem dependia do custo de produção, ou seja, da quantidade de mão de obra necessária para o fabricar e do custo dos materiais necessários para o produzir.

Já no século XVI^e, com a escola de Salamanca, considerava-se que o preço correto resultava da estimativa conjunta de compradores e vendedores e, portanto, da oferta e da procura. Estas ideias foram retomadas dois séculos mais tarde por Adam Smith, o grande teórico do mercado livre, que defendia o liberalismo político e a desconfiança em relação ao Estado. Para ele, o mercado era autorregulável e não tinha qualquer utilidade para as decisões tomadas pelos governos, que eram o resultado da convivência entre príncipes e burgueses na origem do sistema de mercado.

A partir do estabelecimento dos Estados modernos, as decisões são tomadas pelos detentores do poder; o Estado dá o impulso, principalmente através da criação das grandes fábricas reais. Começam a surgir políticas intervencionistas diretamente inspiradas nas ideias mercantilistas da época e setores de atividade dirigidos.

O NASCIMENTO DO CAPITALISMO

O século XIX assistiu ao nascimento do capitalismo. Até então, a produção e o comércio baseavam-se na agricultura de subsistência e no artesanato. Surge a indústria com as suas fábricas, sobretudo as fábricas de carvão e as indústrias

têxteis na Grã-Bretanha, depois na Bélgica, França, Alemanha e Rússia.

Graças às máquinas, a produtividade aumentou, a procura cresceu, os lucros dispararam, o capital acumulou-se e a economia tornou-se mais complexa. Surgem, assim, empresas cujo capital é financiado por ações. Os bancos florescem, com os bancos de depósito e os bancos comerciais. O comércio assume a dimensão dos grandes armazéns. A colonização de partes da África e da Ásia permitiu aos europeus obterem a baixo custo as matérias-primas essenciais à sua atividade.

A partir daí surgem novos problemas; onde no Antigo Regime as crises eram causadas por más colheitas limitadas geograficamente, as novas crises são financeiras, de bolsa, marcadas pela superprodução, falências, desemprego e, frequentemente, fuga de capitais. Assim, as primeiras crises bancárias do século XIX conduziram a anos de depressão mundial. Alguns economistas, como Jean-Baptiste Say e Adam Smith, defendiam que o mercado devia ser deixado em paz para se regular a si próprio; outros, como Sismondi e Marx, defendiam a intervenção do Estado para corrigir os excessos do capitalismo desenfreado.

A partir daí, o século XX assistiu ao choque de dois grandes sistemas Econômicos:

- O sistema liberal ou capitalista

Os bens de produção são propriedade privada e o Estado intervém apenas em áreas muito limitadas, como a construção de um quadro de trabalho, medidas de proteção dos trabalhadores e normas sanitárias. Assegura o respeito do comércio bilateral entre Estados.

- O sistema intervencionista ou socialista

O Estado não se limita às suas missões régias de justiça e de polícia, mas intervém na economia regulando, controlando e gerindo setores que não são necessariamente destinados a gerar lucros e especulação. Os meios de produção são detidos pelo Estado, como foi o caso do “Conseil National de la Résistance” em 1945, na sua vontade de instaurar uma ordem social justa, preconizando a nacionalização das fontes de energia, dos recursos do subsolo, das companhias de seguros e dos grandes bancos.

As crises do final do século XX e do início do século XXI demonstraram que não existia nenhuma teoria econômica que pudesse proteger contra colapsos ou derrocadas, com todas as trágicas consequências humanas que daí poderiam advir. Hoje em dia, os economistas questionam a noção de crescimento como fator determinante; pelo contrário, falam agora de decrescimento, ou seja, propõem avaliar a riqueza de uma forma diferente. O economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel da Economia, por exemplo, apresentou a ideia de incluir no PIB tudo o que é feito de forma voluntária e gratuita, ou seja, sem que seja registado qualquer fluxo financeiro, e que representa elementos significativos que contribuem significativamente para o bem-estar da população.

Atualmente, a economia começa a abrir-se mais às ciências sociais e humanas. Há menos confiança nos mecanismos de mercado e mais ênfase na economia pública, no papel do Estado, na fiscalidade e nas infraestruturas. O próprio Banco Mundial, que se regia pelos princípios neoliberais, reviu a sua abordagem, sob o impulso do seu vice-presidente, o economista François Bourguignon, que defende que se deve dar mais atenção às desigualdades e à distribuição dos rendimentos do que aos lucros dos bancos. O objetivo desta instituição financeira internacional é agora a prosperidade partilhada.

E depois há novas questões, como o aquecimento global, que afetam todos os países do planeta e que não podem continuar a ser ignoradas.

Apesar de alguns progressos, a desigualdade aumentou. Utilizando uma base de dados de 175 milhões de pontos de dados para medir as diferenças de rendimento e de riqueza, economistas de mais de setenta países denunciaram um aumento acentuado das disparidades em todo o mundo nos últimos quarenta anos.

Aliás, não foram os economistas e os financeiros que melhor refletiram sobre os diferentes sistemas, perdendo-se muitas vezes em cálculos frios, quando o verdadeiro tema é o da convivência de todos os seres encarnados no globo. Sobre este ponto, Raymond Aron, jornalista e filósofo, deu-nos este testemunho póstumo:

Os sistemas econômicos são princípios ultrapassados que já não correspondem às exigências das pessoas, à natureza das pessoas, à organização das pessoas. As economias dependem das ideologias. São rígidas, rígidas, ineficazes na maior parte das vezes porque estão ausentes do movimento do tempo, da evolução inerente à natureza dos seres humanos que são espíritos em mutação. A economia não é libertadora; ela prende as pessoas em sistemas inadequados. Ossifica as relações sociais, desvia a produção e impede a verdadeira distribuição da riqueza.

As economias são especulações pontuais e oportunistas. Estas especulações não se baseiam na preocupação com o homem, mas no lucro que pode ser obtido com a sua produção quotidiana. Neste aspecto, já estão condenadas. As economias voltam as costas às pessoas, voltam as costas aos climas, voltam as costas ao relevo. Voltam as costas às riquezas naturais dos diferentes países da Terra. Dizem-se internacionais. São de fato internacionais, mas fazem-no com desprezo pelo planeta e pelos seus habitantes. A economia não deve ser nem liberal nem estatista. A economia deve ser natural. Deve ser uma organização desejada, profundamente desejada pelo conhecimento humano e que corresponda as suas necessidades reais, a sua verdadeira natureza. Os sistemas políticos tornaram a economia tão perigosa que ela se tornou capaz de destruir uma região, um país, um povo. Pode-se, por decreto Econômico, secar uma terra, torná-la árida e improdutivo. Se quisermos, podemos organizar a fome. Não sou contra qualquer forma de organização. Para que uma organização seja eficaz, deve ter em conta aquilo para que foi concebida, ou seja, para os seres vivos, encarnados num planeta vivo. Acuso muitos governos de fingirem que estão à procura de uma solução, quando a solução já existe para aqueles que a querem aplicar.

OS FILÓSOFOS DA ECONOMIA

Muitos filósofos têm pesquisado e estudado possíveis sistemas econômicos mais ou menos compatíveis com as perspectivas futuristas da filosofia espírita, segundo o modelo dos mundos superiores do Universo.

Ludwig Feuerbach (1804-1872), o filósofo alemão, defendia que, para que surgisse uma sociedade verdadeiramente humana, a filosofia deve encontrar sua extensão na política: "É preciso juntar a humanidade sofredora e a humanidade pensante", ou seja, intelectuais e trabalhadores manuais.

Charles Fourier (1772-1837), na sua visão utópica da sociedade, colocava o homem no centro do debate, em reconhecimento de Deus, em comunhão com a natureza benevolente e equilibradora. Ele sugere a criação de falanstérios onde todas as atividades humanas seriam harmoniosas e baseadas no bem-estar. Preconizava uma sociedade em que cada um pudesse atingir o seu pleno potencial, para que as vocações e os talentos artísticos pudessem florescer. Defendia o

respeito por todos, em particular o reconhecimento dos direitos das mulheres, até então desrespeitados. Para ele, o direito individual à propriedade só pode ter por base o bem comum geral e não o enriquecimento pessoal. O exercício deste direito pode variar ao longo do tempo, porque a procura de lucros cada vez maiores conduz a uma sociedade mercantil e desumanizada; quanto mais a propriedade aumenta, mais o trabalhador é obrigado a aceitar trabalho a um preço baixo e demasiado competitivo. Quanto maior for o número de comerciantes, mais eles são levados a enganar devido à dificuldade de gerar lucros.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Todos conhecemos a sua famosa máxima: "A propriedade é um roubo". Séculos de propriedade demonstram-no. A propriedade é o suicídio da sociedade porque incentiva a posse individual à custa dos outros, com o objetivo de enriquecimento pessoal e não de partilha. A terra, as ferramentas e o capital não produzem nada por si sós, precisam de trabalho. Por isso, o proprietário não deve escravizar o trabalhador, porque sem o trabalho do trabalhador, a propriedade não tem valor. Proudhon propôs a criação de cooperativas onde todos os trabalhadores seriam proprietários dos instrumentos de produção, fazendo uma distinção entre propriedade e posse. Defendia a abertura de um banco do povo, sem capital e sem lucros, onde circulariam vales penhorados contra o produto do trabalho de cada membro, através dos quais se emprestaria dinheiro sem juros a pequenos proprietários e trabalhadores.

James Mill (1773-1836), pai de John Stuart Mill, sugeriu a criação de cooperativas de trabalhadores e a limitação da herança em função da riqueza do herdeiro.

Gracchus Babeuf (1760-1794) via a herança familiar como um sistema de apropriação, uma espécie de fraude e um incentivo à reprodução de um sistema que levava à espoliação dos mais pobres em benefício de proprietários sempre ávidos de novas posses.

Owen, um patrono americano das artes, defendia um sistema social em que a propriedade privada fosse banida.

Louis Blanc (1811-1882) propôs a abertura de oficinas nacionais e defendeu o planeamento.

William Godwin (1756-1836) afirmou: "Os vícios que são inseparáveis do sistema de propriedade desapareceriam numa sociedade em que todos partilhassem igualmente os dons da natureza".

Para o filósofo britânico **William Ogilvy (1793-1871)**, "a propriedade fundiária foi, durante séculos, um prejuízo e um obstáculo muito maiores para a felicidade da humanidade do que a tirania dos reis, a impostura dos padres e a chicana dos advogados".

David Ricardo (1772-1823) demonstrou que o trabalho dos assalariados industriais é a verdadeira fonte de riqueza e que os proprietários de terras e os financeiros enriquecem sem trabalho, em detrimento dos assalariados.

Karl Marx (1818-1883), o visionário, inspirou-se na obra dos filósofos, Hegel em particular, para pensar num mundo melhor. Para ele, o capitalismo é a condição prévia do coletivismo, que representa inicialmente um progresso para a humanidade. O capital de uma empresa, ou seja, o dinheiro depositado pelos credores ou acionistas, permite a criação de estruturas industriais e a aquisição de máquinas que substituem e aliviam o homem; o trabalho será então menos árduo e mais seguro, e será necessário menos tempo para produzir a mesma quantidade de trabalho. Na época de Marx, o capitalismo era o melhor de todos os sistemas e representava um enorme avanço em relação às formas de exploração anteriores. Criou um mercado mundial, mas era apenas um sistema transitório. Os capitalistas tornar-se-ão supérfluos, o trabalho de gestão de uma empresa será completamente separado da propriedade do capital. Os capitalistas tornar-se-ão nada mais do que emprestadores de dinheiro. Marx acabou por prever e demonstrar o declínio do sistema capitalista.

Devido à concorrência, as empresas utilizam cada vez mais capital sem gerar proporcionalmente mais lucros, o que conduz a uma diminuição das receitas. Torna-se então impossível fornecer aos proprietários do capital a mais-valia que eles podem exigir, e a solução adotada é a redução dos salários. Foi o que aconteceu desde o advento do capitalismo, sobretudo depois de o sistema bolsista ter transformado os simples prestamistas em investidores que apostam numa empresa e pretendem recolher os frutos do seu investimento à custa dos trabalhadores dessas mesmas empresas. No entanto, os salários não podem ser cortados impunemente e, para continuarem a prosperar, os capitalistas envolvem-se em atividades especulativas que conduzem a crises financeiras. Esta dinâmica capitalista conduz necessariamente, por um lado, ao aumento das desigualdades de rendimentos e, por outro, a crises financeiras.

Além disso, a corrida aos lucros conduziu a um aumento da produção e, conseqüentemente, à procura de novos consumidores, estimulando os seus apetites, mas sobretudo criando necessidades fictícias, o que deu origem à sociedade de consumo do final do século XX.

Inicialmente, a sociedade primitiva permitia que as pessoas se mantivessem livres, realizando o trabalho necessário à sua sobrevivência. A modernização e a divisão do trabalho conduziram ao enriquecimento da humanidade e ao aparecimento de classes sociais. A existência de classes está ligada apenas a determinadas fases do desenvolvimento histórico da produção. O capitalismo revolucionou o potencial produtivo da humanidade, quebrando o isolamento nacional, criando vastas metrópoles e aniquilando o feudalismo, mas também levou à criação de uma classe de proletários.

Para Marx, *a luta de classes* conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*. Este poder devolvido ao povo é apenas a transição para a abolição de todas as classes e, por conseguinte, para uma sociedade sem classes. Para ele, as classes sociais definem-se sobretudo pelo fato de possuírem ou não os meios de produção. As revoluções anteriores, sobretudo a de 1789 na França, não tinham feito nada pelo povo; embora os privilégios da nobreza tivessem sido abolidos, foi a burguesia que saiu vitoriosa.

O sistema capitalista e bolsista conduziu a graves crises financeiras logo em 1857, com o colapso dos valores bolsistas em Nova Iorque, Londres, Paris e Viena, o que levou a graves problemas de liquidez para as empresas, como a primeira "sexta-feira negra", em 11 de maio de 1886.

A conclusão óbvia para ele, como para outros precursores do comunismo, como os utópicos Thomas More, Tommaso Campanella, Fourier e Nicolaï Tchernychevski, era a coletivização dos principais meios de produção, para escapar à tentação do lucro e da especulação. Mas o comunismo só pode ser global.

Marx inspirou muitos economistas. Se o marxismo-leninismo não convenceu como sistema de sociedade, é porque houve quem utilizasse vergonhosamente os princípios marxistas para instaurar um regime ditatorial que conduziu aos piores excessos, como foi o caso do estalinismo, que substituiu a ditadura do dinheiro pela ditadura do crime. Desde a sua morte, Karl Marx lamentou a utilização das suas ideias: "Denuncio aqui, diante de vós, todos aqueles que se pretenderam depositários das minhas ideias, aqueles que se tornaram os carrascos de sociedades totalitárias em meu nome, aqueles que ousaram fazer sonhar os pobres com um amanhã feliz, com a grande noite do proletariado, para os explorar e esmagar ainda mais. Minha filosofia nunca encontrou forma na Terra e em nenhum país. Aqueles que a reivindicam são traidores do meu pensamento. Mas o meu pensamento foi escrito. Só peço uma sociedade sem classes, sem dinheiro e sem Estado".

Estes sistemas de propriedade coletiva, onde a ideia de enriquecimento pessoal está ausente, foram iniciados no passado pelas primeiras comunidades cristãs ou por certas tribos indígenas, descritas como "selvagens" aos olhos dos ocidentais, que criaram sistemas de propriedade coletiva com uma partilha comum da riqueza.

Mais de um século após a morte de Marx, as suas previsões sobre a evolução do mundo econômico revelam-se cruelmente exatas e a sua filosofia é hoje cada vez mais referida.

Jean de Sismondi (1773-1842) foi o primeiro a reconhecer a diferença decisiva entre o capitalismo e os modos de produção anteriores. O desenvolvimento espetacular dos meios de produção mecânicos obrigou os capitalistas a encontrarem mercados para a sua produção cada vez maior. Por conseguinte, lutaram até à morte para conquistar mercados e reduzir os custos de produção, reduzindo os salários e aumentando a mão de obra, a fim de apanhar os concorrentes mais competitivos.

O LUGAR DO DINHEIRO

Uma sociedade sem dinheiro não é uma opção na Terra a curto prazo, mas é possível alterar o seu papel. Quando foi introduzido, o dinheiro não tinha a importância que tem atualmente; substituiu a troca dos nossos antepassados. Sempre foi essencial para trocar produtos e serviços que não podiam ser convertidos noutros bens, especialmente se as partes contratantes estivessem separadas por grandes distâncias. Foi assim que surgiu a moeda fiduciária (primeiro o ouro, depois a moeda metálica), com o objetivo de adquirir o necessário para trabalhar, comer e prosperar; depois veio a moeda escritural (cheques, transferências sem manuseamento de dinheiro).

Muito rapidamente, surgiu a noção de lucro e de especulação. Rapidamente se percebeu que era possível especular, emprestar dinheiro em troca de uma comissão ligada ao montante do empréstimo e à sua duração. A Igreja Católica reagiu a estas novas práticas, proibindo a cobrança de juros. Não era o caso da religião judaica, que autorizava o empréstimo de dinheiro a troco de uma taxa, o que deu ao povo judeu, excluído de certas profissões e limitado à atividade bancária, uma reputação e uma história muito especiais. Marx (de origem judaica) estabeleceu a ligação entre

o judaísmo e o dinheiro. Para ele, a religião, o individualismo e o dinheiro são inseparáveis. Para nos libertarmos do dinheiro, temos de nos liberar de todas as religiões, e do judaísmo em particular. Ficou célebre a sua célebre frase "A religião é o ópio do povo", frase que explicou numa sessão espírita: "As minhas palavras foram objeto de más imagens, fruto da ignorância, por vezes também da perfídia daqueles que têm o prazer malicioso de querer sempre e sempre transformar e adaptar as filosofias daqueles cujo único desejo era o bem de toda a humanidade. Eu disse e continuo a dizer perante vós que a religião é o ópio do povo. Nunca disse que Deus era a droga da humanidade. No entanto, foi assim que foi transmitido. Não pedi o ódio, não pedi o combate injusto. Não pedi vingança. Creio ter estabelecido, no dia da consciência, de uma consciência que eu quero que seja um sol em todas as cabeças encarnadas, a justiça, palavra terrível, que existe em todos os tempos e em todos os países e em todas as formas."

GLOBALIZAÇÃO

A globalização tornou-se incontornável; pode trazer benefícios para todos, tanto para os países em desenvolvimento como para os países ricos. Mas a realidade é amarga.

Sempre houve trocas naturais com outros países para comprar ou vender produtos, mercadorias e matérias-primas. A globalização acelerou-se graças ao caminho de ferro, ao telégrafo e à navegação a vapor, reduzindo as distâncias e favorecendo o desenvolvimento dos mercados. O mundo passou da agricultura para a indústria, depois da indústria para os serviços; houve vencedores, mas sobretudo houve muitos perdedores. Atualmente, é impulsionado pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, mas é dominado pelo capital e pelas finanças. Os países do Sul da Ásia e da América Latina foram literalmente pilhados e explorados, mas foi a África que pagou o preço mais alto.

Como salienta o economista e Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, "a globalização econômica foi mais rápida do que a globalização política, com o materialismo econômico a prevalecer sobre todos os outros valores". A globalização econômica tem sido muitas vezes uma tomada de controle unilateral, como na época do colonialismo, quando vários países europeus colonizaram países de diferentes continentes para explorar as suas riquezas naturais. Está ligada à procura do lucro à custa dos povos do Terceiro Mundo, que foram explorados e degradados. Se há necessidade de uma coordenação mundial, esta deve basear-se numa ética de respeito e de equidade nas trocas recíprocas. Temos o direito de comprar matérias-primas que não existem num país, mas temos de pagar devidamente aos produtores. Da mesma forma, poderíamos permitir que os países necessitados beneficiassem dos nossos excedentes alimentares.

O fracasso da globalização social é tão evidente que são as ONGs que intervêm para ajudar as vítimas da fome, das doenças, das catástrofes naturais ou da pilhagem dos recursos.

Foram realizados numerosos debates e fóruns sobre a globalização, partindo da constatação de que, numa economia globalizada, nenhum país pode ignorar o que se passa no conjunto do planeta, sobretudo quando as questões são globais e dizem respeito ao meio ambiente natural que todos partilhamos, com o aquecimento global e a poluição. Foram criadas estruturas para regular o comércio mundial, ostensivamente para proteger os Estados mais frágeis, mas na realidade para manter um estrangulamento das economias ricas sobre as dos países mais

desfavorecidos.

O sistema de governação global é imperfeito. O *Banco Mundial* e o *Fundo Monetário Internacional* foram criados, mas o seu principal objetivo é proteger os credores e não ajudar os países em desenvolvimento ou financiar projetos. Foram impostas condições financeiras e normas económicas a estes países, com resultados muitas vezes desastrosos (Argentina). A teoria do "*trickle-down*", segundo a qual a riqueza de alguns países se repercute nos outros, é uma ilusão. Em 1990, foram tomadas medidas, mas um primeiro balanço, dez anos mais tarde, mostra que a pobreza aumentou em todo o lado, exceto na China, com picos alarmantes na África, onde a pobreza extrema é particularmente prevalente.

As estruturas estatais nos países pobres são frequentemente mal organizadas ou enfraquecidas, ou mesmo antidemocráticas, o que as torna mais vulneráveis e agrava os problemas.

O PIB (produto interno bruto), tão caro aos nossos dirigentes, é um indicador que esconde outras realidades: o rendimento é certamente uma componente do nível de vida, mas outros elementos não são medidos, como a saúde, a esperança de vida, a mortalidade infantil e a educação; do mesmo modo, a acumulação de novos rendimentos é por vezes conseguida através da devastação do meio ambiente, do esgotamento de recursos naturais escassos e do endividamento excessivo.

O comércio livre, a palavra mágica, está organizado para servir os interesses dos países ricos da Europa e dos Estados Unidos, com acordos que protegem as importações dos países em desenvolvimento. Estes países ricos dispõem de lobbies muito poderosos, que podem subsidiar setores fracos como a agricultura, em detrimento de setores predominantes nos países pobres, onde a parte da indústria e dos serviços é menor.

Além disso, não é apenas o rendimento que conta, nem a riqueza produzida, mas as condições de vida no seu conjunto. O impacto das leis anti-dumping é fictício para os países pobres, mas real para os países ricos predadores.

Simultaneamente, o colapso do comunismo na URSS e nos países da Europa do Leste e a sua conversão ao capitalismo tiveram efeitos desastrosos, como a queda da esperança de vida e do rendimento per capita. A privatização dos bens de produção conduziu a uma alienação da riqueza, com uma fuga maciça de capitais, e os lucros obtidos foram utilizados para a corrupção, tendo sido criado um sistema mafioso.

O inimigo é a economia de mercado

As negociações bilaterais são tendenciosas e funcionam sempre em benefício dos países mais ricos, mais bem preparados e mais bem treinados. Precisamos de um sistema judicial internacional.

A propriedade intelectual cria monopólios nos países ricos, e os países pobres não pensam em registar patentes. No entanto, esta situação de monopólio só é lucrativa para os grandes grupos; os preços são fixados livremente com o objetivo de aumentar os lucros, que são gastos muito pouco em inovação, mas em publicidade para vender ainda mais. Esta situação é flagrante no setor farmacêutico, onde os monopólios das grandes empresas impedem a produção de medicamentos genéricos mais acessíveis às populações mais pobres.

Existe também a chamada biopirataria, em que as multinacionais adquirem plantas tropicais exóticas raras a baixo custo ou pilham-nas para as transformar em diversos produtos alimentares ou cosméticos, registrando patentes à revelia dos conhecimentos tradicionais.

Os recursos naturais não são protegidos nos países pobres e emergentes, ou são por vezes mal geridos; é o caso do petróleo, presente em grandes quantidades em certos países, mas cujos lucros, devido ao modo de governança, apenas beneficiam uma minoria muito pequena que compra produtos manufaturados caros, quando esses lucros poderiam ser utilizados para melhorar a saúde e a educação de uma população miserável.

O comércio de armas

Há o problema das empresas privadas, do petróleo, das minas e do gás, onde reinam os lóbis e a corrupção. Estas empresas obtêm lucros enormes, que podem ser utilizados para financiar interesses duvidosos, como campanhas eleitorais no estrangeiro. E, em muitos países, esses lucros são também utilizados para financiar a compra de armas. Os Estados ricos em recursos naturais têm muitas vezes outras preocupações para além do bem-estar das suas próprias populações.

ECOLOGIA

O meio ambiente diz respeito a todo o planeta. Embora o aquecimento global seja, em parte, um fenómeno natural, apresenta perigos a curto prazo que podem ser tão devastadores como a guerra. Se não forem tomadas medidas muito rapidamente, tempestades cada vez mais frequentes poderão arrasar países como o Bangladesh, que está muito exposto por estar situado num delta.

Todos os países devem comprometer-se a reduzir a poluição por gases com efeito de estufa. Os recursos comuns estão a ser pilhados, principalmente no mar, com o problema da pesca industrial, que leva a que os peixes sejam capturados mais rapidamente do que podem reproduzir-se.

A economia de mercado não se preocupa com os custos e benefícios sociais, mas a procura do lucro a qualquer preço é prejudicial à manutenção e proteção do meio ambiente. A irresponsabilidade jurídica e, sobretudo, financeira dos gestores envolvidos em catástrofes como os derrames de petróleo é também notória.

O objetivo da empresa privada é ganhar dinheiro e não fazer caridade. Um sistema económico desejável seria aquele que permitisse a partilha da riqueza e assegurasse a todos os meios para viver decentemente, sem encorajar as pessoas a consumir cada vez mais na ilusão de uma falsa felicidade que divide os seres humanos e os afasta dos verdadeiros valores que os poderiam unir.

Hoje em dia, há quem defenda a ideia de decrescimento, um conceito que não é novo, mas que está a desenvolver-se cada vez mais. Muitos filósofos, pensadores e até economistas defendem a ideia de que não podemos continuar a viver como nas últimas décadas, como durante os “Trente Glorieuses” do pós-guerra, que conduziram a uma procura crescente de bem-estar, conforto e consumo, sem qualquer preocupação com os danos causados ao meio ambiente. A corrida à acumulação de bens de consumo, tornados indispensáveis por uma publicidade bem orquestrada e tornados efêmeros pela obsolescência programada, conduziu a catástrofes ecológicas e à exploração de populações frágeis, tudo para enriquecer os grandes grupos industriais.

Podemos viver em harmonia sem consumir em excesso, mas sobretudo reabilitando valores um pouco esquecidos, preocupando-nos mais com o meio ambiente em que vivemos, redescobrimo e respeitando uma natureza que é essencial ao nosso equilíbrio.

COMO SERIA UMA GLOBALIZAÇÃO HARMONIOSA?

Temos de pensar numa forma de governança internacional em que todos os países estejam representados, e não apenas os mais poderosos, como acontece atualmente, em que dominam as decisões dos países ricos, em particular dos EUA. A comunidade internacional tem de pôr em prática um plano de ação para implementar estes vários pontos:

- Introduzir leis anticorrupção eficazes e limitar o sigilo bancário. A corrupção está mais disseminada num país pobre, razão pela qual é necessário um arsenal jurídico adequado e uma remuneração correta dos funcionários públicos para evitar qualquer tipo de corrupção.

- A certificação de matérias-primas preciosas para evitar o tráfico (diamantes, madeiras exóticas, etc.) e a introdução de normas que permitam aos países pobres receber o valor exato equivalente aos recursos naturais que possuem.

- Tornar as empresas mais responsáveis do ponto de vista social; evitar expor os seus trabalhadores a perigos como a exposição a diversos produtos tóxicos ou cancerígenos, o que exigirá a adaptação da regulamentação.

- Limitar o poder das grandes empresas, pondo termo aos seus monopólios e as suas práticas anticoncorrenciais (Microsoft), o que se traduz em preços mais elevados e menos inovação.

- Alterar a governança das empresas: todas as partes interessadas devem ser envolvidas na tomada de decisões: trabalhadores, autoridades locais onde as empresas estão sediadas. Devemos também responsabilizar certos funcionários, como os diretores executivos das grandes empresas, em todos os domínios, incluindo o financeiro.

- Sensibilizar as empresas para as suas responsabilidades ecológicas quando os recursos são pilhados e o meio ambiente danificado, o que é tão grave como a fraude contabilística ou o desvio de fundos. É necessário rever a gestão dos recursos naturais partilhados, "os bens comuns", como o ar e o mar, sendo a primeira ação urgente a regulamentação da pesca.

- Uniformizar a regulamentação a nível mundial e criar tribunais internacionais para impedir que os gestores desonestos se protejam.

- Alterar a legislação relativa ao sigilo bancário e combater os paraísos fiscais onde existem zonas totalmente isentas de impostos.

Muitas empresas do CAC 40 têm filiais em paraísos fiscais, filiais essas totalmente desligadas da sua atividade económica, com o único objetivo de evitar a tributação. Existem mecanismos engenhosos e experimentados que permitem canalizar os lucros através de empresas de fachada para uma filial num país onde os ganhos não serão tributados. Para além do prejuízo financeiro colossal, estimado entre 17 000 e 25 500 bilhões de dólares em 2016, ou seja, mais de um terço do PIB mundial, existe um aspecto perfeitamente imoral, uma vez que os fundos assim dissimulados podem ser a contrapartida de atividades ilegais. A evasão fiscal está estimada em 1000 bilhões de dólares na União Europeia, ou seja, seis vezes o seu orçamento anual.

O que é particularmente ilógico e inadmissível é o fato de estes paraísos fiscais não se situarem todos em locais longínquos como as Bermudas, as Ilhas Caimão ou Dubai, mas também no Luxemburgo, na Bélgica, nos Países Baixos ou em Chipre, todos eles membros da União Europeia! Assim, o Luxemburgo tornou-se o centro da evasão e da otimização fiscal de alguns dos maiores grupos franceses.

Não são apenas as empresas que colocam os seus lucros nestes locais privilegiados, mas também indivíduos à frente de fortunas pessoais, os diretores de grupos de prestígio, os homens de negócios, os banqueiros, as estrelas, os

desportistas, quando não são eleitos representantes das grandes cidades. Próximo à ocultação em paraísos fiscais, as maiores fortunas do mundo, estimadas em cerca de 500 bilhões de euros a nível mundial, recorrem a esquemas de evasão e otimização fiscal. Em 2015, os bancos europeus depositaram cerca de 25 bilhões de euros, ou seja, 26% dos seus lucros, em paraísos fiscais.

Precisamos uniformizar as leis fiscais, para evitar que os lucros obtidos num país sejam tributados noutro país amigo dos impostos, geralmente com muita facilidade e sem quaisquer controles; "o dinheiro não tem cheiro", como se costuma dizer...

Fabien Roussel, deputado da Assembleia Nacional Francesa, demonstrou como é fácil criar empresas fictícias e como não existem controles, tendo ele próprio criado a sua própria empresa offshore em Gibraltar com apenas alguns cliques, fornecendo os nomes de diretores fictícios.

É preciso tributar os gigantes digitais como a GAFAM e tudo o que tem a ver com a uberização. Essas empresas estão obtendo lucros colossais, como Facebook, descrito como um "gangster digital" pelo Parlamento britânico, a atingir um volume de negócios de mais de 55 bilhões de dólares em 2018, em uma operação que beira a ilegalidade. Em reação a estes gigantes digitais, surgiram pequenos servidores, "pods" locais, como a "Diáspora".

Tudo o que diz respeito ao funcionamento da lei do mercado deve ser revisto e reformado. Os países ricos teriam simplesmente de abrir os seus mercados aos mais pobres, sem quaisquer condições de reciprocidade ou condições econômicas. Isso permitiria aos países emergentes transformar e embalar a sua própria produção de frutas e legumes, por exemplo. Isto criaria emprego e reduziria a pegada de carbono associada ao transporte aéreo. Seria também necessário alterar o sistema atual, em que os produtos manufaturados são tributados mais pesadamente na exportação, penalizando assim os países produtores.

Nesta luta sem tréguas pela acumulação de lucros, os consumidores têm o seu papel a desempenhar, pois as multinacionais surfam nas exigências dos seus clientes, orientando-os para mais novidades e possibilidades, criando-lhes sempre novas necessidades.

O problema da dívida

A dívida sempre foi utilizada como um instrumento de dominação política dos países pobres pelos países ricos. No início do século XIX, alguns países saíram do colonialismo apenas para regressar a uma nova forma de dependência.

Os países pobres precisam de financiamento, que obtêm junto aos bancos a taxas de juro elevadas ou com base em índices flutuantes desfavoráveis, mas sempre favoráveis aos grandes bancos; além disso, o montante das comissões é frequentemente exorbitante.

Os reembolsos são efetuados à custa dos orçamentos da saúde e da educação. ^eAs crises financeiras, que têm sempre origem nos países ricos, estrangulam os países pobres, que são obrigados a reembolsar e a socorrer os bancos ocidentais, como tem acontecido em todas as crises financeiras, desde as primeiras do século XIX até à de 2008.

O resgate resolve o problema dos bancos, não o dos governos. Tudo isto está a ser feito com a cumplicidade das classes dominantes dos países pobres, que preferem contrair empréstimos a tributar a sua riqueza, tanto mais que, ao adquirirem os títulos da dívida do seu país, podem garantir a si próprias um rendimento substancial.

Os credores são tão responsáveis quanto aos devedores; o sobre-endividamento é

lucrativo para os credores.

O que fazer com a dívida?

A solução seria anular a dívida dos países mais pobres como fazemos com indivíduos superendividados.

O conceito de dívida odiosa foi introduzido por Alexander Sack em 1925: trata-se de um empréstimo concedido a um Estado manifestamente contra os interesses da sua população, com o acordo consciente do(s) representante(s) do país. Estas dívidas são por vezes contraídas por regimes brutais e antidemocráticos, permitindo-lhes manter-se no poder. Estas dívidas têm um impacto nas pessoas que sofrem com estes regimes, pelo que devem ser anuladas. No passado, as dívidas já foram anuladas.

O CADTM (Comité para a Abolição da Dívida Ilegítima) luta para que sejam reconhecidos os casos de dívida odiosa, com o exemplo da Grécia, onde a troika europeia se recusou a anular a dívida, levando a privatizações forçadas, cortes drásticos nos salários e nas pensões, limitação das prestações sociais, tudo para salvar os bancos europeus. Esqueçemo-nos que a dívida da Alemanha no final da Segunda Guerra Mundial tinha sido consideravelmente reduzida.

Os países ricos não devem impor condições impraticáveis e o reembolso não deve ser efetuado numa altura em que o país pobre mais necessita de fundos.

O risco deve ser reduzido através da indexação do montante à moeda local e não a moedas fortes como o dólar, que permite aos bancos especular.

A reforma da dívida deve ser acompanhada de uma reforma monetária e fiscal, de uma revisão do sistema bancário e de acordos comerciais. Se a dívida mundial está a crescer, é porque se deu prioridade ao capitalismo, criando rendimentos cada vez mais elevados que desviam o capital do seu verdadeiro objetivo, que é apoiar a economia. Os bancos centrais também revelam a sua perplexidade na gestão das taxas de juro diretas, com a inflação e o crescimento a não serem os esperados.

Do mesmo modo, é necessário adotar legislação internacional em matéria de falências.

A dívida na França

O Estado, tal como as coletividades locais, tem necessidade de contrair empréstimos para construir ou renovar infraestruturas duradouras (escolas, estradas, hospitais). Nas últimas décadas, o reembolso da dívida tornou-se um verdadeiro problema para todos os governos; os montantes emprestados, acrescidos dos juros capitalizados, representam somas cada vez mais elevadas (o financiamento dos juros, por si só, já é um problema), com um forte impacto nos orçamentos públicos.

É preciso dizer que, se a dívida do Estado está a aumentar, não é porque a despesa pública esteja a aumentar excessivamente, ao contrário do que se quer fazer crer, mas porque as receitas estão a diminuir, sobretudo as receitas fiscais. Por exemplo, o imposto sobre as sociedades nos países da OCDE diminuiu seis pontos em 15 anos. No entanto, o montante estimado da fraude, quer se trate de fraude real, de evasão fiscal ou de otimização fiscal, é aproximadamente equivalente ao montante da dívida. Basta-nos combater este problema, que não é certamente exclusivo da França. Além disso, o fato de os orçamentos nacionais aumentarem não é em si um problema. Quanto mais um Estado intervém no setor econômico, quanto mais infraestruturas cria, quanto mais se encarrega do bem-estar dos seus habitantes em termos de saúde e de educação, mais recursos financeiros serão necessários.

Reformando o sistema de reservas globais

Historicamente, o ouro era utilizado como moeda e o comércio era liquidado em ouro. Mais tarde, descobriu-se a moeda fiduciária, que era mais conveniente, mas era necessário ter reservas de moeda equivalentes em ouro. Isto levou à utilização de moedas fortes, primeiro a libra esterlina e depois, após a Segunda Guerra Mundial, o dólar americano.

Todos os países do mundo têm reservas; quase todas estão investidas em dólares, que rendem pouco, e a maior parte são bilhetes do tesouro de curto prazo, que rendem muito para os EUA, mas não para os países que os subscrevem.

São investidos bilhões em dólares quando esse dinheiro podia ser utilizado para criar riqueza; é um sistema que só beneficia os EUA.

Há quem proponha a criação de uma moeda de reserva mundial (uma ideia já avançada por Keynes sob o nome de *bancor*), e já foram tomadas iniciativas nesse sentido nos países asiáticos.

Revisão das instituições mundiais

Embora estas instituições monetárias sejam necessárias ao desenvolvimento, continuam a ser injustas, tendo conduzido, por exemplo, ao fracasso econômico dos países que seguiram as recomendações do Consenso de Washington. A culpa não é das instituições (FMI, Banco Mundial), mas do seu funcionamento: são geridas exclusivamente pelos países industrializados avançados, principalmente os Estados Unidos. O fracasso está ligado às políticas destes países, que tentaram remodelar o sistema mundial em função dos seus próprios interesses e das suas multinacionais.

A estrutura dos direitos de voto no FMI e no Banco Mundial, que são atualmente proporcionais às contribuições e, por conseguinte, favorecem aos países ricos (o diretor é atualmente nomeado pelo Presidente dos Estados Unidos), deveria ser alterada para dar mais peso aos países em desenvolvimento. A ONU poderia desempenhar um papel na regulação destas estruturas.

Joseph Stiglitz observa: "Os cidadãos, o eleitorado, devem ser envolvidos neste processo. Fazemos parte de uma economia global, mas quase todos vivemos em comunidades locais e continuamos a pensar localmente; uma vida, um emprego, tem mais significado no nosso país do que noutra, procura-se o bem-estar imediato. Com a globalização, o que acontece numa parte do mundo reflete noutras partes, uma vez que as ideias, os conhecimentos, os bens, os serviços, os capitais e as pessoas atravessam mais facilmente as fronteiras. As epidemias e o terrorismo são globais, pelo que a solidariedade e a partilha também o podem ser, desde que decidamos fazê-lo e criemos as estruturas necessárias para que tal aconteça.

Como sociedade orientada para o lucro, precisamos de reduzir o lucro, e o comportamento dos consumidores é um fator-chave para isso.

Os projetos futuros devem basear-se na cooperação e na partilha em todos os domínios: investigação, conhecimento, educação, cultura, saúde, agricultura, alimentação, clima, transportes e energia. Um exemplo é o Comité de Apoio à Energia para África, iniciado por Jean-Louis Borloo no âmbito de um vasto projeto de eletrificação.

Natureza, agricultura, alimentação

A alimentação é uma necessidade fundamental para todos os habitantes do mundo. É inaceitável, ou mesmo escandaloso, que no século XXI, haja pessoas a morrer de

fome ou de subnutrição. Esta é uma questão crucial. Mas aqui, como noutros lugares, e talvez ainda mais do que noutros lugares por se tratar de um mercado cativo, os escândalos sanitários - o leite contaminado com salmonela, a doença das vacas loucas, a carne de cavalo na lasanha, a poluição das águas por nitratos, os pesticidas, o perigo do glifosato - têm um impacto decisivo na saúde e no meio ambiente. Mais uma vez, a busca do lucro pela indústria agroalimentar levou à devastação da natureza, ao empobrecimento dos agricultores e ao comprometimento da saúde humana.

Este setor deveria ser declarado de interesse geral. Tudo o que tem a ver com a agricultura deve ser excluído do mercado. Seria uma boa ideia retomar o conceito da Carta de Havana de 1948, já pensada por Franklin D. Roosevelt, que declara que tudo o que tem a ver com a natureza, os alimentos, a água, as culturas, a pesca, as florestas e o subsolo estão isentos do comércio livre, porque tudo isto deve servir para necessidades fundamentais onde o lucro e a especulação não têm lugar, por sua vez os agricultores devem receber uma remuneração justa e decente.

O que está acontecendo neste momento é tanto mais grave quanto a agricultura pois isso é um setor vital para os países em desenvolvimento, que estão à mercê de grandes grupos que impõem os seus próprios fertilizantes e sementes, perigosos para a saúde e financeiramente ruinosos. Também na França, as vinhas e as superfícies cerealíferas estão a ser compradas por investidores chineses a preços muito baixos.

A destruição da agricultura de subsistência no continente africano está a levar ao exílio de muitos jovens que não poderão viver das suas colheitas. A corrida ao lucro é tanto mais condenável quanto todos os seres humanos precisam de alimentos para sobreviver.

O desenvolvimento dos transportes e a oferta crescente de produtos, graças a uma publicidade bem orquestrada, conduziram a um aumento do consumo a longa distância desde o pós-guerra. Assim, parece-nos natural comer todos os produtos que queremos, muitas vezes exóticos, em qualquer estação do ano. Uma constatação recente é que os hábitos de consumo estão a mudar, com os produtos sazonais a serem cultivados o mais perto possível de casa, evitando assim os custos de transporte que aumentam o custo e prejudicam o equilíbrio ecológico (principalmente o transporte aéreo). Privilegiam-se as cadeias de abastecimento curtas; foram criadas associações como a AMAP para reunir produtores e consumidores locais. Para além da proteção do meio ambiente e do conhecimento da origem e da qualidade dos produtos, os produtores locais são privilegiados em relação às grandes centrais de compras.

PISTAS PARA O FUTURO

Tributação

Todo o sistema económico deve ser revisto, inspirando-se no sistema New Deal de Franklin D. Roosevelt (1933-1938), com um aumento da taxa máxima de imposto e uma progressividade mais adequada.

As receitas fiscais constituem a rubrica mais importante dos orçamentos públicos e dizem respeito a todos os cidadãos, cuja contribuição continua a ser essencial; por conseguinte, os impostos devem deixar de ser vistos como uma punição e passar a ser considerados como um tributo necessário para o funcionamento das estruturas públicas. A igualdade é um dos princípios consagrados na Declaração dos Direitos do Homem, que deve estar na base de todas as leis. De um modo geral, qualquer

forma de tributação é vista como uma forma de abuso de poder, que decorre da desigualdade dos sistemas fiscais na França. Por exemplo, reduzimos o número de escalões de impostos de catorze para cinco, o que penaliza as classes médias e favorece os mais ricos. Com este sistema, os mais ricos tornaram-se ainda mais ricos e os mais pobres mais pobres. A progressividade tributária é um instrumento de democracia e de justiça social, razão pela qual a sujeição de todos os cidadãos franceses ao imposto sobre o rendimento seria uma medida correta e justa.

Temos de tributar as rendas mais do que os rendimentos do trabalho e tributar as mais-valias das empresas. Atualmente, os rendimentos de capital são tributados a apenas 12,5%.

É necessário rever a base de tributação do ISF, que atualmente se baseia apenas nos rendimentos imobiliários; os rendimentos dos títulos não estão incluídos, tanto mais que o argumento do efeito de arrastamento esperado não é válido, uma vez que as somas poupadas pelos mais ricos não chegam aos mais pobres. Além disso, este sistema é filosoficamente inaceitável: os mais pobres não procuram caridade disfarçada, mas sim justiça.

Os impostos indiretos são particularmente injustos porque atingem igualmente os ricos e os pobres. O sistema do IVA deve ser revisto, isentando certos produtos de base e alargando a taxa reduzida (2,10%) a todos os produtos essenciais.

Temos de reduzir os impostos sobre os combustíveis, que são injustos porque são proporcionais ao preço do petróleo. Para isso, temos de restabelecer o TIPP flutuante, que nos permite evitar repercutir o impacto do aumento dos preços do petróleo. Todos os combustíveis, como a parafina, devem ser tributados da mesma forma.

É necessária uma luta maciça contra a evasão ou a fraude fiscal toleradas. O problema não se limita à França e são necessários acordos internacionais para o combater. Atualmente, as medidas estão limitadas a um pequeno número de países do G8 ou do G20. O senador Éric Bocquet propôs a criação de um COP fiscal para uniformizar as leis e os procedimentos, restabelecer a equidade e evitar a evasão fiscal a que muitos países estão sujeitos. Defendeu a redefinição do papel das grandes instituições, como o FMI e o Banco Mundial, e o registro destes projetos na ONU para reunir os seus cento e noventa e três Estados membros.

A luta contra os paraísos fiscais passa também pela uniformização do sistema bancário, o que pressupõe uma ação concertada a nível europeu e mesmo mundial através da harmonização fiscal. O exemplo mais flagrante da dificuldade de aplicação é o do imposto sobre as transações monetárias, previsto já em 1972 por James Tobin. Nunca aplicado, foi ressuscitado e proposto pela associação Attac para ser alargado a todas as transações financeiras. As tentativas de normalização deste imposto a nível europeu fracassaram e o seu lançamento foi adiado para 2024. A França introduziu um imposto sobre as transações financeiras (ITF) em 2012, mas só uma aplicação global pode ter um impacto real.

A moeda deve limitar-se à sua função de troca e não de especulação

Deveríamos, portanto, abolir a bolsa de valores, que cria uma concorrência pouco saudável entre as empresas que nela estão e as que não estão. A especulação bolsista baseia-se na falta de transparência; o mercado funciona com base na antecipação e na opacidade, e não no valor real. Na bolsa, o que se transaciona não são ativos, mas expectativas de ganhos; nenhum perito sabe a data dos pontos de viragem da bolsa, caso contrário seria bilionário. Só os iniciados, ou seja, os

vigaristas, podem antecipar os limiares. A especulação bolsista arruinou certos países e beneficiou apenas um pequeno número de acionistas.

As necessidades de dinheiro das empresas só podem ser financiadas por obrigações e empréstimos, e não por ações, que geram uma ideia de risco e cálculos pouco saudáveis. Vemos demasiadas grandes empresas a obterem lucros substanciais que são redistribuídos sob a forma de dividendos aos acionistas, em detrimento dos trabalhadores e dos investimentos necessários, principalmente para melhorar a situação dos trabalhadores.

Uma vez que o dinheiro é necessário para o funcionamento da economia, é preciso incentivar a criação de bancos de solidariedade, onde os fundos depositados não se destinariam à especulação, mas seriam utilizados para implementar projetos de solidariedade e ecológicos apresentados por indivíduos ou organizações com recursos limitados.

Revisão dos tratados econômicos internacionais

Os tratados não beneficiaram os mais pobres, mas são sempre negociados para favorecer os poderosos, como o NAFTA (North American Free Trade Agreement) ou os diferentes tratados europeus. É, pois, necessário pensar em acordos justos que tenham em conta o bem-estar de todas as populações, sob a égide de uma organização internacional como a OMC.

A lei da oferta e da procura

Este princípio tem de ser revisto porque, tal como está, não é um fator de equilíbrio e o bem-estar social nunca foi provado. Esta lei encoraja uma concorrência por vezes pouco saudável, com consequências explosivas e destrutivas. É preciso determinar a procura agregada global, ou seja, a soma da procura das famílias para consumir, das empresas para investir e dos governos para operar, e limitarmo-nos a ela sem criar uma procura artificial ou necessidades fictícias.

Revisão dos indicadores

O PIB (Produto Interno Bruto) aumenta enquanto a participação dos salários no PIB diminui e a participação dos mais ricos explode. Alguns "utópicos" defendem a medição da felicidade e da satisfação dos seres humanos através do acesso à saúde, à educação, à cultura e à segurança sob o termo BIB (Felicidade Interna Bruta).

Revisão do livre comércio

As trocas econômicas são essenciais num mundo moderno em que o protecionismo já não é adequado; no entanto, isso não deve conduzir à imposição de condições favoráveis aos poderosos em detrimento dos países pobres. É preciso regulamentar neste domínio e proteger a produção local, porque os industriais estão sempre interessados em adquirir matérias-primas a baixo custo.

Revisão do comércio de armas

O desarmamento progressivo faz parte de um processo global de sensibilização e de mudança de atitudes. Além de representar um pesado encargo para os orçamentos públicos em detrimento de outras intervenções, o comércio de armas é por vezes problemático.

Já foram celebrados pactos. Durante a Guerra Fria, as duas superpotências

mundiais, os EUA e a URSS, concluíram acordos para reduzir a corrida ao armamento, os acordos Salt (Strategic Arms Limitation Talks): O Salt 1 foi concluído em 1972 e o Salt II em 1979. A estes acordos sobre a limitação e o controle da produção de armas estratégicas seguiram-se os tratados de redução de armas estratégicas Start I e II, assinados em 1991 e 1993, com o objetivo de destruir as armas mais perigosas. O objetivo era também reduzir os arsenais militares através de outros tratados que especificavam e completavam os tratados iniciais. Foram tomadas outras medidas sob a égide da ONU para alargar estas medidas a todos os países. A assinatura do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares (CTBT) em 1996, após complexas negociações, culminou com os esforços da comunidade internacional. Este tratado estabelece o princípio de uma proibição total dos ensaios de armas nucleares, incluindo as explosões nucleares pacíficas. Os países recalcitrantes e beligerantes que não assinaram qualquer convenção têm ainda de ser convertidos. Isto levantará a questão da conversão das indústrias de armamento.

Coletivização ou nacionalização dos meios de produção

Os principais meios de produção devem pertencer ou ao Estado, ou a associações ou cooperativas de trabalhadores cujas fontes de financiamento sejam públicas ou partilhadas sob a forma de obrigações e não de ações.

Há áreas em que o lucro não deve prevalecer, como o abastecimento de energia, a água, os transportes ferroviários e rodoviários, tudo o que tem a ver com a saúde e a educação, que devem ser geridos com rigor por entidades públicas, sem fins lucrativos, mesmo admitindo que, por vezes, essas áreas de atividade possam ser deficitárias porque contribuem para o bem-estar ou a segurança das pessoas. Isto implicaria a nacionalização das fontes de energia, dos recursos do subsolo, das companhias de seguros, dos grandes bancos e de tudo o que diz respeito às infraestruturas de transportes, caminhos-de-ferro e autoestradas.

A privatização das autoestradas na França permitiu que as sete empresas de autoestradas obtivessem lucros enormes, com uma margem média de 34,7% (contra 6% para as empresas do CAC 40), impondo ao mesmo tempo condições de trabalho cada vez mais duras. A privatização da GDF e a redução dos efetivos obrigaram as empresas do grupo a subcontratar em condições de subaproveitamento (falta de qualificações), embora as consequências possam ser desastrosas. Por exemplo, a privatização das redes ferroviárias no Reino Unido deu origem a avarias e acidentes trágicos.

A procura do lucro significa desenvolver apenas o que é rentável; por exemplo, foram encerradas pequenas linhas ferroviárias, causando um prejuízo real aos habitantes das pequenas cidades, obrigando os utilizadores a utilizar o automóvel, uma solução dispendiosa, discriminatória e prejudicial para o meio ambiente.

Limitar a externalização

O Estado e as autarquias locais estão a externalizar cada vez mais tarefas para entidades privadas. Embora tal seja compreensível em termos puramente técnicos (serviços digitais, informáticos), é prejudicial em termos de qualidade e muito oneroso a longo prazo. As delegações e concessões de serviços públicos exercem uma pressão a longo prazo sobre os orçamentos públicos sem melhorar o serviço prestado aos cidadãos. Assim, por exemplo, tudo o que diz respeito aos cuidados de saúde não pode ser confiado a estruturas cujo objetivo é a obtenção de lucros, por vezes em detrimento da qualidade.

Além disso, não é certo que os serviços geridos pelas autoridades públicas sejam necessariamente ruinosos, uma vez que a ausência de fins lucrativos não é incompatível com uma boa gestão. Um bom exemplo disso é a cidade alemã de Hamburgo, que assumiu todas as redes de distribuição de eletricidade, gás e aquecimento anteriormente confiadas ao setor privado, adotando energias renováveis e mantendo o equilíbrio financeiro.

Regulamentação das subvenções

Seria necessário regulamentar a atribuição de subvenções públicas e de participações em empresas, uma vez que muitos grupos obtiveram financiamentos públicos substanciais para instalar fábricas na França e deslocalizaram descaradamente as suas atividades (fracasso do CICE no quinquênio anterior). Os investimentos públicos são por vezes necessários; contribuem para o desenvolvimento económico e para o emprego, encorajando os investidores. No entanto, estes pagamentos devem ser sujeitos a controles e sanções, em termos de utilização dos fundos e de viabilidade a longo prazo da empresa. Do mesmo modo, deve ser dada prioridade ao apoio à economia social.

No domínio do trabalho

O trabalho não é um produto como outro qualquer, é uma atividade essencial para a construção da identidade social. Atualmente, a lógica das grandes empresas privadas é a de fixar um nível de dividendos e adaptar o trabalho em conformidade, sem ter em conta o bem-estar dos trabalhadores, o que por vezes conduz a dramas (a vaga de suicídios na France Télécom). É, pois, necessário criar um sistema que proteja os trabalhadores (uma lei e não convenções coletivas específicas a cada setor) e responsabilize os dirigentes das empresas. Por exemplo, poderíamos:

- Reduzir o horário de trabalho para liberar tempo para a cultura e para manter os laços sociais, familiares e comunitários. Desde os primórdios da industrialização, o tempo de trabalho tem vindo a diminuir inexoravelmente, com a automatização a exigir uma mão de obra menor e mas mais qualificada. A semana de quatro dias não é uma utopia.
- Aumentar as prestações sociais mínimas e o salário mínimo para garantir um nível de vida decente, o trabalho não é uma assistência, todos os trabalhadores têm direito à dignidade e devem receber uma remuneração justa pelo seu esforço.
- Revisar as disparidades salariais e definir uma proporcionalidade razoável, associando todos os trabalhadores aos lucros da empresa por meio da participação nos lucros dos funcionários.
- Reforçar os meios de formação para adaptar o trabalho às capacidades de cada indivíduo e às mudanças ligadas à evolução tecnológica.
- Recuperação através da transição energética, uma espécie de Plano Marshall para o clima que contribuiria para reduzir o desemprego.

Deveria ser investido mais dinheiro na educação e nas profissões da saúde, sobretudo através da melhoria dos salários; atualmente, o orçamento da defesa na França é superior ao orçamento da educação. O objetivo destes dois setores, saúde e educação, não é gerar lucros, mas sim garantir aos cidadãos uma educação de qualidade e um acesso equitativo aos cuidados de saúde, livre da influência dos lobbies farmacêuticos.

O direito à habitação

Temos de estabelecer um verdadeiro direito à habitação e impedir que as pessoas durmam na rua, liberar as habitações vagas e obrigar as autoridades locais a construir habitação social e a requisitar as habitações vazias. As rendas têm de ser reguladas, em especial nas cidades com grande procura, para evitar ofertas excessivas e preços discriminatórios.

Economia e moralidade

A economia deve tornar-se uma ciência moral. A economia tornou-se financeirizada, quando deveria trabalhar para o bem de todos. Na sua teoria, Keynes pretendia submeter a economia à ética; temos de lutar contra a opacidade das economias modernas, onde as ajudas são por vezes recicladas por grupos mafiosos. A viragem neoliberal verificada em muitas democracias, na França em particular, nos últimos trinta anos, conduziu ao desemprego, à fratura social e a uma situação de desespero para algumas pessoas, fomentando a revolta.

Para conseguir que as pessoas apoiem um sistema justo, precisamos de apostar na educação para a cidadania, para educar e consciencializar para o que está em jogo na sociedade como um todo, e não apenas para os interesses de uma categoria social, socioprofissional ou geográfica, combatendo a tendência da natureza humana para o egoísmo e a retirada categórica. Todos temos que nos tornar mais conscientes.

Sendo a República um assunto de todos, cada cidadão tem direitos e deveres: o direito de participar na soberania, elegendo diretamente os seus representantes, e o dever de cumprir as leis aprovadas pelos seus representantes. Num sistema económico onde predominam o lucro e a especulação, a atitude do consumidor é fundamental para a consciencialização. Ao afastarem-se de uma sociedade consumista através de compras criteriosas e limitadas, os cidadãos estarão a pôr em causa a procura de lucros, única preocupação dos investidores.

CONCLUSÃO

Temos de fazer com que as pessoas compreendam que são todas cidadãs, que estão todas envolvidas na política, mesmo que não votem ou não pareçam estar interessadas nos assuntos públicos, porque em função dos nossos estilos de vida, dos nossos modos de consumo, de transporte e de educação, fazemos escolhas que têm consequências para a economia de um país e para as decisões tomadas pelos seus dirigentes.

A transformação do sistema económico far-se-á gradualmente, no meio de oposições, lutas e dificuldades, como todos os avanços que marcaram a história do planeta. Como dizia Jean Jaurès, *"a coragem é ir ao encontro do ideal e compreender a realidade"*. É ter em conta a situação atual e encarar com realismo e determinação a forma como as coisas podem evoluir e ser reformadas para estabelecer uma sociedade altruísta e igualitária.

ECOLOGIA E ESPIRITUALIDADE

AQUECIMENTO GLOBAL

Segundo os especialistas e os meteorologistas, coloca-se frequentemente a questão da verdadeira origem das alterações climáticas que se observam há pelo menos trinta anos. Uma coisa torna-se clara para a maior parte deles: trata-se de um fenómeno natural de perturbação climática que corresponde a um ciclo, tal como houve períodos de glaciação e de aquecimento no passado. Os Espíritos já nos tinham alertado para esta mudança natural há cerca de trinta anos, especificando que a Humanidade devia manter-se muito vigilante quanto aos seus próprios efeitos nocivos decorrentes de várias formas de poluição.

No entanto, o que é preocupante para os nossos contemporâneos é a rapidez com que o gelo está derretendo nas zonas polares e nas nossas montanhas, sugerindo que as alterações climáticas podem ser muito rápidas, quando os modelos do passado parecem mostrar-nos que as alterações são muito mais lentas à escala do tempo. Seja como for, se quisermos aceitar o postulado incontornável do aquecimento global natural, temos de ver como e por que razão as atividades humanas são susceptíveis de exacerbar o processo, o que, numa análise mais atenta, também parece óbvio quando os biólogos nos dizem que perdemos 60% da nossa biodiversidade desde 1970.

Do ponto de vista espírita, há ainda um outro fator a levar em conta, o da influência psíquica do homem sobre o seu meio natural, de que se fala nas linhas seguintes.

INFLUÊNCIA ESPIRITUAL

O planeta sofreu a sua própria evolução geológica ao longo de 4,5 mil milhões de anos. Foi um processo lento de construção mineral, seguido de construção vital pela presença da água. Os Espíritos sempre participaram desse lento processo, dando o impulso para a formação de formas terrestres.

As metamorfoses da Terra não aconteceram por si mesmas, mas por sucessivos impulsos divinos ou espirituais.

No que diz respeito ao aparecimento da vida, podemos utilizar a expressão utilizada por Jean-Baptiste Lamarck e Pierre Teilhard de Chardin para descrever o transformismo como "uma complexidade crescente das espécies". Desde a primeira ameba e os primeiros elementos unicelulares até ao homem, há etapas sucessivas que não surgiram ex nihilo pela ação do Espírito Santo (segundo aquela velha fórmula), mas sim pela ação de forças espirituais que participaram nas transformações primeiro minerais e depois vitais das plantas e dos animais. E finalmente, um reino humanoide surgiu pela encarnação de espíritos que ajudaram uma espécie animal símia a evoluir e a tornar-se gradualmente Homo sapiens, tendo passado por várias formas (Australopithecus, Pitecantropo, Neandertal e outras).

Ao longo de todos estes desenvolvimentos, houve uma atividade geológica constante, à medida que as placas tectónicas se cruzavam e colidiam, moldando as massas de terra, os continentes, em movimento perpétuo, naquilo que é conhecido como deriva continental. Isto ocorreu durante períodos de tempo muito longos, juntamente com os fenómenos lentos da erosão, da glaciação e das variações climáticas. Por outro lado, a atividade sísmica e vulcânica (e mesmo grandes impactos de meteoritos) produziram mudanças mais rápidas num espaço de tempo muito curto. Os vulcões podem ter provocado o aparecimento súbito de ilhas ou

montanhas, criando novas formas de relevo, enquanto a lenta deriva continental prosseguiu imperceptivelmente ao longo de milhões de anos.

O PAPEL DO INCONSCIENTE COLECTIVO

Portanto, há atividade geológica a decorrer por si só, mas, ao mesmo tempo, as forças espirituais sempre desempenharam um papel nestas lentas evoluções.

Outro fator mais recente que contribuiu para esta mudança foi o fator humano. O povoamento progressivo da Terra deu origem à presença de seres encarnados com diferentes graus de consciência, mas também com reações instintivas de sobrevivência, que deram origem a uma tomada de poder sobre a natureza, que teve de ser domesticada através da agricultura e da criação de animais. E, no plano espiritual, o ser humano construiu também um vasto inconsciente coletivo com os seus sentimentos de domínio, ciúme e ódio, mas também de solidariedade e amor. Trata-se de uma força de natureza psíquica que pode ter repercussões na estrutura física e no clima da Terra. Este é um fato espiritualista importante que é totalmente incompreendido, ou mesmo rejeitado. No entanto, trata-se de uma influência significativa do inconsciente coletivo, que pode ser comparada à psicocinese ou à ação do pensamento sobre a matéria. A psicocinese é obviamente uma ação voluntária e consciente na experiência desejada, como torcer uma barra de aço ou mover um objeto sem contato físico. Mas também sabemos que a psicocinese consiste em liberar uma influência que se torna inconsciente. É sobretudo ao nível do inconsciente que a vontade encontra o seu modo de ação. A partir daí, podemos extrapolar esta experiência para uma possível influência do inconsciente coletivo humano sobre a matéria, sobre o ambiente. Um inconsciente coletivo particularmente alterado poderia contribuir para as alterações climáticas, ou mesmo para um terramoto ou uma erupção vulcânica. A alteração psíquica coletiva corresponde frequentemente a pessoas que sofrem de fome, de conflitos ou de guerras.

É claro que estes fenômenos naturais existem por direito próprio, dentro das limitações físicas de uma Terra em movimento perpétuo. Obviamente, as mentalidades alteradas, sejam elas bélicas ou não, não vão causar cataclismos por si só, mas contribuirão para certas perturbações. As psiques coletivas alteradas irão simplesmente amplificar ou agravar os fenômenos naturais, tornando-os maiores e mais destrutivos. Trata-se, portanto, de um conceito novo, mas que também ocorreu a certos cientistas que estão atualmente a trabalhar num assunto que tem alguma ressonância com o que acaba de ser dito.

Este é o Projeto de Consciência Global.

No início dos anos 80, os resultados experimentais dos Laboratórios de Investigação Psicofísica sugeriram aos investigadores que os sujeitos tinham um efeito não só nos GNAs (Geradores de Números Aleatórios) em que se concentravam, mas também em GNAs "ocultos".

Esta observação inicial foi retomada e desenvolvida por Roger Nelson, da Universidade de Princeton, em grupos de situação, por exemplo grupos de respiração holotrópica (uma técnica de terapia e de desenvolvimento pessoal desenvolvida pelo psiquiatra Stanislav Grof). Ele observou que os resultados do GNA tinham um perfil particular, específico para os momentos emocionais mais intensos, e não para os momentos de repouso (por exemplo, durante as explicações do facilitador ou durante os intervalos).

Indo um pouco mais longe, Dean Radin, da Universidade do Nevada, teve a ideia de utilizar os GNAs para testar fenômenos coletivos inconscientes em grande escala. A

sua hipótese era que as pessoas dispersas no espaço, mas concentradas no mesmo objeto de atenção - um programa de televisão, por exemplo - poderiam reagir inconscientemente de forma coerente e, por conseguinte, perturbar simultaneamente os GNAs.

De fato, uma experiência realizada durante a sexagésima sétima cerimônia dos Óscars resultou em grandes perturbações (os dados GNA desviaram-se da linha de base aleatória) em vários GNAs que funcionavam durante a transmissão em direto do espetáculo - em momentos correspondentes a picos de interesse.

O GCP, ou Global Consciousness Project, nasceu de duas observações. A primeira é que um gerador de números aleatórios colocado no meio de um grupo de pessoas envolvidas na mesma atividade pode refletir a atenção global prestada pelo grupo a essa atividade; a segunda é que a Internet torna agora possível criar uma experiência de rede em grande escala. A ideia subjacente ao GCP, subsidiado pela fundação American Institute of Noetic Sciences, é colocar em rede um grande número de GNAs em todo o planeta, a fim de descobrir o possível impacto e contaminação de acontecimentos intensos na psique coletiva. Estes GNAs, que funcionam 24 horas por dia, transferem os seus dados para o Laboratório PEAR da Universidade de Princeton, que é responsável pela realização das análises. Cerca de vinte computadores foram já instalados na Holanda, na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos, e os resultados são muito encorajadores.

*Na França, o IMI (Institut Métapsychique International) * dispõe deste aparelho desde o final de 1999, constituindo assim um "nó" importante neste projeto de medição do fluxo de consciência coletiva ("consciência global").*

É claro que este estudo, que visa demonstrar as relações entre os indivíduos numa forma de consciência coletiva, não vai até à influência inconsciente desta psique sobre a matéria, mas é já um bom ponto de partida para quem sabe, ir um dia mais longe. Dado que a parapsicologia estuda também a ação da psicocinese em pessoas como Jean-Pierre Girard e outros experimentadores, poder-se-ia estabelecer uma ligação entre as alterações do pensamento coletivo e a possível influência desse pensamento nas perturbações sísmicas ou climáticas da natureza.

**<http://www.metapsychique.org/le-global-consciousness-project/>*

ATIVIDADES HUMANAS

A isto juntam-se, naturalmente, as atividades humanas concretas que contribuem para a desestruturação do planeta. Por exemplo, os ensaios nucleares para desenvolver uma nova arma atômica podem ter consequências graves. Trata-se agora de explosões de ensaio, muitas vezes subterrâneas, que libertam tanta energia que têm repercussões geológicas inevitáveis, fazendo vibrar o solo e o subsolo e provocando eventualmente abalos sísmicos. Para não falar da inevitável libertação de radioatividade, como no caso dos ensaios franceses de Mururoa, que, até 1996, causaram grande agitação entre as populações afetadas e provocaram uma hostilidade feroz nos meios ambientais.

A atividade humana inclui também a indústria, a agricultura intensiva, os gases com efeito de estufa provenientes do aquecimento e todos os meios de transporte, que produzem uma poluição considerável. Também esta pode conduzir a graves perturbações climáticas.

Estas perturbações tornaram-se evidentes nos últimos anos. Tem-se falado do fenómeno El Niño ligado ao aquecimento dos oceanos. As interações combinadas das correntes oceânicas e dos ventos ligados às mudanças de temperatura produzem ciclones e furacões de intensidade e frequência crescentes. Este é o

problema do aquecimento global, como se pode ver pelo derretimento dos glaciares das nossas montanhas em poucos anos e, sobretudo, pelo rápido derretimento das calotas polares do Ártico e da Antártica, que conduzirá provavelmente a uma subida inexorável do nível do mar.

Se o fenómeno do aquecimento global faz parte dos ciclos da natureza, a aceleração do fenómeno diz-nos que a atividade humana também deve ter algo a ver com isso. Nem uma coisa nem outra podem ser negadas e, de qualquer modo, existem estudos suficientes sobre o assunto que nos obrigam a concluir que a degradação da natureza foi acelerada pela atividade humana.

A era industrial começou há dois séculos. O aumento dos transportes rodoviários e aéreos, que produzem poluição e gases com efeito de estufa, acelerou rapidamente nas últimas décadas. Por isso, temos de encontrar meios de propulsão mais limpos e energias limpas, e é esse o desafio que os fabricantes de automóveis enfrentam no futuro.

As novas perspectivas da energia nuclear

Para satisfazer as necessidades energéticas do planeta, os Espíritos falaram-nos de uma perspectiva de futuro em que os cientistas já estão a pensar: a fusão nuclear não poluente, que pode garantir uma produção ilimitada.

As primeiras experiências neste domínio mostraram que isso é possível, mas à custa de um gasto considerável de energia convencional para obter a famosa fusão por uma fração de segundo, porque é necessário produzir uma quantidade incrível de calor para conseguir o fenómeno. Estamos a falar de 150 milhões de graus, o equivalente à temperatura do núcleo do Sol.

O programa científico do dispositivo *tokamak* prossegue e está prestes a assumir uma nova forma, mais potente, através do projeto ITER, nas últimas fases de construção no local de Cadarache, na Provença. Trinta e quatro países estão envolvidos neste programa, cujos primeiros resultados são esperados para 2050, embora não haja certezas de que, nessa data, já tenhamos dominado suficientemente a fusão nuclear para produzir energia ilimitada.

Os Espíritos disseram que, pela ação do pensamento, se poderia produzir a fonte de calor necessária e permitir a fusão nuclear à vontade, resolvendo o problema da energia.

No entanto, não sabemos como é que isto funcionaria. Sem dúvida que seriam necessários bons psicocinéticos, bem treinados, capazes de dirigir o seu pensamento e de coordenar tudo isto com a alta tecnologia indispensável a este tipo de operações. Não estamos a falar de ficção, mas de uma visão futurista que pressupõe, obviamente, uma condição prévia: a aceitação das forças do espírito e, em seguida, a aceitação de um trabalho experimental preciso com a ajuda dos desencarnados. E tudo isto num espírito humanista, altruísta, e com um sentido de partilha para todos, não caindo em disputas de concorrência e rivalidade entre os países produtores desta nova energia.

Enquanto esperamos por esta perspectiva, que a priori exigiria um melhor entendimento entre os seres humanos e entre os Estados, continuaremos sem dúvida durante muito tempo com as projeções que já estão em curso com as novas energias eólica, solar, geotérmica e maremotriz, sem esquecer a energia hidroelétrica das barragens, que já deu provas, mas que coloca outros problemas graves em termos de danos ambientais.

Uma das primeiras medidas deveria ser a cessação da energia produzida a partir do carvão. Passar da energia nuclear para o carvão, como fez a Alemanha, é uma falsa

boa ideia, uma vez que o problema dos resíduos radioativos se tornou agora um problema de poluição atmosférica. Quanto a prever o fim da cisão nuclear e, por conseguinte, das centrais eléctricas existentes, as soluções de substituição serão inadequadas durante muito tempo. E se temos de avançar nessa direção, é sobretudo porque o enterramento dos resíduos radioativos provoca a hostilidade das populações locais, como em Bures, na Lorena, onde os habitantes não os querem no subsolo. Além disso, acidentes como os de Chernobyl e Fukushima levantam questões sobre a fiabilidade deste tipo de produção de energia. Dito isto, há que relativizar estes dois casos; o primeiro aponta para uma negligência grave e o segundo para a questão da implantação numa região muito sísmica e próxima da costa.

Outras soluções mais drásticas são por vezes encaradas, como as propostas pelos defensores do decrescimento. Consumindo menos, eliminando as necessidades supérfluas e procurando uma vida mais simples para todos, o consumo de energia seria reduzido, o que é totalmente ilusório, na medida em que é o desenvolvimento económico crescente que mantém o mundo em movimento, algo que nenhum dos principais Estados do mundo gostaria de pôr em causa. Alguns, como os Estados Unidos, abusam do seu consumo desenfreado destas energias. Mas outros países emergentes ou em vias de desenvolvimento, como a China, que já estão avançados, continuarão a progredir porque pensamos sempre em termos de potências económicas que competem entre si. E quando a África no seu conjunto emergir economicamente, não é isso que fará recuar o desejo de prosperidade, que é perfeitamente legítimo.

A única coisa que pode ir na direção certa é que os países emergentes, tendo em conta os abusos dos países desenvolvidos, sejam mais razoáveis na sua própria expansão, porque não é preciso consumir tanto como um americano para viver feliz.

Mensagens sobre energia nuclear

Eis uma mensagem do espírito de Paul Langevin, recebida em 1987, que não vira as costas à energia nuclear e que vê grandes perspectivas de futuro, tal como foi explicado acima a propósito da fusão.

A energia atômica que tanto assusta a humanidade é uma força espiritual na qual vejo um grande futuro. Muitos planetas já estão a utilizar o átomo para fins pacíficos em benefício dos seus habitantes. A propulsão atômica de automóveis, aviões e navios não causará poluição nem crise económica na fonte de produção. Não tenho dúvidas de que a investigação deve ser orientada para a fusão termonuclear.

O que poderia ser mais natural do que um ser vivo com uma estrutura física atômica viver de acordo com as energias que estão na origem dessa estrutura? Com demasiada frequência, as pessoas equiparam as armas atômica à energia pacífica e benéfica da energia nuclear. Na história da humanidade, todas as energias tiveram aplicações militares; trata-se de estabelecer uma escolha moral e não de condenar uma energia. O átomo pode dar à humanidade uma libertação nunca antes conhecida; pode permitir-nos reduzir o tempo de trabalho, nomeadamente nas indústrias onde o trabalho é muitas vezes difícil; pode permitir-nos desenvolver uma tecnologia espacial que nos coloque às portas de outros universos; pode permitir-nos criar materiais diferentes para fins terapêuticos. Estou a pensar, em particular, no cockpit. Na realidade, a humanidade só agora está a descobrir o átomo, daí o medo que podemos ter dele.

Não concordo com as acusações que estão a ser feitas contra as centrais nucleares. O único problema real é encontrar uma forma adequada de converter os resíduos

nucleares. Isso será descoberto nas próximas décadas. Ao aproximar-se do átomo, o homem aproxima-se da vibração universal, ou seja, do espírito. Força ainda mal compreendida e nem sempre dominada, força do mal quando utilizada para fins militares, o átomo deve tornar-se a energia da Terra para o bem de todas as almas que a habitarão no futuro. É esse o meu desejo.

Um outro Espírito que se apresenta com o nome de Xérias vem responder à seguinte pergunta: "À luz do passado e tendo em vista o século XXI, qual é o futuro da tecnologia humana?"

A questão colocada ao mundo invisível implica, mais uma vez, a noção fundamental de evolução.

A tecnologia continuará a avançar no planeta Terra, de tal forma que o homem poderá um dia visitar outros mundos habitados. Neste sentido, podemos afirmar uma certa confiança no vosso futuro tecnológico.

O princípio fundamental de todo o desenvolvimento científico está, no entanto, ligado a uma exigência moral indispensável, razão pela qual seria demasiado cedo para dizer que todas as formas dadas ao progresso técnico serão pacíficas.

A descoberta da fusão nuclear e da sua aplicação pode permitir ao homem visitar o espaço exterior; pode também permitir-lhe inventar novas armas destrutivas. É por isso que o ideal espiritualista, com a sua sede de justiça e de paz, é tão importante neste domínio.

O homem está no limiar das grandes descobertas técnicas e, perante esta perspectiva, que as almas de boa vontade sejam chamadas a dominar essas descobertas. Todos os povos devem beneficiar do progresso tecnológico e, perante esta necessidade, a questão permanece totalmente em aberto.*

*Almas de boa vontade: segundo a interpretação que podemos dar a esta fórmula, estas almas de boa vontade são talvez os espíritos desencarnados que serão levados a participar na ciência do futuro, vindo dar as indicações necessárias para obter a fusão nuclear, numa sociedade que terá aceite a existência do outro mundo, numa colaboração científica entre vivos e mortos.

Da COP 21 à COP 25

Sob a égide das Nações Unidas, de conferência anual em conferência, de Paris em 2015 a Madrid em 2019, as iniciativas em curso estão longe de ser suficientes; têm simplesmente o mérito de existir. Atualmente, é urgente tomar medidas drásticas, de um dia para o outro, para tentar reduzir os danos causados ao planeta. Mas isso não parece ser possível, porque é sempre preciso tempo para mudar os padrões de produção e de consumo. Além disso, alguns países estão a avançar na direção certa, enquanto outros não querem mudar nada. Seja como for, e apesar das insuficiências e dos obstáculos, devemos, no mínimo, apoiar o que já está a ser feito e, sobretudo, não dizer, como tantas vezes ouvimos, que os avanços existentes são inúteis. O que está a ser feito é largamente insuficiente, sim, mas não fazer nada seria ainda pior.

Temos agora também de contar com a expressão dos jovens que pensam no futuro e que se manifestam em todo o mundo para desafiar os poderes instituídos sobre a questão do meio ambiente. É daqui que virá a maior pressão para que as questões urgentes sejam finalmente levadas a sério e para que sejam impostas medidas multilaterais aos líderes mais recalcitrantes do mundo.

A espiritualidade para ajudar a preservar o planeta

O pensamento positivo bem dirigido também pode ser um instrumento de luta. Uma corrente fluídica pode ter os seus efeitos, porque, combinada com a ação dos Espíritos desencarnados, pode atuar sobre a crosta terrestre, sobre os climas, por exemplo, para atenuar um terremoto ou abrandar e desviar um furacão.

A espiritualidade é também, de forma mais prosaica e evidente, uma tomada de consciência que já existe e que pode conduzir a ações como a criação de cooperativas que organizam circuitos curtos do produtor ao consumidor. As iniciativas locais podem reduzir a necessidade de comércio internacional de produtos, e temos de encorajar as culturas alimentares de que Jean Ziegler fala há muito tempo nos países africanos.

Na mensagem que se segue, o espírito de Léon Denis fala-nos da relação que existe entre os elementos naturais desencadeados e o psiquismo dos terráqueos, independentemente de qualquer vontade divina:

É frequente as pessoas colocarem a si próprias a seguinte questão: Porque é que Deus permitiu este terremoto? Porque é que Deus permitiu este ciclone, este maremoto? Porque é que Deus permitiu esta seca?

Na realidade, na sua ignorância, pela qual a religião é em grande parte responsável, os homens não compreenderam a ausência total de qualquer relação entre Deus e estes acontecimentos. Dizer-lhes que são responsáveis por esses acontecimentos é algo que a sua consciência terá dificuldade em admitir durante muito tempo, mas é a verdade. O pensamento humano reflete uma evolução geralmente negativa. O planeta azul continua a ser um planeta inferior. O pensamento é um fluido que se torna mau se for o veículo do orgulho, do ódio e de toda a baixeza instintiva da inferioridade. Se o homem elevar o seu pensamento, eleva o seu planeta e, do mesmo modo, modifica o seu meio ambiente.

Todos os cataclismos naturais sofridos pela Terra são relativos ao seu grau de evolução. O pensamento deve, pois, transmitir novos dados: o amor, a força da ideia construtiva. As correntes fluídicas poderiam modificar a crosta granítica do globo se fossem estendidas a milhões de pessoas. Além disso, o mundo para além do homem é ainda demasiado inferior e tem uma influência negativa no vosso planeta. Por isso, é necessário mudar.

Tenho a certeza de que isso vai acontecer. Para que o homem transforme o seu solo e o seu céu, deve primeiro transformar-se a si próprio, sem culpar Deus.

Nesta mensagem mais complexa, recebida em 1987, o espírito de Paul Langevin estabelece a correlação entre os nossos espíritos encarnados e a matéria que nos rodeia. Ele também indica como, através da evolução da humanidade, a matéria será transformada para acompanhar esse progresso espiritual:

"A matéria, tal como a experimentais nos vossos corpos físicos e tal como a conheceis no vosso meio ambiente, é matéria pensada, resultado de uma direção criativa universal. É também uma matéria transformável que transporta um conjunto de energias que serão o mecanismo da sua transformação..."

A construção original da matéria terrestre mantém a sua única fonte. Vós sois os autores da vossa vibração, vós sois os responsáveis pelo mundo que vos rodeia. Os físicos podem e devem estudar a estrutura, mas só eles não podem mudá-la, porque a transformação da estrutura depende da evolução das vossas mentes. É assim que o pensamento, evoluindo lentamente na totalidade da vossa reflexão progressiva, dará origem a formas diferentes, a um novo arquétipo, a uma função diferente. O

metabolismo da função celular transformar-se-á mesmo nas radiações dadas pelo impulso da vossa psique que vai ao encontro do ponto Ômega da sua superioridade. A metamorfose da matéria é, portanto, o futuro de toda entidade encarnada. Os outros mundos provam-no, quer pelo peso dos seus estados na sua inferioridade, quer pela delicadeza e pelo éter das suas formas para os mundos superiores. Pensar bem significa, portanto, criar e formar bem. As formações serão diferentes, as criações serão o resultado de uma inteligência que se apura na encarnação, a necessidade do contato do Espírito com a matéria.

A matéria e o espírito fundir-se-ão, não na sua história, como ainda hoje está estabelecido, mas no seu futuro. Já adivinhada por alguns dos meus colegas na Terra, nasce assim a esperança e um homem de física torna-se um homem de metafísica em benefício do seu Deus vivo reconhecido ao nível do simples e maravilhoso comportamento inteligente do átomo."

GÁS DE XISTO

É um gás natural contido em rochas margas ou argilosas ricas em matéria orgânica. Ao contrário do gás natural, que se encontra em rochas permeáveis e fáceis de explorar, o gás de xisto está localizado nos poros da rocha. Isto torna a sua extração particularmente difícil, exigindo a utilização sistemática das técnicas combinadas de perfuração direcional e de fraturação hidráulica, que são muito dispendiosas.

As reservas de gás de xisto são substanciais e estão espalhadas por todos os continentes. Os Estados Unidos foram o primeiro país a explorá-las, e as quantidades obtidas permitiram limitar significativamente as importações de gás natural. No entanto, os problemas associados à sua extração, principalmente do ponto de vista ambiental, levaram à desconfiança em relação a esta fonte de energia. A extração deste gás exige uma utilização intensiva das reservas de água e a utilização de produtos químicos que, ao misturarem-se com a água, acabam por subir à superfície, bem como a poluição através da emissão de gases com efeito de estufa (CO₂).

Na França, existe uma moratória sobre a exploração e produção de gás de xisto desde 2013 e a fraturação hidráulica é proibida.

Embora pouco testados, existem outros métodos de fraturação (ou fracking), o mais ecológico dos quais é a injeção de gás propano, evitando a utilização de água e de produtos químicos. No Canadá, a empresa GasFrac está a experimentar esta técnica de produção em pequena escala, que é muito promissora, mas ainda é muito cedo para dizer se é definitivamente válida.

Os Estados Unidos continuam a utilizar a fraturação hidráulica, que baixou consideravelmente o nível do lençol freático, produziu uma poluição significativa e provocou afundamentos de terras que podem dar origem a pequenos sismos. O seu objetivo é alcançar a independência energética até 2030, o que já lhes permitiu relançar a indústria e o emprego locais, uma vez que o gás, obtido localmente, permite uma nova indústria de produção de materiais como tintas e plásticos.

O espírito de Ferdinand de Lesseps, que será citado mais adiante, diz-nos que o gás de xisto representa um futuro que não devemos temer e que assegurará a era pós-petróleo.

No entanto, a principal questão de preocupação imediata é a da fraturação hidráulica, que terá de ser substituída por métodos não poluentes que já existem e que têm de ser desenvolvidos sem mais demoras.

É preciso notar também que são as companhias petrolíferas que exploram o gás de xisto (e também o petróleo de xisto ou de arenito) e que esta diversificação

oportunista continuará a assegurar a sua prosperidade no futuro, quando o petróleo e o gás convencionais se esgotarem. É por isso que estes consórcios ricos fariam bem em experimentar os métodos de extração mais limpos. Diz-nos também que estas empresas conseguem sempre recuperar, adaptar-se e reinventar-se, mantendo a sua supremacia econômica e financeira, desta vez a partir de um novo ouro negro.

OGMs (Organismos Geneticamente Modificados)

Os OGM são organismos vivos (animais, plantas ou microrganismos) cuja composição genética foi modificada pelo homem para lhes conferir novas propriedades. São utilizados em diversos setores, nomeadamente na medicina, na agricultura e na indústria alimentar. A principal técnica utilizada para conceber os OGM, a trans gênese, consiste na integração de um gene de uma determinada planta noutra planta para lhe conferir uma característica desejada. Existem outros processos, como a mutagênese, mas apenas a trans gênese é regida pela regulamentação europeia.

No caso do milho, a sua modificação por trans gênese permitiu lutar contra a broca do milho, que causava estragos nas culturas. Assim, evitaram-se perdas consideráveis devidas a esta doença. Os investigadores que se debruçaram sobre o problema das micotoxinas, substâncias tóxicas segregadas por fungos microscópicos que afetam as culturas, verificaram que o milho transgênico contém quase 30% menos micotoxinas. Os OGM permitem limitar as perdas e, por conseguinte, aumentar os rendimentos. No entanto, estão longe de ser universalmente aceites pela comunidade científica e pelos ambientalistas. Mas, como sempre, é difícil conhecer o impacto exato destas novas técnicas.

Em 2016, um coletivo de mais de uma centena de laureados com o Prêmio Nobel emitiu a seguinte declaração: *"Todas as agências científicas e reguladoras em todo o mundo estabeleceram repetida e consistentemente que as culturas e os alimentos melhorados através da biotecnologia são tão seguros, se não mais seguros, do que os derivados de qualquer outro método de produção. Nunca houve um único caso confirmado de um resultado negativo para a saúde humana ou animal devido ao seu consumo. O seu impacto ambiental tem sido repetidamente demonstrado como sendo menos prejudicial para o meio ambiente e representam uma oportunidade para a biodiversidade em todo o mundo"*.

Alguns responsáveis políticos internacionais, como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), estão a considerar esta solução como uma forma de combater a fome no mundo, que está a aumentar novamente devido às alterações climáticas.

Embora não se trate de brincar aos aprendizes de feiticeiro, não é demasiado rebuscado pensar nesta questão. Não há que ter medo dos OGM. A ciência, a tecnologia e a investigação estão a progredir na Terra, com o objetivo de oferecer soluções para que cada ser humano possa ser corretamente alimentado em termos de quantidade e qualidade. Seria aconselhável desenvolver a investigação neste setor de forma imparcial e aplicar os resultados logo que se tenha a certeza da sua autenticidade, após estudos efetuados por estruturas independentes e desinteressadas. Isto poderia permitir evitar a utilização de certos produtos, como os herbicidas, que têm consequências desastrosas para o homem e para a natureza.

A este respeito, existem ainda algumas soluções naturais pouco conhecidas e muito inovadoras; por exemplo, uma alternativa aos pesticidas foi recentemente desenvolvida graças a um sistema que converte as estruturas moleculares em

música, conhecido *como genodics*. Esta teoria, demonstrada por Joël Sternheimer, pode ter uma influência positiva sobre as plantas e provou o seu valor nas vinhas da Alsácia.

O PROBLEMA DE UMA ÁFRICA VERDE

África, um continente tão explorado e roubado pelos países ricos na altura da colonização, abunda em recursos naturais e riqueza humana. Ao mesmo tempo, a fome provocada pela seca ocorre regularmente, causando a morte de milhares de pessoas, uma vez que a falta de água impede o crescimento das culturas. Para remediar a seca recorrente, foram concebidos vários projetos; por exemplo, a ideia de uma Grande Muralha Verde nasceu em 2002 durante o Dia Mundial de Luta contra a Desertificação e a Seca. A ideia foi aprovada na sétima sessão da Conferência dos Líderes e Chefes de Governo Africanos em 2007. A Grande Muralha Verde (GGW) para o Saara e o Sahel tem como objetivo combater os efeitos das alterações climáticas e da desertificação. Desenvolvida pela União Africana, visa transformar a vida de milhões de pessoas através da criação de um mosaico de ecossistemas verdes e produtivos no Norte de África, no Sahel e no Corno de África. Este muro de 7.800 km atravessará todo o continente africano, passando por doze países e ligando Dakar a Djibuti.

O projeto é gerido pela Agência Pan-Africana para a Grande Muralha Verde, a APMV, criada em 2010 por onze Estados do Sahel-Saara.

Uma cobertura florestal traria mais humidade, forneceria nutrientes ao solo e constituiria assim uma reserva de forragem para o gado. Ao contribuir para melhorar os rendimentos das populações locais, a Grande Muralha Verde permitirá fazer face aos efeitos combinados da degradação dos recursos naturais e dos episódios de seca nas zonas rurais. Ao mesmo tempo que contribui para atenuar os efeitos das alterações climáticas, deverá também melhorar a segurança alimentar nestes países.

Este projeto África Verde é um tema que preocupa as mentes iluminadas que, do além-túmulo, continuam a refletir e a esperar soluções para a irrigação deste vasto continente.

Desta forma, os desencarnados tentam influenciar os vivos para que estes tenham novas ideias para ultrapassar os obstáculos naturais e ajudar as pessoas de certos países cuja vida está ameaçada.

Ferdinand de Lesseps é ainda hoje famoso por ter dirigido a construção do Canal do Suez em 1869, que permitiu à Europa chegar à Ásia sem passar pela África. Em 1879, empreendeu a construção do Canal do Panamá, ligando os oceanos Pacífico e Atlântico. Em 1995, o seu espírito exprimiu-se sobre este assunto: "O canal foi escavado, era um elo suplementar entre os homens. Continua a sê-lo, mas o meu coração entristeceu-se muitas vezes ao pensar na sua posição e na sua utilização na guerra. Os homens devem continuar a cavar canais no sentido do contato, sem nunca acreditarem por um momento que são donos deles."

Juntamente com outros espíritos científicos do além, ele imaginou uma outra África, uma África verde, com poucos desertos, grandes prados e extensões de culturas, para satisfazer habitantes felizes; e para isso, imaginou a construção de grandes canais cuja água seria retirada do mar e do oceano, aspirada e filtrada, tornada potável para rega e consumo dos habitantes. Isto permitiria irrigar uma parte de África, inicialmente perto das costas, desde que, evidentemente, fossem feitos investimentos substanciais em instalações de dessalinização da água do mar, como

já acontece em vários países como a Argélia, a Arábia Saudita, Israel e os Estados Unidos. Portanto, isto poderia ser conseguido noutros locais com uma cooperação financeira e técnica substancial por parte dos países mais ricos. E uma vez que a China está a investir tanto na África, não seria uma boa ideia para ela, não em termos de colonização econômica, mas em termos de cooperação numa troca justa que seja rentável para ambas as partes?

SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO

Todos os habitantes da Terra, ricos ou pobres, são afetados pelo meio ambiente, ou poderão vir a sê-lo um dia, porque as alterações climáticas não param nas fronteiras. Os cataclismos, os furacões, as inundações e as ondas de calor não poupam ninguém e, embora durante anos tenhamos prestado pouca atenção às consequências dos nossos estilos de vida e ao seu impacto no meio ambiente, a emergência de problemas reais ligados à poluição, ao aquecimento global e aos danos causados pela agricultura convertida em pesticidas sensibilizou muitas pessoas e levou a mudanças nos nossos estilos de vida e padrões de consumo.

Os jovens, em particular, que estão a "herdar" um planeta ameaçado, tomaram consciência da necessidade urgente de mudar a nossa forma de ver as coisas e de nos comportarmos. Além disso, alguns destes espíritos recentemente reencarnados têm como missão fazer campanha e trabalhar para salvar o planeta, como Greta Thunberg, uma jovem sueca de dezessete anos que faz campanha com ardor e convicção.

Assim, em diferentes graus, todos nós desempenhamos um papel na qualidade do nosso meio ambiente e podemos envolver-nos na ação cívica de diferentes formas.

A consciencialização, embora pareça tardia para alguns, é, no entanto, muito real. As marchas e manifestações pelo clima são um exemplo disso; o seu objetivo é apelar aos líderes de todos os países para que se preocupem com o problema da ecologia, uma questão fundamental para o século XXI. É deplorável que os dirigentes dos maiores países do mundo e dos maiores poluidores não se sintam preocupados com esta questão. São cada vez mais frequentes as iniciativas de particulares para limpar o seu meio ambiente (florestas, praias, etc.).

Assim, há toda uma série de coisas que podemos fazer no dia a dia e que, somadas, terão um impacto real: limitar e separar os resíduos, lutar contra o desperdício de recursos naturais (água, por exemplo), reduzir a quantidade de bens de consumo que compramos, limitando as nossas compras ao necessário e não sucumbindo aos apelos da publicidade, comprando de preferência produtos locais e sazonais, favorecendo circuitos curtos como as AMAPS, as cooperativas de consumo ou os grupos de compras que se estão a desenvolver nas cidades. Face aos hábitos descartáveis, é necessário reabilitar os hábitos mais antigos para limitar as embalagens, evitar o plástico e substituir os detergentes nocivos por produtos naturais igualmente eficazes. Utensílios, máquinas e mesmo certos tipos de resíduos podem ser reciclados. A indústria da reciclagem pode assim desenvolver-se, criando novos empregos, sobretudo na economia social, que investiu neste setor com centros de reciclagem de todos os tipos. Estão também a ser criados pontos de compostagem nas cidades.

É igualmente essencial encorajar as pessoas a limitarem o seu consumo de energia, pelo que teremos de analisar a forma como nos deslocamos de automóvel, limitando a sua utilização, aumentando a partilha de automóveis, utilizando bicicletas ou deslocando-nos a pé, o que implicará necessariamente políticas eficientes de transportes públicos nas cidades e a criação de ciclovias. Do mesmo modo, o

transporte ferroviário deve ser preferido ao transporte aéreo para as deslocções de curta e média distância.

Os países do hemisfério norte são os maiores poluidores em geral, mas o impacto da poluição não se limita às suas fronteiras, atingindo os países do hemisfério sul, muitas vezes desfavorecidos. A ecologia inscreve-se, portanto, numa lógica altruísta de partilha e de troca natural, em nome de uma espiritualidade que habita todos os seres vivos. As Nações Unidas aprovaram um plano de ação para o planeta até 2030 que inclui dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável.

Não podemos ignorar o problema com o argumento de que podemos viver em paz durante mais algumas décadas, porque, para além do fato de esta atitude ser perfeitamente egoísta, estamos a preparar não só a Terra dos nossos filhos, mas também a Terra a que regressaremos amanhã noutra encarnação. As gerações futuras são também nós próprios, e a nossa próxima vida pode ter lugar num país que estamos atualmente a explorar ou a negligenciar.

A justiça climática é uma nova forma de solidariedade. Nos próximos anos, haverá cada vez mais refugiados climáticos que terão de ser acolhidos e protegidos. Terão de ser encontradas soluções inovadoras para o bem de todos, porque a natureza é de todos. Os recursos naturais, como a água, terão de se tornar um direito e um bem comum mundial. Esta batalha terá inevitavelmente a oposição daqueles que lucram com um sistema em que predomina a finança, mas se todos os cidadãos do mundo assumirem a sua responsabilidade e se envolverem, o resultado final será um planeta onde todos possam viver em paz, sem medo da fome, da subnutrição, das doenças ou das deslocções.

A ecologia e o progresso humano são inseparáveis.

Capítulo 8

RUMO A UMA NOVA SOCIEDADE PARA O AMANHÃ

A título de introdução, eis uma mensagem do espírito de Charles de Gaulle recebida em 18 de janeiro de 1986. A mensagem reflete uma constante no espírito das pessoas, a de uma sociedade nova, globalizada, na qual os povos, que se tornaram interdependentes, devem encontrar o caminho da cooperação e da paz.

Se esta globalização é cada vez mais eficaz em termos econômicos, é ainda e sempre no sentido de competições e do domínio dos países mais fortes e mais ricos. As disparidades e as injustiças foram transpostas do plano nacional para o plano multinacional, mas o problema continua a ser o fato de o mundo continuar em guerra por causa dos recursos energéticos, dos produtos industriais e da produção agrícola, por razões de hegemonia ou de concorrência.

Eis esta mensagem futurista, que termina com uma alusão a André Malraux, referindo-se à sua célebre fórmula: "O século XXI^e será espiritual ou não será".

Boa noite. A felicidade de um indivíduo é inconcebível sem a felicidade dos seus irmãos e irmãs. A felicidade de um país, de uma pátria, é inconcebível sem a felicidade dos povos que o rodeiam. É por isso que já não é tempo de defender, aqui ou ali, particularidades nacionais ou étnicas. Do mundo invisível, deste mundo onde continuo a viver, a existir, a avançar, adivinho pouco a pouco o sentido futuro daquilo a que eu chamaria a democracia da terra. Uma democracia em que cada indivíduo terá direito a sua dignidade enquanto tal, em que cada ser humano personalizado contribuirá para a sociedade planetária. Uma sociedade que é possível, uma sociedade que pode ser alcançada num espaço de tempo muito curto, se os dirigentes das nações estiverem dispostos a avançar nessa direção.

O progresso é lento e envolve dificuldades, mas sobretudo um sentido de decisão e de responsabilidade. No nosso tempo, nós e outros despertámos as velhas nações. Tirámo-las do seu torpor de outrora. Quisemos modernizar as sociedades. Desde então, o trabalho não tem sido feito na direção desejada. O discurso político prevalece cada vez mais sobre a ação real, sobre a decisão a tomar neste ou naquele domínio. A força espiritual deve prevalecer. O mundo espiritual está agora a dar esperança ao pensamento metafísico dos jovens de todos os países. Nasce a paz. É muitas vezes combatida, qualificada de infantil e ingênua. Mas este impulso singular e original está cada vez mais forte, e é por isso que, no meu presente discurso, em nome de todos aqueles que trabalham pela paz no além, eu afirmo, nesta manifestação espiritualista, que a esperança finalmente nasceu. Os dias felizes, pacíficos, fonte de liberdade e de criação, não virão de repente, mas estamos às vésperas deles. Malraux previu esses amanhãs. Sei que a sua verdade premonitória se concretizará.

Viva o século XX dos homens reconciliados na sua dignidade. Despeço-me de vós.

VELHAS E NOVAS UTOPIAS

O chamado sistema comunista foi um fracasso. Aplicado na União Soviética e em vários outros países, deixou de ter qualquer representação real e, infelizmente, carrega um passado pesado, se pensarmos em períodos como os de Stálin ou Pol Pot.

O filósofo e dramaturgo Alain Badiou, que ainda se autodenomina comunista, endossa ele próprio este fracasso dos chamados sistemas marxistas, que não trouxeram felicidade aos povos, mas persiste em pensar que o comunismo não está morto ou, pelo menos, que deve encontrar outras formas de expressão. Ao mesmo tempo, é evidente que a sua argumentação fica por aqui: aponta tudo o que está errado, tudo o que é desumano no capitalismo, e depois? Vemos o filósofo a fazer perguntas, e é esse o papel do filósofo, mas quanto a respostas, não há outras senão dizer que é preciso encontrar novos modelos para realizar o comunismo de forma diferente.

Outros, tentando ser mais pragmáticos, propõem o início de soluções, que não são verdadeiramente revolucionárias, mas que propõem a autogestão através da ação, da multiplicação das ações locais, numa forma de democracia de base que se constrói sem grande necessidade de administração. Trata-se de experiências já realizadas ao nível das comunidades locais, envolvendo produções agrícolas locais geridas por pequenas cooperativas que vendem diretamente a um preço normal, permitindo aos produtores evitar todos os intermediários e, em última análise, vender os seus produtos a um preço decente que lhes permita ganhar a vida. Estas experiências são muito prometedoras, ajudando os agricultores rurais a sobreviver às leis inexoráveis do mercado. Além disso, estes circuitos curtos têm a vantagem adicional de responder às exigências ecológicas de uma menor pegada de carbono. Assim, produtores e consumidores têm tudo a ganhar, tanto mais que a maior parte dos produtos em causa são de origem conhecida e, na melhor das hipóteses, biológica. Há, no entanto, um inconveniente: em alguns casos, os preços podem ser significativamente mais elevados do que os praticados pelos supermercados, certamente por uma melhor qualidade, mas por produtos que são mais difíceis de obter com baixos rendimentos.

Este novo modo de produção-consumo é uma nova forma de alcançar um desenvolvimento mais justo e mais ecológico. Mas será que se pode generalizar? É essa a questão. Poderá este sistema ser alargado a uma grande região, a cidades com mais de 10.000 habitantes? Mas é essa a direção que temos de encontrar nestas formas de autogestão que reduzem o número de intermediários. E, acima de tudo, isso vai exigir práticas de consumo diferentes. Consumir melhor e de forma diferente, reduzir o consumo de carne, mas depois prestar atenção aos pequenos produtores, que estão precisamente na indústria da carne, e não se trata de os penalizar sem apoiar a mudança agrícola.

Se um tal sistema antissistema se generalizasse, o que aconteceria às grandes indústrias agroalimentares e como poderiam ser reconvertidas? O que aconteceria ao setor da grande distribuição, que também teria de ser reconvertido? Se houver um movimento gradual nesta direção, teremos de reajustar todo o funcionamento das coisas, analisando quais serão as formas corretas de mudança.

Os comunistas de hoje, e mais ainda os anarquistas e os libertários, procuram nesta direção uma teoria do futuro. Alguns defendem mesmo o famoso decrescimento, ou seja, a redução de toda a produção desnecessária e supérflua. Será que isso significaria prescindir de todas as novas tecnologias que consomem tanta energia e que também nos obrigam a explorar os recursos minerais que fornecem os elementos de que necessitamos para fabricar os nossos computadores, smartphones, etc.? Provavelmente, não estamos preparados para uma mudança na

sociedade que seria sinônimo de retrocesso, mas, de um ponto de vista ambiental, coloca-se a questão da durabilidade dos nossos aparelhos e da sua reciclagem. Deste ponto de vista, alguns países estão na vanguarda da reciclagem ótima, enquanto outros continuam a poluir gravemente um meio ambiente já degradado. Por isso, no futuro, é necessário associar uma nova economia a uma disciplina ecológica essencial, como a ecologia da reciclagem, que poderá ser uma fonte de novos empregos.

A DEMOCRACIA E O SEU FUNCIONAMENTO

Utopias democráticas

Aqui e ali, ouvimos dizer que é preciso mudar radicalmente as estruturas do poder. E, numa visão quase anarquista ou libertária, a organização do poder deve ser completamente reformulada. A ideia nobre, já presente na Revolução Francesa, é a do governo do povo pelo povo. E a única boa ideia que tem prevalecido até agora é a de que o povo deve eleger representantes, porque um povo inteiro não pode, obviamente, governar, exceto por referendo, sobre todos os assuntos. Esta é a questão da democracia representativa, que alguns gostariam de substituir pela democracia direta.

Até agora, os representantes do povo, deputados e senadores, conselheiros regionais e municipais, etc., eram geralmente profissionais da política, e a organização da sociedade tornou-se uma profissão. Além disso, a ideia contrária é que todos estes representantes provêm da classe burguesa ou, pelo menos, da classe média mais privilegiada (professores, magistrados, profissões liberais). Os operários, os empregados de colarinho branco e os empregados de colarinho branco não estão praticamente representados.

Para remediar esta injustiça, há quem esteja a pensar numa proposta: eleger todos os representantes do povo, não por um boletim de voto na urna, mas por sorteio, ou seja, totalmente às cegas. E nenhum antigo político que já tenha exercido um cargo poderia voltar a candidatar-se. Isto significaria que, para eleger um deputado, por exemplo, com um número previamente determinado, as pessoas poderiam inscrever o seu nome numa lista, e um sorteio selecionaria o feliz vencedor. Assim, de acordo com as leis do acaso, haveria inevitavelmente um certo número de trabalhadores ou empregados das classes mais humildes da população entre todos os deputados.

O que dizer de um tal sistema, em que desta vez já não haveria políticos profissionais? Mas estes novos conselheiros não teriam ainda de aprender coisas complexas sobre a organização de uma sociedade, as finanças públicas, os impostos, o funcionamento dos serviços públicos e muito mais? Um dos promotores desta teoria, Étienne Chouart, acrescentou que seriam necessários referendos populares frequentes e foi ainda mais longe, pondo em causa algumas das conquistas obtidas pelos nossos representantes no passado. Por exemplo, defende um referendo sobre a pena de morte e outro sobre a lei do véu de 1975, com o pretexto de que, noutros tempos, essas conquistas só tinham sido obtidas pelo parlamento e não pelo povo.

Desta vez, isto coloca um problema real, porque a abolição da pena de morte por referendo não era suscetível de ser alcançada em 1981, o que significa que os representantes do povo podem, por vezes, ser mais sábios do que o próprio povo.

Estes mesmos promotores da democracia direta são também favoráveis a uma mudança de Constituição, mas, normalmente, neste caso, as conquistas do passado devem ser reintegradas na nova Constituição: coisas como a declaração universal

dos direitos humanos ou a abolição definitiva da pena de morte devem transitar de uma Constituição para outra, caso contrário, isso significaria começar tudo de novo e apagar as conquistas humanas que representaram um avanço moral, correndo o risco de graves retrocessos.

Esta forma de governação do povo pelo povo seria obviamente de uma justiça perfeita e integral, respondendo à noção de igualdade. Mas será que, coletivamente, temos maturidade suficiente para encarar uma tal forma de governação popular? Os problemas das nossas sociedades modernas são tão complexos que é completamente impossível iniciar novas constituições nesta base igualitária. Gerir uma sociedade em todas as suas estruturas exige um mínimo de profissionalismo, tendo em conta as experiências do passado e os problemas do presente, muitas vezes inextricáveis quando se trata de restrições financeiras e económicas num sistema globalizado em que todos somos interdependentes.

No estágio de evolução em que a humanidade se encontra, parece mais sensato continuarmos a viver as nossas democracias de forma representativa, com representantes eleitos, à maneira antiga, o que não nos impede de estudar sistemas de votação mais modernos e melhor adaptados, com, por exemplo, um Senado sorteado. Podemos melhorar a representatividade, nomeadamente nas instâncias mais locais. A nível nacional, se houver sufrágio universal para as eleições presidenciais e legislativas, trata-se de um avanço significativo da democracia. E, antes de mais nada, não deveríamos fazer comparações entre as diferentes constituições de diferentes países, para ver o que há de melhor em cada uma delas? Temos de ver o que é mais democrático nos diferentes países, não para criar um modelo padrão, mas para ver como a experiência de um país pode ser uma fonte de inspiração para outro.

Consoante o país, existem sistemas presidenciais (Estados Unidos), semipresidenciais (França) ou parlamentares, todos eles com as suas vantagens e desvantagens. E, consoante a cultura, cada país encontra um sistema que lhe convém. Na França, por exemplo, habituados a um sistema presidencial quase monárquico, será que nos sentiríamos bem com um sistema estritamente parlamentar, como o dos países nórdicos?

Quer as constituições tenham de ser revistas, ou reescritas, esta será, sem dúvida, uma forma de alterar a estrutura das sociedades. Mas ainda não é possível imaginar uma sociedade autogerida em que cada cidadão seja plenamente responsável e corresponsável pelo todo. O que é viável, no entanto, a nível local, mas a nível nacional, seria uma fase posterior da evolução que está por vir, a fase de maturidade num nível mais elevado de evolução intelectual e espiritual que aproximará a Terra dos mundos superiores.

DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

A saída do capitalismo é uma utopia que foi experimentada e aplicada sob a forma de várias revoluções, e temos de fazer um balanço das experiências passadas da URSS, da China, da Europa de Leste, de Cuba e de alguns outros países. O balanço final é globalmente negativo, na medida em que este socialismo (também conhecido como comunismo) assumiu a forma de ditaduras apoiadas na fórmula do partido único, e no final estes países abandonaram estes sistemas para abraçar a economia de mercado.

Embora houvesse de fato uma coletivização dos principais meios de produção, sobretudo industriais, estes países viviam, na realidade, sob a forma de uma

economia de mercado, na medida em que a sua sobrevivência dependia do comércio mundial.

Era uma espécie de *capitalismo de Estado*, o que significava que o comunismo aplicado num país não se baseava apenas na melhoria da vida dos seus habitantes, mas na concorrência, não interna, mas externa, como se viu claramente entre a URSS e os EUA durante a Guerra Fria.

Além disso, o sistema comunista confisca a democracia, baseando-se num partido único que governa sem verdadeiras eleições. Mais recentemente, porém, houve algumas exceções, com figuras como Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, que chegaram ao poder através do voto e cujos objetivos revolucionários não amordaçaram nem proibiram os partidos da oposição.

Assim, um sistema que fosse simultaneamente comunista e democrático pressuporia a possibilidade de alternância em caso de vitória da oposição. E a alternância conduz então ao liberalismo, depois de uma curta fase comunista, como nos três casos acima mencionados, mas conduzindo a uma grande confusão no caso da Venezuela.

Um projeto para amanhã passaria também pelo estudo das relações Norte-Sul. O hemisfério sul, e a África em particular, sempre foi economicamente espoliado pelos consórcios ocidentais em termos de matérias-primas, minerais raros, petróleo e gás. Depois da Europa, a China está agora a colonizar África utilizando métodos muito semelhantes, impedindo os países africanos de se desenvolverem por si próprios e para si próprios.

Há muito tempo que Jean Ziegler* nos fornece informações suficientemente claras sobre os escândalos alimentares nestas regiões. As primeiras soluções que ele preconiza são relativamente simples: promover as culturas alimentares nesses países com o objetivo de proporcionar uma dieta tradicional autossuficiente. E, para isso, há que travar a deflorestação e o avanço do deserto, tal como foi referido no capítulo anterior.

A cooperação dos países do Norte seria essencial: comprar os produtos petrolíferos e os minerais ao preço certo, desvincular progressivamente as empresas ocidentais e empregar as populações locais com salários decentes. No plano político, é preciso ajudar estes países a adotarem verdadeiras constituições, seja qual for o modelo, para se afastarem definitivamente de sistemas de influência como o de Françafique. O plano Borloo de eletrificação de toda a África seria um bom exemplo de cooperação.

Uma solução simples foi proposta nos anos 90 por Jean-Marie Pelt** para Madagáscar: fornecer pequenos fogões a gás à população para acabar com a utilização da madeira que conduz à deflorestação, o que teria custado quase nada. Teria sido, pelo menos, o início de uma cooperação inteligente, com o objetivo de passar a uma verdadeira evolução da cooperação Norte-Sul.

*Jean Ziegler (nascido em 1934) é um sociólogo suíço, ativista anti-globalização e relator especial da ONU para o direito à alimentação.

** Jean-Marie Pelt (1933-2015), farmacêutico e botânico, professor nas faculdades de Nancy e Metz, fundou o Instituto Europeu de Ecologia em Metz.

As grandes potências

A China tornou-se uma potência econômica a caminho de se tornar o líder mundial, seguida de perto pela Índia, que está a desenvolver-se rapidamente.

A China é simultaneamente comunista no seu sistema e capitalista na sua economia. A liberdade de expressão não está na ordem do dia..., mas este país é um rolo compressor contra o qual nenhuma nação pode continuar a lutar.

Por conseguinte, é necessário negociar a todos os níveis. É um país pacífico, mas está a travar uma guerra estritamente econômica, a mais eficaz, estendendo a sua rede a todo o mundo sem fazer barulho.

Se quisermos desenvolver um socialismo com um rosto humano, a China também não vai ajudar, especialmente porque continua a cometer abusos de todo o gênero. No máximo, está tomando medidas relativamente às questões ecológicas que a preocupam em primeiro lugar, o que já é um bom passo na direção certa. Mas, quanto ao resto, como é que podemos imaginar um novo equilíbrio mundial baseado numa China que continuará a ser inevitável?

Falamos muito dos nossos países ocidentais, das difíceis relações com o Médio Oriente, onde se trava uma guerra face a uma paz que não se consegue encontrar, e, entretanto, o mercado chinês tece a sua teia, pacificamente, vencendo uma guerra econômica da qual o povo chinês, no seu conjunto, não se beneficia suficientemente.

A ascensão da China poderá certamente abrandar e encontrar uma velocidade de cruzeiro mais calma quando este país atingir um nível de vida suficiente para toda a sua população, o que ainda levará tempo.

Esta perspectiva condena-nos a permanecer prisioneiros de um sistema capitalista durante muito tempo, uma vez que a própria China está destinada a tornar-se o seu principal líder.

Está em vias de se expandir em África, onde há muito para explorar, onde, entre outras coisas, está a estabelecer a sua colonização econômica. Isto pouco contribuirá para melhorar o nível de vida na África.

Quanto à Índia, as perspectivas são, sem dúvida, um pouco diferentes, pois trata-se de um país que aposta nas "tecnologias inovadoras", sem querer conquistar o mundo para já.

E depois há a Rússia, que está longe de ter dito a sua última palavra, um país despótico que vai recuperar economicamente, mesmo que a sua economia seja por vezes mafiosa, e que vai negociar os seus mercados com as potências emergentes, sobretudo a China.

Perante todos estes fatos que já ninguém consegue esconder, o que representamos hoje, nós, ocidentais, que fazíamos chover e brilhar o mundo? Restam-nos as nossas belas palavras, as nossas leis mais ou menos democráticas, o nosso laicismo e as nossas economias pouco florescentes face aos países emergentes que estão a mudar a face do mundo.

Em tudo isto, gostaríamos de transmitir uma mensagem ética e moral inspirada nos valores universais em relação ao outro mundo, o dos espíritos desencarnados, alguns dos quais estão mais próximos do universal para nos darem a conhecer a difícil situação criada pelo egoísmo e pelo orgulho humanos. Assim, temos que ser os seus porta-vozes, os representantes na Terra de uma ideia que transcende as miseráveis condições humanas criadas por poderes que ultrapassam a nossa compreensão.

Ao contrário de outros, não daremos receitas milagrosas que não existem, mas propostas para avançar de forma diferente nos caminhos da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Nada disto depende de uma única escola de pensamento, porque é preciso ter em conta a diversidade das situações econômicas e das culturas. Tudo

isto depende de uma consciência que deve emergir, não apenas numa região ou num país, mas gradualmente em todo o mundo, e ninguém tem o poder de impor esta consciência, que só pode surgir gradualmente através de lutas aqui e ali.

CONSTRUIR UMA EUROPA SOCIAL

A partir da França, uma vez que é lá que estamos formulando um projeto espiritualista, e que temos que desenvolver conceitos que se apliquem não só a nós, mas ao mundo.

Numa primeira fase, podemos imaginar um novo acordo para o nosso país e para a Europa, desde que continuemos a prever a continuidade europeia. A extrema-esquerda disse-nos que podíamos passar sem ela, o que seria uma utopia suicida. Até a Grécia preferiu não tentar a aventura do Grexit em 2015.

Para além disso, o mundo precisa da Europa:

- Diplomáticamente, para influenciar os equilíbrios mundiais.
- Os valores democráticos, éticos e morais estão mais bem representados na Europa, apesar de muitas insuficiências, sobretudo no Leste.
- É também a partir da Europa que poderíamos encarar uma descolonização total, ou seja, uma cooperação com a África baseada num comércio justo de todos os produtos, sejam eles minerais ou alimentares, bem como uma ajuda à criação das infraestruturas em falta.
- A Europa tem também um papel a desempenhar onde existem focos de guerra, como no Médio Oriente, e um papel diplomático a desempenhar para pressionar os Estados Unidos e a Rússia em tempos de crise, como a França tentou fazer nos últimos anos.

Mas a Europa não é apenas a França e a Alemanha. É preciso associar outros países a esta diplomacia mundial, o que pode exigir uma revisão da sua constituição, do seu comité e das suas diferentes responsabilidades, que parecem muito diluídas.

Neste ponto, precisamos de uma Europa mais clara e mais transparente, para que todos os cidadãos de todos os países estejam mais bem informados sobre o que se passa.

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Este tipo de democracia é um sistema político baseado no reforço da participação dos cidadãos nas decisões políticas, criado na sequência da crise da democracia representativa e do desinteresse dos cidadãos em exercer o seu poder.

A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. As democracias modernas, que representavam um progresso em relação aos regimes autoritários em que os cidadãos não eram iguais perante a lei (as mulheres ou o Terceiro Estado), estão agora a ser postas em causa. Na lei, todos os cidadãos podem participar na vida da comunidade política, mas, na prática, as decisões são contestadas e os decisores e os representantes do povo são deserdados. O conceito de democracia participativa, ou democracia com o povo, é cada vez mais evocado como uma forma de partilhar o exercício do poder, envolvendo os cidadãos na tomada de decisões. Introduzido no domínio do ordenamento do território, foi sobretudo aplicado a nível local, circunscrito a um município ou a um agrupamento intermunicipal (com grande sucesso). Atualmente, está a ser alargado ao domínio do ambiente, com as associações a desempenharem um papel de liderança.

Graças a estes concursos de cidadãos, as autoridades tomaram conhecimento de realidades pouco conhecidas e os cidadãos puderam exprimir o seu desacordo. No entanto, a maioria dos cidadãos não está diretamente envolvida, sendo as retransmissões realizadas por comitês consultivos e associações, mas não há uma interação suficientemente significativa. Muitas vezes tem um aspecto simbólico, mas cada vez mais cidadãos exigem o direito de verem as suas queixas e propostas ouvidas diretamente.

Ao mesmo tempo, um número considerável de cidadãos está a perder o interesse pela política. A afluência às urnas nas eleições nacionais e locais diminui constantemente de ano para ano e o debate e o ativismo são minoritários. No entanto, parece que cada vez mais cidadãos querem fazer ouvir a sua voz, sobretudo para exprimir as suas dificuldades, como é o caso da crise dos Coletes Amarelos na França, um movimento heterogêneo que reflete o mal-estar das populações em diferentes níveis. Pessoas completamente desligadas do sistema e que sofrem os seus efeitos desastrosos estão agora interessadas na política e pretendem influenciar as decisões.

Os problemas colocados

Em primeiro lugar, há o **problema da capacidade cívica**: compreender o funcionamento da organização pública, ser capaz de emitir juízos e comentários, pressupõe aprendizagem e formação. Para não fazermos escolhas precipitadas ou mesmo tendenciosas, precisamos de uma verdadeira educação, uma educação que inclua os rudimentos básicos da escolaridade para desenvolver a capacidade de análise e de pensamento crítico. Mas é preciso mais do que apenas o básico: é preciso educar para a cidadania, incentivando as pessoas a adquirir a informação necessária para desenvolver um espírito crítico. Os pais e os educadores são peças fundamentais neste despertar, mas estamos na era do "cada um por si", e o egoísmo foi erigido em sistema por uma publicidade bem orquestrada, iniciada por grandes grupos que têm um único objetivo: vender cada vez mais e criar novas necessidades.

Desde cedo, os cidadãos são encorajados a procurar o seu bem-estar pessoal, o que conduz a uma passividade individualista prejudicial, que pode ser ultrapassada porque existem muitas oportunidades e meios para se cultivar. Os sentimentos dos cidadãos sempre foram despertados em momentos de angústia ou de grandes dificuldades, muitas vezes períodos de fome em que as desigualdades eram mais sentidas, como os privilégios de 1789, as crises financeiras, as epidemias de 1848 e a submissão às forças de ocupação em 1871.

Por outro lado, em tempos de paz, quando os problemas são menos frequentes, o bem-estar e a serenidade adormecem as nossas consciências e levam-nos a fecharmo-nos em nós próprios. As redes sociais são um exemplo disso, porque se centram no eu, na visão pessoal, sem ter em conta a comunidade e os outros. Temos de aprender a sair da nossa condição individual e dos hábitos do nosso ambiente imediato.

Há um elemento importante a considerar: a Terra é uma esfera de evolução lenta e a maioria dos seus habitantes corre o risco de se afundar numa forma de indiferença para com os outros. Para atenuar este risco, é preciso ir além da educação cívica para sensibilizar para os outros e para as condições de vida dos mais desfavorecidos, para despertar a espiritualidade que nos distrai do turbilhão materialista. Experiências como as realizadas em Kingersheim mostram que poucos cidadãos respondem aos convites (quando se sorteia um conselho participativo, a

maioria não responde).

Muitas vezes, as pessoas estão prontas para o desafio, mas têm dificuldade em construir ou propor.

Construir significa fazer esforços contínuos e não apenas interessar-se pelos assuntos públicos em tempo de eleições.

A crise de confiança dos cidadãos nos seus representantes eleitos

Muitas pessoas desconfiam ou são mesmo hostis em relação aos representantes eleitos, que são muitas vezes vistos como políticos que procuram ocupar o cargo como uma oportunidade para lucrar com o sistema e servir os interesses dos poderosos. É certo que alguns eleitos têm faltado à probidade ou infringido gravemente a lei. Numerosos escândalos mancharam a vida política francesa, como o escândalo do Canal do Panamá durante a Terceira República, um caso de corrupção que arruinou milhares de poupadores. Houve também o caso Stavisky, com o seu escândalo de tráfico de condecorações, e mais recentemente os casos Urba e “Carrefour du développement”. Por conseguinte, é essencial estabelecer um quadro para evitar tais comportamentos.

Desde 2010, foram adoptadas numerosas iniciativas nacionais e europeias para sanear a vida pública:

- As comissões de ética dos representantes eleitos, criadas a nível nacional e local, têm por objetivo evitar conflitos de interesses e garantir que o exercício de um cargo público não conduza ao enriquecimento pessoal. As cartas dos eleitos locais, criadas pela lei de 31 de março de 2015, foram introduzidas nas grandes cidades.

- A “Haute Autorité pour la Transparence de la Vie Publique” (HATVP) foi criada em 2013, com o objetivo de tornar a vida pública mais ética e proteger os eleitos no exercício do seu mandato. Em particular, devem apresentar uma declaração de interesses e uma declaração de património. Devem informar o HATVP - cujas prerrogativas foram reforçadas e cujos recursos foram multiplicados por dez - sobre a sua profissão, a sua participação em associações, o seu património e os interesses que possam ter em determinados grupos.

- Criação do Serviço Central de Prevenção da Corrupção (SCPC), composto por “sábios” exteriores aos cargos eletivos e à função pública, encarregados de se pronunciar sobre eventuais conflitos de interesses.

Além disso, o financiamento público dos partidos políticos limita o financiamento privado e, da mesma forma, os riscos de corrupção e de interesse público dos grandes grupos industriais. Trata-se de um sistema que afeta os recursos em função da representatividade dos diferentes partidos, exigindo simultaneamente a prestação de contas das despesas efetuadas durante as campanhas eleitorais.

Estas medidas merecem certamente ser aprofundadas, mas permitiram punir um certo número de eleitos. O objetivo destas medidas é também o de proteger os eleitos, porque os regulamentos são complexos, os canais são numerosos e é possível infringir as regras sem intenção desonesta. Os políticos não são, no fundo, mais desonestos ou frágeis, são como todos os habitantes da Terra, numa inferioridade relativa, e nós temos representantes políticos à nossa imagem. As condições em que exercem o seu cargo afastam-nos das realidades do terreno e, devido a sua posição, são abordados por todo o tipo de indivíduos e grupos. Por vezes, é preciso tenacidade para não se deixar corromper ou para não cumprir as promessas de campanha.

As reformas ou decisões a tomar podem ser impopulares, pelo menos para certos grupos. A franqueza nesta matéria raramente é valorizada pelo público e alguns dos

benefícios têm de ser vistos a longo prazo, enquanto nós vivemos no aqui e agora. Os políticos estão muitas vezes mais inclinados a satisfazer as elites. Os políticos não devem acompanhar e amplificar as tendências da época ou as pressões do momento, permanecendo no "meio-termo" político; pelo contrário, devem corrigir ou inverter as coisas.

Problemas do partido

Os partidos políticos estão preocupados com a conquista ou a manutenção do poder. Os deputados, que pertencem a certos partidos, não possuem os conhecimentos e a experiência necessários; o seu papel é o de avaliar as decisões tomadas nas altas esferas. Muitos representantes eleitos provêm do setor comercial e, por conseguinte, não são representativos da população. Este fato pode levar os cidadãos a duvidar da eficácia dos deputados e a recorrer a soluções egoístas à margem dos procedimentos oficiais.

Problema de mídia

Os meios de comunicação social são vistos como o quarto poder, transmitindo as decisões tomadas ou planejadas. A corrida às audiências é prejudicial, com os meios de comunicação social mais interessados em furos de reportagem e em frases de efeito do que em análises imparciais, e mais interessados em diversão do que em informação. As pessoas que estão na mira do público são convidadas, enquanto outras não. Não é saudável que o Estado controle a informação, mas também não é saudável que o dinheiro o faça pelo Estado. Além disso, os acontecimentos sérios e importantes são por vezes rapidamente ofuscados por outras notícias, por vezes mais ligeiras, que desviam a atenção dos verdadeiros problemas. Raphaël Glucksmann deu o exemplo, no seu livro, do apelo de 13/11/2017 de 15 000 cientistas de 184 países que lançaram o alarme sobre o clima.

O problema da tecnocracia

Devido à complexidade dos regulamentos e à falta de formação dos eleitos, os dossiers são confiados a especialistas. Tudo se tornou mais complexo e é agora do domínio dos especialistas. Por conseguinte, é difícil saber se as decisões são tomadas com pleno conhecimento de causa, se os compromissos delicados são bem compreendidos e se a vontade política é respeitada, principalmente a nível europeu, onde a tecnocracia é mais prevacente. Os representantes eleitos estão mais inclinados a interessar-se por questões que recebem cobertura mediática e são populares, e a perder o interesse por questões mais técnicas que podem, no entanto, ter consequências importantes. A este respeito, há que ter em conta os relatórios do Tribunal de Contas que, ano após ano, põem em evidência os erros e as más decisões tomadas à pressa, por vezes para satisfazer lobbies, com consequências financeiras desastrosas. Corre-se então o risco de excessos demagógicos e populistas.

O poder dos lobistas

Os políticos estão sujeitos à influência do grande capital e das grandes organizações institucionais ou associativas, sobretudo no domínio económico, onde os eleitos estão dependentes das decisões dos grandes grupos privados. A influência dos lobistas faz-se sentir no debate público, principalmente devido aos seus consideráveis recursos financeiros, num conluio de poder com os detentores de dinheiro dos grandes grupos de imprensa.

O que é que podemos esperar?

O próprio sistema político tem um alcance limitado, carecendo da participação, da compreensão e do sentimento que pertença a todos. Em algumas regiões ameríndias, não existe uma estrutura estatal, mas todos os cidadãos participam, porque todos sentem que pertencem à mesma sociedade, partilhando dos mesmos valores de solidariedade e justiça.

Contestar o sistema presidencial

O sistema semi-presidencial foi feito à medida do General de Gaulle na Constituição da Quinta República, mas mostrou as suas limitações com os últimos presidentes, com demasiada verticalidade e falta de pluralismo. Deste ponto de vista, é necessário reconsiderar o equilíbrio de poderes e considerar ou uma revisão constitucional ou a elaboração de uma nova constituição, ou seja, uma Sexta República.

Assim, o sistema bicameral (Assembleia Nacional e Senado) do Parlamento, se se mantiver, poderá ser alterado. Há quem proponha um Senado com membros sorteados para equilibrar um parlamento com representantes eleitos na Assembleia Nacional e cidadãos no Senado.

O número de mandatos dos representantes eleitos deveria ser reduzido, o que evitaria que alguns deles tomassem decisões com base em questões eleitorais, sobretudo se, por exemplo, o mandato fosse limitado a um único período. O seu estatuto deveria ser revisto à semelhança, por exemplo, dos países nórdicos, bem como os seus meios de funcionamento (transportes, subsídios dos assistentes, etc.). Seria igualmente necessário rever a composição da comissão de ética para contrariar os lóbis (pesca elétrica, nuclear ou petrolífero) e também rever o problema da “*pantouflage*”. *

**fato para um funcionário público sênior ir trabalhar em uma empresa privada.*

O problema do sistema centralizador ou jacobino

Este sistema evita o clientelismo e as decisões partidárias locais, mas afasta os decisores das realidades práticas no terreno. Este fato pode levar a uma falta de discernimento no que diz respeito às medidas a aplicar.

Por outro lado, o pacto de Girondin, que consiste em dar mais poderes às coletividades locais, seria desejável, mas, na prática, a soberania é minada pela falta de meios. Um exemplo recente é a supressão da *taxa de habitação*, compensada pelo Estado, que priva as coletividades locais da sua soberania financeira.

Um exemplo de sucesso a nível local que já mencionámos na secção sobre questões económicas é a cidade de Hamburgo, que remunicipalizou todas as suas redes de distribuição de eletricidade, gás e aquecimento, anteriormente confiadas ao setor privado, adotando energias renováveis e assegurando o equilíbrio financeiro.

Que tipo de ação cívica deve ser considerada?

Os referendos são uma opção possível, mas devem ser limitados porque exigem maturidade, conhecimento e cultura por parte dos cidadãos.

É impossível envolver todos os cidadãos em todas as decisões e em todas as fases devido à complexidade dos processos. As soluções de compromisso são delicadas e existem riscos de conflitos de interesses.

Estão igualmente previstos referendos de iniciativa popular, mas com o risco de uma sobrecarga de pedidos que seria difícil de gerir e poderia conduzir a uma paralisia do

processo de decisão ou a um impasse.

O Brexit adotado em 23 de junho de 2016 foi uma verdadeira surpresa, e a saída desta grande potência da União Europeia está a revelar-se muito difícil de concretizar.

Teresa May, responsável pelos preparativos para a sua aplicação, não conseguiu propor um acordo de saída e foi obrigada a demitir-se em junho de 2019. As consequências do Brexit são numerosas e difíceis de prever com exatidão. Terão um impacto financeiro significativo devido aos compromissos assumidos que devem ser respeitados. Algumas pessoas apelaram à realização de um novo referendo, por considerarem que as consequências desta decisão não foram totalmente ponderadas. Podemos, de facto, questionar a relevância deste referendo, que pode ser visto como uma censura ao então Primeiro-Ministro, David Cameron, e não como um desejo real de deixar a Europa.

O exemplo do referendo suíço de 30 de novembro de 2009 sobre a proibição da construção de novos minaretes foi uma enorme surpresa. Uma frente unida de membros do governo, partidos políticos e representantes de todas as comunidades religiosas opôs-se à medida e fez campanha a seu favor, com as sondagens a preverem que seria rejeitada pelo povo suíço. Mas uma campanha habilmente orquestrada pela direita populista, descrita por alguns como repugnante, baseada no medo e na ameaça de uma religião que invadiria tudo (alguns cartazes mostravam uma mulher de burca em frente a uma bandeira suíça coberta de minaretes que lembravam mísseis), venceu o bom senso de um país onde 40% da população é estrangeira. A decisão, adotada por 57,50% dos votos, foi mais um voto de desconfiança e de protesto do que de ódio, mas gerou um sentimento de vergonha perante uma disposição que foi agora incorporada na Constituição.

O referendo sobre a imigração em massa adotado em 9 de fevereiro de 2014 ilustra igualmente os riscos de submeter à votação decisões sobre questões sensíveis. Este texto prevê quotas de estrangeiros em função das necessidades da economia, respeitando o princípio da preferência nacional. Também aqui, a direita populista brandiu a ameaça de uma Suíça a rebentar pelas costuras com a imigração, pondo em causa as suas infraestruturas e o seu modelo social. Esta decisão é tanto mais notável quanto, por razões económicas e demográficas, a Suíça precisa de trabalhadores estrangeiros e acolhe uma mão de obra numerosa, na sua maioria proveniente dos países vizinhos da União Europeia (França, Alemanha, Itália e Portugal). Assim, aceitamos a mão de obra, mas não as pessoas.

Outra ideia é a da revogação de mandatos eletivos por referendo, com o risco de conduzir a excessos populistas e demagógicos, sobretudo numa sociedade do imediatismo, onde tudo se passa rapidamente, e onde os fatos e as afirmações são por vezes distorcidos pelos meios de comunicação social em informações demasiado apressadas ou partidárias. O alcance deste referendo revogatório deve, pois, ser limitado.

Os referendos devem ser o resultado de um questionamento profundo e exaustivo e do diálogo entre todos os cidadãos, e não apenas de uma resposta apressada de sim ou não. De um modo geral, temos de aprender a tomar decisões menos rapidamente, mas melhor. Chegou o momento de comunicar de forma diferente, de passar de uma opinião crua e distorcida para uma visão lúcida, estável e racional.

As reflexões podem ser efetuadas em pequenos grupos para desenvolver uma cultura deliberativa baseada no conhecimento e na reflexão.

Há a experiência do Quebeque, que oferece uma abordagem transdisciplinar - sociológica, psicológica e social - que nos permite sair das ideias preconcebidas e

dos clichés.

Falta um nível de comunicação mais profundo para criar uma partilha entre os cidadãos, graças a profissionais neutros e independentes de qualquer hierarquia social, evitando assim que os tribunais monopolizem a palavra para obter consensos. A elaboração e a execução de projetos são morosas e, no contexto atual, isso constitui uma dificuldade, porque tanto os eleitos como a população querem resultados rápidos, concretos e visíveis no prazo eleitoral. Os eleitos estão sujeitos à pressão da população, o que seria evitado se houvesse um mandato único.

Há quem proponha um rendimento universal que garanta um meio de subsistência para todos, com o corolário de obrigações cívicas.

Do mesmo modo, a redução da carga de trabalho através do avanço da robotização sobriaria tempo para que todos pudessem utilizar para participar da vida cívica, em especial as classes mais pobres que estão afastadas do sistema.

O RIP (*Référendum d'Initiative Partagée* ou *Referendo de Iniciativa Compartilhada*),

ou lei do referendo, é um referendo proposto por, pelo menos, um quinto dos deputados aos cidadãos regularmente inscritos nos cadernos eleitorais. O Conselho Constitucional verifica a legalidade da medida proposta e fixa o número de eleitores que devem aprovar o referendo. Um exemplo recente é a forma como os aeroportos de Paris são geridos.

O RIC (*Référendum d'Initiative Citoyenne* ou *Referendo de Iniciativa Popular*) é uma forma direta de expressão democrática que dá aos cidadãos a oportunidade de se exprimirem e decidirem diretamente sem passar pela Assembleia ou pelo Presidente da República. Existem quatro cenários possíveis: propor uma lei, revogar uma lei, destituir um representante eleito ou alterar a constituição.

Embora o objetivo seja nobre, há que ter cuidado na sua realização, pois referendos demasiado frequentes têm um efeito desmobilizador. Isto pressupõe também que os objetivos do referendo sejam claramente expostos, sem preconceitos, e que sejam plenamente compreendidos pelos cidadãos chamados a votar. Também aqui é necessária uma educação para a cidadania, uma consciencialização dos assuntos públicos e do seu funcionamento.

O PAPEL DOS SINDICATOS

As guildas da Idade Média, que reuniam patrões e operários, deram lugar, no século XVI, e sobretudo após a revolução de 1789, a associações puramente operárias, as confrarias de “Compagnonnage”, que se propunham defender os operários contra o controle crescente dos patrões sobre o sistema de guildas; no entanto, este sistema limitava-se ao artesanato e permanecia confinado a pequenas comunidades. O sindicalismo, por seu lado, é o produto da revolução industrial e constitui um contrapeso a um sistema económico que retira aos trabalhadores a propriedade dos instrumentos de produção, associado a uma concepção burguesa e individualista da sociedade, que deixa o trabalhador à mercê da arbitrariedade do patrão. Foi na Inglaterra, o ponto de partida da revolução industrial, que os próprios trabalhadores desenvolveram uma consciência do trabalho e que o sindicalismo se desenvolveu com os primeiros *sindicatos*.

Na França, no final do século XIX e início do século XX, na época do boom industrial, assistimos à miséria da classe operária, explorada por um trabalho de costas, durante horas a fio, em condições difíceis e precárias, em que a doença, o

desemprego e os acidentes de trabalho, comuns na época, deixavam o trabalhador e a sua família na miséria total, porque não tinham qualquer cobertura social. Não existia qualquer regulamentação sobre as condições de trabalho, de aprendizagem ou de remuneração. A classe política era, em geral, hostil à ação sindical e, em 1791, foi aprovada a lei Le Chapelier, que proibia o direito de coligação e de greve dos comerciantes. Do mesmo modo, as revoltas operárias foram severamente reprimidas, como a dos Canuts em Lyon, em 1833, ou a dos mineiros do Norte e de Creusot, em 1870.

O crime de greve foi abolido em 1864 e, mais tarde, em 1884, a lei Waldeck Rousseau, aprovada sob a pressão de 500 sindicatos, reconheceu a legalidade das associações profissionais. A partir de então, o sindicalismo expandiu-se rapidamente, embora tenha sido necessário muito tempo para que os empregadores reconhecessem os sindicatos como parceiros de negociação válidos. O grande número de sindicatos - mais de 5.000 em 1913 - foi-se agrupando progressivamente em sindicatos profissionais nacionais, depois em sindicatos interprofissionais a nível departamental e regional e, por fim, em centrais sindicais como a CGT, fundada em 1895.

A característica distintiva do sindicalismo francês após a Primeira Guerra Mundial é a sua politização, que não se limita a defender os interesses dos trabalhadores, mas propõe uma mudança da sociedade, na qual as relações entre patrões e empregados são invertidas. Em 1935 e 1936, a CGT e a CGTU desempenharam um papel importante na elaboração do programa do Front Populaire. Esta politização explica o nível relativamente baixo do sindicalismo em comparação com outros países.

Existem atualmente oito grandes organizações sindicais na França, mas as mais representativas são a CGT (Confédération Générale des Travailleurs), a CFDT (Confédération Française Démocratique du Travail), a FO (Force Ouvrière), a CFE-CGC (Confédération Française de l'Encadrement - Confédération Générale des Cadres) e a CFTC (Confédération Française des Travailleurs Chrétiens). Estas cinco confederações têm uma longa história e são, desde há mais de quarenta anos, reconhecidas como representativas a nível nacional e intersetorial, com diferentes pesos em função do número de membros. Os outros três sindicatos, a UNSA (Union Nationale des Syndicats Autonomes), a FSU (Fédération Syndicale Unitaire) e a Union Syndicale Solidaire, são mais recentes e ainda não gozam de um estatuto oficialmente reconhecido. Os sindicatos defendem os interesses dos trabalhadores em todos os setores de atividade. Mas existem também sindicatos que representam categorias específicas. Por exemplo, os empregadores são representados pelo MEDEF, os quadros pela CFE-CGC, os estudantes na França pela UNEF, os jornalistas pelo SNJ e o setor médico pela Confederação dos Sindicatos Médicos Franceses (CSFM).

Os sindicatos são financiados pelas quotizações dos seus membros, mas também por certos impostos, como a quotização patronal para o financiamento das organizações sindicais. Em contrapartida, a lei obriga os sindicatos a publicar as suas contas.

Atualmente, os sindicatos ouvem as queixas dos trabalhadores, defendem os seus direitos e asseguram o cumprimento da regulamentação laboral em matéria de condições de trabalho, remuneração e proteção social. Os sindicatos são consultados pelo governo sobre as reformas sociais, sobretudo quando da alteração do Código do Trabalho. Da mesma forma, para que uma convenção coletiva seja

validada, deve ser assinada por um ou mais sindicatos que representem 30% dos votos e não ser rejeitada por sindicatos que representem 50% dos votos.

Por vezes, os sindicatos são criticados por greves perturbadoras ou mesmo paralisantes e, por vezes, são representados por indivíduos de cabeça quente, pouco representativos do ideal sindical, mas o seu papel continua a ser essencial para fazer valer as reivindicações coletivas e atrair os meios de comunicação social para as lutas entre trabalhadores impotentes face ao capitalismo selvagem. Sem os sindicatos, muitas reformas nunca teriam visto a luz do dia.

Às vezes podemos criticar o corporativismo de certas lutas, sinal de afastamento egoísta específico da sociedade atual. É verdade que, ao defender o trabalhador, o ser humano, os sindicatos deveriam ser mais universais. As tentativas de fundar uma internacional sindical remontam ao século XIX sob a égide de Karl Marx, tendo sido criado um secretariado internacional do trabalho em 1901 e a federação sindical internacional em 1913. Atualmente, a CSI (Confederação Sindical Internacional), fundada em 2006, é a organização com o maior número de sindicalizados: 331 organizações em 163 países, com 207 milhões de membros. Na França, a CGT, a CFDT, a FO e a CFTC são membros da CSI.

A CSI presta apoio às organizações membros que enfrentam a repressão e a negação das liberdades sindicais. Apoia campanhas "gerais" sobre questões que os revolucionários podem partilhar - justiça climática, eliminação da escravatura - mas não organiza ações diretas como greves ou manifestações.

No entanto, é provável que o crescimento das empresas multinacionais e a emergência de questões universais, como a poluição e as alterações climáticas, levem os vários sindicatos nacionais a procurar formas de trabalhar mais estreitamente em conjunto.

Os sindicatos devem continuar a ser um baluarte contra o poder da finança dominadora, e a vigilância deve ser permanente e estruturada. A pobreza e a opressão combatidas pelos diferentes sindicatos continuam a existir. Os mais pobres são também os mais pobres na defesa dos seus interesses e precisam de ser apoiados e protegidos em lutas saudáveis, mas rigorosas e intransigentes, numa visão universal da condição humana no trabalho. O trabalho é uma fonte de sofrimento, de assédio moral, de ansiedade, de degradação e, por vezes, até de suicídio. O desemprego, ao torná-lo precário, enfraqueceu uma parte da população, e hoje, na França, alguns trabalhadores têm uma situação que não tem nada a invejar aos trabalhadores do início da era industrial. Eis o testemunho póstumo de um dirigente sindical:

"O sindicalismo não está morto. Querem que acreditemos nisso, mas o sindicalismo não está morto. Homens e mulheres sinceros estão a lutar pelos seus irmãos e irmãs. Há uma crescente propaganda anti-sindical. A luta pela igualdade assume muitas formas diferentes, e o sindicalismo é uma delas. Querem fazer-nos crer que não vale a pena pertencer a este ou aquele sindicato. Os sindicatos são uma forma das pessoas se libertarem do jugo do capitalismo e do paternalismo. Querem fazer-nos crer que só os trabalhadores podem ser sindicalizados e que, a partir de um certo rendimento, há uma contradição entre ganhar dinheiro e ser sindicalizado. Isso não é verdade. O dinheiro não aniquila a consciência e a reflexão. Porque cortar sempre? Porque cortar sempre? Lutar, sim, por uma partilha cada vez maior. A sociedade chegou a um ponto em que as diferentes populações, a nível profissional, lutam entre si, no sentido em que se torna quase desrespeitoso lutar pelas suas ideias. Eu continuo a ser um lutador, está minha alma. Olho para a vossa sociedade e para o mundo que a rodeia e já não reconheço os valores que outrora foram os

meus. É tudo deliberado, planejado e construído. Cabe ao homem refletir, acordar e levantar o braço, não apenas em palavras, mas em atos. Com isto quero dizer mostrar fisicamente a sua desaprovação. Como sabem, a mudança virá das massas. Viva o sindicalismo! É uma das formas da humanidade se liberar dos grilhões do passado que ainda estão demasiado presentes."

GRUPOS DE REFLEXÃO DOS CIDADÃOS

Muitas pessoas deploram o fato de os decisores políticos estarem frequentemente afastados da realidade da vida dos seus concidadãos, embora seja possível encontrar os representantes eleitos no seu círculo eleitoral através dos gabinetes locais. Numa democracia perfeita, cada cidadão deveria poder exprimir os seus desejos, as suas queixas e os seus projetos. Mas estes são vastos, inevitavelmente muito diferentes uns dos outros e, por conseguinte, impossíveis de avaliar e harmonizar, tanto mais que, num planeta tão lento como a Terra, as exigências são frequentemente egoístas e o interesse geral raramente é compreendido. Não se pode agradar a todos, e a autoridade responsável pelas decisões deve poder avaliar os méritos das medidas previstas, para o bem-estar de todos. Assim, embora não seja desejável organizar grandes debates públicos nos quais raramente surgem soluções, mas sim a expressão de ressentimentos, a criação de grupos de reflexão de cidadãos pode ajudar a compreender melhor a realidade e a propor as medidas mais adequadas.

Este tipo de consulta existe a nível local, quando as autoridades locais consultam os seus eleitores antes de avançarem com um determinado projeto. Os debates de cidadãos foram criados em várias cidades, incluindo Lyon, desde 2016, onde são organizados conferências e debates para incentivar os residentes a refletir sobre as questões e a participar ativamente. Pode ser, por exemplo, no domínio dos transportes.

O que pode ser feito diretamente para as decisões locais é mais difícil, se não impossível, de implementar quando se trata de questões que dizem respeito ao país como um todo, e ainda mais além das fronteiras, quando se trata de questões que dizem respeito a todos os habitantes de uma região do mundo, a Europa, por exemplo.

As direções gerais dos ministérios recorrem frequentemente a consultores externos para investigar um tema muito específico. Foi o caso da *Direção Geral da Saúde Pública*, que desejava aprofundar a questão da participação dos usuário-cidadãos no sistema de saúde. Para o efeito, encomendou à "*Planète Publique*" um estudo sobre os diferentes modos de participação, com base em cerca de cinquenta entrevistas e numa revisão da literatura. Este trabalho resultou na produção de dois relatórios: um relatório estratégico e um relatório complementar, mais operacional, sob a forma de doze fichas temáticas.

Existem outros métodos, tais como:

Grupos focais ou entrevistas em grupos focais: um grupo focal reúne um pequeno grupo de pessoas com características semelhantes para recolher informações sobre um assunto específico. Trata-se de um método de inquérito qualitativo, por oposição aos inquéritos quantitativos baseados num questionário. Esta técnica pode ser utilizada para avaliar as necessidades, as expectativas e a satisfação, ou para compreender melhor as opiniões, as motivações ou os comportamentos. Pode também ser utilizada para testar ou revelar novas ideias inesperadas para o investigador.

Painéis de cidadãos: este processo já foi utilizado para debater questões complexas como o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a bioética.

Na prática, um grupo de cidadãos é sorteado para dar a sua opinião sobre uma questão de interesse público. Este parecer deve ser levado em conta durante os debates parlamentares e os processos de tomada de decisão sobre a questão. Para poder dar um parecer fundamentado e ponderado, o grupo de cidadãos, que são peritos na matéria, obtém o máximo de informação possível e aprende sobre o assunto com pessoas competentes.

Workshops de cidadãos: trata-se de um método de deliberação coletiva que permite a um grupo de cidadãos selecionados aleatoriamente, que não são especialistas numa matéria, exprimir os seus pontos de vista sobre uma questão pública que é objeto de debate. Nos seminários de cidadãos, o grupo de cidadãos exprime os seus pontos de vista diretamente ao proprietário do projeto, apresentando um parecer escrito. Este procedimento garante que os cidadãos participam plenamente no processo de expressão.

As conferências de cidadãos são organizadas sobre diferentes temas, com o objetivo de envolver os cidadãos no debate público, fornecendo-lhes todas as informações e dados sobre um assunto específico, a fim de recolher as suas opiniões, comentários e objecções.

Estas formas de democracia participativa estão aumentando. Apesar das suas limitações, estas reuniões, com exceção das que envolvem cidadãos selecionados por sorteio, são frequentadas por pessoas que já se interessam naturalmente pela política ou que estão pessoalmente preocupadas com o assunto. Merecem ser encorajadas porque aproximam os cidadãos dos decisores, dando-lhes uma palavra sobre as escolhas efetuadas.

No entanto, será sempre necessário garantir a neutralidade dos debates e a plena compreensão dos consultados, para que estes tomem decisões informadas e não decidam sem pensar ou ousar afirmar-se. Os procedimentos estão se tornando cada vez mais complexos, e é difícil para os decisores públicos fazer frente à tecnocracia. A sensibilização para os assuntos públicos é ainda muito baixa, com as pessoas que pensam o que não lhes diz respeito ou reagem apenas quando são afetadas pessoalmente. A sensibilização deve começar na escola, porque é no início da vida que se formam os cidadãos e se aprende a viver em conjunto, em harmonia e em partilha, e não numa abordagem narcisista da vida, que continua a ser demasiado real.

ASSOCIAÇÕES

As organizações de voluntariado desempenham um papel fundamental. São muito numerosas na França e operam numa grande variedade de setores. Desde as modestas associações de bairro até às instituições nacionais de solidariedade social, existindo assim grandes diferenças em termos de recursos e de impacto na vida política. Algumas colmatam as lacunas dos poderes públicos (ajuda aos sem-abrigo, aos mais pobres, aos refugiados). Outras, como as associações de defesa dos consumidores, utilizam a sua ação e a sua vigilância para fazer respeitar as normas, denunciar os abusos e as manobras dos grandes grupos industriais e exercer pressão para alterar a regulamentação em pontos específicos. Para as associações reconhecidas como de utilidade ou de interesse público, o fato de uma grande parte dos montantes pagos estar isenta de impostos constitui uma vantagem incontestável, que lhes confere mais recursos.

Existem outras maneiras de fazer prevalecer suas ideias, ou mesmo de demonstrar sua desaprovação. Assim, o número crescente de **petições** tem um impacto real quando destacam problemas reais ou denunciam decisões prejudiciais ao consumidor, aos usuários, ao residente local. Quando são subscritas por um grande número de peticionários, representam uma ameaça para as autoridades públicas, que podem ser obrigadas a alterar ou mesmo a inverter as suas decisões. Muitos sites informam seriamente e incentivam as pessoas a assinar petições para defender os direitos de uma pessoa ou grupo de pessoas (refugiados políticos ou prisioneiros, refugiados climáticos) ou para defender causas como os direitos dos animais. Assinadas em grande número e combinadas com outras ações (manifestações, marchas), têm um impacto inegável porque obrigam as autoridades públicas ou os dirigentes privados a estudar e a corrigir disfunções e injustiças.

O BOICOTE

Vivemos numa sociedade onde o dinheiro desempenha um papel central, onde a posse de bens materiais continua a ser, para muitos, um fim em si mesmo. Tudo isto é inteligentemente orquestrado por uma publicidade invasiva cujo único objetivo é incentivar o consumo, a fim de enriquecer certos grandes grupos, muitos dos quais pouco preocupados com o bem-estar dos seus clientes. Na nossa qualidade de consumidores e, por conseguinte, de financiadores, dispomos de uma força que pode ser utilizada de forma muito simples. Em primeiro lugar, educando sobretudo os jovens, fazendo-lhes compreender que a felicidade não reside na posse de bens, numa corrida frenética para comprar produtos cada vez mais sofisticados que apenas trazem uma satisfação efêmera.

Podemos boicotar certos produtos porque são perigosos, porque têm um impacto nocivo no meio ambiente, ou devido à atitude de grandes grupos industriais que apoiam causas insustentáveis, que praticam a evasão fiscal ou que são contestados na sua gestão de pessoal. Embora estes boicotes nem sempre tenham um impacto a muito curto prazo, são um dos meios mais eficazes para fazê-lo, uma vez que afetam diretamente a rentabilidade e, por conseguinte, o objetivo principal das empresas em questão. É por isso que, ao sensibilizá-los e encorajá-los, podemos demonstrar a nossa força e determinação enquanto cidadãos do mundo. Trata-se de uma arma não violenta cujos efeitos foram convincentes no caso do boicote aos ônibus de Montgomery, no Alabama, quando Rosa Parks se recusou a ceder o seu lugar a um branco, e na África do Sul, para pôr fim à política do apartheid. Atualmente, existem boicotes de grande visibilidade a grandes empresas como a Danone, a Nestlé, a Mac Do e a Monsanto, mas também podem ser levados a cabo de forma eficaz a uma escala menores.

Capítulo 9

A PLURALIDADE DOS MUNDOS

"Há muitas moradas na casa do Pai" (João 14,2)

Vamos agora alargar a nossa argumentação a uma realidade universal que ultrapassa as fronteiras do nosso planeta, para perspectivar a nossa situação e integrá-la no vasto mundo dos Universos galácticos.

Em *O Livro dos Espíritos*, Allan Kardec expõe os princípios fundamentais do Espiritismo, tal como são ensinados pelos seus discípulos, incluindo a existência de Deus como causa primeira de todas as coisas, a evolução intelectual e moral do espírito através da reencarnação e a pluralidade de mundos habitados em diferentes níveis de desenvolvimento.

Durante este período inicial do Espiritismo, Camille Flammarion descobriu *O Livro dos Espíritos* em 1861, depois conheceu Allan Kardec e participou em várias sessões de mesa, sobretudo com o editor Didier, Théophile Gautier e Victorien Sardou. Nesse mesmo ano de 1861, escreveu a sua obra "*La pluralité des mondes habités*" (*A pluralidade dos mundos habitados*), que foi publicada em 1862. Como astrónomo, Flammarion tinha a sua própria concepção de um Universo incomensurável que não podia imaginar desprovido de todas as formas de vida. Numa altura em que os conhecimentos astronómicos eram ainda muito limitados, Flammarion já previa a existência de vida extraterrestre.

Se há uma ideia decisiva na tese de Flammarion, é a sua suposição prematura de que as estrelas distantes são sóis em torno dos quais gravitam os planetas. Assim, na mecânica celeste, ele imagina uma multiplicidade de sistemas gravitacionais mais ou menos semelhantes ao nosso sistema solar. Embora esta ideia fosse lógica em termos do que era imaginável, era, no entanto, altamente inovadora e estava à frente das descobertas futuras. Até há pouco tempo, a maioria dos astrónomos não considerava a possibilidade de existirem sistemas gravitacionais em torno de estrelas, e não se sabia se alguns deles tinham propriedades idênticas às do nosso Sol. Foi só em 1995, após a descoberta do primeiro exoplaneta *51 Pegasus*, que a existência de outros sistemas planetários no Universo foi considerada. A intuição de Camille Flammarion acabou por ser confirmada e, desde então, têm sido descobertos regularmente novos exoplanetas, que ascendem a 4126 em 1^{er} de novembro de 2019. Agora que a ideia foi confirmada, podemos imaginar que existem centenas de milhares de milhões de planetas, alguns dos quais poderiam naturalmente ser habitados, o que confirmaria a segunda afirmação de Camille Flammarion, que se refere à "pluralidade dos mundos habitados". É assim que a afirmação espírita encontra toda a sua dimensão, quando a astronomia, um século e meio mais tarde, nos conduz cada vez mais para essa probabilidade. O que era impensável numa época tornou-se hoje provável, mas para o espírita é apenas a confirmação de uma certeza adquirida há muito tempo.

Neste domínio, como noutros, o Espiritismo revelou-se um precursor de novas ideias que a ciência terá de verificar mais tarde: por exemplo, o estudo das EQMs (Experiências de Quase Morte) remete-nos mais ou menos para o que já sabíamos, e os estudos de crianças que se lembram das suas vidas anteriores confirmam o princípio da reencarnação, tal como certas regressões sob hipnose.

No que diz respeito aos exoplanetas que imaginamos poderem ser habitáveis, a ciência astronômica é mais uma vez redutora, formulando esta hipótese, mas com a seguinte restrição: observamos planetas que têm algumas semelhanças com a Terra, assumindo que a vida só poderia ter surgido em determinadas condições. Não queremos considerar que possam existir formas de vida em mundos totalmente diferentes uns dos outros, e porque não vida possível noutras condições em termos de estruturas, temperaturas e atmosferas.

OS GRANDES PRINCÍPIOS ESPÍRITAS

Todo Espírito nasce do divino, pulsado pela força causal e, portanto, criado numa época determinada, criado "simples e ignorante", segundo a fórmula de Allan Kardec. E é por um instinto natural de se fundir na materialidade que ele encarna num mundo que descreveremos como primitivo, um mundo no qual o Espírito descobrirá gradualmente tanto a sua própria existência como a dos seus semelhantes. Existem, pois, no Universo, planetas inferiores à Terra, que correspondem às necessidades evolutivas dos seres mais primitivos, que apreendem a sua própria identidade numa comunidade ainda hostil.

Depois de algumas vidas nesses mundos, há uma rápida transição para mundos mais elaborados, como a Terra, onde os instintos mais básicos ainda estão muito presentes. Aí, o Espírito completa um ciclo de vidas e, quando surge a necessidade, enquanto vive no além, é chamado a reencarnar num mundo mais elevado do que a Terra, onde pode completar outro ciclo de vidas, depois imaginar um mundo ainda mais elevado, e assim por diante, até atingir um estado de perfeição que conduz ao fim das reencarnações; é o estado do Espírito puro que participará na criação divina e infinita.

De acordo com este princípio espírita, existem planetas habitáveis e habitados em todo o Universo, planetas que se encontram em diferentes estágios de evolução. E esses próprios planetas estão passando por um processo evolutivo na sua própria estrutura, bem como através da evolução geral dos seus habitantes. E com base neste princípio, a Terra, como outros mundos, será chamada a uma evolução global que poderá levar ao estágio de planeta superior. Este processo só pode ser encarado durante períodos de tempo muito longos e com a condição de que o planeta em questão não se encaminhe para a sua própria destruição.

O FENÔMENO OVNI

Se há outra prova da pluralidade dos mundos, são as diversas manifestações extraterrestres registradas em todos os períodos da história da humanidade. Desde há mais de setenta anos, numerosos testemunhos foram registrados e todos os estudos sérios realizados levaram à convicção que existem forças inteligentes circulando perto da Terra, ou mesmo pousando ali e estabelecendo contatos. E para testemunhos mais precisos, observamos humanoides de diferentes formas e tamanhos, não deixando dúvidas quanto à existência de seres extraterrestres que nos visitam.

E é aí que os ufólogos começam a colocar a si próprios uma série de questões: como as viagens interestelares são possíveis? Serão estes seres da mesma natureza que nós? Estarão a tentar colonizar-nos? São melhores do que nós ou têm por vezes intenções duvidosas? Qual é o objetivo das suas visitas? E assim por diante.

No que diz respeito aos modos de deslocação, um simples raciocínio baseado na lógica humana levar-nos-ia a dizer que isso é incompreensível. Quando sabemos

que a estrela mais próxima do nosso sistema solar* está a quatro anos-luz de distância e que outras na galáxia estão a dezenas, centenas ou mesmo milhares de anos-luz**, como podemos imaginar uma viagem possível? Supondo que encontrássemos os meios técnicos para viajar à velocidade da luz, o que é altamente improvável no que diz respeito aos humanos, mas suponhamos... sabendo também, diz-se, que esta velocidade seria a última possibilidade porque é insuperável (nada pode ir mais depressa do que a luz), precisaríamos então de cem anos para chegar a um planeta situado a cem anos-luz, o que não é uma distância extraordinária à escala da nossa galáxia. Assim, considerando os dados que correspondem aos limites do nosso raciocínio... impossível!

Alguns ufólogos imaginam que existem outras dimensões espaço-temporais capazes de criar portas, alçapões, atalhos, que nos permitem atravessar distâncias incomensuráveis transitando por outras dimensões. É uma tese muito interessante, e vamos complementá-la com um fato espírita: outros mundos mais evoluídos que o nosso possuem tecnologias que nos ultrapassam, que se aplicam a condições mais etéreas da materialidade, e um elemento essencial, a força do pensamento, é utilizado para ultrapassar os constrangimentos da matéria e do espaço. Através do poder do pensamento, a propulsão é transcendida, permitindo a superação de todas as formas de limite. Podemos ter uma ideia disso na Terra, através de certos fenômenos como a levitação, o teletransporte de um objeto que pode perder instantaneamente a sua materialidade para se encontrar num outro lugar novamente materializado.

No caso de um espírito desencarnado, por exemplo, ele já não se desloca a uma determinada velocidade, está noutra dimensão e, se estiver mais próximo das nossas vibrações materiais, pode deslocar-se instantaneamente de um extremo ao outro da Terra, ou mesmo para outro mundo, pelo simples fato do seu desejo para o transportar para onde quiser.

Do mesmo modo, para os espíritos encarnados que vivem em estruturas de matéria mais etéreas do que a nossa, a força do pensamento pode ser uma força motriz, um dinamismo-psiquismo que aniquilará os constrangimentos materiais, a ponto de impulsionar um aparelho a velocidades vertiginosas, ou mesmo de o transportar quase instantaneamente de um lugar para outro. Este é, de fato, uma grande parte do segredo das viagens interestelares...

*Esta é Próxima Centauri, uma das três estrelas que compõem o sistema Alpha Centauri, localizada a uma distância de cerca de 4,22 anos-luz do Sistema Solar.

**A nossa galáxia, a Via Láctea, tem cerca de 100 000 anos-luz de diâmetro. Contém várias centenas de bilhões de estrelas.

A SOLIDARIEDADE DOS MUNDOS

Quanto mais o Espírito evolui, mais ele aprende o sentido do amor e, portanto, da solidariedade. Da mesma forma, quanto mais um planeta evolui, mais se desenvolve na direção desse amor que o leva para além das suas próprias fronteiras. E é assim que os mundos superiores trocam naturalmente entre si, seja através das viagens interestelares ou da telepatia. E nessa solidariedade, os mundos superiores têm a necessidade e o desejo natural de vir em auxílio de mundos tão inferiores como o nosso. É o que sempre aconteceu na Terra, confirmado pelos numerosos vestígios estudados pelos arqueólogos que ainda hoje se espantam com as construções enigmáticas que nem sequer conseguimos reproduzir com as nossas técnicas modernas.

Existe, portanto, esta lei de solidariedade universal de que a história da Terra é testemunha. Mas, desde há muito tempo, aqueles que eram muitas vezes

considerados como deuses do céu são objeto de rejeição, gerando medo e até retaliação quando se trata das forças aéreas que, encarregadas de vigiar os céus, perseguem tudo o que se move, tudo o que é suspeito e que pode ser um avião humano inimigo. E quando nos apercebemos de que não é humano, perseguimo-lo, para o caso de estarmos perante um inimigo do espaço...

Por outras palavras, os visitantes do espaço exterior não são bem-vindos. Tanto mais que, segundo alguns ufólogos, as suas manifestações são muito mais frequentes em zonas sensíveis, ou seja, onde se situam bases militares secretas, bases de armamento nuclear, etc. Então, vigilância? Porque não, mas, de qualquer modo, só se basearia em intenções nobres, uma vez que todos os perigos são muitas vezes bastante óbvios. Pensemos naquilo a que os americanos chamaram o seu programa "Guerra das Estrelas", pensamos em todas essas ogivas nucleares que se multiplicaram de forma insana e estão voltadas para o inimigo potencial, com base no princípio da dissuasão e do equilíbrio de poderes, sem pensar que, em caso de erro humano ou de acidente, os perigos seriam consideráveis.

Então, sim, porque não assumir a vigilância de extraterrestres que estão preocupados com o destino da humanidade?

DE MUNDO EM MUNDO

Ampliando os princípios do espiritualismo, sabemos que, na evolução, os seres humanos que completaram seu ciclo terreno reencarnam em mundos superiores. Talvez haja um ou mais desses mundos onde muitos humanos tenham reencarnado. Num planeta mais etéreo, eles têm uma memória relativamente consciente das suas anterioridades, pelo que podem reter conscientemente certas preocupações com a Terra e, na solidariedade dos mundos, velar à sua maneira pelo seu antigo planeta e, porque não, manifestar-se a seres humanos que possam ter conhecido noutras vidas.

É aqui que a reencarnação e a pluralidade dos mundos se conjugam. Essa pluralidade torna-se mais lógica quando sabemos que os extraterrestres não são necessariamente estranhos, mas espíritos amigos, encarnados em outros lugares e que se lembram. Nem estranhos nem inimigos, os seres de outros lugares são outros nós, outros espíritos encarnados da mesma natureza que nós, com a única diferença de que a sua evolução os levou um pouco mais longe no caminho evolutivo que conduz a Deus.

Somos todos filhos do Universo, somos todos extraterrestres, nem que seja em virtude de termos vivido em mundos inferiores antes de encarnar na Terra. E voltaremos a ser extraterrestres quando formos chamados a completar a nossa evolução em mundos superiores.

MODELOS EXTRATERRESTRES

Como foi dito no capítulo precedente, a lei do progresso trazida à luz pelo Espiritismo nos ensina que todos os Espíritos foram criados simples e ignorantes, e que a lei divina da Natureza é a da evolução intelectual e moral, evolução que passará por numerosas experiências encarnadas na matéria, a fim de avançar progressivamente, durante muito tempo, para uma perfeição pela qual o Espírito se unirá a Deus. Essa perfeição, muito longínqua para nós, não é um fim, nem uma fusão no grande todo, mas uma continuidade eterna em que o espírito puro conserva a sua individualidade e participa de alguma forma em Deus, conceito que

não podemos definir melhor, pois não está ao nosso alcance definir o que é a perfeição na inteligência integral e no amor total.

Esta viagem de existências sucessivas desenrola-se em mundos diferentes, dos mais primitivos aos mais evoluídos, mundos adaptados ao nível intelectual e moral dos espíritos que os habitam. Para que o espírito evolua, no nosso estágio, por exemplo, tem de regressar várias vezes à Terra; foi assim que muitos de nós, humanos, pudemos viver um ciclo terreno de várias vidas ao longo dos últimos séculos, ou mesmo milênios.

No início da evolução, são esferas muito inferiores, sem consciência real; a vida aí é vegetativa, instintiva, brutal e sem nenhuma aprendizagem real, a não ser a de se reconhecer numa identidade que, pouco a pouco, se afirma aos olhos dos outros com desconfiança mútua. Mais tarde, à medida que uma vida se sucede à outra, uma certa consciência é despertada e um sentimento desenvolve-se; é o coração e a razão que emergem gradualmente, em reconhecimento dos outros espíritos encarnados, que também vêm do mesmo Deus, e que teremos de aprender a considerar, respeitar e depois amar.

Sem ser muito avançada, a Terra está, no entanto, num nível superior a esses primeiros planetas, os mais primitivos na escala evolutiva. Mas é uma esfera onde ainda impera a lei do mais forte, do dominador mais do que do sábio, um mundo onde ainda grassa a brutalidade bélica e criminoso, em toda a espécie de torpeza relacionada com a inferioridade intelectual e moral dos seus habitantes.

No entanto, desde a encarnação dos primeiros humanoides* até aos nossos dias, muitas mudanças ocorreram, representando avanços definitivos, que foram certamente muito graduais ao longo do desenvolvimento das civilizações em várias partes do mundo. E, mais recentemente, se há mais de um século se registraram desenvolvimentos científicos e técnicos decisivos, sobretudo nos domínios da higiene e da medicina, também se verificaram progressos significativos do ponto de vista político e social, quando, por exemplo, a onipotência de um líder guerreiro ou de um monarca deu lugar à aprendizagem da democracia, na procura da igualdade dos cidadãos, afirmada em textos e a concretizar em estruturas concretas. No entanto, estamos ainda longe de um modelo de sociedade justo e gratificante para todos os seres humanos. Mas há uma perspectiva não necessariamente muito distante, uma perspectiva de harmonia e de paz a construir na condição de uma mudança real, que pode ser alcançada se uma maioria de seres humanos progressistas, sem dúvida entre os mais jovens, conseguir refrear todo o conservadorismo numa consciência que é essencial para enfrentar os perigos mais iminentes que ameaçam, em particular, o meio ambiente, um problema obviamente ligado ao da superprodução e consumo excessivo que teremos de regular, já não por ideologia mas por necessidade. Uma vez que as guerras estão ligadas à supremacia econômica, poderiam ser reduzidas pela urgência da situação noutros lugares, e uma maior consciência por parte de um número crescente de seres humanos poderia ser um fator de paz na organização essencial de novos modelos de sociedade.

* Estimativa provável: 5 a 6 milhões de anos

A DIVERSIDADE DOS OUTROS MUNDOS

O que teria parecido extraordinário há alguns séculos atrás, tornou-se realidade, pelo menos no nosso mundo ocidental, onde os privilégios de nascimento foram abolidos, onde os meios de habitação, de alimentação e de cuidados de saúde foram melhorados, e onde as pessoas podem exprimir-se com toda a liberdade.

Para além destas melhorias, que apenas dizem respeito aos países mais desenvolvidos, as mudanças esperadas continuam a ser consideráveis, mas a metamorfose terá de acontecer, e numa progressão que passará necessariamente por uma verdadeira espiritualidade liberta de dogmas, no reconhecimento do além e do desígnio divino. A Terra evoluirá então para um modelo de sociedade semelhante ao que existe nos mundos acima de nós.

Nessas esferas longínquas, diversas e variadas, por vezes descritas pelos espíritos, existem evidentemente grandes diferenças entre umas e outras, mas também em comparação com a nossa Terra, a única referência de que dispomos.

Nos mundos superiores, pode haver grandes disparidades físicas em relação a nós, no que diz respeito à constituição mineral e vegetal, à natureza da atmosfera, aos climas, às temperaturas, até mesmo ao fluxo do tempo de acordo com a eclíptica e a gravitação, etc. Da mesma forma, a aparência física dos habitantes é muito diversa, com algumas constantes, como o fato de terem uma cabeça, um tronco e membros, pelo menos tanto quanto sabemos. Do mesmo modo, o aspecto físico dos habitantes é muito diverso, embora pareça haver algumas constantes, como o fato de terem uma cabeça, um tronco e membros, pelo menos tanto quanto sabemos atualmente.

Os Espíritos também nos dizem que há planetas superiores dedicados a especialidades, uns à ciência, à tecnologia ou à medicina, outros às artes, e que estes estão ligados a outros mundos, na medida em que, a um certo nível, as fronteiras deixam de existir, e os mundos comunicam entre si, quer física, quer telepaticamente, quando, partindo de uma matéria biológica mais etérea, a parede física é menor do que para nós e a comunicação, incluindo com os desencarnados, se tornou natural.

Na riqueza da criação e na harmonia do ambiente, os Espíritos encarnados podem desenvolver-se num ambiente particular, adequado às missões que escolheram. Se os planetas superiores podem ser especializados num determinado domínio, na transcendência da evolução, podem também existir domínios que nos são estranhos e que não podemos sequer imaginar ou vislumbrar. A título de comparação, a conquista do espaço, a engenharia genética, a tecnologia digital, ou mesmo o cinema e a televisão, não seriam imagináveis na Idade Média, tal como não o eram no século XVIII conhecido como o Século das Luzes. Não podemos, pois, imaginar o que possam ser formas de arte desconhecidas, técnicas insuspeitadas ou energias especiais de propulsão que, certamente, estamos tentando adivinhar graças às informações que nos são fornecidas pelos Espíritos. Em todo o caso, tenhamos a humildade de não pretender compreender tudo sobre um Universo que, nesta fase, ainda nos esconde muitos segredos.

Sabemos, no entanto, e isso é mais fácil de conceber, que os habitantes das esferas superiores integraram a noção de Deus no amor universal. Ultrapassaram a necessidade de uma busca mística ou religiosa, porque a verdade divina já não precisa do apoio da crença ou da fé; ela impõe-se na evidência do amor sentido e partilhado, e também no apagamento mais ou menos significativo dependendo dos planetas, da fronteira entre o mundo físico e o mundo dos espíritos.

Do ponto de vista moral, quanto mais avançados os mundos se tornam, mais as rivalidades entre os seres, ligadas ao orgulho, se desvanecem ou desaparecem. Tudo se faz, então, não por um interesse particular, mas para servir ao interesse geral. E se as diferenças continuam a existir, já não é por oposição, mas por consideração das qualidades e capacidades respectivas dos seres, que têm todos as suas aptidões e os seus papéis. Os princípios para os quais nós, terráqueos,

ainda procuramos o absoluto - a justiça, a igualdade, a liberdade e a fraternidade harmoniosa - são valores que se tornaram realidades. Mas lembremo-nos também que esses mundos passaram por estágios de evolução semelhantes aos nossos e, depois, alcançaram gradualmente a paz e a harmonia, como parte do plano divino para o progresso dos indivíduos e dos mundos.

De um ponto de vista mais pragmático, sabemos que os planetas superiores apagaram as diferenças facciosas que ainda conhecemos entre civilizações, culturas ou etnias; as fronteiras foram apagadas ao ponto de já não existirem Estados. Em vez disso, existe sim uma espécie de governança planetária, que implica uma forma de organização, mais em harmonia entre os seres e a responsabilidade de todos. Do mesmo modo, fala-se geralmente uma língua universal.

Os desenvolvimentos técnicos fazem parte desta evolução, que não é necessariamente uma forma de indigência, como no filme *La belle verte*, mas, por exemplo, pela utilização de meios que podem recorrer à fusão nuclear dominada pela força do pensamento. Tendo em conta o estado físico mais etéreo destes mundos avançados, ligado a uma moral da ordem do amor transcendido, permitindo também uma relação com o além, abrem-se possibilidades extraordinárias que conduzem a formas de comunicação universal através de viagens interesaciais, o que explica também as manifestações de OVNI e mesmo as aterrisagens no nosso planeta.

NO QUE A TERRA SE PODE TORNAR

Se estes mundos podem servir de modelo para o nosso futuro na Terra, também temos as sementes de possibilidades que já foram utilizadas na Terra.

No que diz respeito às faculdades psíquicas, por exemplo, as civilizações antigas, como os druidas, já dominavam a psicocinese, a levitação, a radiestesia e a telepatia, fenômenos que não estavam certamente ao alcance de todos, mas que se perderam com o tempo, na ausência de transmissão escrita. No entanto, estes fenômenos poderão ser experimentados aqui e ali, dando provas do que é possível, mas ainda reservado a algumas pessoas com mais potencialidades do que outras. No futuro, estes desenvolvimentos poderiam ser generalizados através de um ensino que acompanhasse os progressos da ciência, como já referimos a propósito da fusão nuclear, e tudo isto em relação a Espíritos cuja manifestação seria aceite por todos.

E para prolongar esta utopia, que não é uma ficção, pois já existiu, o contato com mundos extraterrestres poderia também contribuir para a evolução do nosso globo, a partir de uma verdadeira aceitação da sua manifestação, que deixaria de ser considerada como intrusiva ou malévola. É a rejeição da sua existência que priva a Terra de uma nova luz que poderia contribuir para a emancipação da humanidade.

Para além destas perspectivas de aceitação de outras formas de vida, temos obviamente que partir do ponto em que nos encontramos, imaginar como seria um modelo de outro lugar e pensar em aplicá-lo.

Pensemos: em certos mundos superiores, o crime e a guerra foram erradicados e já não há necessidade de organizações que se assemelhem às nossas polícias, exércitos ou prisões. Toda a atividade é então colocada ao serviço de desenvolvimentos úteis à emancipação e à realização dos indivíduos, quer se trate das ciências, da tecnologia, das artes e, sem dúvida, de disciplinas de investigação de que não fazemos ideia.

Para já, portanto, é preciso assegurar a continuidade da luta contra todos os flagelos criminosos e bélicos perpetuados pelos sistemas econômicos e financeiros que não cessam de gerar injustiças, como se fossem fatalidades inevitáveis.

Outros mundos também experimentaram a procrastinação da inferioridade e finalmente superaram o mal do orgulho e do egoísmo; tudo isso só poderia ser feito gradualmente, em etapas sucessivas.

Este princípio universal da evolução dos mundos, já afirmado em *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, é uma constante nas palavras dos Espíritos; sim, cada planeta habitado pode e deve encontrar a sua emancipação através do reconhecimento da sua ontologia divina e, mais precisamente, no que nos diz respeito, cada ser humano deve avançar para o reconhecimento do seu Deus, a fim de dirigir os seus passos no *sentido do bem e do amor ao próximo*, como também disse Allan Kardec, única perspectiva que nos remete também para o sentido da mensagem cristã original. Nas palavras do profeta Jesus, havia *muitas moradas na casa do Pai*, sendo uma delas a Terra. Precisamos da emancipação dos modelos em que nós vamos tornar, não pela força das circunstâncias, mas pela nossa vontade, pela nossa luta contra todos os males e pelo nosso empenho ao serviço de todas as causas justas, susceptíveis de nos tirar dos planos mais sombrios que não devem durar mais.

Acrescentemos ainda que a comunicação entre os modos habitados estará ao nosso alcance, quando tivermos adquirido uma sociedade pacífica que aceite a existência de entidades extraterrestres, susceptíveis de nos visitarem, ou mesmo de nos ajudarem a desenvolver tanto as nossas ciências como a nossa espiritualidade, a um nível mais universal. Isso já aconteceu num passado longínquo, e muitas vezes com incompreensão por parte dos humanos de outra época, mas hoje estamos em condições de compreender e assimilar a visita de seres de outras paragens, se aceitarmos o sentido da fraternidade interplanetária, quando tivermos alcançado primeiro a fraternidade entre os grupos humanos.

Capítulo 10

RUMO A UMA SOCIEDADE DE PAZ PLANETÁRIA

Noutros tempos, falávamos de patriotismo, um conceito que se tornou obsoleto, porque representava o único interesse de uma nação que tinha de preservar a sua integridade territorial. Era o medo de que um país vizinho se transformasse num invasor, uma situação que ainda existe em algumas partes do mundo. Mas com os intercâmbios de todos os tipos, estamos a chegar a um sentimento muito mais universal e multicultural, mesmo que todos continuemos ligados às nossas raízes baseadas numa história e numa geografia particulares. O mundo de amanhã será cada vez mais universal, sem se tornar uniforme; será o fim dos nacionalismos estreitos e das fronteiras artificiais. Os seres humanos pertencerão a uma comunidade terrena muito distante das barbáries de outrora, como recorda esta mensagem de 11 de novembro de 2013 do espírito de Georges Clemenceau: *"Neste aniversário, dia de memória, venho contemplar em memória de todos os homens que foram enviados para combater numa guerra atroz, para morrerem em condições muitas vezes terríveis.*

Independentemente de quem atacasse, independentemente de quem fosse atacado, eram homens! Homens que não tinham pedido nada e que não passavam de fantoches nas mãos de chefes militares incompetentes e de jogos de poder e de lucros sob o controle de alguns dirigentes políticos. Embora possa ter sido vítima de circunstâncias alheias à minha vontade, não me deixei enganar pelo absurdo desses quatro anos, enegrecidos por um derramamento de sangue misturado com lama.

Uma guerra persegue a outra, uma guerra persegue a outra, e uma forma de romantismo perigoso perfuma a memória comemorativa. Não esqueçamos, e apelo à vossa consciência de seres de paz!

Continuo a participar na luta pacifista no além, acompanhado por antigos homens da frente, quer se trate de soldados anônimos ou de oficiais mais responsáveis, pelos quais sempre tive muito respeito e compaixão".

Para avançarmos em direção a uma sociedade pacífica, teremos também de nos afastar dos poderes das finanças especulativas que governam o mundo. Albert Camus disse em 1944: *"Não pode haver justiça, liberdade ou paz quando o dinheiro continua a ser rei".* A célebre frase "o dinheiro é rei" ilustra bem o falso valor dado à acumulação de riqueza, embora o dinheiro, enquanto meio de troca que facilita as transações quotidianas, deva ser repensado em termos de direito, justiça e dignidade do rendimento de cada um. Do simples meio de facilitar as trocas, chegámos à alta finança no nosso sistema baseado num capitalismo de dividendos pagos, de rendas bolsistas e especulativas, tanto ao nível dos pequenos acionistas como ao nível das multinacionais e dos grandes bancos, onde o dinheiro gera dinheiro, em benefício de minorias ricas que detêm todo o poder económico e financeiro do mundo. Além disso, estes consórcios deslocalizam as suas sedes para se beneficiar das melhores vantagens fiscais quando não se trata pura e simplesmente de evitar impostos. Além disso, a financeirização da economia levou a que o dinheiro seja produzido virtualmente, independentemente da produção efetiva, seja ela agrícola, industrial ou outra.

A procura do lucro desenfreado é sintomática de um sistema liberal baseado no individualismo, que continua a inventar falsas esperanças de liberdade através, por exemplo, do sistema de externalização, que isola os trabalhadores e os empobrece,

enquanto enriquece grupos prósperos que estão sempre um passo à frente quando se trata de obter lucros substanciais.

No entanto, a experiência passada demonstrou que uma política econômica sólida pode ser implementada com êxito e, ao mesmo tempo, funcionar como um baluarte contra a guerra. Foi o caso de Franklin D. Roosevelt que, com a sua política do *New Deal*, derrotou a maré crescente da extrema-direita americana na sequência da crise de 1929, introduzindo um sistema de estímulos econômicos e sociais para combater o desemprego. Ao mesmo tempo, a crise econômica na Alemanha abriu caminho para a ascensão do fascismo.

A boa governança como fator de paz foi também a política de reconstrução após 1945, quando, na França, o programa do "*Conseil National de la Résistance*" conduziu a importantes reformas sociais, como a criação da segurança social, bem como à nacionalização de setores de serviços públicos como os transportes, os seguros e ao conjunto dos bancos.

Estes são, sem dúvida, dois exemplos do passado em que os nossos países se podem inspirar de novo, na medida em que são dois modelos medianos que permitiram regular o capitalismo desenfreado, evitando uma coletivização total dos meios de produção de tipo soviético, de acordo com o conceito marxista de uma ditadura provisória do proletariado, que em todas as tentativas revolucionárias conduziu à ditadura de um único homem.

ESCAPAR À VIOLÊNCIA

A violência nunca foi a solução para um problema, apenas incita a retaliação numa escalada sem fim, como lembrado durante uma sessão espírita por um Espírito que viveu a Revolução Francesa de 1789: *"Avançamos graças ao Iluminismo, pela força de Voltaire, pela de Montesquieu, pela de Diderot, e não pela guilhotina. Este século avançará através daqueles que continuam a pensar e não através daqueles que acreditam encontrar o seu poder no crime; é apenas uma ilusão."*

A violência é também a manutenção de facções beligerantes, um ponto sobre o qual o espírito de Charles de Gaulle deixou claro: *"As fronteiras nunca serão apagadas pela força militar, serão apagadas pela consciência universal de toda a humanidade"*.

Temos também de avançar para a eliminação progressiva dos armamentos, como disse Jean Jaurès: *"A paz humana na Terra é baseada na ideia de um equilíbrio de poder, que é evidentemente de natureza militar. Este conceito é absurdo e ineficaz. A existência de armas exige a utilização dessas mesmas armas num futuro mais ou menos próximo. Por conseguinte, é preciso destruir o que foi construído neste domínio e desarmar as nações. Não pode haver paz se as forças da guerra estiverem em equilíbrio."*

A paz será o resultado do desarmamento universal. Não devemos continuar a falar da Europa, da Ásia ou da América, devemos falar da Terra. Devemos lutar pela abolição das fronteiras e pelo globalismo. O homem deve viver no reconhecimento da sua própria cultura e história, mas ao mesmo tempo na ideia do que é comum à multidão, principalmente a simples verdade de ser um homem entre os homens, no mesmo globo".

Também neste caso, há uma perspectiva universal que deve orientar a nossa reflexão. No entanto, há que constatar que o número de guerras está a diminuir e que os conflitos estão mais direcionados, provocando menos vítimas do que no passado, por exemplo, nos nossos campos de batalha de 1914-18. Se isto não

serve de consolação, é pelo menos um sinal de nova esperança que nos permite imaginar novas reduções dos conflitos nos próximos tempos. Não se trata de utopia, mas de um progresso que está ao nosso alcance e que podemos acompanhar, se pensarmos bem e de forma diferente, com todos os movimentos pacifistas e humanistas, mas também com a ajuda dos Espíritos.

RUMO AO DESARMAMENTO

Uma direção decisiva abordada na mensagem acima referida é a do desarmamento geral, tópico que discutimos no capítulo 6, a propósito dos acordos de limitação de armamento *Start 1* e *Start 2*, que ficaram muito aquém do plano anteriormente elaborado por Mikhail Gorbachev no final da década de 1980. Este tinha planejado um verdadeiro programa para o desaparecimento gradual de todas as armas nucleares ao fim de alguns anos. Esta proposta unilateral não tinha, evidentemente, qualquer hipótese de ser bem sucedida, mas um homem teve, pelo menos, o mérito de propor uma saída honrosa, que já teria afastado do planeta uma angústia com setenta anos, a da eventual utilização de armas atômicas, na memória do espectro de Hiroshima e Nagasaki.

No que diz respeito às armas convencionais, a primeira coisa a fazer é pensar em eliminar definitivamente as armas químicas e bacteriológicas.

Em 29 de abril de 1997, entrou em vigor uma convenção internacional. Intitulada *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição*, que tem por objetivo erradicar completamente as armas químicas dos arsenais de todo o mundo. No entanto, alguns países não ratificaram a convenção. Os Estados Unidos eliminaram 75% do seu arsenal, com planos para neutralizar o restante até 2023. A Rússia afirma ter destruído todas as suas reservas.

Há também as minas antipessoal, que foram proibidas por uma convenção, o *Tratado de Otava*, que proíbe a produção e a utilização dessas minas. Mas uma convenção não pode regular tudo, pois, neste caso, vários países recusam-se a subscrever o texto, Estados que continuam a produzir estas minas antipessoal ou que ainda possuem stocks consideráveis das mesmas.

Não entraremos nas armas mais convencionais ainda utilizadas em diversas operações de manutenção da ordem e de luta contra o terrorismo, armas que serão sempre relevantes enquanto existirem conflitos de influência territorial ligados a supremacias econômicas ou mesmo étnicas. Estas armas só desaparecerão com o recuo das hegemonias dominantes.

DO LADO DAS RELIGIÕES

Os seguidores sinceros de diferentes religiões estão começando a convergir. Cada vez com mais frequência, os crentes de todas as religiões organizam orações em conjunto. Por exemplo, os Dias da Paz foram iniciados pelo Papa João Paulo II em 1986, em Assis, Itália, onde delegações religiosas de todas as crenças se reuniram para rezar em conjunto pela paz. Esta iniciativa foi repetida várias vezes e retomada pelo Papa Francisco.

Também são organizadas correntes humanas, como a que ocorreu na Índia em 2013, com quarenta e cinco quilômetros de comprimento e que reuniu 40 000 pessoas. Estes encontros mostram que os seres humanos sinceros, de todas as crenças e categorias sociais, são capazes de se unir para partilhar um ideal comum de paz.

Não podemos deixar de apoiar estas mobilizações em que a Igreja participa, e citamos aqui um extrato das palavras do Papa Francisco para o 47º Dia Mundial da Paz, a 1º de janeiro de 2014: *"O número sempre crescente de interconexões e comunicações que envolvem o nosso planeta torna mais palpável a consciência da unidade e da partilha de um destino comum entre as nações da Terra. Na dinâmica da história, assim como na diversidade de etnias, sociedades e culturas, vemos semeada a vocação de formar uma comunidade de irmãos que se acolhem mutuamente, cuidando uns dos outros. Mas, ainda hoje, tal vocação é muitas vezes contrariada e contradita pelos fatos, num mundo caracterizado por esta "globalização da indiferença", que lentamente nos "habituam" ao sofrimento dos outros, fechando-nos a ele."*

O ESPIRITUALISMO PACÍFICO DE JAURÈS

O grande Jaurès, espírito de paz como nunca, e um dos promotores da lei de 1905 sobre o laicismo, que defendia ardentemente, escreveu, no entanto, que a questão religiosa não devia ser desprezada. Para ele, mesmo que as religiões sejam confinantes, devem convergir e redescobrir o sentido da verdadeira espiritualidade, da qual o ser humano não se pode separar. Ele próprio tinha a particularidade, invulgar para um homem muito à esquerda, de ser um espiritualista, não religioso, mas deísta, com base no seu pensamento filosófico.

De certa forma, ele fazia eco à ideia de Allan Kardec de que as religiões podiam convergir para uma espiritualidade comum, o que implicava para Kardec o reconhecimento da sobrevivência do espírito e da sua reencarnação. A ideia era que o espiritualismo poderia levar todos a um acordo, o que acabaria por conduzir ao fim das religiões enquanto tal.

A imensa esperança para a evolução da nossa humanidade está contida na seguinte afirmação do espírito de Jean Jaurès:

"Nós, Espíritos, e vós, encarnados, pertencemos à mesma fonte. Estamos caminhando para o ponto de convergência divino. Devemos fazê-lo com respeito ao outro, com liberdade para o outro. Devemos fazê-lo no espírito do apelo do Pai no desenvolvimento progressivo da dignidade humana e, conseqüentemente, na obliteração progressiva das fronteiras facciosas, sejam elas raciais, políticas ou financeiras. O homem deve revelar-se neste globo como um espírito encarnado consciente da sua responsabilidade e da sua ontologia, isto é, do seu caráter divino. Paz entre os homens, sede do coração, deveis prevalecer sobre a guerra dos espíritos maus e a sua necessidade de domínio. Paz dos homens, podeis prevalecer dentro da forma social cristã, determinada, estabelecida e pensada no globo por homens que, finalmente, se reconhecerão como filhos do Pai fora de qualquer forma de definição."*

*O adjetivo cristão deve ser entendido no sentido da mensagem original de Jesus, que põe a tônica no amor ao próximo, independentemente dos ritos e dogmas instituídos pelos homens da Igreja ao longo dos últimos 2000 anos.

LUTAS HUMANISTAS ASSOCIATIVAS

Para além do trabalho especificamente espiritualista que pode contribuir para o esforço de paz, temos obviamente de ter em conta todos os seres humanos de boa vontade que pertencem a vários movimentos de defesa dos direitos e ONGs, como a *Anistia Internacional*, a *Human Rights Watch*, etc., movimentos humanistas capazes de influenciar os poderes opressores e que, à força de luta, conseguem alguns resultados.

Em segundo lugar, uma vez que tudo está ligado em termos das ações a empreender, temos também de considerar o que podem fazer as estruturas mais estabelecidas, como os sindicatos e as organizações políticas progressistas, que, nos últimos tempos, parecem ter perdido o fôlego devido à falta de unidade e também à falta de combatentes. Seria bom insuflar uma nova vida e um novo sentido a todos estes movimentos em declínio, quem são os verdadeiros garantes de um combate mais eficaz, com a única condição de as pessoas aderirem de novo à estrutura que está mais próxima das suas convicções. Um compromisso deste tipo será sempre melhor do que uivar com os lobos a fórmula tantas vezes utilizada: "*Tudo corrupto, tudo podre*", pretexto para se afastar de qualquer luta, que é sempre uma boa razão para se limpar e não fazer mais nada. Isto significa simplesmente que, para construir a paz, é preciso também construir um mundo de renovação, política e social.

Na maior parte dos países do mundo, e por efeito de contágio, as forças políticas e sindicais tradicionais do progresso estão enfraquecidas ao ponto de serem desprezadas e rejeitadas por populações que já não podem esperar por melhores condições sociais que tardam em chegar. Assim, estes movimentos e partidos terão de se reinventar e atualizar, escutando atentamente uma base que já não é a mesma de ontem, que já não é um proletariado da indústria, das minas ou da siderurgia, mas um grupo heterogêneo de assalariados ou de trabalhadores independentes que, cada vez mais, deixam de ter um estatuto real, apanhados nas novas plataformas digitais, onde as convenções coletivas estão praticamente reduzidas a nada.

Paralelamente e fora destas estruturas políticas, que devem ressurgir, existem outras formas de luta, menos oficiais, menos enquadradas ou estruturadas, mas todas à espera de desabrochar. É assim que hoje o choque vem dos ecologistas e outros defensores ambientais, com os jovens que se movimentam e atuam tanto nas ruas como no terreno das realidades concretas, realizando boicotes e mudando hábitos de consumo (vestuário, alimentação, etc.). Há aqui sinais interessantes, que têm a vantagem de serem concretos, na medida em que associamos os atos às palavras.

Se as exigências de mudança vierem das bases, e virão, terão também de se organizar e estruturar, o que já acontece há anos com as organizações políticas ecologistas, e aqui, como noutros locais, teremos de trabalhar para unificar os movimentos, para não começarmos de forma fragmentada.

Depois, há outras realidades contra as quais a batalha é mais feroz quando chegamos ao terreno da economia globalizada, das finanças do mercado de ações e dos mercados financeiros, com o rolo compressor de grandes potências como os Estados Unidos ou a China; temos então de pensar noutras metamorfoses a uma escala maior. E, no entanto, ações mais específicas e localizadas são ainda susceptíveis de dobrar certos conglomerados que são, por definição, desprovidos de qualquer bússola moral.

Neste sentido, podemos ver claramente que as populações do mundo estão fartas, aqui e ali, e já não estão dispostas a deixar-se pressionar, e é por isso que há todas as razões para esperar que o descontentamento seja transmitido por associações poderosas, sindicatos fortes e contrapoderes de todos os tipos com um sentido de responsabilidade concreto. Para que os modelos de sociedade se adaptem a um mundo que mudou muito rapidamente, são necessárias soluções rápidas, com

argumentos adequados, para uma nova forma de abordar a política e a economia com base nas urgências ambientais. E, deste ponto de vista, será necessário contar com as forças emergentes de uma juventude global capaz de abalar significativamente os alicerces do velho mundo.

A PAZ, UMA PRIORIDADE ESPÍRITA

Assim, a paz na Terra é uma das nossas prioridades no plano espírita, e como poderia ser de outra forma? Desde que o Espiritismo existe, ou seja, desde Allan Kardec, sabemos que o essencial do contato com o outro mundo não é perdermos em questões fúteis e banais em busca de um tesouro material, mas sim a busca de um tesouro espiritual que nos é dado pela compreensão do mundo e do sentido da nossa vida, através da metafísica desenvolvida pelos Espíritos ao longo dos últimos cento e sessenta anos. E para os Espíritos, a palavra-chave, desde então, sempre foi *Evolução*, que está descrita nos capítulos anteriores, mas que também perpassa toda a literatura espírita, sim, a evolução intelectual e moral tão evocada por Allan Kardec, que deve levar, por fim, à evolução de todo o planeta, em sua metamorfose espiritual. Não há outro objetivo último senão este, que passa obviamente por etapas sucessivas de progresso gradual nos planos da moral individual e da ética social, como tentamos definir nos capítulos anteriores.

E depois, num plano mais especificamente espírita, há outras etapas de mutação espiritual em relação ao além. Trata-se da mediunidade propriamente dita e da mediunidade em desenvolvimento, possibilitando essa relação com o além. Os fatores determinantes são a libertação de espíritos atormentados e perturbados, bem como a libertação* de espíritos malignos que exerceram influências nocivas sobre seres humanos da mesma espécie. Por outras palavras, os espíritos desencarnados podem acentuar perturbações e distúrbios já existentes no ser humano.

Além disso, essas libertações* também nos fazem compreender uma outra realidade: todos os maus espíritos que foram libertados são chamados a reencarnar com uma certa consciência, ao passo que, sem isso, esses espíritos acabam por reencarnar instintivamente atraídos pela matéria e com um modo de pensar que reflete sempre o seu estado de inferioridade.

Nesse sentido, a libertação* dessas almas doentias, que descobrem os primórdios da consciência através do caminho espiritualista, é de grande importância para a próxima encarnação e, a longo prazo, permitirá que o nível moral da comunidade humana seja significativamente melhorado.

No que diz respeito ao espiritismo, muitos trabalhos e ações já foram realizados, e outros ainda estão por realizar, e tudo isso, de certa forma, contribui para o desenvolvimento gradual de uma sociedade diferente, e conseqüentemente qualquer missão espiritualista contribui para a construção da paz futura.

A paz é uma causa importante que apoiamos e pela qual muitas ações fluídicas são realizadas. Como espíritas, conhecemos o poder do pensamento e seus efeitos, o que nos permite, em particular, aliviar os problemas dos Espíritos atormentados por diversas circunstâncias. Mas também podemos dirigir o nosso pensamento para os bons Espíritos que, em plena liberdade do Além, continuam preocupados com o futuro de um planeta em que viveram e, para alguns deles, orientaram a sua última existência para o humanismo, o progresso e a paz. Alguns desses Espíritos lutaram por essas causas, às vezes pagando com a própria vida. Esses Espíritos captam os fluidos dos nossos pensamentos humanos dirigidos e utilizam-nos para influenciar e

ajudar os homens de bem ou, pelo contrário, para atenuar o impacto maléfico das ações de certos seres encarnados movidos pelo ódio e pela rejeição dos outros. Além disso, muito se tem feito, desde há muito tempo, através de correntes de pensamento regulares, pensamentos mais específicos para a paz em todos os cantos do globo, pensamentos dirigidos a todos os Guias Espirituais que se dedicaram a estas ações. Na realidade, existe uma relação permanente entre os nossos dois mundos, concretizada, em primeiro lugar, pela existência dos guias espirituais de cada um de nós, Espíritos que, tendo uma grande liberdade, estão perto de nós quando precisamos do seu apoio. E, em segundo lugar, todos os Espíritos bons e relativamente evoluídos estão preocupados em construir a paz num mundo que eles próprios conheceram bem.

Ao mesmo tempo, precisamos de redescobrir Deus, a força criadora de onde provimos, já não o Deus vingativo das religiões que aliena as nossas consciências, mas um Deus de amor, sem dogma nem Igreja, que redescobrimos através da transcendência do contato espiritualista, que nos faz sentir o sentido da eternidade, o sentido de uma estética no movimento perpétuo da natureza, na raça infinita dos mundos que povoam os universos, dos quais a nossa Terra é apenas uma ínfima parcela. No entanto, mesmo que sejamos apenas um ponto no infinito, o nosso planeta não é uma quantidade negligenciável, na medida em que não há mundos mais importantes do que outros; todos devem ser considerados apesar da sua dimensão infinitesimal em relação a universos incomensuráveis. É aqui que reside a maravilha divina, quando somos apanhados entre duas realidades, uma, material e terrestre, a outra vertiginosa na infinidade dos mundos habitados por espíritos encarnados que, como nós, viajam em busca de um absoluto.

No que diz respeito à humanidade, ela é pequena na sua evolução e grande na sua capacidade de se tornar, pois está destinada a juntar-se ao seu criador. Quando falamos de criador, referimo-nos evidentemente à força divina que está na origem dos nossos espíritos, que tiveram assim um ponto de partida e cujo futuro longínquo se fundirá com Deus na realidade do espírito puro a que se refere *O Livro dos Espíritos* de Allan Kardec.

Assim, a palavra-chave do desígnio divino é *Evolução*, movimento inelutável a que estamos sujeitos para, através de mutações sucessivas, avançarmos para o nosso destino comum, convidando-nos a crescer em consciência, o que significa crescer em responsabilidade, liberdade e amor.

Na curva do tempo, de uma existência para a outra ou nas fases da vida do além, é na busca do divino que avançamos, mas o realismo exige também que consideremos plenamente a importância da vida tal como ela é agora, aqui e agora, que não esperemos mais, e que atuemos com toda a nossa força espiritual para que a paz seja construída, dia após dia, a partir de uma abordagem mais justa e natural da ideia de Deus.

*Libertações: Os Espíritos endurecidos no mal são pouco evoluídos e ainda não vislumbraram a ideia de um Deus. A sua libertação por meios espirituais constitui um primeiro lampejo de consciência quanto à noção divina e natural de um amor que lhes é dado.

Grupos de espíritos malignos muito próximos, tendo pertencido ao mesmo movimento na Terra, foram muitas vezes libertados simultaneamente. Um espírito forte, endurecido, tem sido capaz de arrastar outros no seu encaço e a libertação de um deles tem frequentemente levado à libertação do seu torpor de muitos outros que estavam fascinados pelo seu domínio.



Diante dos grandes desafios que as sociedades do mundo enfrentarão no futuro, o Espiritismo pode lançar uma luz especial sobre uma nova visão que coloca a espiritualidade em ação. Existem, é claro, muitas lutas humanistas que, do ponto de vista ético, não são diferentes das opções espíritas, e é aqui que todas as pessoas de boa vontade se unem, independentemente de suas convicções filosóficas.

As leis reveladas pelo mundo espiritual são princípios naturais que emanam de um poder transcendente de criação e amor infinito. A existência de Deus explica os fatos da vida, a continuidade do espírito além da morte e a evolução intelectual e moral da alma por meio da lei da reencarnação.

Com base nisso, torna-se possível abordar as principais questões da civilização e da sociedade de uma forma que não se baseia nos argumentos do materialismo filosófico. É isso que é explorado neste livro, à luz das mensagens do além e com base em uma reflexão que leva em conta os principais princípios da filosofia espiritualista.

Os coautores deste livro são os representantes e líderes de três ramos do Cercle Spirite Allan Kardec, Colombe Jacquin em Lyon, Jacques Peccatte em Paris e Luc Gruntz em Belfort.